

Atores políticos e dinâmicas eleitorais

ORG.

EMANUEL FREITAS DA SILVA

FRANCISCO HORÁCIO DA SILVA FROTA

MARIA ANDRÉA LUZ DA SILVA



Atores políticos e dinâmicas eleitorais

ORG.

EMANUEL FREITAS DA SILVA

FRANCISCO HORÁCIO DA SILVA FROTA

MARIA ANDRÉA LUZ DA SILVA

Atores políticos e dinâmicas eleitorais

ORG. EMANUEL FREITAS DA SILVA,
FRANCISCO HORÁCIO DA SILVA FROTA,
MARIA ANDREA LUZ DA SILVA



2020

Atores políticos e dinâmicas eleitorais

Organizado por Emanuel Freitas da Silva,
Francisco Horácio da Silva Frota e
Maria Andréa Luz da Silva.

© 2020 Ed Edmeta

Publicado por

Edmeta - Editora Digital e Impressa Ltda.
Av. Desembargador Moreira, 2800,
Sala 1008. Bairro Aldeota
Fortaleza - CE, Brasil.

Revisão

Evandro Lisboa Freire

Capa e Projeto Gráfico

Ana Carolina Frota

Preparação

Eleni Lopes

Ficha Catalográfica

Bibliotecária Lúcia Oliveira CRB-3/304

Atores políticos e dinâmicas eleitorais/Org. Emanuel
Freiras Silva, Francisco Horácio da Silva Frota, Maria An-
drea Luz da Silva - Fortaleza, Ce.: Edmeta, 2020. 425p.

Prefixo Editorial

ISBN 978-65-86311-01-3

1. Políticas 2. Estado 3. Partidos políticos 4. Eleição I
Silva, Emanuel Freiras da II Frota, Francisco Horácio da
Silva III Silva, Maria Andrea Luz da.

Sumário

Apresentação 7

Introdução 9

1. Autonomia do Movimento

Brasil Livre (MBL)? 14

Caroline Bandeira de Brito Melo

Olívia Cristina Perez

2. Os Ferreira Gomes e as Eleições de 2006 a 2018: alianças e abalos de um ciclo político cearense 38

Cleyton Monte

3. Eleições de 2018 no Piauí: continuidade em tempos de mudança 79

Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas

4. (O)caso do MDB nas eleições de 2018 e a derrota de Eunício Oliveira ao Senado no Ceará 118

Monalisa Lima Torres

José Raulino Chaves Pessoa Júnior

5. Quando menos é mais: tamanho de coalizão e a vitória do PT no Rio Grande do Norte em 2018 174

Alan Daniel Freire de Lacerda,

**6. Eleições presidenciais de 2018:
uma análise em 4 planos 207**

Carla Michele Andrade Quaresma

**7. Conservadorismo e ressentimento:
duas fontes do antipetismo 232**

Jakson Alves de Aquino

**8. Interfaces entre antipetismo e bolsonarismo:
uma análise da narrativa eleitoral no segundo
turno da eleição presidencial de 2018 274**

Monalisa Soares Lopes

Paulo Rodrigo Soares Lopes

**9. “Deus acima de tudo”: a performatividade
religiosa como estratégia de legitimação de
Bolsonaro, o “presidente cristão” 319**

Emanuel Freitas da Silva

**10. Reação conservadora, novas mídias sociais
e a eleição de Jair Bolsonaro 348**

Vanderlei Souza Carvalho

**11. Um governo teocrático mercantilizado:
os desafios de parte da sociedade civil pós-
governos petistas 382**

Francisco Uribam Xavier de Holanda

Apresentação

O livro que o leitor tem diante de si, **Atores políticos e dinâmicas eleitorais**, reúne um conjunto de textos que versam sobre a realidade política brasileira, em suas diversas dimensões, mas enfocando, sobretudo, desdobramentos políticos nas/das eleições de 2018, em âmbito nacional ou âmbito estadual. Os autores, advindos de diversas instituições do país, tendo acumulado consideráveis experiências de pesquisa sobre a política e as eleições, proporcionam ao leitor uma compreensão dos atores políticos brasileiros, das forças emergentes no cenário contemporâneo e das novas configurações de forças, além de uma apurada análise, com enfoques diversos, dos resultados eleitorais de 2018. Ao final da leitura, de cada um dos textos e do livro como um todo, o leitor contará com um importante material de investigação, uma imprescindível fonte bibliográfica e, acima de tudo, a motivação a dar, ele mesmo, dar continuidade aos estudos sobre da política e das eleições.

Com a publicação desta obra, o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Estadual do Ceará almeja seguir contribuindo com o

debate sobre os processos eleitorais, tema relevante para a consolidação da democracia no Brasil.

Emanuel Freitas da Silva
Francisco Horácio da Silva Frota
Maria Andréa Luz da Silva
(Organizadores)

Introdução

Como compreender o Brasil que saiu das urnas, sobretudo as presidenciais, em 2018?

Esta tem sido, sem dúvida, uma questão posta por/para todos aqueles que buscam, de diversos modos, pensar sobre os desdobramentos desse pleito, denominado por alguns “eleição disruptiva” que, como sabemos, teve seus principais movimentos delineados já bem antes do curto período em que a campanha se desenrolou (final de agosto a outubro).

Iniciando pelas manifestações do ano de 2013, quando milhares foram às ruas protestar “contra tudo o que está aí” - desde o aumento de R\$ 0,20 na tarifa de transporte urbano até os gastos com a Copa do Mundo, realizada no Brasil em 2014 -, passando pela polarizada e, depois, questionada eleição presidencial de 2014, complementada pelas manifestações de rua - em defesa da queda de Dilma Rousseff (do Partido dos Trabalhadores, PT), por seu impeachment e pelas “perturbações” no governo de Michel Temer (do Movimento Democrático Brasileiro, MDB), hoje sabemos que os resultados eleitorais de 2018 se desenharam em um período mais estendido de tempo, que exige, para sua devida compreensão, um arcabouço analítico

o mais lato possível, sob o risco de não se captar a dimensão de seus desdobramentos.

Nem a “eleição da novidade”, nem o “fim da democracia”; para os autores deste livro, o ano de 2018 tem nuances; eis o objetivo deste livro: apresentá-las naquelas que parecem ser as variantes mais importantes - a) conservadorismo, b) uso da religião, c) antipetismo, d) redes sociais, d) ocaso de lideranças regionais dentre outros.

O capítulo **“Autonomia do Movimento Brasil Livre (MBL)?”**, de **Olivia Perez e Caroline Bandeira**, abre esta obra. Nele, as autoras buscam problematizar a suposta independência do MBL, importante ator político na contemporaneidade brasileira, em relação às dinâmicas parlamentares, demonstrando as imbrincadas relações entre esse movimento e os atores estatais.

Em seguida, **Cleyton Monte** inicia um primeiro bloco, que abrange textos sobre dinâmicas estaduais, analisando as alianças eleitorais do grupo político liderado, no Ceará, pelos irmãos **Ciro e Cid Gomes**, no Ceará, no capítulo **“Os Ferreira Gomes e as eleições de 2006 a 2018: alianças e abalos de um ciclo político cearense”**, com vistas a compreender os principais desdobramentos dessas alianças, com suas dinâmicas próprias de rompimentos.

Vitor Eduardo de Sandes Veras prossegue com as análises das dinâmicas estaduais no capítulo **“Eleições de 2018 no Piauí: continuidade em tempos de mudança”**, no qual, além de analisar os resultados

das eleições de 2018 no Estado do Piauí, ele os problematiza dentro nas continuidades e rupturas políticas dentro do período da redemocratização.

Ainda nesse bloco, **Monalisa Lima Torres e José Raulino Chaves Pessoa** analisam no capítulo “**(O) caso do MDB nas eleições de 2018 e a derrota de Eunício Oliveira ao Senado no Ceará**” um dos mais surpreendentes resultados do pleito de 2018: a derrota à reeleição do então presidente do Senado, Eunício Oliveira (do MDB), no Ceará. Trata-se de leitura imprescindível para aqueles que almejam compreender como se formam e se esgarçam as bases eleitorais de lideranças estaduais.

Finalizando esse primeiro bloco, **Alan Daniel Freire de Lacerda** apresenta no capítulo “**Quando menos é mais: tamanho de coalizão e a vitória do PT no RN em 2018**” uma apurada análise do jogo de alianças eleitorais entre atores políticos do Estado do Rio Grande do Norte, sobretudo a partir da articulação vitoriosa de Fátima Bezerra.

A eleição presidencial é analisada a partir do capítulo “**Eleições presidenciais de 2018: uma análise em 4 planos**”, de **Carla Michele Quaresma**. Esse texto analisa os resultados da eleição a partir da fragmentação partidária, do financiamento eleitoral, das mídias e da busca de informações políticas.

Vanderlei Carvalho, no capítulo “**Reação conservadora, novas mídias sociais e a eleição de Jair Bolsonaro**”, analisa a utilização das redes sociais

na estratégia de Bolsonaro em mobilizar a bandeira conservadora durante as eleições.

Por sua vez, **Jakson Aquino**, partindo da polarização política entre PT e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), produzida nas eleições presidenciais, analisa um certo conservadorismo decorrente ressentimento político pelos anos de governo do PT, elencando variáveis analíticas no capítulo **“Conservadorismo e ressentimento: duas fontes do antipetismo”**.

O antipetismo, elemento sem o qual não se pode compreender a disputa e seus resultados, também é analisado por **Monalisa Soares Lopes** e **Paulo Rodrigo Soares Lopes** no capítulo **“Interfaces entre antipetismo e Bolsonarismo: uma análise da narrativa eleitoral no segundo turno da eleição presidencial de 2018”**, onde os autores o destacam como elemento discursivo legitimador da candidatura de Jair Bolsonaro, tomando como *cópus* de análise peças televisivas do horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE).

Concluindo as análise dos elementos constituintes da campanha vitoriosa de Jair Bolsonaro, **Emanuel Freitas da Silva** produz uma reflexão sobre a presença da religião na campanha, destacando semânticas, performances e apoios de lideranças religiosas ao candidato no capítulo **“’Deus acima de todos’: bolsonarismo e performatividade religiosa”**. Resgatando a inserção, cada vez mais presente, de atores do campo religioso como legitimadores de candidatos

durante os anos 1990 e 2010, o autor observa na candidatura de Bolsonaro um ponto de encontro entre os interesses do candidato e os interesses de setores importantes do conservadorismo católico-evangélico, proporcionando êxito político-eleitoral às investidas desse campo no país.

Finalizando esta obra, no capítulo **“Um governo teocrático mercantilizado: os desafios de parte da sociedade civil pós-governos petistas”**, Francisco **Uribam de Xavier Holanda** elabora um balanço dos acontecimentos políticos dos anos de governo do PT até chegarmos à vitória de Jair Bolsonaro e à implementação da nova agenda econômica, prospectando os rumos do Brasil.

1

Autonomia do Movimento Brasil Livre (MBL)?

Caroline Bandeira de Brito Melo¹
Olívia Cristina Perez²

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo mostrar as relações entre o Movimento Brasil Livre (MBL) e a política parlamentar e partidária. O MBL se diz autônomo em relação ao Estado. Autodenominando-se *suprapartidário*, argumenta que está acima das ideologias dos partidos políticos brasileiros. Mas será que ele não se relaciona com a política parlamentar e partidária? Se se relaciona, por que surge o discurso da autonomia? Tem-se como hipótese que o MBL apresenta estreita relação com partidos e governos, embora, ao se afirmar como autônomo, responda a certa insatisfação da população geral com a política partidária parlamentar.

1 Mestre em Ciência Política pela UFPI

2 Mestre em Ciência Política pela UFPI

Para demonstrar as relações entre o MBL e o Estado, analisaram-se documentos oficiais desse movimento, bem como conteúdos postados em suas redes sociais virtuais. Por meio de informações disponibilizadas nas redes sociais digitais do MBL, elencaram-se seus membros ou aqueles apoiados por esse movimento que se elegeram nos pleitos de 2016 e 2018.

Ao demonstrar tais relações, este capítulo desmistifica certa autonomia em relação ao Estado, atribuída ao MBL pelo próprio movimento e por seus militantes. Ademais, este estudo se contrapõe à literatura que prega a existência de autonomia entre os movimentos sociais e o Estado.

A ideia de que os movimentos sociais não são autônomos diante do Estado não é novidade no debate brasileiro: há diversas pesquisas nesse sentido (cf. ABERS; VON BÜLOW, 2011; DOWBOR, 2012; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

No entanto, nosso texto se diferencia dos anteriores por pelo menos dois motivos. Em primeiro lugar, a literatura sobre a relação entre movimentos sociais e Estado examina iniciativas de cunho progressista, ou seja, que defendem a ampliação e a concretização de direitos por parte do Estado - ao passo que este capítulo se centra em um movimento social que defende exatamente a redução do Estado nos campos econômico e social. Em segundo lugar, a literatura sobre as relações socioestatais reflete os períodos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve à frente do Governo Federal: de 2003 a 2016

houve estreitamento das relações entre movimentos sociais e Estado, justamente pelo fato do PT ter em seus quadros militantes de movimentos sociais. Já este capítulo abarca um período recente, com a eleição de um projeto conservador defendido pelo presidente Jair Bolsonaro, empossado em 2019.

Logo, contribuimos com os estudos sobre o tema ao analisar as relações entre um movimento social conservador e um governo também conservador. Nosso texto demonstra que, embora parte da literatura sobre movimentos sociais considere a autonomia em relação ao Estado um pressuposto de ação que garante maior organicidade e autenticidade ao movimento, o MBL é um exemplo de movimento social que almeja institucionalizar-se por meio da ocupação de cargos públicos eletivos. A imbricação entre ambos ajuda a entender o avanço do conservadorismo no Brasil.

1. Relações entre estado e movimentos sociais na literatura brasileira

A literatura que considera os movimentos sociais autônomos diante do Estado ganhou fôlego no Brasil durante o período ditatorial militar (1964-1985). Um dos autores de referência no debate sobre movimentos sociais naquele contexto, Eder Sader (1988) escrevia sobre como os movimentos sociais seriam novos sujeitos, com padrões de sociabilidade mais horizontais e conscientes de seus direitos. Ou seja, movimentos sociais representariam uma quebra do sistema político e instrumentos alternativos aos canais de participação

tradicionais, como partidos, associações etc.; eram considerados algo novo, capaz de mudar a cultura política opressora (CARDOSO, 1987).

Após a redemocratização e o concomitante pluripartidarismo no Brasil, os estudos começaram a focar a compreensão da existência de novas relações entre movimentos sociais e Estado, a partir da estreita relação entre movimentos, partidos políticos e agências públicas (CARDOSO, 1987). Mas ainda não havia uma produção considerável sobre as relações entre movimentos sociais e Estado.

O foco das obras brasileiras se altera quando elas começam a refletir o projeto participativo implementado pelo PT ao longo de seus 13 anos à frente do Governo Federal (de 2003 a 2016). O primeiro período da gestão Lula, em 2003, foi marcado pela ascensão de militantes de movimentos sociais, também filiados ao PT, a postos-chave da burocracia federal. Dando continuidade ao projeto participativo, em seu segundo mandato foram formuladas políticas públicas e normas jurídicas que respondem, ainda que com limitações, às agendas dos movimentos sociais. Esse projeto político pôde ser considerado participativo na medida em que incorporou demandas de movimentos sociais via instituições de participação e por meio do ativismo estatal.

A primeira gestão de Dilma Rousseff, também filiada ao PT, em 2011, não rompeu com esse projeto. Já a segunda gestão de Dilma, em 2015, mudou de direção, respondendo em parte à crise política

expressa e alimentada pelas Jornadas de Junho de 2013, nas quais milhares de manifestantes foram às ruas em prol de mais direitos, com críticas ao sistema político e partidário.

Para explicar tal contexto, o número de estudos sobre a inter-relação entre Estado e movimentos sociais cresceu ao longo desta década (cf. ABERS; VON BÜLOW, 2011; DOWBOR, 2012; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Segundo esses estudos, a análise dos movimentos sociais não deve apartá-los das instituições estatais, pois ambos se influenciam mutuamente.

Embora os estudos pontuem as relações entre movimentos sociais e Estado, o próprio MBL se diz autônomo da política partidária parlamentar, considerando seus feitos acima das ideologias dos atuais partidos políticos.

Há uma nova vertente teórica que busca superar o vocábulo tradicional de autonomia enquanto cisão entre Estado e movimentos sociais (BRANDÃO, 2011; CARLOS, 2015; LAVALLE; SZWAKO, 2015), compreendendo a sociedade civil “como uma contradição em termos: uma interdependência sem dependência” (LAVALLE; SZWAKO, 2015, p. 172).

Nesse sentido, invocar autonomia e mútua constituição entre Estado e movimentos sociais não é uma antinomia, uma vez que ter autonomia não implica ausência de interação, ao mesmo tempo que a falta de autonomia não implica submissão ao Estado ou qualquer forma de fusão, afastando, assim, os argumentos defendidos por aqueles com um olhar

dicotômico em relação aos movimentos sociais e ao Estado (LAVALLE; SZWAKO, 2015).

Usar o termo *autonomia* em relação aos movimentos sociais significa desvendar até que ponto eles são capazes de escolher seus interlocutores em função de suas agendas, de resguardar seus interesses, de indicar seus objetivos e em qual medida esses objetivos são pautados (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2006).

Ser autônomo significa poder criticar o Estado e autocriticar o movimento em si (SZWAKO, 2012), o que deixa de ser sinônimo de ausência de relação e passa a indicar “capacidade de participar com o outro sem perder certa ‘distância crítica’ que permite colocar a própria relação com o objeto de reflexão” (TATAGIBA, 2010, p. 68).

Mas, então, o MBL é autônomo ou não? Ou: por que o MBL se diz autônomo?

2. O MBL

Em 2013 despontaram grupos denominados “nova direita”, que apresentavam em comum a difusão de ideias a partir da internet e foram gradualmente se inserindo no debate político nacional. O MBL é um exemplo emblemático desses novos atores da direita brasileira.

Esse movimento surgiu a partir do grupo Estudantes pela Liberdade (EPL), uma organização estudantil internacional, fundada em 2008 nos Estados Unidos da

América (EUA) com apoio de entidades empresariais. O EPL se encontra entre os *think tanks* conservadores norte-americanos, especialmente os que se definem como libertários. Mr. Chafuen, presidente da Atlas Network desde 1991, é o mentor desse grupo. Nas palavras de Amaral (2015):

A Atlas Network (nome fantasia da Atlas Economic Research Foundation desde 2013) é uma espécie de meta *think tank*, especializada em fomentar a criação de outras organizações libertaristas no mundo, com recursos obtidos com fundações parceiras nos Estados Unidos e/ou canalizados dos *think tanks* empresariais locais para a formação de jovens líderes, principalmente na América Latina e Europa oriental.

Em razão da vedação legal do EPL envolver-se em ações de caráter político, a relação entre essa organização e o MBL não é tão nítida, apesar de existente. Os membros do EPL participaram como pessoas físicas, não como organização, sendo o MBL, primeiramente, uma marca. Há alinhamento político entre ambos pela proximidade ideológica e pelo compartilhamento de recursos, além da existência de membros do EPL na direção do MBL, como Kim Kataguiri e grande parte das lideranças locais do MBL (AMARAL, 2015; GOBBI, 2016).

O MBL (2015b, p. 12) expõe algumas de suas finalidades:

Art. 2º O Movimento Brasil Livre tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, bem como o fortalecimento da democracia brasileira, através de atividades de divulgação de ideias liberais, promoção

de simpósios e eventos, publicação de livros, organização de manifestações e formulação de políticas públicas.

Portanto, esse movimento deixa claro que, para atingir seus ideais, almeja atuar tanto fora do Estado, divulgando ideias liberais, promovendo simpósios e eventos, publicando livros e organizando manifestações, quanto dentro do Estado, formulando políticas públicas.

Seus princípios norteadores são: a) autonomia do indivíduo e liberdade contratual; b) livre iniciativa; c) primazia do indivíduo e da sociedade sobre o Estado; d) livre mercado; e) respeito à propriedade privada; f) eficiência; g) inovação; h) transparência; i) meritocracia; j) Estado de direito; k) democracia representativa; l) federalismo; e m) visão de longo prazo. Os valores que perpassam suas ações são: a) liberdade e responsabilidade; b) paz e proteção aos direitos individuais; c) livre iniciativa e empreendedorismo; d) incentivo ao trabalho e respeito à propriedade privada; e) igualdade perante a lei; e f) democracia (MBL, 2015b).

Dentre as bandeiras desse movimento se destacam: a) redução e simplificação da carga tributária; b) federalismo político e descentralização administrativa; c) autonomia contratual para o trabalhador; d) livre concorrência e livre iniciativa; e) fim do fundo partidário e do voto obrigatório; f) liberdade para a criação de partidos políticos; g) fim do alistamento militar obrigatório; h) fim de verbas de publicida-

de estatal que não sejam exclusivamente informes de utilidade pública; i) revogação do Estatuto do Desarmamento; e j) reconhecimento do direito de autodefesa do cidadão (MBL, 2015b).

Além disso, defende-se o progressivo aumento da participação do setor privado em serviços públicos passíveis de serem privatizados, tais como: a) educação; b) saúde; c) infraestrutura; d) administração de serviços penitenciários; e) fim dos monopólios estatais; f) privatização de todas as empresas públicas e sociedades de economia mista; g) fim do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outros bancos públicos; h) fim de toda forma de discriminação oficial instruída por meio de cotas raciais, sociais ou de gênero; e i) livre comércio com todas as nações do planeta, independente de preferências ideológicas de governos específicos (MBL, 2015). A organização se define como:

[...] uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, [a] Redução da Burocracia (MBL, 2015b).

Esse movimento é composto principalmente por jovens, tendo como importantes líderes Kim Kataguiri e Fernando Holiday. Kim Kataguiri, de acordo com a descrição em sua página no *Facebook*, é fundador e coordenador do MBL; já Fernando Holiday, segundo a descrição em sua página no *Facebook*, participa do

MBL desde 2015 e também é coordenador nacional do movimento.

O MBL almeja ser um movimento de massas, objetivando massificar o pensamento liberal por meio de comunicação com os mais diversos públicos. Assim, seu recrutamento não se mostra muito seletivo, apresentando-se com uma identidade mais aberta, que abarca até indivíduos sem preferências políticas claras. Seu público-alvo não se restringe a jovens, também inclui adultos e idosos (GOBBI, 2016).

Aposta-se na internet como meio de comunicação e organização: o MBL conta com *site* e canal no *YouTube* e atua em redes sociais como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*. A internet é utilizada pelo movimento como um importante meio de convocar protestos e manter contato com aqueles que apoiam suas iniciativas (SOUZA; MESSIAS; ESPÍNEIRA, 2017).

3. Relações entre o MBL e a Política Parlamentar

O MBL não é contrário à forma *partido*, ao contrário, lança candidatos com o objetivo de alcançarem cargos governamentais, via partidos políticos já existentes (GOHN, 2017). Porém, nem sempre foi assim: antes de 2015, esse movimento pregava um discurso de rejeição aos partidos políticos. Com a proximidade das eleições municipais, retirou-se o rótulo “apartidário” de sua descrição e passou-se a

declarar publicamente a intenção de lançar candidatos por meio de partidos políticos (GOBBI, 2016).

Atualmente, esse movimento é uma organização suprapartidária, em outras palavras, considera-se acima de ideologias concernentes a partidos políticos, o que possibilita que seus ativistas realizem ações independente do fato de serem membros de partidos ou não (MBL, 2015b).

No entanto, o MBL mantém proximidade com determinados blocos de agremiações e parlamentares. Diversos partidos políticos de sua preferência são apontados no *Manual de filiais do MBL*, a saber: a) Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); b) Democratas (DEM); c) Movimento Democrático Brasileiro (MDB); d) Partido Verde (PV); e) Partido Social Cristão (PSC); f) Partido Novo (NOVO); g) Partido Republicano Progressista (PRP); h) Partido Socialista Brasileiro (PSB); i) Partido Popular Socialista (PPS); j) Partido Trabalhista do Brasil (PT do B); e k) Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) (MBL, 2015b).

Por outro lado, recusa-se a vinculação com: a) Partido dos Trabalhadores (PT); b) Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); c) Partido Comunista Brasileiro (PCB); d) Partido Comunista do Brasil (PC do B); e) Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); e f) Partido da Causa Operária (PCO), uma vez que tais partidos são favoráveis aos ideários de esquerda e o MBL apresenta tendências de direita. O movimento autoriza seus membros a firmarem alianças e coligações com partidos, desde que suas ideias

continuem hegemônicas, nos termos de seu manual oficial (MBL, 2015b).

O MBL deixa bem claro que seu objetivo fundamental é a ocupação de cargos públicos e a destruição sistemática do pensamento e da prática estadista e ligada à esquerda em todo o país (MBL, 2015b).

Tal intento apareceu no I Fórum Nacional do MBL, realizado em novembro de 2015, no qual o principal objetivo era a formulação de uma plataforma política para o ano seguinte (2016). Essa plataforma deveria abarcar a ampliação de filiais, a formulação de lideranças, o lançamento de candidaturas e a formulação de políticas públicas de caráter liberal (SOUZA; MESSIAS; ESPIÑEIRA, 2017).

No I Fórum Nacional do MBL se elaborou um documento intitulado *Propostas de Políticas Públicas do MBL* (2015a), que apresentou todas as propostas de cunho liberal nas áreas de gestão pública, como educação, saúde, sustentabilidade, reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo. Em novembro de 2016 se realizou o II Congresso Nacional do MBL na Cidade de São Paulo, com a presença de 400 representantes de 22 estados e 172 cidades onde o movimento se encontrava organizado (GOHN, 2017).

Portanto, o movimento explicita que almeja influir diretamente na arena estatal, formulando políticas públicas. Para o MBL, fazer política pressupõe tanto embate quanto ocupação de espaços públicos (MBL, 2015b), o que, de certo modo, representa um paradoxo: defende-se a perspectiva de que “nenhum

político presta” ao mesmo tempo que se busca uma apropriação do espaço estatal (SOUZA; MESSIAS; ESPIÑEIRA, 2017).

Vale ressaltar que os municípios são pontos de máxima importância para o movimento, sendo considerados espaços estratégicos para a realização política, com a aprovação de projetos de lei que tragam soluções liberais para entraves municipais, como aponta o seguinte trecho:

[...] A finalidade maior das filiais do Movimento Brasil Livre é a construção de um país mais livre, de baixo para cima. Isso significa que a transformação, de acordo com nossa estratégia, se dará a partir dos municípios, através de uma geração multipolarizada de massa crítica liberal na forma de ações públicas e, em sua expressão final, na aprovação de projetos de lei que tragam soluções liberais para os bons e velhos problemas municipais que assolam os brasileiros (MBL, 2015b, p. 27).

O MBL (2015b) sugere estratégias a serem seguidas por suas filiais municipais, apesar de conferir liberdade de rotas para elas. A primeira dessas estratégias se refere à criação de grupos de *Facebook* municipais, onde ocorre boa parte do debate local. Fazem parte desses grupos líderes partidários, candidatos, funcionários da câmara, vereadores, “intelectuais de botequim” e secretários de governo. Além disso, os ativistas devem adentrar esses grupos para refutar ideias socialistas e estatizantes dos agentes políticos presentes, propagando ideias liberais e identificando aliados para a construção de uma unidade liberal na cidade em questão (MBL, 2015b).

A realização de pesquisas de campo e de cursos de formação política semestral/anual, bem como a organização de grupos de estudo e de eventos culturais, também são estratégias para agregar apoiadores, expondo as ideias do MBL e aproximando-o da comunidade onde deseja atuar (MBL, 2015b).

Além disso, os membros devem participar das seções semanais da respectiva câmara municipal, para demarcar espaço perante os vereadores e os demais cidadãos. O MBL diz oferecer amplo poder para seu núcleo municipal, desde que esteja de acordo com o estatuto e o programa ideológico do movimento (MBL, 2015b).

Por fim, as principais estratégias elucidadas pelo MBL (2015b) são: a) aprovação e implementação de projetos de lei que tragam soluções liberais; e b) ocupação de espaço, seja via eleição direta ou mediante nomeação de secretários. De acordo com o MBL (2015b, p. 29-30):

Um movimento político municipal não poderá se abster de participar do pleito, agregando candidatos diversos que defendam suas bandeiras. Caso contrário, irá se converter em um clube de discussões enfadonho e sem foco, e perderá por completo seu potencial transformador. Já havíamos alertado anteriormente: os movimentos municipais farão política, e política pressupõe embate e ocupação de espaço.

A relação do movimento com o Estado é tão próxima que já nas eleições municipais de 2016 o MBL apresentou 46 candidaturas a vereador, 1 candidatura

a prefeito e 1 candidatura a vice-prefeito (SOUZA; MESSIAS; ESPÍNEIRA, 2017).

Dentre os vereadores estavam: a) Kleber Romão, do DEM, em Manaus-AM; b) Leonardo Barcellos, do PSDB, em Anchieta-ES; c) Grasielle Rodrigues, do PSC, em Guarapari-ES; d) Maíke Trancoso, do Progressistas, em Santa Leopoldina-ES; e) Silvio Filho, do DEM, em Goiânia-GO; f) Gil Corrêa, do PSDB, em São João del-Rei-MG; g) Kenner Garcia, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em Uberlândia-MG; h) Rodrigo Hávila, do Solidariedade, em Santarém-PA; i) Luís Felipe Nunes, do DEM, em Campina Grande-PB; e j) Thiago Dias Pereira, do PSDB, em Recife-PE.

No Paraná, os candidatos a vereador foram: a) Fabrício Melo, do PSC, em Cascavel; b) Eder Borges, também do PSC, em Curitiba; c) Marcelo Angeli, do Partido Republicano da Ordem Social (PROS), em Foz do Iguaçu; d) Douglas Goy, do DEM, em Itati; e) Filipe Barros, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), em Londrina; f) Homero Marchese, do PV, em Maringá; g) Maurício Dvorak, do PSB, em Matinhos; h) Valderson Cardoso, do DEM, em Ponta Grossa; e i) Paulo Farina, do PSC, em Rolândia.

No Rio de Janeiro, foram candidatos a vereador: a) Bernardo Sampaio, do PSDB, em Niterói; e b) Gustavo Mota, do NOVO, na capital do estado.

No Rio Grande do Sul, os candidatos foram: a) Gabriel Neubert, do PP, em Capão da Canoa; b) Beto Maures, do DEM, em Caxias do Sul; c) Matheus Sperry, do NOVO, em Porto Alegre; d) Ramiro Rosário, do

PSDB, também em Porto Alegre; e) Marco Jacobsen, do PP, em Santa Maria; e f) Leonardo Braga, do PSDB, em Sapiranga.

Em Santa Catarina, os candidatos foram: a) Carolina de Toni, do PP, em Chapecó; b) Ramiro Zinder, do DEM, em Florianópolis; c) Paulo Filippus, também do DEM, em Gaspar; e d) Pablo Calluans, do PSC, em Joaçaba.

Por fim, em São Paulo, os candidatos foram: a) Marschelo Meche, do PSDB, em Americana; b) Mônica Barreto, do PSDB, em Araras; c) Rodrigo dos Santos, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), também em Araras; d) Ronald Tanimoto, do DEM, em Campinas; e) Roni Stefanuto, do PP, em Guarulhos; f) Alessandro Mazaro, do PTB, em Itu; g) Luis Gustavo, do PRB, em Piracicaba; h) Lawrence Waclawiak, do PTB, em Pirassununga; i) Roberto da Costa, do Patriota (PATRI), em Praia Grande; j) Caroline Gomes, do PSDB, em Rio Claro; k) Junior Moreira, do PSDB, em São Bernardo do Campo; l) o líder do movimento, Fernando Holiday, do DEM, na capital do estado; m) Júnior Alves, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), em Sorocaba; e n) Gabriel Bueno, do MDB, em Valinhos.

Vale ressaltar, ainda, que o MBL apoiou candidaturas de pessoas que não faziam parte do movimento, mas que seriam condizentes com seus ideais, tais como: a) o prefeito eleito João Dória, do PSDB, em São Paulo-SP; b) Nelson Marchezan Júnior, do PSDB, em Porto Alegre-RS; c) Marcelo Crivella, do PRB, no Rio de Janeiro-RJ; e d) Orlando Morando, do PSDB,

em São Bernardo do Campo-SP (SOUZA; MESSIAS; ESPIÑEIRA, 2017).

Nas eleições de 2016, a organização elegeu 7 vereadores no Estado de São Paulo. Destaca-se a eleição de um dos principais líderes do movimento, Fernando Holiday, que se elegeu como vereador na Cidade de São Paulo, pelo DEM.

Além de Holiday, tomaram posse os seguintes vereadores na capital do Estado de São Paulo: a) Marschelo Merche; e b) Caroline Gomes (ambos pelo PSDB).

No Rio Grande do Sul se elegeram: a) Ramiro Rosário; e b) Leonardo Braga (também pelo PSDB).

No Paraná, Filipe Barros foi eleito pelo PRB e Homero Marchese foi eleito pelo PV (SOUZA; MESSIAS; ESPIÑEIRA, 2017).

Portanto, em 2016, o MBL, ainda que de modo tímido, já apresentava figuras ocupando cargos eletivos, sendo um de seus líderes, Fernando Holiday, eleito como vereador da principal metrópole do país.

Em agosto de 2018, mês anterior ao das eleições, publicou-se na página oficial do movimento no *Facebook* uma foto com letras brancas e amarelas, em fonte com tamanho grande, sobre um fundo escuro, na qual se afirmava que o MBL não poderia apoiar formalmente candidatos em razão da lei eleitoral, que impede o apoio de pessoas jurídicas a candidatos - e o movimento é constituído sob a forma de pessoa jurídica.

O MBL também explicitou na mesma publicação que diversos coordenadores de filiais concorriam a cargos eletivos ou apoiavam candidatos com agenda similar à do movimento.

Este publicou um apanhado de seus coordenadores candidatos a deputado federal, deputado estadual e vice-governador nas eleições de 2018, além dos nomes de candidatos que subscreveram a agenda do movimento (BOLETIM DA LIBERDADE, 2018).

Dentre os coordenadores que disputaram o cargo de deputado estadual foram citados: a) Jaja Jailton, pelo NOVO, no Distrito Federal; b) Ulysses Moraes, pelo partido Democracia Cristã (DC), no Mato Grosso; c) Leonardo Vitor, pelo PSC, em Minas Gerais; d) Homero Marchese, pelo PROS, e Bruno Lessa, pelo PSDB, no Rio de Janeiro; e) Ramiro Zinder, pelo DEM, em Santa Catarina; e, por fim, f) Arthur Mamãe Falei, pelo DEM, em São Paulo.

Os coordenadores do movimento candidatos a deputado federal nas eleições de 2018 foram: a) Patrícia Ferraz, do Partido da República (PR), no Amapá; b) César Leite, do PSDB, na Bahia; c) Heitor Santana, do NOVO, no Mato Grosso; d) Paulo Martins, do PSC, no Paraná; e) Roberto Motta, também pelo PSC, no Rio de Janeiro; f) Paula Cassol, do PP, no Rio Grande do Sul; g) Ericsson Hemer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em Santa Catarina; e h) Kim Kataguiri, do DEM, em São Paulo. Além disso, a coordenadora do MBL no Estado da Bahia, Flávia Bahia, do DEM, concorreu ao cargo de vice-governadora.

Os candidatos a deputado estadual que subcreveram a agenda do MBL nas eleições de 2018 foram: a) Haroldo Santos, do PTB, no Espírito Santo; b) Vinícius Siqueira, do DEM, no Mato Grosso do Sul; c) Ricardo Gomes, do PP, no Rio Grande do Sul; e d) Olyntho Neto, do PSDB, em Tocantins.

Os candidatos a deputado federal que subcreveram a agenda do movimento foram: a) Serjão Magalhães, do PTB, no Espírito Santo; b) José Mário Schneider, do DEM, em Goiás; c) Charbel Maroun, do NOVO, em Pernambuco; d) Sóstenes Cavalcante, do DEM, no Rio de Janeiro; e e) Jayme Groff, do NOVO, no Rio Grande do Norte.

O movimento apoiou, ainda, os seguintes candidatos a senador: a) Girão Filho, do PROS; b) Mayra Pinheiro, do PSDB (ambos no Ceará); c) Luis Carlos Heinze, do PP, no Rio Grande do Sul; e d) Marcos Rogério, do DEM, em Rondônia.

Portanto, nas eleições de 2018, o MBL buscou ampliar sua institucionalização por meio da ocupação de cargos políticos, lançando figuras importantes para o movimento, como os coordenadores de diversas filiais e até líderes nacionais, como Kim Kataguirí e Arthur Moletto do Val (Arthur Mamãe Falei), a fim de preencherem cargos importantes no Poder Legislativo, como deputado federal e deputado estadual.

Após o período eleitoral se elegeram deputados estaduais, dentre os citados, Ulysses Moraes, Homero Marchese e Arthur Mamãe Falei. Dentre os candidatos a deputado federal se elegeram Paulo Martins e o

líder nacional do movimento, Kim Kataguiri. Por fim, foram eleitos Olyntho Neto, José Mário Schneider, Sóstenes Cavalcante, Girão Filho, Luis Carlos Heinze e Marcos Rogério, os quais apresentavam agendas compatíveis com o MBL.

Além disso, o *site* do movimento demonstra que houve expansão de líderes que ocupam cargo de deputado federal e vereador. Além dos nomes de Kim Kataguiri e Paulo Martins, já citados, aparece o deputado federal Jerônimo Goegen e dentre os vereadores, além de Fernando Holiday, surgem os nomes de Dito Dorta, de Monte Sião-MG, Ramiro Rosário, de Porto Alegre-RS, Leonardo Braga, de Sapiranga-RS, Cezar Leite, de Salvador-BA e Homero Marchese, de Maringá-PR.

Portanto, o movimento está cada vez mais institucionalizado via ocupação de cargos políticos, auferindo êxito no método aplicado para tecer canais colaborativos com o Estado. O MBL viabiliza cada vez mais seus principais líderes e ativistas, principalmente no Poder Legislativo.

Cabe ressaltar, ainda, que, apesar da premissa de que o MBL (2015) não é um partido, mas um movimento social, seus líderes têm a intenção de criar um partido a partir dele.

A ideia começou a ganhar corpo ainda em 2018, quando o deputado eleito Jerônimo Goergen fez uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o intuito de ponderar a validade de assinaturas digitais para regularizar um partido. Em abril de 2019, após

audiência requisitada pelo mesmo deputado, técnicos do TSE indicaram a existência de grande probabilidade de que membros da corte venham a demonstrar posição favorável ao intento do movimento (MATOS, 2019).

4. Considerações Finais

Como demonstrado, o MBL elegeu ou apoiou candidatos nas eleições de 2016 e 2018. Logo, a autonomia conclamada pelo movimento em relação à política partidária e parlamentar não existe. Então, por que ele se coloca como autônomo?

O discurso da novidade e o distanciamento da política têm relação com a baixa confiança nas instituições parlamentares entre a população geral. Essa baixa confiança foi expressa e alimentada pelo ciclo de protestos iniciados no Brasil em junho de 2013. A distância entre os movimentos sociais de direita e as organizações políticas tradicionais atenderia às expectativas da sociedade quanto à forma de organização societal. Em um contexto de desconfiança nos partidos e nas instituições parlamentares, tais movimentos aparecem como formas de organização mais genuínas e com maior potencial de mudança social.

O discurso de distanciamento dos movimentos sociais em relação à política parlamentar, incluindo partidos e instituições parlamentares, pode apresentar implicações para o fortalecimento das instituições democráticas. As instituições parlamentares poderiam ser aprimoradas por meio da luta dos movimentos

sociais. No entanto, quando os ativistas se colocam como distantes dessas instituições, diminuem a possibilidade de mudança. A desconfiança em relação aos partidos e ao Congresso Nacional pode aumentar a possibilidade de rompimento com essas duas instituições centrais para a democracia. Isso reflete a necessidade de desmistificar discursos que se apresentam como autônomos e novos.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011.

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

AMARAL, M. A nova roupa da direita. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-nova-roupa-da-direita-4795.html>. Acesso em: 18 out. 2019.

BOLETIM DA LIBERDADE. MBL divulga listagem dos candidatos apoiados nessas eleições: confira. 2018. Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/08/17/mbl-divulga-listagem-dos-candidatos-apoiados-nessas-eleicoes-confira/>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRANDÃO, L. A literatura sobre movimentos sociais: interações entre a política institucional e a política não institucional. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 71, p. 123-143, 2011.

CARDOSO, R. Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 18-32, 1987.

CARLOS, E. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 15-53, 2015.

DOWBOR, M. **A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006)**. Orientador: Adrian Gurza Lavalle. 2012. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GOBBI, D. **Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes pela Liberdade**. Orientadora: Marisa Von Bülow. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GOHN, M. G. **Manifestações e protestos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

LAVALLE, A.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015.

MATOS, K. A boa notícia que o MBL acaba de receber sobre criar seu próprio partido político. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/kelly-matos/noticia/2019/05/a-boa-noticia-que-o-mbl-acaba-de-receber-sobre-criar-seu-proprio-partido-politico-cjvfl3h5u024t01pez827rkzo.html>. Acesso em: 18 out. 2019.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE - MBL. Propostas Aprovadas no Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil livre em novembro de 2015. 2015a. Disponível em: <<http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2019.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE - MBL. Manual de filiais do MBL. 2015b. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>. Acesso em: 18 out. 2019.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, C. A.; MESSIAS, G.; ESPÍNEIRA, M. V. Representando as ruas: uma análise (preliminar) do MBL nas eleições de 2016. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 209-230, 2017.

SZWAKO, J. **Del otro lado de la vereda: luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial.** Orientadora: Evelina Dagnino. 2012. 440 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

TATAGIBA, L. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da Cidade de São Paulo - primeiras impressões. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 71, p. 63-83, 2010.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Participação e democracia: velhos e novos desafios. **Civitas**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 223-240, 2006.

2

Os Ferreira Gomes e as Eleições de 2006 a 2018: alianças e abalos de um ciclo político cearense

Cleyton Monte¹

INTRODUÇÃO

Para além da observação sistemática dos encontros entre seus membros, a opção pelo termo *grupo dos Ferreira Gomes* encontrou motivação em sua recorrência na imprensa, em publicações acadêmicas e, de modo crescente, nos discursos dos atores do campo político (membros e opositores). É bem verdade que se diferencia, substancialmente, dos grupos tradicionais liderados pelos três coronéis cearenses - Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra - e, mais recentemente, da formação moderna

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Faculdade Cearense (FaC). Articulista dos jornais *O Povo* e *Segunda Opinião*. e membro da Associação Cearense de Imprensa (ACI).

adotada a partir das reuniões no Centro Industrial do Ceará - CIC. Entretanto, guarda semelhanças com o *carlismo*, proeminente na Bahia até o final da década de 1990. Sua singularidade reside em conciliar, mesmo que de modo frágil, práticas e narrativas tradicionais e modernas. Não têm um projeto político delimitado nem guardam bandeiras ideológicas. Contudo, são políticos profissionais, oriundos da classe média urbana, que se subordinam à gramática nacional hegemônica, marcham juntos e seguem o posicionamento de lideranças consolidadas, primando pelo pragmatismo em suas estratégias (MONTE, 2016).

A formação das alianças eleitorais compreende o primeiro passo para o sucesso de qualquer grupo, de projeto político ou de perspectiva de poder, tendo em vista a complexidade do cenário político brasileiro. Assim, os processos eleitorais significam momentos privilegiados para análise da atualização de lógicas que (re)definem o jogo político (LIMA, 2014). Nesse sentido, cuida-se, neste capítulo, das alianças eleitorais construídas de 2006 a 2018, formadas no entorno do grupo dos Ferreira Gomes, orquestradas, em sua maioria, pelos irmãos Ciro e Cid Gomes.

Para compor este capítulo, procedeu-se à leitura crítica de matérias dos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, de *blogs* especializados em política, de programas de governo e das peças mais significativas do horário de propaganda eleitoral gratuita (HGPE), além de reportagens e entrevistas publicadas em revistas nacionais no curso das campanhas. Vale registrar que os artigos escritos pelo autor destas páginas,

para a cobertura especial das eleições de 2018 (nos jornais *O Povo* e *Segunda Opinião*), não poderiam deixar de ser incorporados na análise em curso. Os resultados eleitorais e a formação das coligações foram extraídos diretamente dos portais do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, em alguns casos, dos *sites* dos próprios partidos políticos. Percebe-se que, longe de espelhar um caso raro de arranjo eleitoral, as páginas que seguem apontam uma série de elementos recorrentes na política brasileira, quais sejam: a) o forte personalismo; b) as coligações heterogêneas; c) o situacionismo; d) a midiaticização das campanhas; e e) o alinhamento com o cenário nacional. A ideia é demonstrar como a política cearense foi construída de 2006 a 2018, destacando os mecanismos acionados pelos Ferreira Gomes para se movimentarem nesse contexto.

Nossas questões norteadoras são:

1. Como essas alianças foram construídas e de que forma sofreram abalos ao longo das últimas eleições?
2. Em que sentido elas traduzem o domínio de um grupo político e refletem uma configuração nacional?

As articulações para as eleições estaduais de 2006 e 2010, quando Cid Gomes participou como candidato ao governo estadual, são discutidas aqui, bem como as estratégias para as eleições de 2014 e 2018, nas quais Camilo Santana buscou a eleição e a

reeleição para o governo cearense e houve o esforço para construir a candidatura de Ciro Gomes à Presidência da República. O objetivo do grupo estudado foi reforçar sua base local e viabilizar um projeto nacional.

Saliente-se que a pesquisa sobre essas eleições não abrange todos os seus desdobramentos, por se restringir ao enfoque das estratégias acionadas pelo grupo em questão, nos períodos das campanhas eleitorais e, em alguns casos, nos momentos pré-eleitorais. O ponto essencial é compreender a composição e a lógica das alianças majoritárias, sua continuidade, suas rupturas, suas marcas e suas principais lideranças. Em todo caso, para compreender as ações dos Ferreira Gomes, mostra-se imprescindível apontar o arranjo político montado em Sobral-CE, nas eleições de 1996, quando o então prefeito Cid Gomes aproximou o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Aquele pleito marcaria uma das estratégias mais presentes em períodos posteriores, que se consolidou não apenas no Ceará: a formação de coligações amplas e cada vez mais heterogêneas.

Para entender o cenário e as regras sob as quais essas alianças se desenvolveram, procede-se a uma revisão da literatura que discute a midiaticização da política cearense desde a redemocratização, além da constituição de ciclos políticos e da lógica da *presidencialização das competições eleitorais* (SANDES FREITAS, 2015) ou dos *jogos aninhados* (MELO, 2010). Esse modelo foi uma das armas mais utilizadas pelo

grupo, ligando candidatos das três esferas de poder - municipal, estadual e federal. As eleições de 2014 e 2018 colocaram esse padrão em xeque.

O maior dos alinhamentos ocorreu com a associação ao fenômeno do lulismo, presente em todas as campanhas aqui analisadas. O grupo dos Ferreira Gomes se constituiu no mais importante apoio a Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff nas campanhas de 2006, 2010 e 2014. Em 2018 o apoio ficou concentrado em seu principal líder - Ciro Gomes, mas sem deixar de defender o legado lulista no Ceará. Esses quatro pleitos são analisados logo em seguida, ressaltando a dimensão das coligações e as estratégias do grupo em destaque. Nas considerações finais, faz-se um apanhado dos elementos apresentados ao longo deste capítulo e das perspectivas do grupo para o cenário marcado pela eleição de Jair Bolsonaro.

1. A constituição dos ciclos políticos cearenses: mediação, coligações e cenário nacional

A política contemporânea e a comunicação de massa se encontram em estreita relação. Os atores políticos, dos mais diferentes partidos e ideologias, ocupando cargos nos três níveis de governo, tendem a atuar na esfera de visibilidade pública, pois, do período eleitoral ao exercício dos mandatos, a atividade política voltada à comunicação sofreu uma série de transformações. A política tradicional, face a face, não deixou de existir, mas foi cedendo espaço

para a adoção de um conjunto de técnicas cada vez mais essencial em uma democracia de massa, com públicos tão distintos e repletos de demandas cada vez mais urgentes (GOMES, 2004; MARQUES, 2010). O conhecimento e a adoção desses dispositivos se mostraram norteadores das estratégias políticas em diferentes instituições e projetos que busquem o apoio do cidadão.

Uma das grandes estratégias consiste na produção das imagens públicas, o que exige a adoção de habilidades e competências do marketing político, coordenado por profissionais que conhecem a gramática audiovisual e conseguem traduzir o discurso político, lidando com as emoções e os afetos do público, elementos indispensáveis em um sistema político marcado pelo personalismo das disputas. O especialista nessa área se empenha em sondar a opinião pública e verificar suas principais demandas. E esse profissional trabalha em campanhas ou em assessorias de imprensa de instituições públicas, ancorado em pesquisas de sondagem ou outras ferramentas do gênero, tornando-se uma figura de destaque nas disputas que ocorrem no campo político.

As representações políticas também sofrem alterações, exigindo a adoção de técnicas que criem ou reforcem crenças, símbolos e mitos da sociedade, acessando o arquivo do imaginário popular e possibilitando a sensibilização de públicos diferentes (CARVALHO, 2013). Sabendo-se que a democracia é o regime em que se deve convencer o outro para obter adesão, haja vista a disputa pela legitimidade, a representa-

ção midiática da política possibilita a construção e a difusão de discursos reconhecidos como “legítimos” no campo político e fora dele. Convém lembrar que o estatuto da promessa, acompanhada da demonstração de realizações anteriores, está intrinsecamente associado à mobilização da representação política e à credibilidade da liderança.

Desse modo, os discursos se modificam e, visando à tradução do linguajar político para as diferentes mídias, o perfil do candidato é minuciosamente trabalhado com vistas a evitar deslizos que podem ser fatais, os programas são redesenhados em busca da exploração inteligente dos erros cometidos por oponentes, bem como de propostas que possam trazer mais adesões. Os agentes políticos não são atores passivos nesse processo, porquanto pautam o campo jornalístico e por ele são pautados, conhecem as regras do jogo e utilizam as novas ferramentas para difundir suas opiniões e criticar as visões contrárias aos seus anseios. O campo político tem sua hierarquia e suas disputas por capital.

Os diferentes agentes no campo político possuem diferentes formas de relação com a mídia, são menos ou mais vulneráveis à sua influência de acordo com a posição que ocupam. Um líder político importante, apto a orientar o noticiário com suas declarações, não está na mesma posição de alguém posicionado na borda externa do campo e que possui, portanto, uma baixa capacidade de produzir fatos políticos (MIGUEL, 2002, p. 181).

A política midiática não é pensada no vazio, pois trabalha alicerçada em um conjunto de elementos

do sistema político já constituído. No caso brasileiro, tem-se a fragilidade dos partidos políticos, que se faz sentir pela baixa identificação social dos cidadãos, e está intimamente ligada a esse fator, a personalização da política, que centraliza na liderança as ferramentas oferecidas pela gramática audiovisual, produzindo imagens públicas palatáveis e que pareçam críveis (CARVALHO, 2013). Esse contexto reflete uma democracia ainda em consolidação, marcada por forte exclusão social, pela utilização patrimonial dos recursos do Estado e pela fragilização dos movimentos da sociedade civil (MARQUES, 2010).

A comunicação midiática não determina as ações de nenhum ator político, devendo, por isso, haver coerência entre propaganda e jogo político, uma vez que os especialistas sozinhos não ganham eleições ou alcançam apoio político. A realidade cotidiana do cidadão comum e a biografia dos políticos não podem ser inventadas, sob o risco da estratégia fracassar no objetivo principal: alcançar ou ampliar o poder político. Nesse sentido, o HGPE é fundamental para o campo político.

Em seguida, enfoca-se, empiricamente, como a midiática da política ocorreu em diferentes espaços e momentos da história política cearense.

De acordo com Biroli e Miguel (2011), a disputa eleitoral de 1989 pode ser encarada como marco inaugural da midiática da política no Brasil. Naquele período, a ofensiva de Fernando Collor de Mello, um ex-governador de um estado sem expressão econô-

mica, sem partido relevante e apoios consideráveis, conseguiu, fazendo uso, de modo eficiente, de ferramentas do marketing político, ser alçado ao mais alto posto da República. Sem entrar em detalhes sobre os diferentes fatores que incidiram naquela eleição e que vão além do aparato midiático, percebe-se a importância daquela disputa para uma série de análises da política brasileira.

É oportuno salientar que, três anos antes, o Estado do Ceará já oferecia um importante campo para os analistas dessa área. A campanha de 1986 se mostrou repleta de novidades. Naquele momento, entraram em disputa, de um lado, o candidato Aduino Bezerra, um dos três coronéis que já haviam governado o estado e representavam o poderio político do regime militar, e do outro lado estava Tasso Jereissati, jovem empresário e dirigente do CIC, sem nenhuma experiência em cargos políticos. A disputa não era apenas entre candidatos, mas também entre imaginários da política (CARVALHO, 1999). A vitória de Tasso marcou o início de um novo ciclo político no Ceará.

Carvalho (2008) caracteriza os ciclos pela longevidade de uma liderança pessoal, viabilizada pelo uso dos protocolos da comunicação midiática e publicitária nas campanhas eleitorais e majoritárias, mobilizando discursos de inauguradores de uma nova era (fala de oposição) ou que ressaltem a necessidade de permanência do grupo em atuação como meio de preservar os feitos já realizados. A autora destaca que, na mediação das campanhas eleitorais, as

estratégias de construção de imagem dos candidatos, a disputa entre oponentes e os diferentes estilos de comunicação com o eleitor são evidenciados nos programas do horário eleitoral na televisão. Nesse jogo político, os candidatos mobilizam recursos simbólicos que se mostram eficazes para apresentar aos eleitores imagens que suscitem sentimentos de empatia e convertam-se em votos (CARVALHO, 1999, 2008, 2013).

O ciclo político exige uma mística simbólica forte e caracteriza-se pela hegemonia de uma *persona* política (indivíduo, grupo ou partido) em campanhas não competitivas no território estadual ou nacional (CARVALHO; AQUINO, 2011; CARVALHO, 2014). De acordo com a autora Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, os ciclos políticos se tornaram mais longevos com a possibilidade, inaugurada em 1997, da reeleição, criando-se uma nova gramática política para governantes e opositores, com alteração significativa na gestão dos discursos. As lideranças governistas, principalmente em busca de reeleição e aquelas com boa avaliação, têm, geralmente, um tom mais otimista e propositivo, ao contrário da oposição, que deve basear-se em lacunas da atual administração, produzindo um discurso mais negativo.

A dinâmica dos ciclos políticos transformou profundamente as alianças, formando amplas coligações situacionistas, nas quais as divisões entre esquerda e direita ou os princípios ideológicos perdem espaço em nome do pragmatismo político. O mais importante é encontrar-se próximo ao poder. A tendência situacionista sinaliza que os governantes dependam menos

dos intermediários tradicionais (chefes políticos, partidos, entre outros). A alocação de recursos do governo estadual diretamente para os municípios, a expansão da máquina do Estado por meio de programas sociais e a publicidade institucional facilitaram a proximidade entre o eleitor e o governante (CARVALHO; AQUINO, 2011).

Segundo a lógica dos ciclos políticos, os candidatos passaram a trabalhar simbolicamente com a dinâmica continuísmo/continuidade, na qual o primeiro estaria ligado à força do fisiologismo e do poder tradicional e a segunda, apresentando valores mais positivos, significaria que o eleitor, de modo livre, reconhecia os méritos da atual gestão e desejaria conceder ao mesmo governante, ou a alguém que o representasse, outro mandato, como espécie de gratidão pelo que foi feito, garantindo que as boas obras e programas não fossem interrompidos por outro candidato, o que simbolizaria a antirreferência do projeto avaliado. A Era Tasso durou 20 anos (1986-2006), à qual se seguiu o ciclo dos Ferreira Gomes, iniciado em 2006 e ainda em atuação, representando um ciclo fortemente personalizado e construído via alianças com líderes e partidos marcados por trajetórias e bandeiras distintas.

Além da midiaticização, as campanhas para os cargos majoritários no Brasil sempre levam em consideração a perspectiva da coligação. A redemocratização possibilitou a criação de múltiplos partidos políticos, que passaram a disputar as eleições municipais, estaduais e nacionais. A partir da década de 1980,

com o início da consolidação do modelo partidário e o acirramento das disputas, essas siglas passaram a poder formar coligações. O grande objetivo era pluralizar a representação política no país (SANDES FREITAS, 2015). Apesar de sofrerem críticas, devido ao cálculo pragmático e à inconsistência ideológica no processo de sua formação, as alianças oferecem um rico instrumental para estudo e, de acordo com Krause, Dantas e Miguel (2010), para a análise do amadurecimento do sistema partidário brasileiro, dos dilemas da representação proporcional e da interferência do Poder Executivo nesses arranjos, uma vez que esse poder, tanto o nacional como o estadual, tem dado o tom da dinâmica das coligações. Lima Júnior (1983) ressalta que as alianças estaduais obedecem uma *racionalidade política contextual*, na qual os partidos estabelecem acordos se orientando pela dinâmica da competição partidária local.

Diante da margem de instabilidade na eleição majoritária estadual e do grande número de partidos na concorrência, associada aos altos índices de volatilidade eleitoral observados, a grande maioria das legendas tem estabelecido a estratégia de coligar-se. Para Kinzo (2004), essa prática se tornou necessária devido à fragmentação partidária. Com isso, a aliança faz parte das estratégias adotadas pelos partidos para a conquista de vagas nas eleições majoritárias e proporcionais. Como são muitos os partidos e as coligações, nem sempre se mostra fácil para os eleitores a leitura do perfil ideológico e da identidade de cada legenda. Dessa forma, tem-se que:

A orientação pela maximização do voto, como princípio geral, predominou em praticamente todas as legendas e isto tem sido intensificado e ampliado nos últimos pleitos. Tal comportamento pode ser demonstrado não somente pela busca de parceiros para enfrentar o mercado eleitoral, mas também pela crescente estratégia dos partidos em estabelecer alianças que potencializem os ganhos, sendo cada vez menos expressivas composições que apresentem “resistência ideológica”. Além disso, deve ser apontado que a orientação para determinado tipo de estratégia coligacionista não se reduz somente à busca de eleitores, mas também a adquirir proximidade com grupos que estão no controle do poder (KRAUSE; GODOI, 2010, p. 96).

Para facilitar a análise, Carreirão e Nascimento (2010) estabeleceram uma tipologia das coligações, desenvolvendo 3 tipos: a) consistente - quando a coligação se dá apenas entre partidos situados em um mesmo “campo” do espectro político; b) semi-consistente - quando a coligação envolve partidos de centro com partidos de esquerda ou com partidos de direita; e c) inconsistente - quando a coligação envolve partidos de polos extremos (direita e esquerda). Os tipos de coligações formadas pelo grupo dos Ferreira Gomes compõem um elemento de análise deste estudo.

Baseando-se em estudos empíricos, Krause e Godoi (2010) afirmam que nas duas primeiras eleições (1989 e 1994) predominou o modelo consistente. Contudo, a partir de 1994, verificou-se um constante processo de declínio dessas coligações e o predomínio de arranjos semiconsistentes e inconsistentes, principalmente em nível estadual, quando

os governadores formaram coligações com partidos de diferentes matrizes ideológicas. A estratégia de aliança vai variar de acordo com o partido; assim, quanto menor a sigla, maior a probabilidade de ele buscar coligar-se com outros partidos nas eleições parlamentares, por exemplo. Há, entretanto, outra variável muito importante, considerada nos momentos de formação de alianças, principalmente para as disputas majoritárias. Trata-se do tempo que pode ser agregado no horário eleitoral gratuito, indispensável em um cenário de midiaticização da política.

A compreensão das coligações e disputas estaduais passa obrigatoriamente pela influência da dinâmica nacional. Pode-se dizer que nas últimas eleições a longevidade dos ciclos políticos esteve atrelada à constituição de “jogos aninhados”, produzidos a partir da verticalização da tendência situacionista. A demonstração de alianças “para cima” e “para baixo” ocupa lugar central nas estratégias dos candidatos, configurando um vetor de “força política” (LIMA, 2014). Segundo Borges (2010), a partir de 2002, com a vitória de Lula e o esfacelamento da coalizão que sustentou os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), as campanhas nos estados mais pobres e com menor competitividade demonstraram uma ligação extraordinária com a disputa presidencial, considerando, nesse sentido, que:

As estratégias de construção de máquinas políticas estaduais tendem a ser mais bem-sucedidas em contextos caracterizados pela coincidência, ao longo do tempo, entre partidos e coalizões que ocupam o governo federal e estadual (BORGES, 2010, p. 172).

Os partidos de centro-esquerda ampliaram sua força, principalmente no Nordeste, conseguindo vencer várias máquinas políticas tradicionais, como o domínio de Antônio Carlos Magalhães (ACM) na Bahia. De acordo com Borges (2010), isso se deve a alguns fatores, tais como a realização das eleições estaduais e presidenciais de modo concomitante, a possibilidade da reeleição e o amplo poder orçamentário e de alocação de cargos do Presidente da República no modelo federativo brasileiro, fato que ameaça a competição vertical (entre esferas de governo), levando muitos governadores a se aliarem ao presidente, relativizando a tese das “racionalidades contextuais” (LIMA JÚNIOR, 1997). Nesse período, fazer oposição ao governo estadual significava, em muitos casos, opor-se às três esferas de governo.

Nos governos petistas, a “presidencialização das competições eleitorais” (SANDES FREITAS, 2015) se acentuou com a ampliação de programas sociais federais, como o Bolsa Família e o Luz para Todos, que apresentam uma institucionalização crescente e vêm adotando critérios universalistas, beneficiando principalmente áreas pobres da região Nordeste, um fenômeno que enfraquece as redes clientelistas locais e consolida a estratégia situacionista. Quando o cenário nacional muda, impacta diretamente as estratégias dos governadores, tornando as coalizões instáveis. Os laços com os aliados locais são muito frágeis e o controle das bases municipais, sempre pragmáticas, torna-se reduzido. Em decorrência disso, Borges (2010) destaca que as instituições democráticas brasileiras

estão pouco propensas à sobrevivência de velhos e novos chefes políticos estaduais.

Uma das principais características dos “jogos aninhados” consiste na definição dos principais competidores na arena nacional. Desde a eleição de 1994, a primeira “casada”, PT e PSDB² foram os partidos que melhor simbolizaram uma “vocação presidencial”, em face da coordenação estratégica que essas siglas realizaram e que subordinou as disputas nos planos estaduais ao pleito nacional (MELO, 2010). Tal polarização só foi possível em função dos dois partidos conseguirem construir-se ao longo do tempo, ou seja, mediante um projeto de política nacional com candidatos competitivos às eleições presidenciais, enquanto se mantinham unidos em seus interesses. Ao longo das eleições, ambos controlaram a maioria dos votos válidos nas eleições presidenciais, revelando que o eleitorado passara a ter determinado padrão, e integraram a maior parte das coligações vitoriosas nos estados (SANDES FREITAS, 2015).

Os demais partidos acabaram focando suas atuações nas disputas estaduais ou na formação de coligações proporcionais relevantes. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), maior partido do país, priorizou as arenas estaduais, agregando lideranças regionalmente fortes (MELO, 2010).

2 Vale destacar que os dois partidos tiveram origens distintas. O PT foi criado no início da década de 1980; tem suas raízes fincadas nos movimentos sindicais, em setores populares e em parte da Igreja Católica, marcando posição na esquerda. Já o PSDB surgiu no final da década de 1980, a partir de uma dissidência de parlamentares do PMDB, reivindicando uma identidade social-democrata e defendendo o parlamentarismo e uma política redistributiva (SANDES FREITAS, 2015)

Esse formato gerou duas tendências: a redução do número de candidaturas competitivas (majoritárias) e a entrada de múltiplos partidos (sistema proporcional e distritos plurinominais). A combinação desse arranjo com o multipartidarismo produziu uma expansão da fragmentação partidária (SANDES FREITAS, 2015). Contudo, não se deve pensar que as dinâmicas estaduais operam exclusivamente segundo a lógica nacional. As direções do PT e PSDB puderam optar por fazer parte da coligação em vez de lançar candidatura própria. No período pré-eleitoral, leva-se em consideração a racionalidade das lideranças de outros partidos.

Nesse cenário de conexão entre a política estadual e a federal, predominou, de 2006 a 2014, o que a ciência política vem denominando lulismo. Singer (2012) e Nobre (2013) argumentam que o lulismo surgiu em 2006. Após o “mensalão”, a classe média, muito sensível a questões de ordem ética, passou a se alinhar com forças de centro-direita, com destaque para o PSDB. Os mais pobres passaram, pela primeira vez, a votar em Lula e no PT, que desde sua criação tinha uma penetração maior na classe média, verificando-se, então, um realinhamento de forças sociais.

Essa mudança não ocorreu por acaso, segundo aqueles autores. O grande lema dos governos do PT foi aliar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, refletindo diretamente na criação e/ou ampliação de políticas sociais e econômicas, com destaque para a ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se encontra nas regiões

Norte e Nordeste. Programas sociais e investimentos no acesso e na ampliação de centros universitários e em programas no setor saúde desencadearam o apoio maciço de grande fatia do eleitorado brasileiro. Nos dois governos de Lula, o cenário econômico, nacional e internacional, favoreceu tais investimentos, trazendo grande popularidade para o presidente e ajudando na eleição de sua sucessora. A partir do terceiro ano do primeiro governo Dilma Rousseff, a crise econômica, os escândalos de corrupção e as manifestações populares minaram, em parte, as bases do lulismo, impactando diretamente as eleições seguintes.

Nas próximas seções, interliga-se a dinâmica eleitoral brasileira, analisada anteriormente, com as estratégias acionadas pelo grupo dos Ferreira Gomes para construir alianças e mantê-las nos períodos eleitorais. Desde as primeiras articulações em 2006, passando pelo apogeu em 2010 e pelas dificuldades apresentadas pela fragmentação da base aliada no pleito de 2014, até chegar à eleição de 2018, quando o grupo buscou conciliar a ampliação das bases locais com o sonho de conquistar o Palácio do Planalto. O objetivo é compreender a movimentação eleitoral do grupo em estudo no contexto cearense de disputas.

2. De 2006 a 2014: da hegemonia à fragmentação da base aliada

Em 2005, intensificaram-se as articulações entre os opositores do governador Lúcio Alcântara e as alas insatisfeitas de seu partido (PSDB). Iniciou-se,

então, um movimento, liderado por Ciro Gomes, visando a construir uma sólida aliança que pudesse ter Cid Gomes como candidato ao Governo do Estado em 2006. O maior desafio era trazer grandes partidos para a coligação, atrair importantes lideranças municipais e tornar a eleição competitiva. A grande estratégia de Cid Gomes nessa campanha foi aliar os insatisfeitos com a gestão do governador Lúcio Alcântara, que tinha nomes importantes como o da prefeita Luizianne Lins, do PT, e os líderes do PSDB na Assembleia Legislativa, além de, no interior do estado, buscar prefeitos que não receberam os investimentos prometidos e aqueles que sinalizavam o desgaste do governador, principalmente sob a perspectiva da articulação política. A ideia era contar, também, com a força de Eunício Oliveira, deputado federal e presidente regional do PMDB.

As estratégias se mostraram exitosas e o grupo conseguiu construir um amplo leque de apoio. Já havia migrado, em 2005, para o Partido Socialista Brasileiro (PSB), partido historicamente aliado do PT e que fazia parte do Governo Federal desde as eleições de 2002; esse movimento abriu uma porta de entrada para a aproximação de partidos de oposição ao PSDB e ao governo estadual. Assim, além do PSB, a coligação “Ceará Vota para Vencer” aglutinou 8 siglas, a saber: PT (Partido dos Trabalhadores), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PV (Partido Verde, PHS (Partido Humanista da Solidariedade), PMN (Partido da Mobilização Nacional), PP (Partido

Progressista) e PRB (Partido Republicano Brasileiro). Com elas veio a adesão de nomes expressivos, tais como o da então prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, a quem coube indicar o vice, Francisco Pinheiro (do PT), o de Eunício Oliveira (do PMDB), com forte penetração no interior do estado, e o do deputado federal Inácio Arruda (do PCdoB), que assumiu a candidatura ao Senado na coligação. Compuseram, então, uma aliança semiconsistente, que agregava partidos de centro e de esquerda do espectro político regional. Estava traçado o plano para conseguir o improvável: derrotar um governador em busca da reeleição.

A coligação “Ceará Vota para Vencer” ressaltou, em sua campanha, o ideal de credibilidade e eficiência, demonstrado por Cid Gomes em suas duas gestões à frente da Prefeitura de Sobral. Explorou o discurso de um perfil inovador, enfatizando as ações de um administrador ousado, os “feitos fantásticos” em sua cidade e o *éthos* de vencedor (CARVALHO, 2008). Formalmente na oposição, propôs um salto de desenvolvimento para o estado, mas sem fazer críticas diretas à política praticada pelos governos tucanos, revelando o apoio informal de Tasso, que, além de manter uma aliança antiga com a família Ferreira Gomes³, não trabalhou para eleger seu companheiro de partido, o então governador Lúcio Alcântara (CARVALHO, 2008). Nesse momento, a cor-

3 Tasso Jereissati foi responsável pela ascensão de Cid Gomes na política cearense, apoiando, mesmo contra seu partido, a candidatura dele à Presidência da República, em 2002.

relação de forças estava extremamente favorável ao crescimento de um novo grupo político.

Uma das principais bandeiras dessa campanha, veiculada durante o HGPE e presente no plano de governo da coligação, foi a divulgação do Programa Ronda do Quarteirão - um modelo de policiamento comunitário, já adotado em outras cidades do mundo, que, segundo Cid Gomes, iria revolucionar a área da segurança pública no estado. O projeto exigia a integração entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, além de maior efetivo policial. O investimento do marketing na área de segurança se justificou pelo incremento da violência urbana na Região Metropolitana de Fortaleza e pela preocupação do eleitor, apontada em diversas pesquisas. As outras propostas se relacionavam a uma lógica de descentralização de investimentos em várias áreas.

A construção de hospitais regionais no interior do estado, a criação de uma rede estadual de escolas profissionalizantes e a execução de uma política de investimentos em obras estruturantes formavam as maiores bandeiras defendidas pelo candidato do PSB e mostravam seu alinhamento com vários pontos do projeto mudancista de Tasso. As propostas giravam em torno do chamado “salto de desenvolvimento” e destacavam o cenário de atraso econômico e social que o estado vivenciava nos últimos anos. O plano de governo acentuou a ideia de um novo jeito de fazer política, com participação popular e apoio de importantes parceiros, como o Governo Federal, elegendo o desenvolvimento econômico com inclusão social como

prioridade em todas as regiões do Ceará. Contudo, esse programa só poderia ser realizado por um líder reconhecidamente experiente e ousado. O maior desafio de Cid e Lúcio era construir um discurso de oposição à política desenvolvida na Era Tasso, apesar da ligação de ambos com o partido do líder tucano. A estratégia consistia em afastar a ligação com um ciclo que estava vivendo seus últimos momentos (CARVALHO, 2008).

Cid Gomes fez uso, com habilidade, da popularidade e das imagens de Lula e Ciro Gomes no Ceará. Investiu pesado no tema segurança pública e construiu um discurso englobando mudanças de atitude dentro do projeto mudancista, pois a grande questão não era o modelo de gestão, apoiado desde o início pelo grupo dos Ferreira Gomes, mas o perfil do condutor dessas políticas, em uma estratégia que facilitava a aproximação com os prefeitos e parlamentares do PSDB. Além desses fatores, pesou o desgaste de um ciclo político que estava chegando ao fim, cujo desaparecimento já começara em 2002, com o término do último mandato de seu criador, Tasso Jereissati. Ao tentar se distanciar do legado da figura maior de seu partido e um dos responsáveis por sua candidatura em 2002, Lúcio apostou que, se eleito, formaria seu próprio grupo político. As circunstâncias se mostraram adversas para o governador e sua administração. Apesar de bem avaliada pela população, não foi reconduzida ao poder, colocando em evidência a força das articulações e o peso da disputa nacional no interior do campo político cearense.

O resultado da disputa pelo governo cearense, como já demonstravam as pesquisas de opinião, deu a vitória a Cid Gomes logo no primeiro turno, com uma votação expressiva - 2.411.457 votos (62,38%) -, também elegendo seu candidato ao Senado, Inácio Arruda (do PCdoB), e o irmão, Ciro Gomes⁴ à Câmara Federal. Lula, principal aliado do governador eleito, obteve, no segundo turno, 72% dos votos válidos. Diferente do que ocorreu em 1986, a transição de ciclos políticos não foi traumática, tendo a participação informal de Tasso (CARVALHO, 2008).

Em 2010, a coligação situacionista “Por um Ceará Melhor para Todos”, formada por 7 partidos - PSB; PT; PMDB; PCdoB; Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Social Cristão (PSC); e PRB -, repetindo o arranjo de coligação semiconsistente da campanha anterior, apresentou uma série de transformações ocorridas no estado no primeiro governo de Cid, apontando a necessidade da continuidade desse projeto. O plano de governo da coligação, com apenas 10 páginas, registrava que, para continuar a expansão das escolas profissionalizantes e do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), ampliar os investimentos em segurança pública e no desenvolvimento regional e construir mais hospitais regionais e centros odontológicos se mostravam indispensáveis à recondução de Cid ao cargo.

Assim, com uma gestão muito bem avaliada pelos cearenses, investindo na continuidade de obras

4 Ciro Gomes foi o deputado federal, proporcionalmente, mais votado do país em 2006 (com 622 mil votos).

estruturantes e contando com uma grande coligação, o apoio de importantes lideranças municipais e a parceria de Lula - ator de maior influência nas eleições cearenses -, a fragmentação e, consequentemente, o enfraquecimento das forças de oposição, Cid liderou a campanha da primeira à última pesquisa de intenção de voto. Os caminhos dessa eleição se mostraram completamente previsíveis, não havendo competitividade no pleito estadual. Como esperado, o governador obteve a vitória nas urnas sem muita dificuldade, ganhando novamente no primeiro turno, com 2.436.940 sufrágios (62,31% dos votos válidos). Na esfera federal, Dilma Rousseff foi para o segundo turno com José Serra, do PSDB, e obteve, no Ceará, uma das maiores votações registradas pelo PT (77% dos votos válidos, contra 23% de José Serra). Era a consolidação de um grupo político, cada vez mais hegemônico no Ceará.

O cenário político até o início de 2014 ainda estava bastante indefinido. De certo só havia a intenção, há muito publicizada, de candidatura por parte do senador Eunício Oliveira, liderança responsável pelo comando do PMDB local, membro da alta cúpula nacional da agremiação e um dos articuladores das vitórias de Cid em 2006 e 2010. Contudo, apesar de ser identificado como membro da base aliada, Eunício nunca se agregou organicamente ao que aqui denominamos grupo político dos Ferreira Gomes. Comandando a estrutura partidária, o pemedebista criou laços com as lideranças do interior e articulou-se

nacionalmente, produzindo uma existência política autônoma em relação ao grupo no poder.

Após uma série de discussões com os partidos da base aliada, realizou-se, às vésperas do prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral, a indicação da chapa, encabeçada por Camilo Santana, deputado estadual petista e ex-secretário nas duas gestões de Cid, tendo como companheira de chapa a ex-Secretária da Educação, Izolda Cela, e para o Senado o também deputado e ex-Secretário da Fazenda, Mauro Filho. Compunha-se, assim, uma chapa de perfil mais técnico, com nomes ligados diretamente ao governador e, principalmente, aos resultados de sua administração. A coligação situacionista, “Para o Ceará Seguir Mudando”, agregou 18 agremiações de diferentes tendências, como o PP e o PCdoB, formando uma coligação ideologicamente inconsistente.

Depois de Camilo, a maior frente de partidos era liderada por Eunício Oliveira, que conseguiu trazer para seu nicho político 9 partidos, incluindo o PSDB, de Tasso Jereissati, e o Partido da República (PR), do ex-governador Lúcio Alcântara, unificando significativa parte da oposição ao Governo do Estado. É importante mencionar que as duas principais candidaturas ao governo estadual estavam ligadas ao Governo Federal, dificultando a presença de Lula e Dilma nos atos políticos e no HGPE. Pela primeira vez, o alinhamento que tanto beneficiara o grupo dos Ferreira Gomes estava comprometido, ampliando ainda mais as possibilidades de competição.

O candidato do governo destacava em sua campanha que iria finalizar as obras inconclusas nas gestões Cid Gomes, principalmente as estruturais, como a Companhia Siderúrgica do Pecém, o Cinturão das Águas e as linhas do Metrô de Fortaleza. Reconhecia a necessidade de dialogar mais com a sociedade e reavaliar os problemas enfrentados com o aumento dos índices da violência, afirmando que a área da segurança reclamava novas ideias, como a requalificação do Programa Ronda do Quarteirão, e prometia a construção de mais hospitais regionais, habitações populares e escolas profissionalizantes, demonstrando plena sintonia com as ações realizadas nos governos de Cid Gomes. O principal candidato da oposição, Eunício Oliveira, destacou em sua campanha e nos debates a crise da segurança pública, sua independência em relação a padrinhos políticos, em uma forte referência a Camilo Santana, que se apresentou como candidato de Cid, Lula e Dilma.

O desgaste do governo estadual foi percebido ao longo da campanha. Segundo pesquisa de *O Povo/ Datafolha*, divulgada em agosto de 2014, o governo Cid tinha 46% de aprovação entre os eleitores cearenses (ótimo/bom). Mesmo bem avaliado, perdera 19 pontos, se comparado com o fim do primeiro mandato, em 2010, quando a pesquisa divulgada informou que o governo tinha 65% de aprovação (ótimo/bom). Nessa eleição, a competitividade retornou às disputas para o governo, com equilíbrio no número de apoios de lideranças e estrutura de campanha.

O pleito se estendeu para o segundo turno, com Camilo vencendo por uma pequena margem de votos (47% a 46%). Um dos mais sérios opositores, Tasso Jereissati (do PSDB), ganhou a única vaga em disputa para o Senado, em um fenômeno raro, pois nas eleições anteriores o governador em exercício sempre conseguiu eleger seu candidato. No segundo turno, prevaleceu a competitividade entre os candidatos Camilo Santana e Eunício Oliveira, com as pesquisas eleitorais apontando um leve favoritismo para o primeiro. No final, Camilo ganhou com 53,35% dos votos válidos, enquanto o senador peemedebista obteve 46,65%, fortalecendo o grupo dos Ferreira Gomes, responsável direto pela escolha de Camilo e pelas articulações no interior do estado. A aliança nacional não foi fragilizada. A presidente Dilma Rousseff, apesar de não ter participado das eleições no estado, conseguiu 77% dos votos, a terceira maior votação da petista no país.

3. As eleições 2018: dois alvos em jogo

A eleição de 2018 foi completamente singular e disruptiva (ABRANCHES, 2019). A primeira sem o financiamento empresarial e com os recursos do fundo eleitoral. A crise política e econômica, aprofundada com o *impeachment* de Dilma, em 2016, e a instabilidade do governo Michel Temer, jogou os grandes partidos tradicionais na fogueira da incerteza (MONTE; VIEIRA, 2018). Os grupos de direita se fortaleciam a cada nova manifestação e a Operação Lava

Jato seguia a todo vapor. Apesar do antipetismo em ascensão, o lulismo continuava forte no Nordeste e, particularmente, no Ceará. As principais lideranças políticas continuaram a trabalhar usando os mesmos mecanismos das eleições anteriores: ampliar o leque de alianças para buscar apoios no HGPE e estabelecer uma rede de apoios na capital e no interior do estado. Esse caminho foi trilhado com êxito pelos Ferreira Gomes no Ceará.

Um fenômeno peculiar em 2018 foi a inserção de Ciro Gomes no debate presidencial. O grupo dos Ferreira Gomes se dividiu entre a campanha nacional de Ciro e o processo de reeleição de Camilo e de sua base. Cid Gomes coordenou a campanha do irmão mais velho e foi um dos articuladores de Camilo Santana. A empreitada prometia ser árdua. Diferente de Tasso Jereissati, que deixou de apoiar Serra em 2002 para seguir com Ciro, Camilo tentou jogar com a imparcialidade, sem contrariar os interesses do PT, muito menos os objetivos do grupo no qual estava inserido. Vale ressaltar que, durante seu primeiro mandato, Camilo Santana, mesmo agregando novos aliados junto ao governo, não conseguiu formar seu próprio grupo político, contando, ainda, com a articulação política dos irmãos Ferreira Gomes.

As estratégias do grupo eram bem distintas. Enquanto se vislumbrava uma campanha relativamente pacífica e sem embates para o governo cearense, o grupo sabia dos grandes desafios da campanha de Ciro Gomes. Contando com poucos aliados, recursos reduzidos e tendo a ex-ministra e agropecuarista

Kátia Abreu como vice, a coligação “Brasil Soberano” (PDT, Avante [AVANTE]) se posicionou como força de centro-esquerda, acreditando que Lula não conseguiria transferir seu capital político para Fernando Haddad. Mesmo fazendo críticas diretas aos governos de Dilma e Temer, Ciro procurou amenizar seu estilo combativo e, às vezes, truculento. A agenda cirista continuou centrada na pauta econômica. O programa de Ciro, coordenado por Mangabeira Unger, traçava o modelo de um novo desenvolvimentismo, voltado ao fortalecimento do crédito, à redução dos juros e aos investimentos na indústria nacional.

Uma das propostas mais polêmicas, intitulada “Nome Limpo”, visava a quitar as dívidas dos brasileiros inadimplentes segundo o Serviço Proteção ao Crédito (SPC). O projeto acabou tornando-se uma fábrica de *memes* nas redes sociais e foi tratado pela grande imprensa e por vários especialistas como uma irresponsável ação populista. Em sua terceira disputa para chegar ao Palácio do Planalto, Ciro Gomes se saiu bem nos debates e nas entrevistas, porém, teve pouco espaço na propaganda eleitoral. Diferente dos concorrentes, não desidratou ao longo da campanha, mas também não registrou avanço em regiões dominadas pelo lulismo.

O lançamento da candidatura presidencial de Ciro ocorreu em Brasília deu mostras das principais figuras que cercariam sua campanha. A imagem de Carlos Lupi, presidente nacional do PDT, se destacou entre as lideranças do evento (imagem abaixo).

No Ceará, a tarefa do grupo seguia outro percurso. Ao longo de seu primeiro mandato, Camilo Santana colocou em ação a estratégia de desmontar forças oposicionistas (MONTE, 2018a). Desarticulou o grupo parlamentar de oposição na Assembleia Legislativa e obteve o apoio de Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal. A aliança com Eunício, apesar de criticada pelo PT, acabou tornando-se decisiva para destravar uma série de convênios e projetos emperrados em Brasília após a posse de Michel Temer. Com os repasses federais, somados ao equilíbrio das contas públicas e aos índices positivos na educação, as pesquisas de opinião apontavam que a gestão Camilo seguia com ótima avaliação, despontando como franco favorito à reeleição naquele ano.

Enquanto isso, a oposição se fragmentava em várias frentes e discursos. O único nome que oferecia possibilidade de competitividade na campanha era o do senador Tasso Jereissati. O líder tucano descartou prontamente a possibilidade e indicou o neófito General Theophilo - formando a coligação “Tá na Hora de Mudar”, que teve o Partido Republicano da Ordem Social (PROS) como único aliado. Historicamente, o situacionismo marca os arranjos políticos no Ceará, contudo, nunca se chegou a tal nível de desorganização e fragilidade das forças de oposição. De 2015 a 2018, perdeu-se a oportunidade de construir uma alternativa coerente ao projeto liderado pelos Ferreira Gomes. Eunício e Domingos Filho passaram a integrar a eclética aliança governista. Tasso e Capi-

tão Wagner não renovaram suas estratégias, ficando politicamente isolados.

A coordenação da campanha governista foi dividida entre o petista Nelson Martins e Cid Gomes. A articulação da dupla produziu a maior coligação da história do Ceará. O arco de apoio de Camilo Santana reuniu 24 partidos - um verdadeiro latifúndio eleitoral, com inclinações ideológicas totalmente inconsistentes. A coligação “Por um Ceará Cada Vez mais Forte” contou com a presença de líderes do Democratas (DEM), PT, PCdoB e PP. Desde a redemocratização, o Ceará não havia registrado uma vantagem tão esmagadora. Nem Tasso, no auge de seu poderio, iniciou um pleito com tamanha envergadura. O apoio de muitas siglas não significava apenas minutos na propaganda eleitoral. Representou uma poderosa rede de vereadores, prefeitos e deputados se articulando diariamente em suas localidades. Com o fim do financiamento empresarial e o inédito fundo eleitoral, ter uma grande coligação trazia consigo mais recursos e a capilarização da candidatura.

A celeuma ficou por conta da composição da chapa para o Senado. Duas vagas estavam em questão. O espaço de Cid Gomes não foi contestado pelos líderes da aliança. O problema ficou por conta do segundo nome. Por decisão de Camilo, os governistas apoiariam informalmente a candidatura à reeleição de Eunício Oliveira. Os petistas foram os maiores críticos dessa decisão. Ciro também se manifestou contra - uma vez que seus discursos apontavam o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como centro

de corrupção do país. Seria um lance de autonomia de Camilo na lógica de poder do grupo dos Ferreira Gomes. Uma jogada de risco.

A eleição presidencial se configurou com 12 candidaturas. A maioria dos partidos cearenses deliberou pelo apoio à campanha de Ciro Gomes, mas a adesão à candidatura petista se mostrou significativa. Apesar de ter defendido a composição da chapa Ciro-Haddad, Camilo se apressou em informar que seu projeto comportaria os 2 aliados e esse discurso ficou visível no material de campanha - agregando as imagens de ambos os líderes. O pragmatismo do grupo já marcava os passos do governador.

O lançamento da candidatura de Camilo Santana em Fortaleza apontava para uma dupla aliança presidencial. Os cartazes com as imagens de Ciro e Lula cobriram todo o espaço do evento, demonstrando que as articulações da campanha buscariam agregar o capital político dessas duas lideranças. Os banners de Cid Gomes e Izolda Cela completavam as lideranças em destaque na cerimônia e sinalizavam a lógica da continuidade (ver imagem abaixo).

A disputa para o Governo do Estado teve dois candidatos principais: Camilo Santana e General Theophilo. O cenário apontava mais uma campanha com baixa competitividade no Ceará. Muito diferente do que ocorreu em 2014, quando teve de dividir o apoio dos prefeitos com o então candidato Eunício Oliveira, o governador garantiu o apoio imediato e direto de pelo menos 80 prefeituras, incluindo os grandes mu-

nicípios cearenses e a capital. A maior fragilidade do grupo continuava a ser a pauta da segurança pública. Foi nesse ponto que a oposição centrou suas forças.

Contando com pouco tempo de rádio e TV, o General Theophilo apresentou pesquisas que apontavam o expressivo aumento do número de homicídios, roubos e furtos no Ceará e posicionou-se como o mais preparado para restabelecer a paz do cearense. O discurso do general abordava a falta de liderança na área de segurança pública. O *slogan* da campanha era bem claro: “Bota moral, General”.

Entretanto, o esforço da oposição não foi suficiente para frear o avanço do governador. Contando com mais tempo de rádio e TV, Camilo destacou os avanços em educação, saúde e logística, além de ressaltar que o Ceará estava investindo e pagando seu funcionalismo público, mesmo em uma situação de crise econômica, o que reforçava o perfil de gestão do governo e a necessidade de continuidade de um trabalho com resultados positivos. As peças do HGPE mostravam um governador viajando pelo Ceará, abraçando diferentes aliados e que estaria sempre aberto ao diálogo. Para além do HGPE, Camilo usou com frequência as redes sociais para se comunicar com o eleitorado.

O resultado dessa disputa não fugiu do previsível. Camilo Santana obteve uma estrondosa vitória (79,96%). Proporcionalmente, foi o governador mais votado do país. Os dilemas da segurança pública não arranharam as chances do petista, demonstrando a

força do ciclo político dos Ferreira Gomes. O candidato mais forte da oposição, General Theophilo, terminou o pleito com apenas 11,3% dos votos válidos. Para além da reeleição de Camilo e a eleição de Cid Gomes, o grupo conquistou espaços importantes na Assembleia Legislativa. Dos 46 parlamentares, 38 fazem parte da base governista. Porém, os opositores se fortaleceram. Capitão Wagner teve a maior votação para a Câmara dos Deputados e Eduardo Girão conquistou a segunda vaga para o Senado, desbancando Eunício Oliveira, apoiado diretamente por Camilo Santana.

Na eleição presidencial, Ciro Gomes ficou em terceiro lugar (12,47%). Não conseguiu furar a polarização Haddad x Bolsonaro, nem se colocar como alternativa ao projeto lulista. Obteve a maioria dos votos no Ceará (40,95%), mas se saiu aquém do esperado nas regiões Norte e Nordeste. No segundo turno, Ciro e o PDT se distanciaram da campanha petista, oferecendo apenas um “apoio crítico”. As eleições de 2018 demonstraram que o grupo continua muito forte no Ceará, garantindo espaços valiosos na capital e no interior, entretanto, esse poder não conseguiu ser expandido para o cenário nacional.

Considerações Finais

Ao longo do artigo, propôs-se demonstrar as estratégias utilizadas pelo grupo, para conquistar apoio nas eleições cearenses de 2006 a 2018. Pode-se

notar que, nesse período, as coligações se ampliaram, principalmente após chegar ao governo em 2007. A ausência de identidade partidária, o estilo agregador do grupo e o situacionismo pragmático de importantes lideranças facilitaram a negociação com as diferentes siglas, formando coligações que progressivamente foram anulando as clivagens ideológicas e reproduzindo o modelo que havia sido testado em Sobral na década de 1990. Em 2006, Ciro Gomes demarcou os rumos da campanha vitoriosa. Após sua eleição, Cid passou a liderar as estratégias eleitorais do grupo e compartilhar espaços com os aliados, fenômeno que pode ser percebido pela ampliação da representação dos partidos da base e pelo peso relativo da sigla governista.

A tradição familiar não foi explorada pelos Ferreira Gomes, mas destacada nos discursos das coligações oposicionistas, acusando-os de oligarcas, novos coronéis e autoritários. Em nenhum momento da campanha de 2006, Cid Gomes criticou o projeto da Era das Mudanças. Elegeu-se prometendo um “salto de desenvolvimento” para o estado, que só poderia ser realizado se um novo gestor assumisse o governo. A construção e descentralização de obras estruturantes como hospitais e escolas profissionalizantes deram a tônica da propaganda governista em 2010, 2014 e 2018. A principal crítica se instalou no terreno da segurança pública e dos escândalos políticos. O situacionismo verticalizado foi preponderante até 2012. Ao se aliar à gramática do lulismo, o grupo

conquistou seguidas vitórias, muito próximo do que ocorreu em Pernambuco e na Bahia.

A crise começou com a fragmentação da base aliada, iniciadas nas eleições de 2012, aprofundando-se até 2014, com o rompimento do PMDB, as dissidências no PT, a articulação dos partidos de oposição e a impopularidade do governo, sinalizando desgastes no ciclo político. O lulismo, que se constituiu no maior dos aliados do grupo Ferreira Gomes, começava a dar sinais de decadência, bem como a lógica do situacionismo verticalizado se fragilizava. O número de aliados nos legislativos estadual e federal se reduziu. As alianças políticas com os prefeitos demonstraram relativa instabilidade. Em 2006, inicialmente desagregados, os prefeitos marcharam em torno do candidato apoiado por Tasso Jereissati. A campanha de 2010 não registrou grandes dissidências, diferente da de 2014, em que o cenário se mostrou competitivo e as lideranças municipais dividiram-se em seus apoios. O grupo saiu derrotado na Região Metropolitana de Fortaleza e em Sobral houve dificuldade para eleger o aliado do grupo. O equilíbrio de forças estava seriamente danificado.

Com a eleição de Camilo Santana em 2014, colocou-se em ação uma poderosa articulação de fortalecimento da base aliada. A neutralização da oposição na Assembleia Legislativa e o apoio de Eunício Oliveira foram decisivos para confirmar o favoritismo de Camilo. Os bons índices da administração somados à fragilidade da oposição se tornaram cruciais para garantir a formação da maior coligação da história do

Ceará. A midiaticização das campanhas não foi abalada com a redução de recursos em 2018. De 2006 a 2018 as alianças estaduais foram progressivamente se tornando mais inconsistentes, evidenciando a fragilidade dos partidos locais, o tom personalista das campanhas e o pragmatismo do grupo cearense.

Com o crescimento nas eleições de 2014 e 2016 e indefinições da política nacional, o grupo dos Ferreira Gomes se preparou para uma empreitada presidencial, todavia, o cenário brasileiro mostrava-se completamente alterado. Apesar de um programa bem fundamentado, Ciro Gomes não conseguiu se viabilizar como candidato da centro-esquerda. Suas ambiguidades, centralização, oposição da grande imprensa, além da falta de aliados, dificultaram o avanço nas pesquisas. A maioria dos eleitores do lulismo optou por Fernando Haddad. De qualquer forma, diferente do que ocorreu no Ceará, as grandes coligações não foram decisivas na disputa presidencial e o deputado federal Jair Bolsonaro obteve a vitória no segundo turno.

No cenário pós-eleição de Bolsonaro, dominado pelo discurso ultraliberal na economia e conservador nos costumes, o governador Camilo Santana se esforça para construir pontes que levem diretamente ao governo federal, destravando repasses para o estado e garantindo o equilíbrio administrativo. Mais uma vez o não alinhamento eleitoral é um desafio para as elites cearenses. Enquanto isso, Ciro e Cid Gomes buscam construir uma frente de centro-esquerda, criticando os projetos reformistas do governo Bolso-

naro, mas deixando de lado o PT e suas bandeiras. O PDT, presidido por Carlos Lupi, não nega o interesse em ter novamente Ciro Gomes como candidato à presidência. De certo, o ciclo dos Ferreira Gomes não transmite sinais de decadência, segue como o grupo mais forte e coeso do Nordeste. Os ventos incertos pós-2018 vão dizer que tipo de caminho será trilhado por esses políticos profissionais.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: COMPANHIA DAS LETRAS (Org.). **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 11-34.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Razão e sentimento: a comunicação política e a decisão do voto. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL, 20.; 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: [s.n.], 2011.

BORGES, A. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 167-188, 2010.

CARREIRÃO, Y. S.; NASCIMENTO, F. P. As coligações nas eleições para o Senado brasileiro (1990-2006). In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung/Ed. UNESP, 2010. p. 99-134.

CARVALHO, R. M. V. A. **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política**. Campinas, SP/Fortaleza: Pontes/UFC, 1999.

CARVALHO, R. M. V. A. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em

2006. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 39, n. 2, p. 22-43, 2008.

CARVALHO, R. M. V. A. Considerações sobre o regime midiático de representação da política. *In: Campanhas eleitorais e comunicação política: ciclos de mudança e continuidade*. Fortaleza: Ed. UFC, 2013. p. 17-44.

CARVALHO, R. M. V. A. Eleições 2014: transição de ciclos políticos no Ceará? *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 6, n. 5, p. 23-36, 2014.

CARVALHO, R. M. V. A.; AQUINO, J. A. A derrota de Tasso Jereissati na disputa para o Senado em 2010: como entender a dissolução de suas bases eleitorais. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 145-180, 2011.

GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

KINZO, M. D. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-85. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-41, 2004.

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung/Ed. UNESP, 2010.

KRAUSE, S.; GODOI, P. P. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. *In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org.). Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung/Ed. UNESP, 2010. p. 41-97.

LIMA, J. G. N. Coalizões em disputas eleitorais: notas a partir de um caso do Nordeste brasileiro. *Tomó*, Aracaju, n. 25, p. 191-224, 2014.

LIMA JÚNIOR, O. B. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional 1945-1964*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMA JÚNIOR, O. B. (Org.). *Sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências (1982-1994)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

MARQUES, F. P. J. A. “Muro baixo, o povo pula”: iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 117-142, 2010.

MELO, C. R. F. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 13-41, 2010.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

MONTE, C. **Os caminhos do poder no Ceará: a política de alianças nos governos Cid Gomes (2007-2014)**. 2016. 261 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MONTE, C. Uma breve análise sobre o favoritismo de Camilo Santana. 2018a. Disponível em: <https://segundaopinioao.jor.br/uma-breve-analise-sobre-o-favoritismo-de-camilo-santana-por-cleyton-monte/>. Acesso em: 21 abr. 2019.

MONTE, C. As preocupações do eleitor cearense. 2018b. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/opinioao/2018/08/as-preocupacoes-do-eleitor-cearense.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MONTE, C. Sinais de alerta no grupo dos Ferreira Gomes. 2018c. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/opinioao/2018/08/sinais-de-alerta-no-grupo-dos-ferreira-gomes.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MONTE, C. Pedras no caminho de Camilo. 2018d. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/opinioao/2018/10/pedras-no-caminho-de-camilo.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MONTE, C.; VIEIRA, P. A crise política brasileira: atores e estratégias. In: FRANCO, R. K. G.; GONZÁLEZ, P. F.; BEZERRA, T. S. A. M. (Org.). **Investigar para transformar**. Campina Grande, PB: Realize, 2018. p. 459-472.

NOBRE, M. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO - G1. PDT oficializa candidatura de Ciro Gomes à Presidência da República. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/07/pdt->

oficializa-candidatura-de-ciro-gomes-presidencia-da-republica.html. Acesso em: 18 out. 2019.

O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO - G1. Convenção de governador petista do Ceará terá imagens de Lula e Ciro. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/convencao-de-governador-petista-do-ceara-tera-imagens-de-lula-ciro-22950645>. Acesso em: 24 nov. 2019

SANDES FREITAS, V. E. **Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo**. Orientadora: Rachel Meneguello. 2015. 293 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

3

Eleições de 2018 no Piauí: continuidade em tempos de mudança

Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas¹

INTRODUÇÃO

O Piauí é um estado conhecido na literatura especializada por ter antecedentes oligárquicos, ou seja, pelo domínio e pela concentração do poder em poucos grupos políticos no estado até meados da década de 1980. O retorno à democracia e as primeiras eleições diretas para o estado (1982 e 1986) não marcaram uma ruptura com o modelo “oligárquico”, mas representaram sua continuidade, motivada pela força política do Partido da Frente Liberal (PFL) e pela dificuldade do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e de outros partidos vencerem eleições sem o apoio de outras lideranças políticas

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

tradicionais, como o Partido Democrático Social (PDS), em 1986.

A mudança política no Piauí já ocorreu em 2 momentos: a) em 1994, com a eleição do PMDB, em pleito disputado contra o PFL; e b) em 2002, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu o governador. Esses foram os 2 marcos que determinaram a derrocada do grupo pefelista no Estado do Piauí. A polarização, a partir de 2002, passou a ser entre o PT e a oposição, liderada principalmente pelo decadente PFL (atual Democratas [DEM]) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com pouca interiorização no estado, mas com significativo capital político na capital do estado.

Dentre os estudos mais relevantes sobre política piauiense, boa parte tende a destacar o aspecto oligárquico do subsistema político estadual (SILVA, 1999; ARRAES FILHO, 2000), cobrindo até o final dos anos 1990. Outros estudos, realizados posteriormente e contemplando um período mais amplo e recente, destacam o aspecto dinâmico da política estadual, o que levou à eleição de novos atores políticos para cargos no Poder Legislativo e no Poder Executivo (PEREIRA DA SILVA, 2007; SANDES-FREITAS, 2010).

Entretanto, apesar de destacarem o caráter mudancista do subsistema, as regras eleitorais também permitem que a classe política se metamorfoseie para poder se perpetuar no poder, seja pela formação de amplas coligações eleitorais ou pela migração partidária, bem como por meio do controle dos

fundos públicos de financiamento de campanha e do acesso a financiadores. Assim, este capítulo analisa os resultados das eleições de 2018, porém, identificando os padrões de mudança e continuidade que o subsistema político piauiense construiu ao longo da redemocratização.

1. Transição democrática: do PDS ao PMDB (1986 a 1994)²

A história política piauiense é ligada ao domínio de poucos grupos políticos à frente do Governo do Estado. O grande fiador da política piauiense até o início da década de 1980 foi Petrônio Portella. Esse político surgiu ainda no primeiro experimento democrático brasileiro como deputado estadual da União Democrática Nacional (UDN), colocando-se em oposição ao governo estadual do Coronel Jacob Manuel Gayoso e Almenda, do Partido Social Democrático (PSD), no período de 1955 a 1959. Ao se alinhar à Família Freitas, do ex-inimigo e ex-governador Pedro Freitas, Portella foi eleito governador em 1962 (SANDES-FREITAS, 2010). A partir daí, ele se tornou peça-chave na política estadual piauiense. Como afirma Pereira da Silva (2007, p. 100), “Petrônio Portella foi o mentor do sistema oligárquico que só entrou em declínio em 1990”.

2 A maior parte desta seção do capítulo foi extraída de minha tese defendida na Unicamp (SANDES-FREITAS, 2015). Foram adicionadas aqui informações sobre as eleições de 2014, não contempladas em meu estudo de doutorado.

Durante o regime militar, Portella continuou a controlar o acesso de novas lideranças ao poder no estado, como enfatiza Silva (1999, p. 230): “todas as questões relativas ao Piauí tinham que passar pelo seu crivo”. Durante o regime militar, Petrônio foi um influente político pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Participava da indicação de governador do Piauí, sendo liderança importante nos quadros do Governo Federal.

Petrônio Portella faleceu em 1980, mas o grupo ligado a ele tinha raízes fincadas no Piauí, permanecendo no controle político do estado: seu irmão, Lucídio Portella, foi governador de 1979 a 1983. “Os Portella”, ligados ao PDS (ex-ARENA) apoiaram o peddista Hugo Napoleão do Rego Neto, pertencente a 2 tradicionais troncos familiares do Piauí: os Almendra Freitas e Napoleão do Rego, que tinham controle de 2 municípios próximos à capital do estado, respectivamente, José de Freitas e União (SILVA, 1999).

Assim, em 1982, a conjuntura política estadual colocava, de um lado, um grupo político vinculado às tradicionais famílias piauienses, que tinham longa trajetória política no estado (Portella Nunes, Almendra Freitas e Napoleão do Rego) e, de outro lado, um político dissidente da ARENA que, por falta de espaço político, optou pela oposição, Alberto Silva (do PMDB). As eleições deram a vitória a Hugo Napoleão, do PDS.

Essa polarização, formada no início dos anos 1980, seria modificada pela disputa sucessória presidencial, com a formação da Aliança Democrática,

que uniu o PMDB com uma facção dissidente do PDS, a “Frente Liberal”, resultando na criação do PFL. Com isso, o governador Hugo Napoleão foi um dos fundadores do PFL no estado do Piauí, rompendo com o grupo pedessista piauiense liderado por Lucídio Portella. O PDS, sem espaço no governo estadual, aliou-se ao oposicionista Alberto Silva nas eleições de 1986, que teve Lucídio como vice-governador, contra a candidatura governista de Antônio de Almendra Freitas Neto (do PFL), conhecido como “Freitas Neto”, primo do governador Hugo Napoleão. A conjuntura das eleições de 1986 marcou “a ruptura de um esquema político considerado imbatível e que fora montado em 1962 por Petrônio Portella Nunes” (SILVA, 1999, p. 287).

A coligação do PMDB contou com a participação de partidos de esquerda (Partido Comunista Brasileiro [PCB] e do Partido Comunista do Brasil [PCdoB]), além do PDS. Essa aliança apresentava grande amplitude ideológica ao colocar partidos de esquerda, centro e direita na mesma coligação. Sobretudo, a coligação apresentava um aspecto muito particular do subsistema político piauiense naquele momento, que contrapunha o PFL ao PMDB, aliados em nível nacional. O resultado do pleito deu a vitória para o candidato peemedebista, Alberto Silva.

As eleições de 1986 marcaram uma alteração importante no cenário político estadual, mas não representaram uma ruptura definitiva com os grupos políticos tradicionais do estado, pois a vitória peemedebista só foi possível com o apoio pedessista, que ainda possuía grande capital político no estado e foi

capaz de definir a eleição a favor de Alberto Silva. Mesmo com a união PMDB-PDS, o PFL obteve ampla maioria na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (ALEPI). Assim, mesmo com a derrota, o PFL era um ator político relevante no subsistema partidário estadual, o que manteve a polarização política PMDB x PFL, nos anos posteriores³, até as eleições de 2002, quando o PT obteve a vitória no pleito para governador.

O PDS, de Lucídio Portella, rompeu com o governador Alberto Silva (do PMDB), aliando-se ao PFL, nas eleições de 1990, recompondo o antigo grupo formado por Petrônio Portella. A chapa pefelista tinha Antônio de Almendra Freitas Neto, o “Freitas Neto”, como candidato a governador e o pedessista Guilherme Melo como candidato a vice-governador.

Essas eleições foram polarizadas novamente entre o grupo pefelista, agora apoiado pelo PDS, e o grupo peemedebista, que apoiava a candidatura do PSDB. Apesar de não ter o PMDB na cabeça de chapa, o candidato peessedebista, Wall Ferraz, era filiado ao partido anteriormente, mas dele saiu após conflito interno ao PMDB estadual⁴. A coligação teve como candidato a vice Paulo Afonso Lages Gonçalves, do PMDB, tendo o apoio do governador peemedebista

3 Em 1990, o PMDB participou da coligação peessedebista ao Governo do Estado, mas o candidato era um peemedebista histórico que havia se filiado ao PSDB para a disputa daquelas eleições.

4 Raimundo Wall Ferraz havia sido filiado à ARENA durante o regime militar e ao PMDB, durante a década de 1980. Foi prefeito de Teresina entre 1976 e 1979 e entre 1986 e 1989. Ingressou no PSDB após divergências internas no PMDB estadual: Alberto Silva, governador do estado, se opôs à candidatura de Heráclito Fortes, do PMDB, à Prefeitura de Teresina. Além disso, nas eleições presidenciais, Silva apoiou a candidatura de Collor. Uma série de peemedebistas decidiu, então, aderir ao PSDB.

Alberto Silva. Logo, a lógica de disputas se manteve entre peemedebistas e pefelistas, o que se manteria nas eleições de 1994 e de 1998. Os dois partidos concentravam o capital político e ditavam as regras das disputas eleitorais no estado.

A coligação pefelista tinha como aliados, além do PDS, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Cristão (PSC). Estava mais alinhada ao grupo do presidente Fernando Collor de Mello, enquanto a candidatura peessedebista, apoiada por PMDB, Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Liberal (PL), Partido Trabalhista Renovador (PTR) e Partido da Reconstrução Nacional (PRN), tinha como pretensão beneficiar o senador Mário Covas (do PSDB), que havia saído candidato nas eleições de 1989 à Presidência da República.

O PFL saiu vitorioso da disputa para o Governo do Estado em 1990. Além disso, elegeu a maior bancada da ALEPI, com 12 cadeiras, perdendo 4 deputados em relação às eleições de 1986. O PDS também perdeu 2 cadeiras, ficando com 4 deputados. Houve a ampliação da fragmentação partidária, com a inclusão de 3 siglas na ALEPI: PDC, PL e PT. Dos partidos que já tinham deputados estaduais, somente o PMDB ampliou sua bancada, de 8 para 9 parlamentares. Como afirma Sandes-Freitas (2010, p. 103): “o PMDB foi favorecido pelo capital político adquirido durante o período que esteve à frente da máquina pública estadual”. Ainda que a composição da ALEPI tivesse se tornado mais fragmentada, PMDB e PFL permaneceram com o

maior número de cadeiras e continuaram a coordenar as disputas políticas estaduais.

O PDS, com origens no regime militar, vinha se enfraquecendo paulatinamente no estado, dada o surgimento da polarização estadual PFL-PMDB. Nesse sentido, mostrava-se estratégico que o partido mantivesse a aliança com o PFL, que era eleitoralmente mais forte no estado, possibilitando ao partido manter o acesso aos recursos de poder necessários para as lideranças do partido.

Em abril de 1993, o PDS se tornou o Partido Progressista Reformador (PPR), mas manteve a aliança com o PFL. Os dois partidos lançaram o pefelista Átila Lira para a disputa ao Governo do Estado. Essa candidatura contou, também, com o PTB, o PL e o Partido Progressista (PP). O candidato de oposição mais competitivo fora o peemedebista Francisco Moraes Souza, o “Mão Santa” (do PMDB), que havia sido prefeito de Parnaíba, segunda cidade mais populosa do Piauí. No entanto, o candidato havia sido, até pouco tempo antes das eleições, filiado ao PPR, tendo ampla trajetória política na ARENA e no PDS:

[...] o candidato pelo PMDB já havia sido preterido de se candidatar a Governador no início dos anos 90, quando ao externar sua vontade a Lucídio Portella, Presidente do PDS, foi duramente criticado por este, alegando que “Mão Santa” não tinha condições de governar o Piauí. O pretense candidato tinha sido prefeito de sua cidade, Parnaíba, na década de 70, pela ARENA e deputado estadual, pelo PDS, no início dos anos 80 e, nas duas ocasiões foi liderado por Lucídio Portella. Por conta disso, Moraes Souza rompeu com o PDS e aproximou-se de Alberto Silva, do PMDB. Este partido, por falta de quadros naquele momento, aceita

“Mão Santa”, que é candidato praticamente sozinho no interior do partido (SILVA, 1999, p. 298).

Apesar dessa trajetória, a candidatura de Mão Santa representava o rompimento com a oligarquia dominante no Piauí. Com esse lema, sua coligação contava com o apoio dos seguintes partidos: Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular Socialista (PPS), Partido da Mobilização Nacional (PMN), PSDB e do PCdoB. O acordo com o PSDB mantinha o estreitamento entre as duas agremiações estabelecido em 1990, distanciando-se do acordo nacional estabelecido com o PFL. Outro aspecto importante a destacar na candidatura peemedebista é que a coligação agregou alguns partidos de esquerda, com o PDT, o PPS e o PCdoB.

Mão Santa também contava com o apoio de importantes lideranças que se posicionavam contra o domínio do grupo político PFL-PPR: Alberto Silva, do PMDB (ex-governador do estado no período 1987-1991), Wall Ferraz, do PSDB (prefeito de Teresina) e Chagas Rodrigues, do PSDB (ex-governador no período 1959-1962 e senador no período 1987-1994). Já Átila Lira contava com o apoio da máquina pública estadual, sob o controle do governador do PPR, Guilherme Melo, além do apoio dos candidatos ao Senado (eleitos naquele pleito), os ex-governadores pefelistas Hugo Napoleão e Freitas Neto, além do apoio do ex-governador Lucídio Portella, do PPR.

Do PSDB saiu o candidato a vice-governador da chapa do PMDB, Osmar Araújo. O PT, por outro lado, manteve sua estratégia de lançamento de candidaturas

próprias, tendo o apoio somente do Partido Socialista Brasileiro (PSB) naquele pleito. Já o PFL, marcado pela ligação com lideranças estaduais conservadoras, traço característico do partido no Nordeste, alinhou-se ao PPR.

O PFL, apesar de ter eleito os 2 senadores e a maior bancada da ALEPI (14 deputados contra 5 do PMDB), não conseguiu eleger o governador. O resultado deu a vitória, no segundo turno, ao candidato peemedebista. Um ponto importante a considerar, nessas eleições, é que o PT teve significativo crescimento eleitoral em comparação com as eleições anteriores, obtendo 15,16% dos votos válidos. Em 1990, o partido tinha obtido 6% dos votos válidos, em 1986, 2,5%, e em 1982, menos de 1%. Ademais, o partido elegeu 2 deputados estaduais, 1 a mais do que em 1990. Esse pleito marcou uma nova era na política piauiense: o início do declínio do PFL no estado.

No ano de 1998, um fato novo marcou a política nacional, impactando os pleitos estaduais: os políticos do Poder Executivo passaram a poder candidatar-se à reeleição. Assim, Mão Santa, governador do estado, foi candidato, tendo, em sua coligação, além de PMDB, PDT, PTB, PL, PPS, Partido Social Democrata Cristão (PSDC), Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) e do PCdoB, que teve o candidato a vice-governador, Osmar Júnior.

A candidatura oposicionista foi do PFL, que lançou o senador Hugo Napoleão, governador do estado de 1983 a 1987. Tratava-se, então, de um candidato

com mais lastro eleitoral do que Átila Lira, candidato derrotado nas eleições de 1994. Ele também havia sido Ministro da Educação no governo de José Sarney, sendo uma das principais lideranças do PFL nacional. Junto ao PFL, uniram-se Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido Social Liberal (PSL), Partido dos Aposentados da Nação (PAN), Partido Verde (PV), Partido Republicano Progressista (PRP) e Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB). Novamente, o grupo político ligado aos “Portella” apoiou a candidatura pefelista, tendo o candidato a vice-governador da chapa, Felipe Mendes, do PPB⁵ .

Diferente do caso nacional, o PTB e o PSDB não eram alinhados ao PFL. O PTB havia participado do governo de Mão Santa e apoiava-o formalmente nas eleições. O PSDB, mais próximo às forças políticas de esquerda no estado, estava distante politicamente do grupo pefelista, ligado às forças políticas tradicionais. Assim, o PSDB lançou candidato próprio, Francisco Gerardo, prefeito de Teresina entre 1995 e 1996, após a morte da maior liderança peessedebista no estado, Wall Ferraz. Apoiavam o candidato peessedebista dois partidos à esquerda do espectro ideológico, PT e PSB, além do PSC. O PT contou com a participação de Antônio José Medeiros como candidato a vice-governador na chapa. Em 1998, o PT e o PSDB se aliaram formal ou informalmente em eleições no estado pela última vez, seguindo a lógica que se estabelecera nas eleições presidenciais em 1994.

5 O PPB foi fundado em 1995, como resultado da fusão do PPR com o PP e o PRP.

O pleito ficou polarizado, novamente, entre os candidatos do PFL e do PMDB. O primeiro turno foi vencido por Hugo Napoleão, por uma diferença de pouco mais de 2%. No segundo turno, o PSDB declarou apoio a Mão Santa e o PT se manteve neutro. O governador, então, foi eleito com 50,96% dos votos válidos contra 49,04% do candidato pefelista. Os resultados das eleições deram vantagem ao PMDB não somente com a reeleição do governador, mas com a obtenção de 4 deputados estaduais a mais, conquistando 9 cadeiras na ALEPI, quase 1/3 do total. O PFL perdeu 4 cadeiras, ficando com 10. O PPB passou definitivamente a ser um partido pequeno no estado, elegendo somente 3 deputados estaduais, o que abriu espaço para outras siglas, como o PDT, o PSB e o PSDB. Os peessedebistas ampliaram sua bancada de 1 deputado para 4.

A principal mudança política no estado ocorreu mesmo em 2002. Com um quadro polarizado entre PFL e PMDB, o pleito daquele ano marcou a ascensão do PT ao poder, unido a uma série de partidos de esquerda. Em teoria, naquela conjuntura, o partido a ocupar a terceira via seria o PSDB, pois detinha o controle da capital piauiense e possuía maior lastro eleitoral no estado do que PT, evidenciado pelo tamanho da bancada no Poder Legislativo. O PSDB era aliado do PMDB desde as eleições de 1994, tendo participado do governo de Mão Santa (ocupando secretarias de estado) nos dois mandatos e apoiando-o mesmo após a cassação do seu mandato de governador, em 2001.

Com a cassação do mandato de Mão Santa, “o PMDB passou por grave desarticulação interna [...] Dessa forma, o partido deixara o caminho aberto para [outra] chapa de oposição [mais bem estruturada]” (SANDES-FREITAS, 2010, p. 120). O possível candidato do PSDB seria Firmino Filho, prefeito de Teresina, reeleito em 2000. Teria o apoio de Mão Santa e das oposições unidas⁶, com exceção do PT, que havia decidido pela candidatura de Roberto John, professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Para o Senado, o PT havia indicado o deputado federal Wellington Dias. A eleição estadual iria contrapor o governador pefelista ao prefeito peessedebista da capital. Entretanto, havia uma clara desarticulação entre a candidatura presidencial do PSDB, que tinha o PFL como o maior aliado, e a candidatura do partido no estado do Piauí.

Ainda que o Estado do Piauí tivesse pouca densidade eleitoral, a cúpula do PSDB nacional esperava um pleito muito mais acirrado na disputa presidencial do que em 1998, levando à intervenção nas estratégias eleitorais do PSDB piauiense. Claramente, operou uma intervenção de cima para baixo como modo de construir um palanque que favorecesse a candidatura presidencial peessedebista. O PSDB, assim, passou a apoiar a candidatura à reeleição do governador do estado, Hugo Napoleão. O acordo foi fechado em Brasília-DF, que decidiu pelo apoio do PSDB à candidatura do PFL e, conseqüentemente, pelo apoio do PFL ao

6 “Mão Santa, cassado em novembro do ano passado por abuso do poder econômico na eleição de 1998, defendia a candidatura do prefeito Firmino Filho, que recusou o convite e se aliou ao PFL” (GUIBU; KORMANN, 2002).

candidato peessedebista à presidência, José Serra: “o PFL do Piauí vai apoiar José Serra. O anúncio foi feito à tarde, depois de reunião entre Serra, o governador Hugo Napoleão (PFL) e o prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), em Brasília” (ALENCAR; ULHÔA, 2002).

Com o PMDB rachado e a decisão do PSDB de apoiar o PFL, houve a abertura de espaço para uma candidatura de oposição petista. O PT contou com o apoio do governador cassado, Mão Santa, que tinha grande popularidade naquela época e foi eleito senador no pleito de 2002.

A aliança informal com o ex-governador do Piauí Francisco de Assis de Moraes Souza (PMDB), o Mão Santa, e a inesperada troca de apoios entre dois ex-desafetos, o prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), e o governador e candidato à reeleição, Hugo Napoleão (PFL), levaram o PT a liderar pela primeira vez as pesquisas para o governo do Estado. [...] O PT, que em [19]98 havia se coligado ao PSDB para apoiar a candidatura a governador do engenheiro Francisco Gerardo, percebeu o vácuo na oposição e trocou o candidato aprovado nas prévias, o professor Roberto John (GUIBU; KORMANN, 2002).

O PT tinha a estratégia de ocupação de espaços nos estados. Não era diferente no Piauí. Havia participado de todos os pleitos para governador, lançando candidatos de 1982 a 1994 e participando da coligação peessedebista em 1998. Wellington Dias, deputado federal, havia se lançado à disputa para o Senado, mas, devido aos bons resultados apresentados nas pesquisas eleitorais, o partido decidiu trocar os candidatos: Roberto John, passou a ser candidato

ao Senado e Wellington Dias, ao Governo do Estado. Além dos apoios informais, como do ex-governador Mão Santa, o candidato foi apoiado por uma ampla coligação, mas de partidos de pequeno lastro eleitoral no estado. O candidato a vice havia sido vice-governador no segundo mandato de Mão Santa: Osmar Júnior, do PCdoB.

A candidatura pefelista formou coligação com seu histórico e decadente aliado, o PPB, com o PSDB, forte na capital do estado, e com outras pequenas agremiações. A eleição estadual foi disputada entre os dois candidatos, concentrando a maior parte dos votos. O terceiro candidato mais votado, do PMDB, obteve apenas 3,1% dos votos válidos. Assim, as eleições foram decididas no primeiro turno, a favor do candidato petista, que obteve 50,96% dos votos contra 44,06% do candidato pefelista à reeleição.

No pleito de 1998, a executiva nacional do PSDB não precisava, necessariamente, da construção de palanques alinhados em estados com baixa densidade eleitoral. Em 2002, com a grande possibilidade da eleição de Lula, do PT, o PSDB nacional decidiu intervir nas estratégias estaduais do partido, mesmo em estados com pequeno eleitorado, como o Piauí. Essas eleições foram um marco na política piauiense, pois estabeleceram o fim da polarização PFL x PMDB, colocando o PT como o fiador da política estadual até 2010.

Wellington Dias começaria o governo em condições de extrema minoria na ALEPI se contasse somente

com os apoios da coligação. Os únicos partidos da coligação que elegeram deputados foram o PT e o PCdoB. O PT havia eleito apenas 3 deputados estaduais e o PCdoB, 1. Para tanto, o governador distribuiu cargos para diversos partidos ao longo do governo, realizando, inclusive, uma reforma administrativa para contemplar novos aliados (SANDES-FREITAS, 2015).

Em 2006, as eleições piauienses foram afetadas pelo bom desempenho de Lula na Presidência da República. Wellington Dias se candidatou à reeleição contando com o apoio formal de partidos como o PCdoB, o PSB, o PTB e o PL. O PMDB, que continuava rachado (uma parte era oposição ao governo e outra, governista, inclusive no plano federal), lançou Mão Santa como candidato ao Governo do Estado. O senador vinha se apresentando como oposição ao governo Lula em nível federal e, por consequência, fazia o mesmo papel no estado. Mão Santa teve o apoio do PP (antes denominado PPB) e de outros pequenos partidos. Como a candidatura de Mão Santa não era unanimidade dentro do partido, um segmento do PMDB que compunha a base governista no estado apoiou a reeleição do governador petista.

Outra candidatura de oposição foi do PSDB, que lançou o ex-prefeito da capital do estado, Firmino Filho. Teresina continuava sob controle do PSDB, sendo o principal reduto político do partido. A coligação peessedebista tinha o apoio formal do PPS, do PV e do PTdoB. O PPS havia participado do governo Lula no início do mandato. Após romper com a coalizão governista, o partido se alinhou ao PSDB, compondo o

bloco oposicionista. Com capital político concentrado na capital do estado, a candidatura obteve cerca de 12% dos votos válidos.

O pleito foi polarizado entre a candidatura de Wellington Dias e a de Mão Santa. No entanto, diferentemente das eleições anteriores, houve ampla dominância do candidato governista, que foi reeleito com 61,68% dos votos. O peemedebista alcançou apenas 25,26% da votação, ficando em segundo lugar.

O PFL foi o principal derrotado das eleições. Já vinha em um amplo processo de enfraquecimento nacional e, no estado, após a derrota em 2002 e a ascensão do PT, o partido perdera significativo espaço político no estado. Além de não lançar candidato ao Governo do Estado, também optou por não apoiar formalmente candidaturas para governador. Na disputa para os cargos legislativos, a agremiação se coligou ao PRONA, sigla sem qualquer projeção política no estado. Em processo de franco declínio, o partido não elegeu o ex-governador Hugo Napoleão ao Senado, ficando com apenas 2 cadeiras na Câmara (20% do total) e, na ALEPI, obteve 4 cadeiras (13,3% do total), 5 a menos do que em 2002. O partido passava a ser mero coadjuvante no cenário político estadual.

A política nacional alça ao comando do [P]oder [E]xecutivo federal o PSDB e PT, isto é, endereça a competição política aos partidos de centro. Esses dois fenômenos, gradativamente, minaram as bases pefelistas na quase totalidade dos Estados brasileiros. Sem renovar seus hábitos e costumes políticos, o PFL entra numa rota decadente. As consequências desse fato para o PFL piauiense são imediatas: sem chances ou possibilidades de distribuir

cargos, recursos, serviços etc., inicia-se o esfacelamento dum partido incapaz de sobreviver na oposição. O aparato estatal foi o grande mantenedor da política clientelista norteadora das ações do PFL em toda sua história (PEREIRA DA SILVA, 2009, p. 4).

A corrente governista do PMDB estadual saiu vitoriosa do pleito. O partido elegeu deputados estaduais em 2006: 8 parlamentares (26,6% do total). Com isso, a parcela governista do PMDB voltou ao governo, enfraquecendo aquela ligada a Mão Santa. Sem espaço no partido, o ex-governador peemedebista migrou do PMDB para o PSC em 2009, visando à candidatura ao Senado, em 2010. No entanto, Mão Santa já não contava com a força do PMDB. Além disso, outros partidos ocuparam espaço no cenário político estadual e, definitivamente, os apoios de Lula e, conseqüentemente, de Wellington Dias seriam decisivos para o resultado daquele pleito.

Wellington Dias se desincompatibilizou do o Governo do Estado em março de 2010 para poder disputar uma vaga ao Senado. Com isso, o vice-governador, Wilson Martins (PSB), tornou-se chefe do Poder Executivo estadual. No entanto, com essa mudança, o bloco governista, que unia um gama de partidos, dissolveu-se, levando à formação de 2 grupos que se lançaram à disputa estadual: a) um liderado por PSB, apoiado por PT, PMDB e PCdoB; e b) outro organizado pelo PTB, tendo o apoio de PP e PDT. No primeiro grupo, o candidato seria o peessedebista, Wilson Martins, que se candidatou à reeleição. No

segundo, o senador João Vicente Claudino (do PTB) foi o candidato.

Aproveitando-se da divisão no bloco governista, o PSDB lançou o prefeito de Teresina, Sílvio Mendes, como candidato, apoiado pelo DEM e pelo PPS. O candidato peessedebista e as demais lideranças oposicionistas acreditavam que aquele era o momento propício para conquistar a vitória no pleito eleitoral, principalmente devido aos seguintes fatores: a) o bom desempenho registrado nas pesquisas de intenção de voto ao longo do primeiro semestre de 2010, o que indicava a aceitação do discurso oposicionista pelo eleitorado; e b) devido ao rompimento da base aliada ao governo estadual, o que diluía a força da chapa governista, abrindo espaço para a candidatura oposicionista do PSDB-DEM.

No entanto, ao longo da campanha, o governo deu a tônica, reforçado pelo alinhamento entre a candidatura presidencial do PT e a estadual do PSB. Além disso, o apoio do PMDB e do PT, que tinham lastro eleitoral no estado, permitiu que a candidatura de Wilson Martins decolasse. E a candidatura à reeleição do governador estava ancorada na imagem de Wellington Dias, ex-governador petista, candidato ao Senado.

A terceira candidatura mais votada foi a de João Vicente Claudino, que também se alinhou à candidatura presidencial petista. Assim, Dilma Rousseff (candidata eleita do PT à Presidência da República, em 2010) tinha dois palanques no estado. No entanto, ao

mesmo tempo, João Vicente Claudino se posicionava como oposição ao atual governador, umbilicalmente ligado ao PT. A candidatura de terceira via de Claudino obteve, assim, 21,54% dos votos válidos. O candidato do PSDB obteve 30% dos votos válidos e o do PSB, 46,3%. A disputa foi decidida no segundo turno. Por fim, o candidato peessebista, apoiado, no segundo turno, por lideranças vinculadas à candidatura de Claudino, foi eleito com quase 59% dos votos válidos contra 41,07% do peessedebista.

Em 2014, Wilson Martins (do PSB) se desincompatibilizou para poder concorrer ao cargo de senador e, então, Antônio José de Moraes de Souza Filho (do PMDB), conhecido como “Zé Filho”, assumiu o Governo do Estado em abril daquele ano. No cargo, o governador teve condições de viabilizar sua pré-candidatura e, conseqüentemente, candidatou-se à reeleição, em uma chapa formada por 17 partidos, como PMDB, PSDB, PSB, PDT, DEM e PCdoB, entre outros.

A candidatura oposicionista, do senador e ex-governador do PT, Wellington Dias, teve como apoiadores: PP, PTB, Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido da República (PR), PROS, PRP e Solidariedade (SD). O PP, que historicamente era um aliado do PFL, passou a apoiar, em diversos momentos, o PT no estado do Piauí, principalmente quando houve a coincidência entre os governos petistas em nível federal e estadual. Nessas eleições, o apoio formal foi fundamental para poder consolidar os vínculos entre os dois partidos.

O candidato petista foi eleito para seu terceiro mandato, com 63% dos votos válidos. Além do grande capital político do petista, o candidato petista ancorou sua campanha nas conquistas obtidas a partir de políticas federais, vinculadas aos governos petistas. A presidente reeleita, Dilma Rousseff (do PT), teve sua maior votação no estado do Piauí, em termos percentuais, obtendo, no primeiro turno, mais de 70% dos votos válidos. O exercício do governo estadual pelo partido, junto com uma ampla base de apoio nas eleições e no governo - assunto não tratado neste capítulo, mas discutido por Sandes-Freitas (2015) - tem limitado a ascensão de novos grupos com condições de opor-se e de renovar os quadros políticos no estado. O apoio também ocorre por força de famílias políticas no estado que conseguiram, historicamente, viabilizar suas candidaturas para cargos proporcionais, sobretudo, para a ALEPI⁷.

Entre 2014 e 2018, no entanto, o país passou por uma crise política em nível federal, levando ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016. No mesmo ano, nas eleições municipais, o PT deixou de ser um dos três partidos com maior número de prefeitos no Brasil para ocupar apenas a décima posição, segundo o repositório de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, o partido lançou muito menos candidatos e teve muito mais dificuldade para realizar alianças com outros

7 Em dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI, Moura (2019) destaca o uso de diversos capitais (econômico, político, social e simbólico), de modo conjugado, pelas famílias políticas, possibilitando a perpetuação de gerações de políticos na ALEPI.

partidos, incluindo o PMDB e o PP, que participaram ativamente do processo de *impeachment* em desfavor do PT. Assim, o esperado era que os governos do PT se enfraquecessem e novas lideranças tivessem mais espaço e pudessem ser eleitas em 2018. E no Piauí, o processo ocorreria dessa forma?

2. Em 2018: a vitória dos mesmos

Uma das diferenças em relação ao cenário nacional é que, no Piauí, o PT teve um desempenho melhor nas eleições de 2016 em comparação com a média nacional e na região Nordeste. Conforme os dados consultados no TSE, considerando somente o cargo de prefeito, o partido foi o sétimo no Nordeste (elegendo 114 prefeitos, ou seja, cerca de 6,4% do total na região). Enquanto isso, no Piauí, o partido foi o segundo maior partido, tendo eleito 38 prefeitos (17% do total no estado). Só perdeu do PP, que elegeu 2 prefeitos a mais (ver Tabela 1). Desse modo, apesar da conjuntura negativa para o partido, no estado, ele se manteve forte em 2016. Isso seria fundamental para as eleições de 2018, nas quais o apoio de prefeitos foi fundamental para as candidaturas ao Senado, à Câmara dos Deputados, à ALEPI e ao Governo do Estado.

Tabela 1

Prefeitos eleitos por partidos - Piauí (2016)

Partidos	N	%
PP	40	17,9
PT	38	17,0
PSB	34	15,2
PSD	26	11,6
PTB	22	9,8
PMDB	21	9,4
PDT	8	3,6
PSDB	7	3,1
PR	6	2,7
PTC ⁸	4	1,8
PRTB	3	1,3
PCdoB	2	0,9
PPL	2	0,9
PROS	2	0,9
Outros*	9	4,0
Total	224	100,0

* Os partidos que elegeram 1 prefeito cada foram considerados "outros".

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como se observa na Tabela 1, outros partidos também apareceram como relevantes, coincidindo com a importância que tiveram na política estadual nos últimos anos, no Piauí, como o PSB (do ex-governador Wilson Martins), o PTB (do ex-senador João Vicente

8 Descrição das siglas não referenciadas ao longo do texto: PTC - Partido Trabalhista Cristão; PPL - Partido Pátria Livre.

Claudino) e o PMDB (de diversas lideranças importantes do estado, como o deputado estadual Themístocles Filho e o deputado federal Marcelo Castro). Além disso, destaca-se o Partido Social Democrático (PSD), criado pelo ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, em 2011. Assim como Kassab, boa parte dos quadros desse partido teve origem em outros partidos, entre eles o DEM. No Piauí, a principal liderança do PSD é o deputado federal Júlio César, que foi um político com longa trajetória junto ao PFL-DEM.

Com grande capital político no estado, o governador Wellington Dias conduziu o processo eleitoral no Estado do Piauí. A força do candidato do PT foi tamanha que o partido foi capaz de formar uma “chapa pura”, ou seja, em que tanto o candidato a governador quanto a vice (a então senadora Regina Sousa) eram do mesmo partido. Diversos partidos convergiram para a candidatura petista (ver Tabela 2). Além do PT, 8 partidos apoiaram a candidatura do candidato à reeleição, dentre eles os partidos centrais na política estadual, como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB - ex-PMDB) e o PP (ex-PDS, PPR e PPB), além de outros partidos importantes que têm ocupado postos na ALEPI (PR, PDT, PSD e PTB), além do PCdoB e do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Observa-se que a coligação contou com partidos situados em diferentes posições no espectro ideológico, incluindo partidos não aliados ao PT nacionalmente, com o próprio MDB e o PP.

Apesar da existência de diversas candidaturas de oposição, não houve segundo turno. O candida-

to petista foi eleito governador ainda no primeiro turno, obtendo 55,65% dos votos válidos. Além da força do governador que se candidatava à reeleição, os candidatos de oposição tinham menor potencial eleitoral. Pertenciam a partidos com pouco espaço no estado, com poucas prefeituras e pouco espaço no Poder Legislativo estadual. O PSDB, mais uma vez, demonstrou a dificuldade de viabilizar uma candidatura ao Governo do Estado, mesmo elegendo prefeitos na capital do estado, Teresina, desde 1992.

Tabela 2

Resultado da disputa eleitoral para governador -
Piauí (2018)

Candidatos	Partidos	Coligações	Votos	%
Wellington Dias	PT	PT / MDB / PP / PR / PDT / PSD / PCdoB / PTB / PRTB	966.469	55,65
Dr. Pessoa	Solidariedade	PMN / PRB / Solidariedade / PPL / PTC	355.792	20,48
Luciano Nunes	PSDB	PSDB / PSB / DEM	300.549	17,30
Fábio de Melo Sérgio	PSL	PROS / PSL	63.431	3,65
Elmano Férrer	PODE ⁹	PODE / AVANTE / PATRI / REDE / PPS / PV / PRP / PHS	22.176	1,28

9 Descrição das siglas não referenciadas ao longo do texto: PODE - Podemos; AVANTE - Avente; PATRI - Patriota; REDE - Rede Sustentabilidade; PSOL - Partido Socialismo e Liberdade.

Profª. Maria Sueli	PSOL	PSOL / PCB	12.271	0,71
Valter Alencar	PSC	PSC	11.015	0,63
Luciane Santos	PSTU	PSTU	2.960	0,17
Romualdo Seno	DC	DC	1.405	0,08
Lourdes Melo	PCO	PCO	777	0,04
TOTAL			1.736.845	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

A mesma coligação que deu suporte ao governador eleito também elegeu os dois senadores: Ciro Nogueira (do PP) e Marcelo Castro (do MDB). Na disputa, o candidato ao Senado do PSB, o ex-governador Wilson Martins, foi derrotado. Em muito isso é atribuído à saída de Martins do grupo liderado por Wellington Dias (processo já ocorrido no pleito de 2014), apoiando-se em partidos com pouco lastro eleitoral no estado, com o PSDB e o DEM.

Na disputa para a ALEPI, o MDB ficou com o maior número de deputados (6 no total), seguido por PP e PT (com 5) e por outros 11 partidos (ver Tabela 3). Somente os 3 partidos, já coligados, obtiveram mais de 50% dos representantes da casa. Se contarmos com os demais partidos da coligação, o governador teria condições, já dadas nas eleições, para formar uma coalizão de governo majoritária. A bancada do Piauí eleita para a Câmara dos Deputados também foi bastante fragmentada partidariamente. Foram selecionados 10 deputados de 8 partidos diferentes. Ainda assim, o PP e o PT obtiveram, juntos, 40% do

total de cadeiras do estado na casa. Isso reitera a força dos 2 partidos no estado.

Tabela 3

Deputados estaduais e federais eleitos por partido - Piauí (2018)

Partidos	Deputados estaduais		Deputados federais	
	N	%	N	%
MDB	6	20,0	1	10,0
PP	5	16,7	2	20,0
PT	5	16,7	2	20,0
PR	3	10,0	1	10,0
PTB	2	6,7		0,0
PDT	1	3,3	1	10,0
PPS	1	3,3		0,0
PRB	1	3,3		0,0
PRTB	1	3,3		0,0
PSB	1	3,3	1	10,0
PSD	1	3,3	1	10,0
PSDB	1	3,3		0,0
PTC	1	3,3	1	10,0
PV	1	3,3		0,0
Total	30	100,0	10	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Um das razões da grande força do PT, do PMDB e do PP é a dinâmica de continuidade que tem se configurado na política piauiense. Após 2002, com a entrada do PT no Governo do Estado, um grande grupo foi formado no estado, em substituição à polarização

anterior, que uma hora era estabelecida entre PDS e PMDB e, posteriormente, entre PFL e PMDB, como apresentado anteriormente. Um dos aspectos estruturais da política brasileira, que limita mudanças de grande porte, é a disparidade no financiamento das candidaturas. Para vencer, os candidatos precisam ter acesso a financiadores.

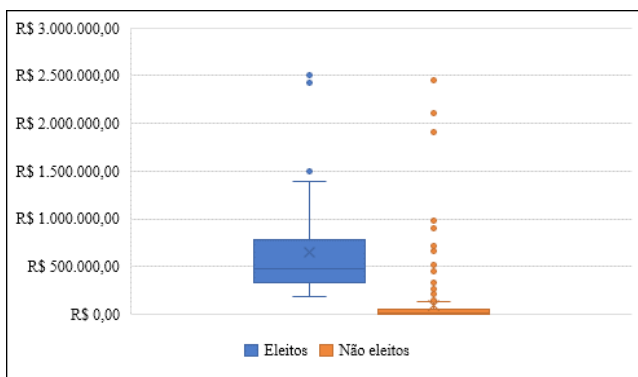
Para evidenciar isso, especificamente em relação às eleições de 2018, foram analisadas as receitas das candidaturas de deputados federais e estaduais, ou seja, os recursos recebidos pelos candidatos, separando os eleitos dos não eleitos.

No Gráfico 1 se observa que as diferenças entre os eleitos e os não eleitos (30 candidatos) são bastante relevantes. Basicamente, os eleitos recebem muito mais recursos do que os não eleitos, não somente na média, mas toda a distribuição de recursos entre os 2 grupos é diferenciada, favorecendo os eleitos. O eleito com menor receita obteve mais de R\$ 180.000,00, muito acima da média (R\$ 8.242,65) e da mediana (R\$ 86.618,36) dos não eleitos. Para ter uma dimensão dessa diferença, 88,1% dos não eleitos obtiveram receita abaixo da menor receita dos eleitos. A desigualdade entre eleitos e não eleitos quanto ao acesso a recursos para as campanhas eleitorais, como já vem apontando a literatura (SACCHET; SPECK, 2012; PEREIRA; RENNÓ, 2007), continua a ser clara no caso piauiense, mesmo em um contexto no qual o financiamento de empresas (ou seja, de pessoa jurídica) foi proibido, ou seja, onde as receitas

provêm de recursos próprios, de financiamento de pessoas físicas e dos recursos dos partidos políticos.

Gráfico 1. *Box plot* das receitas dos candidatos a deputado federal e estadual eleitos e não eleitos. Piauí, 2018.

Nota: 286 candidatos não eleitos e 50 candidatos eleitos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A correlação de Pearson entre votos e receita dos candidatos é 0,78 (com valor $p = 0,000$), demonstrando que há correlação positiva, forte e significativa entre as 2 variáveis dentre os candidatos a deputado federal e estadual no Piauí. A correlação também apresenta resultados similares quando o teste é realizado separadamente, considerando o tipo de cargo em disputa. Entre os candidatos a deputado federal, a correlação entre receita e votos de 0,76 e entre os deputados estaduais é de 0,83, com valor p também de 0,000. Ter receita, ou seja, dinheiro, é um fator decisivo em eleições e no Piauí isso não foi diferente, mesmo com a impossibilidade de doação de empresas.

Se os mais bem financiados, em geral, foram eleitos, é esperado que sejam aqueles com maior trânsito nos espaços de poder. Os dados apontam que os eleitos formam um grupo extremamente seletivo, o que indica que as condições da competição eleitoral (incluindo as regras de financiamento de campanha) continuam a reforçar a continuidade de políticos com lastro político no estado.

Tabela 4

Número total e relativo dos deputados federais e estaduais eleitos, considerando se candidatos à reeleição ou se desafiantes - Piauí (2018)

Tipo de candidato	Deputados federais		Deputados estaduais	
	N	%	N	%
Candidato à reeleição	6	60,0	23	76,7
Desafiante	4	40,0	7	23,3
Total	10	100,0	30	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os dados da Tabela 4 indicam que a maior parte dos eleitos a deputado federal e estadual foi composta por reeleitos. Dentre os deputados federais, 60% se reelegeram e dentre os deputados estaduais, 76,7%, evidenciando baixa renovação na classe política piauiense. Em geral, são políticos de carreira com longas trajetórias. Quanto à ocupação dos candidatos (ver Tabela 5), informada por eles mesmos ao TSE, 23 dos 29 reeleitos informam a ocupação “deputa-

do” como profissão (57,5% do total dos eleitos). Os demais são médicos, advogados, servidores públicos etc. Pode-se afirmar, portanto, que a composição dos representantes piauienses na ALEPI e na Câmara dos Deputados consiste, em sua maioria, em políticos que não reconhecem sua formação de origem como ocupação principal.

Tabela 5

Ocupação dos deputados estaduais e federais eleitos
- Piauí (2018)

Ocupação	N	%
Deputado	23	57,5
Médico	4	10,0
Advogado	2	5,0
Servidor público estadual/ municipal	2	5,0
Agrônomo	1	2,5
Bancário e economiário	1	2,5
Economista	1	2,5
Empresário	1	2,5
Engenheiro	1	2,5
Jornalista e redator	1	2,5
Odontólogo	1	2,5
Policial militar	1	2,5
Vereador	1	2,5
Total	40	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

A dificuldade de renovação se deve aos recursos políticos e econômicos dispostos nas mãos dos políticos de carreira. Enquanto um candidato desafiante (principalmente aquele que vem de fora do mundo da política) deve tentar viabilizar sua candidatura de modo autônomo, um político de carreira já tem acesso a financiadores e trânsito dentro do partido. Isso amplia as possibilidades de ser eleito diante dos desafiantes.

Na Tabela 6 se verifica que, mesmo em menor número, os deputados federais e estaduais eleitos obtiveram muito mais recursos do fundo partidário, o que indica que eles têm mais acesso aos decisores dos partidos, que investem um volume muito maior de seus recursos nos candidatos que vencem e que, em sua maioria, já eram deputados, como apontando anteriormente. Em média, o recurso do fundo partidário destinado aos eleitos é de mais de R\$ 133.000,00, 7 vezes maior do que a média dos não eleitos. A mediana, que divide a distribuição em 2 partes iguais, indica que mais de 50% dos candidatos não eleitos não receberam recursos desse fundo. Para ser mais exato, 67,8% dos não eleitos não receberam recursos do fundo partidário.

Tabela 6

Financiamento dos candidatos a partir da origem da doação aos candidatos a deputado estadual e federal - Piauí (2018)

Nota: 286 não eleitos e 40 eleitos.

Estatísticas descritivas	Fundo partidário (R\$)		Fundo eleitoral (R\$)		Outros recursos (R\$)	
	Eleitos	Não eleitos	Eleitos	Não eleitos	Eleitos	Não eleitos
Total	5.320.286,72	5.305.207,31	14.391.660,91	13.403.758,68	6.234.074,51	6.063.883,79
Média	133.007,17	18.549,68	359.791,52	46.866,29	155.851,86	21.202,39
Mediana	112.500,00	0,00	175.000,00	1.587,60	136.396,84	3.280,00
Desvio padrão	135.441,28	82.811,99	506.283,69	171.824,88	86.820,12	87.839,04

Fonte: Elaborada pelo autor.

A desigualdade entre eleitos e não eleitos não se dá somente na distribuição de recursos dos partidos para os candidatos. O fundo eleitoral, denominado oficialmente Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), é a maior fonte de recursos para os candidatos. Assim como o fundo partidário, o fundo eleitoral se destina aos partidos, que devem elaborar critérios para a distribuição aos candidatos, mas, diferente do primeiro, o fundo eleitoral é específico para as eleições e vem de recursos concedidos por meio de dotações orçamentárias da União. Os eleitos receberam, em média, mais de R\$ 359.000,00, 7,6 vezes mais do que a média dos não eleitos. A mediana também apresentou um valor baixo entre os não eleitos, o que também evidencia a pequena quantidade de recursos do fundo eleitoral destinada pelos partidos aos candidatos.

Já os “outros recursos” incluem doações de pessoa física, o autofinanciamento e o financiamento coletivo e também segue o padrão dos outros tipos de financiamento dos candidatos. Isso demonstra que os não eleitos não conseguem viabilizar suas candidaturas com financiamentos junto a recursos que não passam, necessariamente, pelo crivo dos partidos. Em grande

medida, falou-se muito do potencial dos financiamentos coletivos, mas o fato é que ele representou somente 0,3% do total de recursos arrecadados pelos candidatos a deputado no Piauí em 2018. Em resumo, é válido afirmar que dinheiro importa nas eleições do Piauí, favorecendo, inclusive, a continuidade de políticos e proporcionando pouco espaço à renovação política.

3. Para onde vai representação política no Piauí

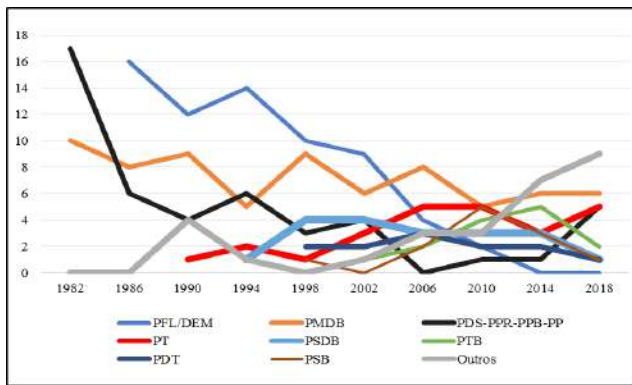
A representação política no Piauí, especificamente, na ALEPI, foi marcada por período. Inicialmente, pela forte presença de PDS e PMDB (1982) e depois pela inclusão de outro partido, o PFL, o que levou à perda de força do PDS, já a partir de 1986. A polarização passou a ser entre PFL e PMDB, ficando clara até 1998 e coincidindo com a dinâmica de disputas eleitorais para o Governo do Estado. No entanto, desde 1990, outros partidos começaram a ocupar algum espaço na ALEPI, como o PT. Em 1998, observam-se novos partidos (PDT e PSB), bem como o crescimento do PSDB (ver Gráfico 2).

Em 2002, com a vitória do PT para o Governo do Estado e, sobretudo, em 2006 (com sua reeleição), ficou clara a derrocada do PFL e do PPB (ex-PDS e PPR) no estado. Outras legendas cresceram, passando a ocupar espaços na ALEPI. O que se mantém como padrão ao longo de todo o período é a força do PMDB-MDB (ver Gráfico 2). Mesmo com todas as mudanças de governo, o partido continuou a deter as

maiores bancadas em todo o período, especialmente, desde 1998.

Gráfico 2. Número de deputados estaduais eleitos por partido. Piauí, 1982-2018.

Nota: Em “outros” foram incluídos os partidos que obtiveram menos de 10 deputados eleitos de 1982 a 2018 (PL, PR, PSD, PTC, PPS, PRB, PCdoB, PDC, PRTB e PV).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse quadro de fragmentação, observado somente a partir do gráfico de linhas com o número de deputados estaduais por partido, pode ser mais bem identificado por meio do número de partidos representados na ALEPI (ver Gráfico 3). O crescimento dos partidos na casa se dá de modo contínuo ao longo do tempo, saindo de 2 (em 1982) para 14 (em 2018). Só houve a manutenção desse número em 2 momentos: de 1994 para 1998 e de 2010 para 2014.

Outra medida importante para entender a dispersão do poder pode ser calculada por meio do número efetivo de partidos (NEP). O NEP é calculado a partir de uma fórmula, definida nos termos de Laakso e Taagepera (1979), sendo P_i o percentual de cadeiras ocupadas por cada partido na ALEPI:

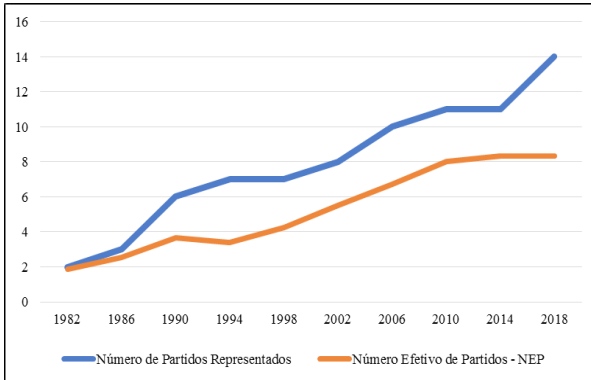
$$N = \frac{1}{\sum_{i=1}^n P_i^2}$$

Esta fórmula permite que identifiquemos a fragmentação partidária da casa, verificando em que medida o aumento do número de partidos, de fato, eleva a dispersão do poder na ALEPI.

Verifica-se no Gráfico 3 que o NEP sai de 2, em 1982, para um pouco acima de 8, em 2018. O maior crescimento do NEP se deu de 1994 a 2010. Esse período inclui 2 mudanças de grupo político à frente do Governo do Estado: em 1994, quando Mão Santa (do PMDB) vence as eleições após derrotar Átila Lira (do PFL), e em 2002, quando Wellington Dias (do PT) também vence o pleito contra um candidato do PFL, o governador Hugo Napoleão. Em 2014 e 2018, o NEP mantém praticamente o mesmo valor de 2010, indicando estabilidade na distribuição de forças entre os partidos na ALEPI.

Gráfico 3

Número de partidos representados e Número Efetivo de Partidos na ALEPI (1982-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor.

O NEP de 8, no entanto, releva a presença de uma elevada quantidade de atores políticos com capacidade de influenciar o processo decisório na casa. Além disso, ao governador cabe a missão de coordenar os aliados a fim de formar maiorias governativas. Além disso, isso gera incentivos aos candidatos ao Governo do Estado de formar coligações amplas para obter êxito eleitoral. Isso ficou muito claro no caso de Wellington Dias (do PT), que buscou consolidar apoios com lideranças políticas vinculadas ao processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (também do PT).

Se a dinâmica fechada dos anos 1980 impedia a ascensão de novos atores políticos no cenário político, a não ser via PDS, PFL ou PMDB, a atual dinâmica gerou incentivos à proliferação de partidos e da construção de amplos apoios com fins de obter cargos eletivos e,

consequentemente, não eletivos, como os cargos de indicação (secretarias, autarquias, fundações etc.)¹⁰.

Novamente, é válido afirmar que a forma como as campanhas são organizadas e financiadas agravam esse quadro extremamente adverso à renovação da classe política. Outra dinâmica de competição, que possibilite a entrada de novos atores políticos, depende de uma rearticulação da oposição e, sobretudo, de outras condições da competição que diminuam a diferença entre candidatos à reeleição e desafiantes e possam gerar disputas mais acirradas entre os candidatos tanto para os cargos proporcionais (Câmara dos Deputados e ALEPI) quanto para os cargos majoritários (Governo do Estado e Senado).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, K.; ULHÔA, R. Para encostar em Lula, Serra prioriza Minas, Rio e SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1906200207.htm> Acesso em: 09 mai. 2019.

ARRAES FILHO, M. R. **Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982-1995**. Orientadora: Rachel Meneguello. 2000. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

GUIBU, F.; KORMANN, A. Mão Santa ajuda PT a crescer nas pesquisas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 set. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1809200236.htm> Acesso em: 04 jan. 2015.

10 Para mais informações sobre a construção de gabinetes (secretariado) no Estado do Piauí de 1987 a 2010, ver a tese de doutorado de minha autoria (SANDES-FREITAS, 2015).

Laakso, M.; Taagepera, R. Effective number of parties: a measure with application to West Europe. **Comparative Political Studies**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 3-27, 1979.

MOURA, G. L. P. **Familismo político: manutenção e reprodução da herança política na ALEPI (1986-2014)**. Orientador: Raimundo Batista dos Santos Junior. 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 664-683, 2007.

PEREIRA DA SILVA, C. D. **O novo arranjo federativo brasileiro, o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004**. Orientador: José Eisenberg. 199 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA DA SILVA, C. D. A reeleição de Wellington Dias (PT) em 2006 e o surgimento do neo-conservadorismo na política piauiense. **Observa Nordeste: Análises de Conjuntura**, Recife, n. 9, p. 1-7, 2009.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012.

Sandes-Freitas, V. E. V. **A lógica da formação de governos no estado do Piauí (1987-2007)**. Orientador: Cleber de Deus Pereira da Silva. 162 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

Sandes-Freitas, V. E. V. **Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo**. Orientadora: Rachel Meneguello. 317 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SILVA, R. J. G. **Metamorfose das oligarquias: o caso do Piauí**. Orientador: Gildo Marçal Bezerra Brandão. 1999. 381 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

4

(O) caso do MDB nas eleições de 2018 e a derrota de Eunício Oliveira ao Senado no Ceará

Monalisa Lima Torres¹
José Raulino Chaves Pessoa Júnior²

INTRODUÇÃO

Eram 19:30 de domingo, 7 de outubro de 2018, e 62,31% das urnas no Ceará haviam sido apuradas. Os jornais locais, que cobriam as eleições, comentavam o acirramento da disputa pela segunda vaga ao Senado e a indefinição dos vencedores. Naquele momento, Cid Gomes (do Partido Democrático Trabalhista [PDT])

1 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora de Teoria Política na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

2 Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Políticas Públicas na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

despontava, com 39,74% dos votos válidos. Pelo segundo lugar concorriam Eduardo Girão (do Partido Republicano da Ordem Social [PROS]), com 18,52% dos votos; Eunício Oliveira (do Movimento Democrático Brasileiro [MDB]), com 15,08%; seguido de perto pela Dra. Mayra (do Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB]), com 12,53%. A expectativa era de que as urnas dos municípios do interior definissem os eleitos. Alguns analistas políticos pontuavam a importância das bases eleitorais do MDB nos municípios, ressaltando que, pela capilaridade do partido, Eunício Oliveira poderia ter votos suficientes para uma “virada”. A cada nova atualização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a diferença de votos entre Eduardo Girão e Eunício Oliveira diminuía, o que aumentava a apreensão pelo fim da apuração. Às 22:30, com 99,78% das urnas apuradas, Eunício Oliveira não tinha alcançado Eduardo Girão e os votos que faltavam ser contabilizados eram insuficientes para uma virada do emedebista.

Na disputa pelo Senado em 2018, foram eleitos pelo Ceará Cid Gomes e Eduardo Girão, com 3.228.533 votos (41,62% dos votos válidos) e 1.325.786 votos (17,09%), respectivamente. Eunício Oliveira obteve 1.313.739 votos (16,93%). Apesar da diferença de apenas 12.047 votos para o concorrente do PROS, a derrota soou embaraçosa. Isso porque o emedebista, político experiente e de projeção nacional, que ocupava o cargo de Presidente do Senado, dispunha de significativa base política³ e de vultuosos recursos

³ Segundo dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) sobre as eleições de 2016, o MDB é o segundo maior partido em

financeiros. Eunício Oliveira contava com farto financiamento do fundo partidário, haja vista que ocupava o cargo de tesoureiro do MDB nacional e contava com tempo de TV para a divulgação de sua candidatura.

Este capítulo tem por objetivo analisar as eleições cearenses na disputa pelo Senado, investigando especificamente a derrota de Eunício Oliveira para a reeleição. A hipótese adotada é que a derrota do emedebista se deve mais a fatores externos, como a política nacional, e menos ao contexto cearense. Defende-se que a rejeição ao MDB, entendido como partido do chamado *establishment* e da corrupção sistêmica denunciada pela Operação Lava Jato, e o crescimento do apoio aos candidatos aliados ao presidenciável Jair Bolsonaro (do Partido Social Liberal [PSL]) foram os principais fatores da derrota de Eunício Oliveira.

Admitimos que as eleições de 2018 representam a transição para um novo ciclo político. As mudanças na comunicação com o eleitor, como o uso das redes sociais e de aplicativos de mensagens instantâneas para propaganda eleitoral, e a emergência de uma nova narrativa política resultaram na renovação dos quadros políticos em todo o país e na alteração do sistema partidário nacional. A exemplo do Partido dos Trabalhadores (PT) e do PSDB, o MDB sofreu duras baixas. O partido do governo, do então presidente Michel Temer (do MDB), que ocupava uma das maiores

número de prefeitos no Ceará (com 28 prefeitos), ficando atrás do PDT, sigla que abriga os irmãos Ferreira Gomes (com 49 prefeitos). Em número de vereadores, é o terceiro colocado (com 181 vereadores). O PDT e o Partido Social Democrático (PSD) contam com 394 e 233 vereadores, respectivamente.

bancadas do Congresso Nacional não conseguiu reeleger seus principais quadros, como os senadores Edson Lobão (no Maranhão), Romero Jucá (em Roraima) e Roberto Requião (no Paraná), só para citar alguns.

Para os objetivos desta pesquisa, realizou-se um mapeamento das bases eleitorais emedebistas e, mais especificamente, de Eunício Oliveira, no período que cobre as eleições locais de 2008 até as eleições de 2018, assim como os resultados eleitorais a partir dos dados disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). O mapeamento das estratégias eleitorais do MDB nos estados nas disputas majoritárias foi importante não só para identificar as especificidades do caso cearense, mas para situar o partido em um contexto de profunda descrença na política e no sistema partidário tradicional. A reconstrução do cenário pré-eleitoral e a observação dos atores que fizeram parte das disputas eleitorais em 2018 foram feitas a partir da cobertura jornalística (*O Povo*, *Diário do Nordeste*, *Folha de S. Paulo* etc.), das sondagens eleitorais e das análises de especialistas disponíveis nas mídias impressa e *on-line*. Além disso, reflexões sobre as estratégias utilizadas nas propagandas eleitorais (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral [HGPE]) forneceram pistas importantes para a análise das eleições no Ceará.

Este capítulo se divide em dois eixos principais. No primeiro momento, enfocamos a atenção na conjuntura nacional e a atuação do MDB na arena eleitoral em um contexto de crise do lulismo (LOPES, 2016) e a emergência de uma narrativa anti-*establish-*

ment. Em um segundo momento, a análise recairá sobre as especificidades da arena política cearense (CARVALHO, 2008), onde se discutem a organização partidária emedebista e as posições ocupadas por Eunício Oliveira no jogo de disputas pelo poder no Ceará (PESSOA JÚNIOR, 2018b).

1. O (P)MDB na transição de ciclos políticos: a construção da narrativa antissistema e as eleições de 2018

São diversos os estudos⁴ que caracterizam o (P)MDB como um partido de centro no que tange à posição no espectro político e ao peso eleitoral em razão do tamanho de suas bancadas, sobretudo no Congresso Nacional. Tais características, herdadas do período que correspondeu ao regime militar, deram-se em virtude das imposições do bipartidarismo. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agremiação política que fazia oposição ao partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), era constituído pelas mais diferentes lideranças políticas. Seu programa nacional priorizava a defesa da e o retorno à democracia, daí seu perfil heterogêneo, já que acolhia todos aqueles que não se identificavam com o regime, independente de seu posicionamento ideológico. Devido à dominância da ARENA na esfera executiva nacional, restava ao MDB rivalizar por espaços no legislativo e nos municípios onde ainda havia

4 Ver Sá (2011), Limonge e Cortez (2010), Maciel (2014), Lameira e Peres (2015) e Guilherme (2017).

eleições para prefeitos. O que levou à importância da interiorização (e capilarização) do partido e, por conseguinte, do fortalecimento das lideranças locais.

Passado o período de efervescência do retorno à democracia e com o surgimento de novas instituições partidárias, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) se consolidou como uma das maiores forças políticas, ampliando seus quadros (ao acolher lideranças de outras legendas). Apesar do tamanho de suas bancadas no Congresso e da capilaridade desse partido em todo o território nacional, o PMDB não conseguiu protagonizar as disputas pelo Poder Executivo federal⁵. Para Natalia Maciel (2014), a ausência de um programa nacional bem definido (que homogeneizasse os interesses/as pautas de suas lideranças), somada ao sucesso nas eleições proporcionais, transformaram a sigla em parceira ideal na composição de coalizões de governo.

Em nome da governabilidade, o PMDB foi indispensável na produção de maiorias parlamentares que contribuíram para a aprovação das agendas do Poder Executivo federal no período da Nova República. A heterogeneidade do arranjo partidário peemedebista é permanente ao longo de sua história e, por seu perfil moderado, por não apresentar preferências políticas bem definidas, normalmente sendo identificado como

5 O PMDB lançou candidatura própria para a presidência apenas nos anos de 1989, 1994 e 2018 e, em todas elas, o desempenho eleitoral de seu candidato foi aquém do esperado. Em 1989, o candidato à presidência foi Ulysses Guimarães, que ficou em 7º lugar (com 4,73% dos votos); em 1994, o nome escolhido foi Orestes Quércia, 4º colocado (com 4,38%); e em 2018, o economista Henrique Meirelles foi 7º colocado (com 1,2%).

partido de centro, tem se adaptado com eficácia às diferentes conjunturas, ou seja, tem baixa rejeição diante do eleitorado⁶ e logrado alianças com os governos dos mais diferentes matizes ideológicos, como PSDB (1995-1998) e PT (2004-2016).

Vale observar o processo de adesão do PMDB ao governo petista.

Luiz Inácio Lula da Silva venceu as eleições de 2002 acionando um discurso de renovação política e de um mandato popular baseado em grande conciliação do povo brasileiro. Antes mesmo da posse do novo presidente, o petista José Dirceu e lideranças do PMDB, Michel Temer e Eunício Oliveira, articularam aliança entre os partidos para a composição da base governista, que foi vetada por Lula⁷. O PT pretendia governar sem o PMDB e contava com o apoio de seus aliados históricos (Partido Socialista Brasileiro [PSB], Partido Comunista do Brasil [PCdoB] e PDT) e de legendas de médio e pequeno porte, com quem teceu acordos fisiológicos (GUILHERME, 2017), mais tarde conhecidos como “Mensalão”⁸.

6 Apesar de compor as coalizões de governo, o PMDB sofreu menor desgaste que os partidos que ocuparam a presidência, pelo menos até o episódio do “Mensalão” e a crise política de 2016, que culminou com o *impeachment* da presidenta petista, Dilma Roussef. PSDB e PT, por exemplo, pela notoriedade que o Poder Executivo tem na dinâmica política e pelo impacto das agendas adotadas, foram os mais atingidos pelas críticas e, portanto, rejeição dos eleitores.

7 Mesmo com a recusa do presidente, o PMDB, que havia constituído a base parlamentar do bloco partidário PSDB/Partido da Frente Liberal (PFL)/Democratas [DEM] por dois mandatos, declarou-se como base oficial do governo petista em março de 2003, em resolução aprovada na Executiva Nacional da sigla.

8 Foi denominado Mensalão o esquema de pagamento mensal de propina a congressistas de diferentes partidos (que não eram aliados históricos

A dificuldade para formar uma maioria parlamentar e aprovar medidas do Poder Executivo forçou o presidente Lula a convidar o PMDB a compor a coalizão governista. Para selar o acordo, em 2004, os peemedebistas Eunício Oliveira e Almir Lando assumiram o Ministério das Comunicações e o Ministério da Previdência, respectivamente. Após a publicização dos “Escândalos do Mensalão” e a necessidade de ampliar sua base para atravessar a crise política que havia se instaurado, o governo estreitou seus laços com o PMDB. A legenda detinha a presidência das duas casas legislativas e foi importante para barrar comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que poderiam interromper o mandato de Lula, resultando na maior participação peemedebista nos ministérios. E, embora PT e PMDB fossem os mais afetados pelas críticas da opinião pública sobre o esquema do Mensalão, foram as siglas que elegeram as maiores bancadas nas eleições de 2006 (83 e 89 parlamentares, respectivamente).

O apoio do PMDB à reeleição de Lula em 2006⁹ ampliou as ligações entre os partidos e culminou com a composição da chapa PT-PMDB nas eleições seguintes (2010 e 2014). A petista Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil, e Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados, foram os nomes escolhidos e sua vitória assegurou maior participação peemedebista no governo. Fortalecido, o PMDB garantiu 6 ministérios em 2011 e ampliou sua participação no primeiro es-

do PT ou que não pertenciam ao mesmo bloco ideológico do governo) para votarem a favor das propostas enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

9 O PMDB abriu mão de lançar candidatura própria à presidência para receber apoio do PT para os cargos majoritários nos estados.

calão do governo em 2015, saltando para 7 pastas. Embora tivesse reduzido o tamanho de suas bancadas no Congresso, visto que foi associado diretamente ao Mensalão, compôs a maior bancada no Senado (contando com 20 e 18 senadores em 2010 e 2014, respectivamente), elegeu a segunda maior bancada na Câmara (79 e 66 parlamentares nas eleições de 2010 e 2014, respectivamente) e conquistou a presidência das duas casas legislativas em quase todo o período de 2011 a 2016¹⁰. Além disso, conquistou um importante número de estados: elegeu 5 governadores em 2010 e em 2014 obteve o maior número de governadores eleitos (ao todo, 7).

As investigações da Polícia Federal (PF) que culminaram na chamada Operação Lava Jato trouxeram, mais uma vez, PT e PMDB ao centro das atenções. Dessa vez, o alvo da operação recaiu sobre esquemas bilionários de desvio de verbas da Petrobras e o pagamento de propina a altos executivos da estatal e a agentes públicos.

A publicização das listas de nomes de políticos que, segundo os delatores, recebiam propina das empreiteiras colocava no olho do furacão figuras importantes dos principais partidos que atuavam no Congresso. Do PMDB, por exemplo, foram citados Romero Jucá, Renan Calheiros, Eunício Oliveira, Eduardo Cunha e Edison Lobão.

10 Com exceção dos presidentes da Câmara dos Deputados, Marco Maia (do PT-RS), mandato 2010-2013, e Waldir Maranhão (do Partido Progressista do Maranhão [PP-MA]), que assumiu interinamente de maio a julho de 2016.

A novelização da Operação Lava Jato e as constantes notícias sobre a recessão econômica sinalizada pela alta do dólar, pelo aumento dos preços do combustível, pela redução do poder de compra e pela alta no número de desempregados induziram os brasileiros a associarem a corrupção à crise econômica. Uma percepção que foi apontada em pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em parceria com a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL): para 48% dos entrevistados, a corrupção é a principal responsável pela crise econômica (COM AGÊNCIAS, 2017).

Foi esse sentimento de descrença no sistema político brasileiro que embalou as manifestações de 2013, 2015 e 2016 e produziu o realinhamento eleitoral que surpreendeu muitos analistas políticos em 2018.

Vale ressaltar que as narrativas e os símbolos acionados nas manifestações de crítica ao governo, as chamadas Jornadas de Junho de 2013 e, principalmente, de apoio ao *impeachment* de Dilma, em 2015 e 2016, já sinalizavam o encerramento do ciclo político lulista e construíram as bases sociais que sustentariam a candidatura de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. O núcleo das narrativas, em ambos os casos, envolvia um sentimento de negação dos políticos e dos partidos (antissistema ou *anti-establishment*), embora tenha sido mobilizado de diferentes modos. No primeiro caso, a recusa da participação dos partidos políticos nos movimentos, além do não reconhecimento da representatividade dos políticos, sintetizado na crítica aos gastos com a

Copa do Mundo FIFA 2014 em detrimento dos recursos destinados aos serviços públicos, deram o tom das jornadas. No segundo caso, os manifestantes não só não reconheciam a legitimidade dos políticos eleitos (fato observado pela recusa dos resultados eleitorais de 2014¹¹) como denunciavam a “inabilidade política” de Dilma e defendiam a tese de que a superação da crise política e, portanto, econômica, dependeria da saída da presidenta do poder, quer por renúncia ou por *impeachment*. Diversas páginas nas redes sociais, como a do Movimento Brasil Livre (MBL) e do “Vem pra Rua”, nasceram nesse momento, com o objetivo não apenas de convocar e organizar os atos pelo *impeachment*, mas de contribuir com a construção das narrativas e a formação dos militantes que atuariam com força nas eleições de 2018.

Esther Solano (2019, p. 310, grifo nosso), em pesquisa que buscou traçar o perfil político e ideológico, assim como as motivações dos brasileiros que participaram dos atos pelo *impeachment* em 2015, chegou às seguintes conclusões:

Na manifestação contra o PT de 16 de agosto de 2015 realizada na Avenida Paulista, 96% dos manifestantes declaravam que não *estavam satisfeitos* com o sistema político. 73% afirmavam não confiar nos partidos e 70% não confiar nos políticos. **O antipartidarismo e a rejeição da figura do político tradicional** apareciam com muita força.

11 Após sua derrota no segundo turno, por pequena margem de votos, Aécio Neves, candidato à Presidência da República pelo PSDB, iniciou um boicote ao governo petista em duas frentes: de um lado, iniciou um processo de cassação da chapa Dilma-Temer junto ao TSE sob o argumento de que a coalizão teria abusado do poder econômico e político para vencer o pleito. Por outro lado, mobilizou uma frente multipartidária no Congresso, para travar pautas do Poder Executivo e votar pautas bomba, a fim de desestabilizar o governo da presidenta Dilma.

Quando perguntamos quem inspirava mais confiança, o nome de Bolsonaro já aparecia em primeiro lugar: 19,4% dos entrevistados confiavam muito nele.

O *impeachment* de Dilma Rousseff estava sendo vendido como “a solução para acabar com a corrupção do PT”, o grande vilão da política brasileira, e para fazer o país voltar a crescer economicamente. Nesse cenário, o PMDB, tendo como porta-voz o vice-presidente Michel Temer, ansiando o protagonismo de que gozou nos primeiros anos da Nova República, lançou uma proposta de agenda nacional intitulado “Uma Ponte para o Futuro”. Esse texto trazia um diagnóstico da crise econômica e propunha, entre outras medidas, reformas estruturais, a redução do tamanho do Estado e menor interferência governamental em assuntos econômicos, questões já levantadas pelas manifestações desde 2015.

Em 31 de agosto de 2016, Dilma foi cassada. Michel Temer, com o importante apoio do PSDB, foi oficialmente empossado como presidente, com a promessa de fazer o “sacrifício” de aprovar “reformas impopulares, mas necessárias” e o PMDB teria a chance de recomeçar. No entanto, o crescimento econômico se mostrou aquém do esperado e o vazamento de um áudio de conversa extraoficial entre Joesley Batista, dono da JBS S.A., envolvido em escândalos de corrupção, e o Presidente da República pela compra do silêncio do ex-Presidente da Câmara dos Deputados preso, Eduardo Cunha, abalaram a credibilidade de Temer e do PMDB. Esses episódios reforçaram a crença de que o grande problema nacional eram os “velhos

partidos políticos e suas práticas fisiológicas”, que deveriam ser “extirpados da política”. Portanto, se PT, PSDB e PMDB, os maiores partidos brasileiros, eram os responsáveis pela crise econômica e política, não poderiam oferecer soluções para atravessá-la. A resposta deveria ser encontrada fora do sistema político.

O cenário que se montava sinalizava o encerramento do ciclo político lulista. Para os objetivos aqui expostos, entendemos *ciclos políticos* como uma categoria capaz de ordenar teoricamente a realidade, de modo a identificar, com maior precisão, momentos de continuidade de mando de líderes, grupos ou partidos políticos. Essa continuidade se diferencia das “formas tradicionais de controle político exercido por uma cadeia de chefias políticas, ramificadas nos municípios e organizadas em instância estadual, configurando o que a ciência política nomeava como política oligárquica” (CARVALHO, 2008, p. 22). Partindo dessa perspectiva, ciclo político é:

[...] a possibilidade de continuidade [que] é determinada pelo poder de sedução de uma “persona” política (indivíduo, grupo ou partido), capaz de fundar-se no imaginário político popular, instaurando uma temporalidade simbólica [...]. A hegemonia incontestável em um território político estadual ou nacional é afirmada em ciclos de campanhas não competitivas. Uma temporalidade política que exige uma mística simbólica forte que a sustente (CARVALHO, 2008, p. 23).

De acordo com Rejane Carvalho (2014, p. 24), a existência de ciclos políticos longevos na política

brasileira pós-redemocratização foi/é possível graças à convergência de 3 fatores, a saber:

a) a percepção de políticos e eleitores de uma nova temporalidade política inaugurada e cristalizada na mística de personagens fundadores; b) [...] a possibilidade de reeleição dos detentores de mandatos no [P]oder [E]xecutivo; [e] c) a verticalização da tendência situacionista nos [3] níveis de governo.

Cada ciclo político tem (ou é representado por) uma *imagem-marca*, cuja eficácia simbólica depende dos aparelhos (meios materiais) para sua distribuição, transmissão e circulação. Para Carvalho (2013, p. 57):

O conceito de “imagem marca” no âmbito da política reporta-se ao processo intencional, planejado, de construção do perfil de personagens a serem postos em circulação na esfera pública mediática, e que pretendem distinguir-se na conquista de afetos positivos dos destinatários conduzindo-os a uma “escolha” ou adesão face às ofertas simbólicas concorrentes.

De acordo com essa corrente interpretativa, denominamos Era Lulista o período de domínio político do PT (e seu bloco partidário) na esfera nacional que abrangeu a primeira eleição de Lula, em 2002, até o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. A construção da figura carismática de Lula como um grande pai, conciliador e “protetor dos pobres/excluídos” foi a imagem-marca que orientou a produção das narrativas que embalaram as disputas eleitorais petistas, legitimando a continuidade do grupo político no poder. Monalisa Soares Lopes (2016, p. 291, grifo

nosso), em análise das campanhas eleitorais de Dilma (em 2010 e 2014), sintetiza a narrativa lulista assim:

[...] a narrativa simbólica do lulismo se fez através da constituição discursiva de um legado que se caracterizaria pela inauguração de um **novo tempo da história política do país**. Esse novo tempo se evidenciaria pela execução de um **projeto político** que promoveria a **inclusão social** como “nunca antes na história des[t]e país”.

Admitimos que as eleições de 2014 já demarcaram o início do fim da Era lulista. Apesar da vitória, com pequena margem de votos¹², o aprofundamento da crise econômica e política sinalizava o desgaste do lulismo. À medida que manifestações pelo *impeachment* de Dilma, em 2015 e 2016, anteciparam o debate político e reposicionaram os agentes do/no campo político, a Operação Lava Jato entrava em cena como importante elemento desestabilizador do quadro de forças políticas e, como um trator, destruía a legitimidade e o capital político de diferentes partidos e políticos, colocando-os “no mesmo barco”. Foi o que concluiu a revista *Veja*, em matéria de capa da edição publicada em 21 de junho de 2017 (Figura 1).

12 Dilma Rousseff foi eleita no segundo turno, com 51,64% dos votos válidos. Aécio Neves (do PSDB) obteve 48,36%. Uma diferença de apenas 3,28%. Em números absolutos, Dilma somou 54,50 milhões de votos e Aécio, 51,04 milhões. Outros números que chamaram a atenção nessa eleição foram as abstenções (21,1% dos votos). Os votos em branco somaram 1,71% e os nulos, 4,63%.

Figura 1. Capa da revista *Veja*, de 21 de junho de 2017.



Fonte: *Veja* (2017).

A acusação de que não haveria diferença entre os grandes partidos (PT, PSDB e PMDB) quando o assunto é corrupção contribuía para a consolidação de afetos negativos em relação ao sistema político e partidário. A negação de “todos os políticos” e de “tudo o que eles representavam” (corrupção, incompetência, irresponsabilidade por estarem “mais preocupados em defender seus próprios interesses do que os do povo”) forneceu as bases para a narrativa antissistema. Esse cenário já indicava a emergência de uma nova temporalidade política, marcada pelo *éthos* da modernidade, cujos símbolos seriam o *outsider*, o político alheio às “tradicionais formas de fazer política”, o “novo” em oposição às “velhas raposas” do jogo político, cuja força era a “renovação na política”.

Dentre os símbolos que ganharam força no período pré-eleitoral podemos destacar: a) o do “juiz corajoso”, que personificava a própria Justiça (Sérgio Moro, que encarnou essa simbólica, chegou a ser cogitado como forte nome para concorrer à Presidência da República). e b) o do “político *outsider*”, que apresentasse honestidade, virilidade e ousadia para encarar a “velha política”. A virilidade também aparece nesse cenário como qualitativo importante para combater os altos índices de violência, visto que a segurança pública foi um dos temas que mais preocuparam os eleitores nas eleições de 2018.

Deram o tom das eleições de 2018 a “crítica às instituições políticas” e a “necessidade de renovação política”, ideias interdependentes que proporcionaram competitividade a candidaturas que se colocaram como *outsiders* e esvaziaram a base eleitoral de medalhões de tradicionais partidos, como: a) os tucanos Geraldo Alckmin, Beto Richa, Marcone Perrillo; b) os petistas Dilma Rousseff, Lindbergh Farias, Eduardo Suplicy; c) os emedebistas Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira; e d) Magno Malta (do Partido da República [PR]), César Maia (do Democratas [DEM]) e Cristovam Buarque (do Partido Popular Socialista [PPS]).

Outro elemento que caracterizou as eleições de 2018 foi o intenso uso das redes sociais, que limitou a eficácia dos programas eleitorais de rádio e TV (HGPE) de grandes partidos/coligações. Apesar de verdadeiros monopólios de tempo para a promoção de suas candidaturas, o HGPE produziu poucos efeitos/afetos positivos no eleitorado, sobretudo para as disputas

majoritárias. Nesse sentido, admitimos que as redes sociais inauguraram um novo modo de comunicação com o eleitor. A ideia de que a distância entre candidato e eleitor se diluía e tornava a relação entre esses agentes mais intimista garantiu maior envolvimento e adesão do eleitorado às candidaturas *outsiders*. A estratégia dessas candidaturas era explorar outros espaços de exposição e furar a barreira levantada pelas grandes siglas para limitar o acesso ao mercado eleitoral. Se o HGPE era o território tradicionalmente de domínio dos grandes partidos, as redes sociais constituíram trincheiras das “novas candidaturas” e dos partidos com baixa expressividade nacional.

As *lives*, produzidas constantemente por “candidatos *outsiders*” em seus perfis nas redes sociais, deram bons exemplos do papel desempenhado pelas mídias sociais nas eleições de 2018. Por um lado: a) reforçaram o caráter particularista e pessoal da relação candidato-eleitor; garantindo b) legitimidade à sua representação política, já que falava e respondiam diretamente aos eleitores, calibrando os discursos de acordo com os anseios de seu público/seus seguidores; e, conseqüentemente, c) consolidando suas bases eleitorais. Por outro lado: d) encenavam uma crítica ao sistema político (reforçando a narrativa antissistema), na medida em que o envolvimento dos eleitores nas redes sociais se configurou como oposição às “candidaturas milionárias dos velhos políticos” e ao seu expressivo tempo de exposição na TV, conquistado graças a “alianças partidárias escusas”. Páginas que mobilizaram os atos pelo *impeachment* em 2015 e 2016

(MBL, Revoltados Online etc.) assim como *youtubers* e blogueiros com expressivo número de seguidores agora acentuavam seus discursos de viés moralista (religioso e/ou político) e endossavam a narrativa antissistema em apoio às candidaturas entendidas como *outsiders*. Em resumo, negava-se tudo que pudesse ser vinculado à gramática de funcionamento da política tradicional, entendida como “suja”, “corrupta”. Aos eleitores, clamava-se engajamento nas eleições, posicionamento de “renovação da política” e apoio às candidaturas que não estivessem associadas aos tradicionais quadros partidários.

O apelo das ruas e das redes sociais produziu efeitos: altos índices de renovação no Congresso Nacional e nas casas legislativas estaduais, assim como surpresas nas disputas majoritárias em todo o país¹³. Chamou nossa atenção a eleição dos *youtubers* Kim Kataguiri (do DEM), fundador do MBL, e Arthur do Val (também do DEM), influenciador digital, criador do canal no *YouTube* “Mamãe Falei”, deputado federal e deputado estadual por São Paulo, respectivamente. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais foram eleitos os estreantes Wilson Witzel (do Partido Social Cristão [PSC]) e Romeu Zema (do Partido Novo [NOVO]), que derrotaram os governadores Eduardo Paes (do DEM) e Antônio Anastasia (do PSDB). E no Ceará, a vitória

13 Das 513 cadeiras em disputa na Câmara dos Deputados, 243 foram ocupadas por estreantes na casa (uma renovação de 47,37%). No Senado, o índice de renovação foi o maior desde a redemocratização: das 54 cadeiras em disputa, 46 foram preenchidas por nomes novos (uma renovação de mais de 85%). Ou seja, de cada 4 senadores que tentaram a reeleição, 3 não obtiveram sucesso. A onda de renovação também atingiu o Poder Executivo dos estados e do Distrito Federal: ao todo, foram 10 os estreantes eleitos.

do *youtuber* André Fernandes (do PSL), que obteve a maior votação para deputado estadual, e do empresário e ex-dirigente de clube de futebol Eduardo Girão (do PROS), que desbancou o então Presidente do Senado, Eunício Oliveira (do MDB), foram as grandes surpresas.

2. O MDB no olho do furacão: as eleições de 2018

Animado com a posse do vice Michel Temer como Presidente da República, o MDB se organizava para apresentar candidatura própria ao Poder Executivo federal em 2018. Essa estratégia eleitoral tinha sido acionada pela última vez nas eleições de 1994, quando o partido também ocupava a Presidência da República após o impedimento do presidente eleito. Na ocasião, o PMDB lançou o ex-governador de São Paulo, Orestes Quércia, mas não obteve êxito eleitoral.

A estratégia de domínio do ambiente eleitoral polarizou os quadros do partido. A ala que defendia a candidatura própria argumentava que a agremiação contava com importantes recursos, como o governo federal, o maior tempo no HGPE e o financiamento do fundo partidário.

Entre os que apoiavam essa ideia estavam o então presidente Michel Temer e seu grupo mais próximo, que ocupava cargos comissionados no governo federal, como o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Moreira Franco.

O grupo contrário a essa tática argumentava que os nomes cotados para candidato pelo partido, como o presidente Michel Temer e o Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, tinham baixo impacto eleitoral, não ultrapassavam 2% das intenções de voto nas pesquisas de opinião. Além disso, tinha-se receio de que a aliança nacional pudesse atrapalhar as coligações nos estados. Os integrantes desse grupo eram líderes que possuíam projeção nacional, mas que precisavam manter o domínio político em seus colégios eleitorais e costurar uma aliança regional capaz de eleger o governador ou senador. Como exemplo, temos os senadores cujos mandatos se enceravam no início de 2019, que precisavam garantir sua continuidade no Senado. Podemos citar Eunício Oliveira, do Ceará, Presidente do Senado; Romero Jucá, de Roraima, líder do governo no Senado; Renan Calheiros, de Alagoas, e Eduardo Braga, do Amazonas.

Inicialmente, Michel Temer se apresentou como candidato, mas os baixos índices de popularidade os convenceram do contrário¹⁴. O nome escolhido para a disputa foi o então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que tinha como vice o ex-governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. No acordo para o lançamento de candidatura própria à Presidência da República, o Diretório Nacional do MDB liberou os diretórios estaduais para fazerem coligações regionais.

14 Em maio de 2017, após a delação dos donos do frigorífico JBS contra o presidente Michel Temer, a impopularidade do emedebista passou a aumentar. Segundo dados do instituto Datafolha, após a greve dos caminhoneiros, em junho de 2018, o índice de avaliação “ruim” e “péssimo” do governo chegou a seu maior nível, atingindo 82%. Isso fez de Michel Temer o chefe do Poder Executivo mais impopular desde o fim da ditadura militar.

Na candidatura nacional “puro sangue” do MDB, a agremiação tentou costurar uma ampla aliança, mas conseguiu o apoio de apenas um partido nanico, o Partido Humanista da Solidariedade (PHS). Essa chapa obteve apenas 1,2% dos votos, ficando em 7o lugar na disputa presidencial.

Quando observamos as coligações estaduais do partido, percebemos uma miscelânea de alianças que denunciam as conjunturas regionais. Limonge e Cortez (2010) destacam a atuação do PMDB nas alianças estaduais. Os autores defendem que entre 1994 e 2010 a disputa presidencial era marcada pela clivagem PT x PSDB, que liderava dois blocos partidários: PT/PSB/PCdoB/PDT e PSDB/Partido da Frente Liberal (PFL)/DEM. Já na disputa estadual predominaria o PMDB, que tenderia a abrir mão de concorrer ao Poder Executivo federal em troca de apoio às candidaturas majoritárias nos estados. O partido assumiria um movimento pendular, coligando-se ou lançando candidatura que representava ora o bloco partidário liderado pelo PT, ora o bloco do PSDB. Nesse caso, é importante considerar a conjuntura política e o quadro de forças para compreender a tomada de posição e a lógica de montagens de coligações em cada estado e em cada eleição.

Nas eleições estaduais em 2018, constata-se que apenas em 2 estados, Amazonas e São Paulo, o MDB não se coligou. No restante das alianças estaduais percebemos a formação de amplas coligações, como no lançamento de candidaturas ao Governo do Estado

de Alagoas, em que o MDB estava coligado com 16 partidos, e no Pará, com 15 partidos.

Observando as estratégias eleitorais do MDB para a disputa majoritária nos estados, percebemos sua potência representativa nas eleições para governador e senador. O partido contava com candidatos competitivos para essa disputa, já testados nas urnas e com experiência no governo. Listamos, a seguir, seis estratégias adotadas pelo partido nas disputas estaduais.

A primeira, com maior número de casos, foi a opção por apresentar candidato ao Poder Executivo estadual e lançar apenas um candidato próprio ao Senado. O MDB podia apoiar outro partido na segunda vaga do Senado, estratégia da maior parte dos diretórios, ou apresentar apenas um candidato, caso da Paraíba e do Mato Grosso do Sul. Segue a lista das 9 ocorrências:

- **Alagoas:** Renan Calheiros Filho foi reeleito governador no primeiro turno, com 77% dos votos. Seu pai, Renan Calheiro, foi reeleito na segunda vaga do Senado, ocupando o cargo pela quarta vez consecutiva;
- **Pará:** Helder Barbalho foi eleito governador no segundo turno. Seu pai, Jader Barbalho, foi reeleito senador na primeira vaga, ocupando esse cargo pela terceira vez;
- **Mato Grosso do Sul:** Oswaldo Mochi Junior, então deputado estadual e ex-prefeito

de Coxim-GO, não foi eleito, obtendo 11% dos votos. Waldemir Moka, então senador, não foi reeleito por uma diferença de menos de 1% dos votos (16.286 votos) da segunda classificada na disputa pelo Senado, a advogada e ativista de movimentos contra corrupção desde 2013, Soraya Thronicke (do PSL);

- **Maranhão:** Roseana Sarney, ex-governadora e filha do ex-Presidente da República José Sarney, não foi eleita ao Poder Executivo estadual, obtendo 30% dos votos. Edison Lobão, quadro ligado ao clã Sarney, não foi reeleito senador para seu quinto mandato, obtendo a quarta classificação;

- **Paraná:** João Arruda, então deputado federal, não foi eleito governador, obtendo apenas 13% dos votos. Roberto Requião, ex-governador e então senador, não foi reeleito para seu terceiro mandato, obtendo a terceira classificação na disputa pelo Senado. Cabe ressaltar que ele liderava as pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) de intenção de votos, mas perdeu fôlego na reta final da campanha;

- **Rio Grande do Sul:** José Ivo Sartori, então governador, não conseguiu ser reeleito no segundo turno. José Fogaça, então deputado federal, não foi eleito senador, obtendo a quinta colocação na disputa pelo Senado;

- **Goiás:** Daniel Vilela, então deputado federal, não foi eleito governador, obtendo 16% dos votos. Agenor Silva Neto, empresário e ex-vereador de Goiânia, obteve a sexta colocação na disputa pelo Senado;
- **Paraíba:** José Maranhão, ex-governador e então senador, não foi eleito governador, obtendo 17% dos votos. Roberto Paulino, ex-governador e candidato a vice-governador em 2014, obteve a quinta classificação na disputa pelo Senado;
- **Bahia:** João Santana, quadro burocrático do partido que ocupou o cargo de Ministro da Integração Nacional (2010-2011), não foi eleito governador, obtendo apenas 0,4% dos votos válidos. Jorge Vianna, ex-deputado federal, obteve a 7ª colocação na disputa pelo Senado. Cabe destacar que o MDB da Bahia estava fragilizado após a prisão de seu principal líder, o ex-Ministro-Chefe da Secretaria do Governo Geddel Vieira Lima, e a migração em massa dos deputados federais do partido. O irmão de Geddel, Lúcio Vieira Lima, não foi reeleito deputado federal, quebrando a tradição política da família, iniciada por seu pai em 1975, de ocupar a Câmara dos Deputados.

A segunda estratégia adotada pelo MDB foi apresentar apenas 1 candidato ao Senado, em vez de disputar as 2 vagas disponíveis na eleição. Essa tática estava relacionada à eleição casada com algum governador. Esse vínculo entre as duas eleições majoritárias,

Poder Executivo estadual e Senado, podia ser formal, fazendo parte da coligação, como em Roraima, onde o candidato a governador da coligação era do PSDB. Ou podia ser informal, sendo apenas declarado apoio nos bastidores, como no Ceará, onde o MDB apoiava o governador do PT, Camilo Santana, que integrava outra coligação. Temos 8 casos nessa categoria:

- **Acre:** Márcio Bittar, ex-deputado federal e candidato derrotado na disputa para o Poder Executivo estadual em 2014, foi eleito na segunda vaga do Senado. Integrava a coligação que elegeu o governador, Gladson Cameli (do PP), e os 2 senadores;
- **Piauí:** Marcelo Castro, então deputado federal e ex-Ministro da Saúde (2016), foi eleito também na segunda vaga do Senado e integrava a coligação que elegeu o governador, Wellington Dias (do PT), e os 2 senadores;
- **Pernambuco:** Jarbas Vasconcelos, ex-governador e ex-senador e então deputado federal, também foi eleito na segunda vaga do Senado e integrava a coligação que elegeu o governador, Paulo Câmara (do PSB), e os 2 senadores;
- **Amazonas:** Eduardo Braga, então senador, conseguiu ser reeleito na segunda vaga do Senado. O partido, que não integrava coligação, apresentou apenas sua candidatura na disputa majoritária;

- **Roraima:** Romero Jucá, então senador e ex-governador, não foi reeleito para seu quarto mandato no Senado. Não obteve êxito por uma diferença de menos de 0,09% dos votos (427 votos) do segundo classificado na disputa pelo Senado, o então deputado estadual Mecias de Jesus (do Partido Republicano Brasileiro [PRB]). A coligação integrada pelo MDB não conseguiu eleger o candidato ao Poder Executivo estadual, o ex-governador José de Anchieta Júnior (do PSDB). Obteve vitória apenas na eleição do candidato ao Senado, Chico Rodrigues (do DEM), este que foi derrotado na disputa para o Poder Executivo estadual em 2014;
- **Sergipe:** Jackson Barreto, quadro antigo do partido e governador afastado para a disputada eleitoral, não foi eleito senador, ocupando a quarta colocação na disputa pelas 2 vagas. A coligação do MDB obteve êxito na eleição do candidato ao Poder Executivo estadual, o governador em exercício Belivaldo Silva (do PSD), e em 1 vaga no Senado;
- **Rio Grande do Norte:** Garibaldi Filho, ex-governador e então senador, não conseguiu ser reeleito para seu quarto mandato, ficando na quarta colocação. O candidato a governador da coligação, o ex-prefeito de Natal Carlos Eduardo (do PDT), foi derrotado no segundo turno;
- **Ceará:** Eunício Oliveira, então Presidente do Senado, não conseguiu ser reeleito.

A terceira tática que podemos citar foi a do partido apresentar candidato apenas ao Poder Executivo estadual, apoiando outros partidos da coligação na disputa pelo Senado. Listamos 3 estados:

- **Distrito Federal:** Ibaneis Barros Júnior, advogado milionário que não tinha trajetória eleitoral anterior e autofinanciou sua campanha, foi eleito governador. Iniciou a disputa eleitoral com 2% das intenções de votos, segundo dados do instituto Datafolha, mas foi crescendo ao longo da campanha, sagrando-se vitorioso no segundo turno. Os 2 candidatos ao Senado eleitos pelo Distrito Federal não integravam a coligação que elegeu o governador;
- **Minas Gerais:** Adalclever Lopes, então deputado estadual, foi candidato ao Poder Executivo estadual, mas obteve apenas 2,7% dos votos;
- **Santa Catarina:** Mauro Mariani, então deputado federal, foi candidato ao governo estadual, obtendo 23% dos votos. A coligação composta pelo MDB conseguiu eleger 1 senador, o então deputado federal Jorginho Mello (do PR).

Outra estratégia adotada, esta de total domínio do ambiente eleitoral, foi a apresentação de candidatos para todas as vagas, 1 de governador e 2 de senadores. Constam 2 casos:

- **Rondônia:** Maurão de Carvalho, então deputado estadual, foi candidato a governador, tendo como vice Wagner Garcia (do MDB), ex-Se-

cretário Estadual de Finanças. Essa candidatura “puro sangue” não foi eleita, obtendo 22% dos votos. Na disputa pelo Senado, Confúcio Moura, ex-governador, foi eleito na segunda vaga; e Valdir Raupp, então senador e ex-governador, não foi reeleito, obtendo a sexta classificação;

- **São Paulo:** Paulo Skaf, candidato derrotado ao governo do estado em 2014, foi o único concorrente competitivo apresentado pelo MDB paulista. Não disputou o segundo turno do Poder Executivo estadual por uma diferença de apenas 0,44% dos votos (89.134 votos) contra Márcio França (do PSB), então governador em exercício. Os dois candidatos ao Senado obtiveram baixo desempenho eleitoral: Cidinha Raiz, presidente do MDB-Afro de São Paulo, que obteve a 9a classificação; e Marcelo Barbieri, ex-deputado federal e ex-prefeito de Araraquara-SP, ficou em 12o lugar.

A quinta tática foi a apresentação de 2 candidatos ao Senado e o apoio ao candidato do Poder Executivo estadual de outro partido. Como vemos no seguinte caso:

- **Amapá:** Fátima Pelaes, ex-deputada federal e ex-Secretária Especial de Políticas para as Mulheres (2016), obteve a 5a colocação na disputa pelo Senado. Gilvam Borges, ex-senador, não foi eleito para seu terceiro mandato no Senado, ficando na 6a posição.

Por fim, constam os casos em que o partido apenas integrou a coligação eleitoral, não apresentando nenhum candidato ao Poder Executivo estadual ou ao Senado. Temos 4 ocorrências:

- **Espirito Santo:** o partido comandava a máquina estadual, mas o então governador, Paulo Hartung, decidiu não concorrer à reeleição em 2018. Este, que ocupava o cargo pela terceira vez, era a única liderança do MDB capixaba que poderia encabeçar algum movimento de lançamento de candidaturas na disputa majoritária. O então governador não declarou apoio a nenhum candidato que concorria para o Poder Executivo estadual e o Senado, mas na disputa pela Presidência da República apoiou a candidatura de Geraldo Alckmin (do PSDB). Em novembro de 2018, Paulo Hartung pediu sua desfiliação ao partido;
- **Mato Grosso:** a última gestão no governo do estado enfraqueceu o partido. Entre 2010 e 2014, o PMDB ocupou o Poder Executivo estadual, mas o então governador, Silval Barbosa, foi acusado em escândalos de corrupção, sendo preso em setembro de 2015. Com isso, o MDB mato-grossense, comandado pelo ex-governador e ex-senador Carlos Bezerra, não conseguiu mostrar-se competitivo em 2018;
- **Tocantins:** o MDB tocantinense ficou enfraquecido devido a expulsão de seus quadros, como da senadora Kátia Abreu. A Comissão de Ética do

Diretório Nacional, alegando falta de decoro da parlamentar, decidiu por seu desligamento em novembro de 2017. Kátia Abreu, então Ministra da Agricultura no governo Dilma Rousseff, tinha liderado um movimento contrário ao impedimento da Presidenta da República e, após a posse do seu partido no Poder Executivo federal, fazia duras críticas ao governo peemedebista, mostrando-se contrária as pautas prioritárias para Michel Temer, como a reforma trabalhista e a reforma da Previdência. O partido também ficou fragilizado devido à última gestão no Poder Executivo estadual. Em 2014, o candidato do PMDB, o ex-governador Marcelo Miranda, obteve vitória na disputa pelo governo estadual. Porém, o TSE cassou seu mandato em março de 2018, por acusação de caixa dois durante sua campanha, sendo realizada nova eleição para o Poder Executivo no estado. Tanto na eleição suplementar quanto na ordinária, o partido não apresentou candidato próprio;

- **Rio de Janeiro:** com o desdobramento da Operação Lava Jato no estado, o MDB fluminense viu seus principais líderes serem presos. Os políticos do partido, intitulados pela imprensa “Quadrilha do PMDB”, foram detidos e tiveram seus mandados de prisão transformados em espetáculos midiáticos. Podemos listar Sérgio Cabral, ex-governador; Eduardo Cunha, deputado federal; Jorge Picciani, deputado estadual e então presidente da Assembleia Legislativa do

Rio de Janeiro (ALERJ); Paulo Melo, ex-presidente da ALERJ; e Edson Albertassi, deputado estadual e então líder do governo de Luiz Pezão (do PMDB). Além dos escândalos de corrupção, o partido perdeu espaço político devido à má avaliação da gestão de Fernando Pezão (do MDB) nesse estado que enfrenta uma larga crise financeiro. Uma antiga liderança do partido, o ex-prefeito Eduardo Paes, articulava-se para disputar o Poder Executivo estadual. Porém, devido à alta rejeição do partido, ele migrou para outra agremiação, o DEM, que tinha em sua liderança Rodrigo Maia, como presidente da Câmara dos Deputados, e herdou o espólio do MDB fluminense.

Observando as informações sobre as candidaturas do MDB, percebe-se que o partido se mostrava competitivo na maioria dos estados. Seus candidatos tinham *background* político, experiência em cargos de governador e senador e, também, forte capital eleitoral. Podemos citar os candidatos a reeleição que têm larga experiência no Senado, como Jader Barbalho, Renan Calheiros, Edison Lobão, Roberto Requião e Romero Jucá. Porém, o partido estava fragilizado com as denúncias da Operação Lava Jato e a implicação de seus principais quadros.

Por outro lado, observa-se que o partido ainda se mantinha enraizado na política estadual. Podemos citar o caso do candidato a governador pelo Distrito Federal, Ibaneis Barros Júnior. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, publicada em 2 de outubro de 2018, o

candidato disse que o MDB não foi a primeira opção de acolhimento de sua candidatura. Inicialmente, ele procurou o PDT, mas julgou que a agremiação estava concentrada na campanha à Presidência da República. Em seguida, buscou o MDB porque

[...] eu entrei para vencer. E para isso eu precisava de um partido que fosse enraizado no Distrito Federal e com tempo de televisão também. Sem tempo de televisão, eu não ia ser nada (CARRAM, 2018).

O MDB distrital ainda se mostrava atrativo pela herança política do ex-governador Joaquim Roriz, embora contasse com a mácula da prisão do dirigente da sigla e ex-vice-governador, Tadeu Filippelli.

Uma vez abordados esses dados mais gerais sobre a conjuntura e os resultados eleitorais nos estados, passemos para o caso específico do Ceará: a derrota do senador Eunício Oliveira.

3. Renovação política ou crise do MDB no Ceará? O caso de Eunício Oliveira

Em pesquisas sobre a gramática política do Ceará, Rejane Carvalho (2002) observou a existência de ciclos marcados pela hegemonia do poder de grupos políticos no estado, delimitando “eras”, definidas a partir de seu principal chefe político. Assim, tivemos a Era Tasso e a Era Ferreira Gomes.

Para além dos partidos políticos, os *chefes políticos* são os elementos que dão consistência a um

grupo político. São eles que personificam o poder de mando, na medida em que logram conciliar interesses divergentes e coordenam as ações dos diferentes membros em função de um projeto comum. Na definição de Rejane Carvalho (2002), chefes políticos são aqueles cujo controle de uma ampla rede de solidariedade demarcam os limites de alcance dos grupos políticos e são os responsáveis pela construção de acordos políticos, pela composição das chapas majoritárias e pela orientação das campanhas políticas. São eles os atores com capacidade de mando sobre o eleitorado, com potencial para garantir a eleição de seus candidatos, muito embora nem sempre ocupem cargos no governo, ou seja, o exercício de um cargo público não é condição de desempenho das funções de chefia política.

Eunício Oliveira e o MDB cearense são casos emblemáticos dessa gramática de funcionamento partidário personalista que caracteriza a organização dos grupos políticos no estado¹⁵.

Natural de Lavras da Mangabeira-CE, o empresário Eunício Oliveira ocupa posição central no PMDB cearense desde 1998. Naquele ano, sua condição de genro do presidente nacional do partido, Paes de Andrade, alçou-o à posição de presidente da sigla no Ceará. Eleito deputado federal em 1998 e reeleito em 2002, seria peça-chave na coalizão com o PT.

Sua aliança com o governo federal levou à aproximação com o grupo político de Cid Gomes (do PSB),

15 Para maiores informações sobre a organização e o funcionamento do (P)MDB no Ceará, ver a tese de Pessoa Júnior (2018b).

que disputou o governo cearense em 2006. A vitória do pessebista e a participação no governo estadual fortaleceram tanto o capital político de Eunício Oliveira quanto o PMDB. Em 2010, o PMDB estreitou seus laços com o governo nas esferas federal e estadual, em uma prática denominada *jogos aninhados de poder*. Na arena federal, coligou-se com o PT, elegendo Dilma Rousseff e Michel Temer à Presidência da República. No Ceará, apoiou a reeleição de Cid Gomes (do PROS) e, em uma dobradinha com José Pimentel (do PT), Eunício Oliveira foi eleito senador (CARVALHO; AQUINO, 2010).

Senador e liderança de destaque da base governista no Congresso, presidente estadual e tesoureiro nacional do PMDB, Eunício Oliveira concentrava poderes que o colocavam como importante chefe político no Ceará. Em pesquisa sobre o funcionamento da sigla no estado, Pessoa Júnior (2018a) atesta a força de seu capital político e explicita o modo como seu poder pessoal era exercido dentro do partido:

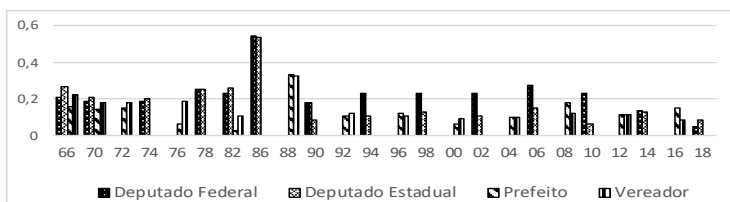
Os dados da pesquisa demonstram que o partido apresenta uma institucionalização informal rotinizada através das relações pessoais. A tomada de decisão sobre as principais questões do partido não ocorre no âmbito de suas instâncias de direção partidária. O Encontro e o Congresso estaduais desempenham apenas uma função burocrática para cumprir os requisitos exigidos pelo Tribunal Eleitoral. Esses órgãos legitimam as decisões tomadas pelo líder da coalizão dominante, Eunício Oliveira. Nas atas do partido, não existe uma descrição dos debates internos. Encontra[m]-se apenas os nomes dos membros que estavam presentes e as principais decisões tomadas. Isso evidencia que os principais tensionamentos são debatidos e solucionados através de reuniões informais

entre as lideranças partidárias. O líder partidário exerce diretamente forte controle sobre o Diretório Estadual e os diretórios municipais.

Para Pessoa Júnior (2018a), o exercício pessoal do poder, a partir da “distribuição de incentivos seletivos, como a distribuição de patronagem e *status*”, é condição de manutenção das lealdades dos membros do partido e das lideranças políticas locais. Foi esse *modus operandi* que colocou Eunício Oliveira como figura central do PMDB cearense. Portanto, ocupar posições dentro da máquina do governo permitiu a Eunício Oliveira se qualificar com um dos principais chefes políticos no Ceará.

Vale lembrar que o MDB é uma das siglas mais expressivas no estado. Contando com significativo número de prefeitos, vereadores e deputados, Eunício Oliveira dispunha de uma base eleitoral relativamente consolidada e que lhe garantiria capital político para disputar o Poder Executivo estadual. O Gráfico 1 ilustra o desempenho eleitoral do (P)MDB durante seus cinquenta anos de atuação no Ceará.

Gráfico 1. Porcentagem de candidatos eleitos pelo MDB/PMDB cearense (1966-2016).



Fonte: Pessoa Júnior (2018b).

Pelo seu capital político e pela expressividade de suas bases político-eleitorais, Eunício Oliveira estava credenciado para disputar o Palácio da Abolição em 2014. No entanto, o esperado apoio de Cid Gomes não veio, levando-os a romper. O governador optou por apoiar o pouco conhecido deputado estadual e secretário de governo, Camilo Santana (do PT). Analistas políticos avaliaram que a opção por um “político cidista”, ou seja, uma liderança mais fiel ao grupo político de Cid Gomes, foi o fator decisivo para a escolha do governador em fim de mandato. Em diversas ocasiões durante as campanhas, Eunício Oliveira ironizou a escolha de Cid Gomes, afirmando que Camilo Santana “não terá dificuldades em obedecer ordens de seu chefe”, em oposição à sua “autonomia” e “independência” diante do governador.

Frustrado em suas pretensões, a solução encontrada por Eunício foi a construção de uma aliança com expressivas lideranças da oposição. Com o apoio de Tasso Jereissati (do PSDB), Roberto Pessoa (do PR)

e Capitão Wagner (também do PR), Eunício Oliveira chegou ao segundo turno com Camilo Santana com uma votação apertada: o peemedebista obteve 46,41% dos votos válidos contra 47,41% do adversário do PT.

As campanhas eleitorais de 2014, entre as mais competitivas na história recente do estado, foram marcadas por debates acalorados, duras críticas e acusações de irregularidades por ambos os candidatos. A disputa pelo apoio dos prefeitos do interior foram intensas e decisivas para o pleito. Segundo noticiado em *O Povo* de 28 de outubro, apesar de vencer na capital e na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), o peemedebista foi derrotado por Camilo Santana, que “virou em 37 cidades do interior”. Este totalizou 2.417.668 votos (53,35% dos votos válidos) contra os 2.113.940 votos (46,65%) de Eunício Oliveira.

Eleito Presidente do Senado para o mandato 2017-2018, Eunício Oliveira buscou consolidar-se como uma das principais lideranças da oposição ao governo no Ceará e preparar-se para disputar o Poder Executivo cearense em 2018. No entanto, a crise política nacional e seu papel no processo que levou ao impedimento da presidenta Dilma Rousseff forçou uma mudança de planos.

A reaproximação do MDB com o PT no Nordeste, por exemplo, teve como motivação principal a força eleitoral de Lula nos estados nordestinos. Do lado do PT, era vantajoso ter como aliada uma sigla que pudesse oferecer razoável tempo de TV/rádio e que possuísse uma base eleitoral consolidada, visto que

é o partido com maior número de prefeitos eleitos na região (ao todo, 351 prefeitos).

O Ceará é um caso emblemático dessa aliança. Em 2017, Eunício já declarava apoio à candidatura de Lula. Essa estratégia visava a atender a 2 pontos: a) de um lado, sinalizava aliança com o PT no Ceará por meio do governador Camilo Santana; e b) por outro, indicava aos eleitores cearenses sua aproximação com Lula. Nas palavras do próprio senador, “se não houver um entendimento nacional, se não houver uma aliança local que me obrigue diferente, sou eleitor de Lula” (ALVES; LIMA, 2017).

Gleisi Hoffmann, presidenta nacional do PT, vetou a aliança do PT com o MDB no Ceará. No entanto, o peso da decisão coube ao PT cearense, em acordo informal costurado entre Camilo e Eunício, com aval do deputado federal José Guimarães (do PT). Entre eles ficou acordado que Eunício apoiaria a reeleição de Camilo e teria caminho livre para disputar uma das vagas ao Senado, já que o PT abriria mão da reeleição de Pimentel.

A contragosto da cúpula, o PT local rifou a candidatura à reeleição do senador José Pimentel para não atrapalhar os planos do presidente do Senado, Eunício Oliveira ([do] MDB), candidato à reeleição. Os partidos vão se aliar informalmente, num acordo que também envolve palanque para Ciro Gomes, ex-governador do Estado, e seu irmão Cid Gomes, o outro candidato ao Senado na chapa (FRAZÃO, 2018).

Para as eleições de 2018, o governador Camilo Santana articulou uma grande coalizão em torno de sua reeleição. Partidos que, em nível nacional, votaram a favor do *impeachment* de Dilma agora compunham aliança com o PT no Ceará¹⁶. Admitimos que a adesão à base governista no Ceará foi motivada principalmente pela crise que atingiu os partidos tradicionais, que, receosos de perderem as eleições, aderiram ao situacionismo. O resultado foi a montagem da maior coalizão da história do Ceará, composta por 24 partidos aglutinados em aliança formal¹⁷ e “informal” (encabeçada pelo MDB¹⁸), que garantiria o apoio de aproximadamente 170 dos 184 prefeitos cearenses (MENDES, 2018; NORÕES, 2018).

Legenda com o segundo maior número de prefeitos e vereadores eleitos em 2016¹⁹, o MDB se apresentou como importante parceiro na construção da base de apoio à candidatura de Camilo, sobretudo em um cenário de incertezas e descrença na política. No entanto, a aliança com Eunício Oliveira teve resistência por parte de figuras importantes da base do governo, principalmente de petistas e de alguns pedetistas mais ligados aos irmãos Ferreira Gomes.

16 É importante destacar que essas alianças não são exclusividade do Ceará. Em outros estados o PT também coligou ou teceu acordos com o MDB.

17 A aliança formal reuniu as siglas PT, PDT, PP, PSB, PR, PTB, DEM, PC do B, PPS, PRP, PV, PMN, PPL, PATRI, PRTB e PMB.

18 Coligaram com o MDB: PSD, PRB, PODEMOS, AVANTE, PHS, PSC e SOLIDARIEDADE. Essas agremiações apoiaram, informalmente, a reeleição de Camilo Santana e receberam do governador, total apoio as suas candidaturas. O acordo informal também incluía a participação dos aliados no futuro governo petista no Ceará.

19 Em 2016, MDB elegeu 28 prefeitos e 181 vereadores. Só perdeu para o PDT, sigla que acomoda o grupo político dos irmãos Ferreira Gomes, que elegeu 49 prefeitos e 394 vereadores.

Ganhou destaque nesse grupo o posicionamento do presidenciável Ciro Gomes, para quem uma aliança com Eunício seria, no mínimo, incoerente. Falas duras contra o emedebista, que sempre era associado a esquemas de corrupção, foram frequentes ao longo de 2018:

O MDB está no poder, destruiu o projeto do PT e do PSDB e precisa ser destruído desta feita. Sempre lembrando que destruir aqui é pelo mecanismo democrático, que é simples: basta cortar a torneira da roubalheira que eles entram em extinção (URIBE, 2018).

Cid Gomes ponderou a reaproximação entre o antigo adversário e Camilo dizendo tratar-se de uma “parceria administrativa”. Para além de antigas desavenças políticas, pontuou a intermediação de Eunício Oliveira para a obtenção de recursos junto ao presidente Temer, que foram importantes para o Ceará. Em entrevista para a rádio Tribuna BandNews FM, em 8 de agosto de 2018, Cid Gomes chegou a afirmar que recomendaria voto em Eunício para o Senado em 2018. Mas deixou claro que “trabalhou para que a aliança não se materializasse oficialmente. ‘O governador se sentiu - e eu compreendo - na obrigação de agradecer o que ele teve de ajuda’” (WELMA, 2018a).

A aliança informal não conseguiu neutralizar constrangimentos de aliados. Apesar de Gaudêncio Lucena, vice-presidente estadual do MDB, acreditar que o apoio do governador traria os partidos gover-

nistas para a base de Eunício, na prática, houve forte rejeição ao senador.

“É muito difícil para nós apoiarmos uma candidatura que foi um dos cabeças do golpe que colocou a Dilma (Rousseff) e o PT fora do governo”, disse o senador José Pimentel, no sábado [30 de julho de 2018]. Ele havia se colocado como pré-candidato ao Senado pelo partido, mas ficou de fora da chapa. O presidente do PT no Ceará, Moisés Braz, disse que o partido tem interesse em fazer coligação com o PDT, mas foi claro que o partido não tem interesse no MDB (GAUDÊNCIO..., 2018).

Como explicitado na fala do senador Pimentel, a ligação de Eunício com o governo Temer era um dos principais obstáculos que o emedebista iria enfrentar. Em artigo publicado no jornal O Povo de 3 de agosto, o colunista político Érico Firmo (2018) já dava indícios das dificuldades que Eunício enfrentaria na disputa por uma das cadeiras do Ceará no Senado.

Ele é o elo mais fraco não apenas pela informalidade da aliança. É, no Ceará, a principal personificação do governo de Michel Temer ([do] MDB), cuja impopularidade é recorde. [...] A ligação com Temer é um fardo a carregar. Quando Eunício fala de “Lula livre” na convenção do PSD, o gesto é mais uma tentativa de atrair a simpatia do eleitorado lulista do que uma forma de contribuir para a libertação do ex-presidente. Assim, o senador está nos dois extremos da polarização política no Brasil. Acaba conseguindo desgaste dos dois lados.

Se, por um lado, contava com considerável tempo de TV/rádio, estrutura partidária, prefeitos e deputados aliados, o apoio do governador e a Presidência do Senado, ou seja, era um dos favoritos na

disputa ao Senado, por outro, era o alvo preferido da oposição e teria de vencer a resistência (e as críticas) dos “aliados envergonhados”.

Na primeira pesquisa de intenção de votos, divulgada em 17 de agosto, Cid Gomes e Eunício lideravam a disputa: 55% dos entrevistados declaravam votar em Cid e 37% optavam por Eunício. Eduardo Girão (do PROS) foi o indicado por 9% dos entrevistados e a Dra. Mayra (do PSDB), por 6%. A expectativa era que, com o início da propaganda de TV/rádio, Eunício mantivesse o percentual de votos que lhe garantisse a segunda vaga no Senado (PESQUISA..., 2018, Eleições 2018).

Eunício dispunha de 2 minutos e 14 segundos de tempo de TV/rádio. seus primeiros programas, buscou associar sua imagem à de Lula, ao utilizar falas e fotos com o ex-presidente. A estratégia de apresentar-se como parceiro dos projetos de Lula no Ceará visava conquistar o eleitor lulista. O que ficou explícito no *slogan* “O senador do Lula”, presente em seus primeiros materiais de campanha.

Acionada, a Justiça Eleitoral não reconheceu a legalidade da “coligação informal” e proibiu a distribuição de material de campanha e a veiculação do HGPE com imagens, falas ou quaisquer referências a Lula, Cid e Camilo. Segundo a decisão do juiz, “seria um completo contrassenso [...] que um determinado partido ou coligação traísse seus próprios candidatos e passasse a suportar de forma irracional ou oportunista os de partido ou coligação oposta” em uma

clara tentativa de “ludibriar o eleitor” (PSDB..., 2018, Eleições 2018).

Os adversários diretos de Eunício, Eduardo Girão (do PROS) e Dra. Mayra (do PSDB), concentravam-se em atacar a integridade moral do emedebista. Dispondo de apenas 58 segundos de tempo de TV/rádio, seus programas sempre faziam referência a Eunício e seu envolvimento com esquemas de corrupção. Apelando para o senso de justiça e de bem público do eleitor, Eduardo Girão e Dra. Mayra enfatizavam a necessidade de renovação política e colocavam-se como “opção” viável em um cenário de corrupção e de predomínio das “velhas práticas políticas”. A fala de Eduardo Girão, veiculada no HGPE de 24 de setembro, é emblemática:

[...] finalmente a *justiça* pode estar sendo feita. Mas tem mais gente para *ser presa*. Essa eleição vai definir a *liberdade de muitos deles*, inclusive aqui no Estado do Ceará.

Os ataques dos adversários pareciam não interferir decisivamente no desempenho eleitoral de Eunício, que, no final de setembro, aparecia com 39% de intenção de votos. Dois pontos percentuais a mais do que na pesquisa de agosto. A pesquisa também apresentava crescimento de Eduardo Girão e Dra. Mayra. Girão foi a opção de 10% dos entrevistados e Mayra, de 9% (PESQUISA..., 2018, Eleições 2018).

Eduardo Girão, candidato mais competitivo a rivalizar com Eunício, contava com o apoio de uma

figura de peso, Capitão Wagner (do PROS). Em 2016, Wagner, uma das principais lideranças da oposição ao grupo dos Ferreira Gomes, concorreu à Prefeitura de Fortaleza, chegando ao segundo turno com Roberto Cláudio (do PDT). Bastante ativo nas campanhas (e no HGPE) de Girão, Wagner reforçava as críticas a Eunício e enfatizava a necessidade de renovação política, com a eleição de seu correligionário ao Senado. Sua boa inserção nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), onde se concentram os maiores colégios eleitorais do Ceará, foi decisiva para a construção da base eleitoral de Girão.

Com a aproximação do fim das campanhas e o tímido crescimento das candidaturas de oposição, as críticas a Eunício se intensificaram. Capitão Wagner e Tasso Jereissati apareceram no HGPE como fiadores de Eduardo Girão e Dra. Mayra, respectivamente. Palavras de ordem, como ética, moral, justiça e ficha limpa, além do apelo à renovação, davam o tom dos discursos.

Em nível nacional, a disputa à presidência se polarizou entre as candidaturas de Jair Bolsonaro (do PSL), que personificava a narrativa antissistema, e Fernando Haddad (do PT). Tal como observado anteriormente, no processo de transição de ciclos políticos, as velhas narrativas perdem eficácia simbólica ao passo que novos discursos e símbolos se fortalecem. O que nos ajuda a entender o insucesso de candidaturas como as de Geraldo Alckmin (do PSDB), Marina Silva (da Rede Sustentabilidade [REDE]) e Ciro Gomes (do PDT). Os discursos de “mudança” e os “projetos

de futuro” oferecidos por esses presidenciáveis não seduziam o eleitorado, que ansiava por “mudanças reais” por meio de uma “nova prática política”. Tais desejos encontravam sentido na narrativa antissistema adotada por Bolsonaro e repercutiram em muitos estados. Postulantes pouco conhecidos que adotaram discursos de “renovação política”, “ética”, “combate à velha política”, “defesa de princípios morais” e/ou que declaravam apoio ao pesselista cresciam nas pesquisas de intenção de votos. Nos últimos dias de campanha, muitos candidatos aderiram ao capitão reformado do Exército e surfaram no que a imprensa brasileira denominou “onda bolsonarista”.

Houve um giro conservador no Brasil porque o eleitor médio mudou. Nos governos do PT-PMDB, ele era de centro esquerda. Agora, virou para a centro-direita e queria ver *caras novas*. Quem falou *contra o sistema*, quem *pregou mudanças* e teve *Bolsonaro como cabo eleitoral*, obteve sucesso (CALDAS *apud* COLETTA; BENITES, 2018).

No Ceará, o Capitão Wagner foi a principal liderança a apoiar Bolsonaro. Seu candidato ao Senado, Eduardo Girão, que afirmou identificar-se com muitas pautas defendidas por Bolsonaro, só confirmou votar no presidenciável a menos de uma semana do pleito. O anúncio foi publicado no Caderno Política do jornal *O Povo* de 3 de outubro.

Sou um homem de **causas e ideais**, por isso entrei na vida pública. Há mais de 15 anos atuo na **defesa da vida, da família e dos valores éticos**. Neste momento tão importante da política brasileira, quando nossa pátria está sendo **passada a limpo**, tenho que manter a coerência, marcar posição. Meu lugar nunca foi em cima do muro

e a **verdade** sempre foi meu norte. Portanto, depois de muito refletir e analisar propostas de todos os candidatos à Presidência da República, declaro voto a Jair Bolsonaro, porque foi o único a se posicionar claramente **contra o aborto, contra a liberação das drogas e contra ideologia de gênero**, pautas importantíssimas para mim. Preciso dizer, porém, que sou contra algumas de suas convicções, das quais serei um contraponto, se eleito for ao Senado. Mas, no atual cenário, o considero mais próximo da **ruptura com o sistema corrompido instalado no Brasil** e, em especial, no nosso Ceará. Deus nos ilumine e abençoe a nossa nação! Paz & Bem (HOLANDA, 2018).

Ainda que não indicasse claramente o realinhamento de votos em favor de Girão, a estratégia parecia surtir efeitos negativos sobre a votação de Eunício. A pesquisa divulgada em 6 de outubro, a 2 dias da eleição, indicava tendências de queda na preferência dos eleitores por Eunício Oliveira. O emedebista aparecia com 25% das intenções de votos, uma queda de 14 pontos. Girão manteve os 10% e Dra. Mayra caiu para 7%. Até aquele momento, Girão crescia na RMF, mas uma derrota de emedebista ainda parecia distante, visto que as bases no interior do Ceará, reduto de muitos deputados governistas, definiriam a eleição.

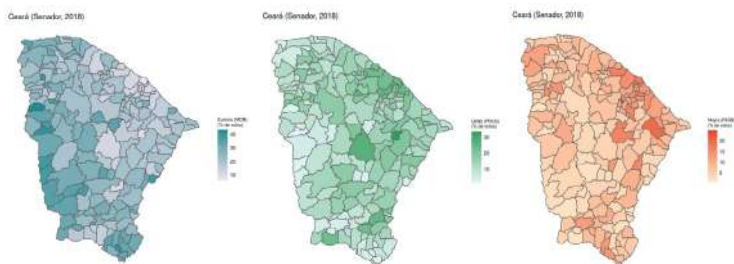
No entanto, a aliança informal do MDB com a base governista, na prática, parecia trazer mais problemas do que vantagens. Levantamento feito pelo *blog* de política de *O Povo* nos perfis de candidatos a deputado da base governista, em meados de setembro de 2018, apontou que “aliados mais próximos do governador Camilo Santana (PT) estão escondendo Eunício Oliveira (MDB) da campanha *on-line*” (MENDES, 2018).

Candidatos à reeleição, como os deputados estaduais Evandro Leitão (do PDT), Dr. Sarto (do PDT), Zezinho Albuquerque (do PDT) e Leonardo Pinheiro (do PP), além da deputada federal Raquel Marques (do PT), estariam na lista dos que não declararam voto em Eunício. E a rejeição à candidatura do emedebista resultou na falta de engajamento nas campanhas de rua, segundo informações de bastidores coletadas por *O Povo*.

É importante esclarecer que Cid Gomes foi o senador mais votado em todos os municípios cearenses. Mas, como o objetivo deste capítulo é a análise da derrota de Eunício Oliveira, optamos por considerar as candidaturas que disputaram o segundo lugar em votação município a município.

Eunício Oliveira superou Eduardo Girão e Dra. Mayra em 148 municípios. Como ilustra a Figura 2, sua votação foi pulverizada por todo o estado - o que era esperado, tendo em vista a capilaridade do MDB. Contudo, a precária fidelidade das bases eleitorais governistas desequilibrou as disputas pelo Senado.

Figura 2. Mapa de votação para o Senado em 2018 no Ceará. Concentração de votos de Eunício Oliveira, Eduardo Girão e Dra. Mayra, respectivamente.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Dos 33 municípios onde Eunício Oliveira foi derrotado por Eduardo Girão, em apenas 2 deles não houve votação expressiva de deputados governistas eleitos. Nos demais, “pelo menos um candidato próximo do governo foi eleito com grande votação que não se refletiu em votos para Eunício” (MAZZA, 2018). O que sugeriu “traições” por parte dos aliados do governador contra Eunício. O exemplo mais emblemático foi Quixeramobim-CE, reduto eleitoral de José Guimarães (do PT), onde Eduardo Girão venceu Eunício com uma diferença de mais de 10 mil votos.

Houve suspeitas de traições também em municípios comandados pelo MDB. Em Aquiraz, Itaitinga, Itaiçaba, Ibaretama, Madalena, Pacatuba e Guaraçaba do Norte, onde os prefeitos são emedebistas, Girão ultrapassou Eunício em número de votos. Uma pesquisa mais aprofundada que considere especificidades locais ajudaria a entender melhor o insucesso de Eunício Oliveira nesses municípios.

A RMF, mais conectada com os grandes debates políticos nacionais, seguiu a onda de renovação política que marcou as eleições de 2018. Em Aquiraz,

Cascavel, Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte e Maracanaú, por exemplo, tanto Eduardo Girão como Dra. Mayra foram mais bem votados que Eunício Oliveira. Lembrando que, nas eleições de 2014, quando Eunício Oliveira polarizou com Camilo Santana, na disputa pelo Governo do Ceará, o emedebista foi vitorioso na capital e na RMF.

Com votação concentrada na RMF e em municípios com significativa densidade eleitoral, como Quixeramobim e Itapipoca, Girão conseguiu superar o favorito na disputa pela segunda vaga ao Senado.

Dra. Mayra venceu Eunício em apenas três municípios: Russas, Guaramiranga e Quixadá. Ainda assim, seu melhor desempenho foi na RMF, onde Eunício sofreu suas mais expressivas derrotas.

4. À guisa de conclusões

Em julho de 2017, analistas políticos avaliavam rachas no MDB cearense. Segundo Carlos Mazza, colunista de *O Povo*, no primeiro semestre daquele ano, os deputados estaduais Audic Mota, Agenor Neto e a líder do bloco PMDB/PSD/PMB, Dra. Silvana, estariam aproximando-se da base governista. Mazza sugeriu que o presidente do Senado, Eunício Oliveira, estaria “perdendo as rédeas do partido” (MAZZA, 2017) por ter sua orientação de oposição ao governo contrariada. Em sua defesa, os parlamentares afirmaram estar defendendo os interesses de suas bases eleitorais. Nesse cenário de desgaste do capital político de

Eunício Oliveira, portanto, a costura de uma aliança, ainda que informal, com o governador parecia a melhor estratégia para garantir sua reeleição e a sobrevivência do MDB no Ceará.

A aliança informal montada em 2018 não teve a mesma eficácia da costurada entre Tasso Jereissati (do PSDB) e Cid Gomes (do PSB) em 2006 (CARVALHO, 2008). Em 2018, os diretórios estaduais do PT e do PDT, por exemplo, “liberaram” seus filiados para o segundo voto para senador. O que fragilizou o peso do apoio ao emedebista. Figuras próximas a Eunício chegaram a reclamar de “falta de engajamento” de aliados do governador ou mesmo de “traições” de aliados, que teriam feito campanha para outras candidaturas ao senado. Vale lembrar que militantes e apoiadores do presidenciável Ciro Gomes (do PDT) que acompanharam a apuração dos votos no comitê central, em Fortaleza, comemoraram o resultado negativo de Eunício Oliveira. O que expressou o desconforto de pedetistas em relação à aliança informal com o MDB no Ceará.

Os grandes debates políticos nacionais costumam ecoar com mais força nos municípios mais urbanizados. Por isso, a narrativa antissistema e o discurso de renovação política foram mais influentes em Fortaleza e na RMF. A “onda bolsonarista” havia chegado ao Ceará e alçou Eduardo Girão à segunda vaga no Senado. Em discurso após a confirmação de sua vitória, Girão avaliou:

[O cearense] é um povo libertário que não está à venda [...]. É uma população que quer a ética. Com a crise

que a gente vive, que além de ser econômica, política, é uma crise sobretudo mora (APÓS DERROTA..., 2018).

A aliança com Eunício Oliveira e o MDB foi mantida pelo governador. O que garantiu ao MDB cearense participar do primeiro escalão da nova gestão Camilo Santana e da mesa diretora da Assembleia Legislativa do Ceará (ALCE). Em acordo entre Camilo e Eunício, Aloísio Carvalho foi nomeado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado. O deputado estadual Daniel Oliveira (do MDB), sobrinho de Eunício Oliveira, foi eleito 2º vice-presidente da ALCE. Ou seja, o MDB cearense garantiu seu lugar à sombra do governo.

A ampla aliança com 24 partidos cobrará seu preço e Camilo Santana será testado quanto à sua habilidade para acomodar aliados e apaziguar conflitos como chefe político. O MDB e o PDT continuarão juntos na base do governo no Ceará? As eleições de 2020 serão decisivas para o fortalecimento das legendas e definirão o futuro de muitos chefes políticos no estado.

REFERÊNCIAS

ALVES, L; LIMA, E. “Eu sou eleitor do Lula”, afirma Eunício. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2017/10/eu-sou-eleitor-do-lula-afirma-eunicio.html>. Acesso em: out. 2019.

APÓS DERROTAR Eunício, Girão diz que “povo cearense não está à venda”. 2018 . Disponível em: <https://www.opovo.com.br/>

noticias/politica/2018/10/apos-derrotar-eunicio-girao-diz-que-povo-cearense-nao-esta-a-venda.html. Acesso em: out. 2019.

CARAM, B. No DF, candidato milionário banca campanha e avança nas pesquisas. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/no-df-candidato-milionario-banca-campanha-e-avanca-nas-pesquisas.shtml>. Acesso em: out. 2019.

CARVALHO, R.; AQUINO, J. A derrota de Tasso Jereissati na disputa para o senado em 2010: como entender a dissolução de suas bases eleitorais? *Revista Debates*. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 145-180, jul/dez, 2011.

CARVALHO, R. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Org.). *A era Jereissati*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 9-34.

CARVALHO, R. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em 2006. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 39, n. 2, p. 22-43, 2008.

CARVALHO, R. *Campanhas eleitorais e comunicação midiática: ciclos de mudanças e continuidades*. Fortaleza: Ed. UFC, 2013.

CARVALHO, R. Eleições 2014: transição de ciclos políticos no Ceará? *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 6, n. 5, p. 23-36, 2014.

COLETTA, R.; BENITES, A. Onda conservadora cria bancada bolsonarista no Congresso. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/07/politica/1538947790_768660.html. Acesso em: out. 2019.

COM AGÊNCIAS. Consumidor culpa a corrupção pela crise econômica no país. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/consumidor-culpa-a-corrup%C3%A7%C3%A3o-pela-crise-econ%C3%B4mica-do-pa%C3%ADs-1.1486117>. Acesso em: ago. 2019.

FIRMO, E. Eunício é alvo preferido da oposição e informalidade da aliança pode virar problema. 2018. Disponível em: <http://blogs.opovo.com.br/politica/2018/08/03/eunicio-e-alvo-preferido-da-oposicao-e-informalidade-da-alianca-pode- virar-problema/>. Acesso em: 25 out. 2019.

FRAZÃO, F. Nas eleições 2018, PT se alia a partidos que apoiaram impeachment. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br>

com.br/noticias/eleicoes,nas-eleicoes-2018-pt-se-alia-a-partidos-que-apoiaram-impeachment,70002436822. Acesso em: ago. 2019.

GUILHERME, C. A. Notas sobre o PMDB na Nova República: a atuação dos peemedebistas entre os governos Sarney e Dilma (1985-2016). *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 197, p. 88-101, 2017.

HOLANDA, C. Eduardo Girão, do Pros, declara voto em Jair Bolsonaro. 2018. Disponível em: <http://blogs.opovo.com.br/politica/2018/10/03/eduardo-girao-do-pros-declara-voto-em-jair-bolsonaro/>. Acesso em: out. 2019.

LAMEIRA, R. F.; PERES, P. O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA*, 1., Porto Alegre, 2015. *Anais...* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

LIMONGE, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 88, p. 21-37, 2010.

LOPES, M. S. *Narrativas simbólicas do lulismo: uma análise das campanhas eleitorais de Dilma Rousseff (2010 e 2014)*. Orientadora: Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho. 2016. 306 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MACIEL, N. O PMDB e a democracia brasileira: ator principal ou coadjuvante? *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, 9., Brasília, 2014. *Anais...* Brasília, DF: [s.n.], 2014.

MAZZA, C. Eunício assume Presidência, mas vive crise no PMDB do Ceará. 2017. Disponível em: <http://blogs.opovo.com.br/politica/2017/07/06/eunicio-assume-presidencia-mas-vive-crise-no-pmdb-ceara/>. Acesso em: out. 2019.

MAZZA, C. Derrotas em redutos de aliados tiraram Eunício do Senado. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2018/10/derrotas-em-redutos-de-aliados-tiraram-eunicio-do-senado.html>. Acesso em: out. 2019.

MENDES, W. Aliados de Camilo escondem Eunício da campanha nas redes sociais. 2018. Disponível em: <http://blogs.opovo.com.br/politica/2018/09/17/aliados-de-camilo-escondem-eunicio-da-campanha-nas-redes-sociais/>. Acesso em: set. 2019.

NORÕES, P. C. Força da coalizão. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/coluna/paulo-cesar-noro-es-1.1595858/paulo-cesar-noro-es-forca-da-coalizao-1.1976673>. Acesso em: out. 2019.

PESQUISA Ibope para o Senado no CE: Cid, 55%; Eunício, 37%. G1CE, 17 de ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/eleicoes/2018/noticia/2018/08/17/pesquisa-ibope-para-o-senado-no-ce-cid-55-eunicio-37.ghtml>. Acesso em: out. 2019.

PESQUISA Ibope Senado Ceará: Cid, 64%; Eunício, 39%. G1CE, 24 de set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/eleicoes/2018/noticia/2018/09/24/pesquisa-ibope-senado-ceara-cid-64-eunicio-39.ghtml>. Acesso em: out. 2019.

PESSOA JÚNIOR, J. R. C. A transição de frente oposicionista para partido personalista: o curioso caso do PMDB do Ceará. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E CONTEMPORANEIDADES, 3., 2018, Crato. *Anais...* Crato, CE: [s.n.], 2018a.

PESSOA JÚNIOR, J. R. C. **Articulação entre as instâncias partidárias: o caso do PMDB, PT e PSDB do Ceará nas eleições de 2012 e 2014.** Orientador: Osaldo Martins Estanislau do Amaral. 2018. 358f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018b.

PSDB DENUNCIA Eunício por uso da imagem de Camilo e Cid e por se dizer “senador do Lula”. 2018. Disponível em: <https://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/eleicoes-2018/psdb-denuncia-eunicio-por-uso-da-imagem-de-camilo-e-cid-e-por-se-dizer-senador-do-lula/amp/>. Acesso em: ago. 2019.

SÁ, J. M. **A organização institucional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e sua atuação na arena eleitoral do Estado do Piauí (1986-2006).** Orientador: Cleber de Deus Pereira da Silva. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. In: COMPANHIA DAS LETRAS (Org). **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307-321.

GAUDÊNCIO diz que Eunício terá apoio informal de todos os partidos da aliança de Camilo Santana. 2018. Disponível em: <https://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/eleicoes-2018/>

gaudencio-diz-que-eunicio-tera-apoio-informal-de-todos-os-partidos-da-alianca-de-camilo-santana/. Acesso em: out. 2019.

VEJA. Edição n. 2.535, ano 50, n. 25. São Paulo: Abril, 2017.

URIBE, G. Apesar de disputa entre Ciro e Temer, MDB e PDT são aliados em sete estados. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/apesar-de-disputa-entre-ciro-e-temer-mdb-e-pdt-sao-aliados-em-sete-estados.shtml>. Acesso em: out. 2019.

WELMA, J. “Recomendarei voto no Eunício em homenagem a Camilo”, diz Cid Gomes sobre aliança informal. 2018a. Disponível em: <https://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/eleicoes-2018/recomendarei-voto-no-eunicio-em-homenagem-a-camilo-diz-cid-gomes-sobre-alianca-informal/>. Acesso em: out. 2019.

WELMA, J. Disputa pelo Senado divide aliança de Camilo Santana no Ceará. 2018b. Disponível em: <https://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/eleicoes-2018/disputa-pelo-senado-divide-alianca-de-camilo-santana-no-ceara/>. Acesso em: out. 2019.

5

Quando menos é mais: tamanho de coalizão e a vitória do PT no Rio Grande do Norte em 2018

Alan Daniel Freire de Lacerda^{1,2}

INTRODUÇÃO

Uma das questões centrais de candidaturas a cargos executivos, especialmente aquelas tidas e havidas como competitivas antes do início propriamente dito da campanha eleitoral, é quantos parceiros partidários agregar à sua aspiração. Tais decisões mobilizam o noticiário político como poucas outras, atraído, como sói acontecer, pelas discussões de bastidores e pelas reviravoltas entre atores políticos.

Durante a pré-campanha ao governo estadual do Rio Grande do Norte, em 2018, era comum a sugestão

1 Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professor de Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

2 Agradeço a Bruno Barreto pela orientação no que toca a certos dados utilizados no texto.

de que a senadora Fátima Bezerra (do Partido dos Trabalhadores [PT]), já então líder nas pesquisas de opinião, deveria ampliar o tamanho de sua eventual coligação. A eleição se afigurava difícil, apesar da liderança em sondagens, em virtude do que se antecipava ser um esforço importante do governador Robinson Faria (do Partido Social Democrático [PSD]) para chegar pelo menos ao segundo turno e da esperada candidatura do prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves (do Partido Democrático Trabalhista [PDT]), postulante da Família Alves que vinha embalado por uma vitória acachapante em sua reeleição na capital potiguar, em 2016.

Naturalmente, os comentários tinham sua dose de pertinência, se formos raciocinar em termos gerais. Afinal, agregar partidos tem dois efeitos, um positivo e outro negativo, que podem ajudar uma candidatura. O primeiro é óbvio, pois consiste em agregar apoiadores, recursos financeiros, tempo no horário gratuito eleitoral; o segundo, mais sutil, consiste em negar aos adversários a presença de tais partidos em suas coligações.

Em outro registro, também se comentava que o PT potiguar negociava mal as possíveis adesões, resistindo ou demorando a fazer as devidas concessões para a ampliação de sua base de apoio. O partido seria fraco na articulação política, o que favoreceria, de acordo com essa linha de comentário, os competidores Faria e Alves, dotados de operadores políticos calejados nos vários partidos aliados.

Entretanto, procuro sugerir neste capítulo que:

a) A estratégia eleitoral da campanha de Fátima Bezerra estava correta em suas linhas gerais desde o princípio;

b) Sua vitória no pleito foi facilitada pela dimensão relativamente pequena de sua coligação; e

c) A ocorrência do segundo turno permitiu uma ampliação ordenada de sua coalizão, com reflexos positivos para o início político do próprio governo em si, em janeiro de 2019.

Ou seja, a vitória petista e de seus aliados na eleição para o Governo do Rio Grande do Norte, em 2018, é um caso exemplar de “quando menos é mais”, em última instância, na agregação de aliados.

1. Sobre coalizões de vitória mínima

William Riker, em *The theory of political coalitions*, define como coalizão de vitória mínima (*minimal winning coalition*) um grupo de aliados que deixa de ser vitorioso pela subtração de 1 de seus membros. Se as regras em determinada situação de conflito, por exemplo, uma votação parlamentar, definem como patamar de aprovação certo número de votos, a subtração de 1 voto da coalizão a torna uma coalizão perdedora ou de bloqueio. Quando nenhuma coalizão atinge o patamar de vitória, há 2 coalizões de bloqueio se complementando no conflito (RIKER, 1962).

Suponha, a título de ilustração, uma proposta de emenda constitucional no Brasil. Os participantes aliados que desejam sua aprovação precisam agregar votos nas 2 casas do Congresso Nacional até atingir 3/5 dos deputados federais e senadores, ou seja, 308 e 49, respectivamente. Falando de modo objetivo, uma coalizão de vitória mínima não precisa ir a 309 e 50 votos nos 2 casos. Subjetivamente, sabemos que não é bem assim. Por diversas razões, os líderes da coalizão podem estar incertos sobre o tamanho real de sua coalizão. Eventuais participantes podem demorar a aderir ou não revelar sua posição, no afã de obter recompensas laterais. Portanto, o tamanho mínimo da coalizão deve ser estimado, porque ninguém, em especial seus líderes, dispõe de informação completa sobre o mundo. À tendência de que coalizões sejam maiores do que o patamar formalmente necessário à consecução de seu objetivo, Riker denomina “efeito de informação”³.

Há implícito no raciocínio de Riker um pressuposto de eficiência, que advém de seu foco em situações de conflito soma zero, ou de conflito político puro. A vitória é um bem indivisível em contextos como guerra, eleições e votações parlamentares divisivas. Tais decisões, ao ver do autor, são essencialmente políticas. A adição desnecessária de aliados reduz o valor da vitória. No limite, se todos aderem, vencer perde todo o valor político - fica até impertinente usar o segundo verbo. Portanto, o efeito de informação

3 Para estudos de política brasileira que já discutiram o efeito de informação, ver Amorim Neto (1991), F. Santos (2003) e Lacerda e Oliveira (2006).

pode, no limite, eliminar seu valor político se houver expansão excessiva da coalizão em formação.

Existem coalizões de vitória mínima no nível do eleitorado? Objetivamente, sim. Em uma eleição para governador, como a tratada aqui, a regra estipula claramente o patamar de 50% + 1 dos eleitores que validaram seu voto, ou seja, que votaram em um dos competidores registrados na disputa. O governador eleito deverá ter reunido os votos até no mínimo a maioria absoluta de votos válidos. Subjetivamente, no entanto, os políticos pensarão de modo aproximado em um número maior, pela pura incerteza de tratar com um eleitorado em grande escala. O efeito de informação, presume-se, operará com frequência maior ainda no contexto eleitoral, dada a incerteza das campanhas sobre os vetores das funções de preferência do eleitorado.

Aqui, eu gostaria de explorar a ideia de que há raciocínios aproximados ao modelado por Riker em uma eleição majoritária. Políticos, com frequência, trabalham com 2 coalizões subjetivamente estimadas de vitória mínima, uma no nível da elite política e outra no nível do eleitorado, com a obtenção da segunda sendo, por razões óbvias, a principal. De que modo lidar com o hiato entre as 2 coalizões é parte perene do esforço dos candidatos e apoiadores que desejam tornar sua aliança vitoriosa.

Na busca pela coalizão de vitória mínima, líderes e partidos frequentemente supõem que cooptar uma maioria da elite política é o melhor caminho

para obter a maioria do eleitorado. Para além dos fatores objetivos de caráter financeiro e midiático, haveria sob essa conduta uma teoria implícita, a de que a vontade de líderes eleitos se traduz de alguma forma no plano do eleitorado. Como o eleitorado votou neles de alguma forma, seja em pleitos proporcionais ou majoritários, faria sentido atraí-los para uma composição que, assim, induziria o eleitor a repetir apoios. No entanto, o raciocínio tem lapsos lógicos, pois o eleitorado usa critérios distintos para sua decisão de voto, a depender do cargo em disputa, do momento do pleito e de características exclusivas de cada momento eleitoral.

Faz sentido nesse contexto diferenciar uma coalizão de vitória mínima no plano da elite política de uma coalizão de vitória mínima no nível do eleitorado. Ambas podem deixar de coincidir, pela mera decisão do eleitor. A coalizão de vitória mínima é bem mais clara em votações parlamentares, quando o quórum de aprovação é conhecido e necessita-se apenas estimar subjetivamente o tamanho de possíveis dissidências dentro de sua coalizão de apoio formal. Vale notar, aqui, quais estratégias compreendem melhor o tamanho do hiato entre as duas coalizões teóricas que desenhamos para o ponto da disputa eleitoral. A adição de aliados assume papel fundamental nesse processo⁴.

4 Utilizarei de modo intercambiável neste capítulo os termos “coligação” e “coalizão”, pois, no caso, há certo grau de coincidência empírica entre eles.

2. Fatores contextuais pré-2018

Nesta seção, delinheiro como se encontrava a situação política potiguar antes dos passos relativos ao cálculo subjetivo das coalizões em 2018. Um bom ponto de partida é o próprio pleito de 2014. Em estudo anterior (LACERDA, 2017), analisei a disputa para governador naquele ano. Vi-a como um caso de liderança Stackelberg superada pelo seguidor, ou seja, por quem se move depois⁵. Na teoria das firmas, o líder Stackelberg obtém uma grande vantagem estratégica justamente por se mover primeiro no mercado, antes das outras firmas. O então deputado federal Henrique Alves (do Partido do Movimento Democrático Brasileiro [PMDB]), sem dúvida, moveu-se primeiro no jogo, adquirindo considerável dominância sobre a configuração da competição eleitoral em função de razões de precedência adquiridas pela Família Alves no curso da sucessão. Ele neutralizou competidoras alternativas, como a da ex-governadora Wilma de Faria (do Partido Socialista Brasileiro [PSB]) via co-optação para sua coligação, assim como limitou as opções disponíveis ao vice-governador Robinson Faria (do PSD), que desejava se candidatar a governador desde 2010.

A aliança possível e relativamente forte que restou a Faria foi com o PT, cuja presença na chapa se deu na vaga do Senado, conferida a Fátima Bezerra, na ocasião deputada federal. Deve-se observar que

5 Sobre esse pleito, ver também Menezes (2016) e A. Santos (2016). Para um estudo que menciona a liderança Stackelberg em contexto político brasileiro, ver F. Santos (2003).

os movimentos de Faria, do PT e de outros atores políticos ocorreram na sequência dos movimentos desencadeados por Henrique Alves.

O discurso de Alves na campanha se centrou em uma mensagem de experiência, preparo e competência, ressaltando sua capacidade de trazer para o estado recursos de Brasília-DF. Em tese, a mensagem fazia todo o sentido, em vista do fato do deputado haver sido presidente da Câmara dos Deputados e líder do PMDB nessa casa. O eleitorado não mostrou o mesmo entusiasmo, no entanto, e a noção de que havia um “teto” na intenção de voto do candidato peemedebista passou a circular no noticiário político. De junho a outubro de 2014, sua intenção de voto média nas sondagens passou de 33% a 40%, enquanto a de seu principal adversário, o vice-governador, foi de 23% a 33% no mesmo período. Não havia outros candidatos competitivos além desses 2.

Claramente, a disputa não era a “vitória por W.O.” que alguns prediziam e Faria, embora sem gerar, por sua vez, entusiasmo no eleitorado, mantinha-se perigosamente perto de Alves. De certo modo, vencer no primeiro turno se tornou imperativo para o deputado. O apoio do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (do PT) a Robinson Faria, em mensagem divulgada no horário eleitoral, e a necessidade de segundo turno selaram o destino da candidatura Alves. Na segunda etapa, ele foi finalmente ultrapassado pelo postulante do PSD. A votação arredondada em votos válidos de Alves e Faria foram as seguintes no

primeiro e segundo turnos, respectivamente: 47% e 42%; 45,6% e 54,4%.

Na primeira etapa a candidata Fátima Bezerra já vencera por mais de 10% Wilma de Faria, resultando, assim, em derrota completa da mais ampla chapa majoritária formada no Rio Grande do Norte⁶. Como sói acontecer, isso catapulta a petista à condição de virtual candidata a governadora em 2018. Antes desse pleito, no entanto, havia outros 2 fatores a considerar, quais sejam, a eleição para Prefeito de Natal, em 2016, e o próprio desempenho do governo de Faria, com quem o PT se aliara e aceitara compor o governo.

A derrota de Henrique em nada afetou a força política de outro membro da família, Carlos Eduardo Alves, seu primo. Isso apesar da presença do PDT na coligação majoritária derrotada. Eleito em 2012, após a mal avaliada gestão de Mícarla, Carlos Alves usufruía de boa avaliação positiva quando de sua campanha à reeleição para Prefeito de Natal, 4 anos depois⁷. A sondagem do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizada em agosto apontava avaliação positiva (soma de “ótimo” e “bom”) ainda no modesto patamar de 33%, enquanto a avaliação

6 A coligação pró-Alves reunia nada menos que 17 partidos: a) PMDB; b) PSB; c) Partido da República (PR); d) Partido Republicano da Ordem Social (PROS); e) Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); f) SD; g) PDT; h) Partido Republicano Brasileiro (PRB); i) Partido Popular Socialista (PPS); j) Partido Humanista da Solidariedade (PHS); k) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); l) Partido Verde (PV); m) Partido Social Cristão (PSC); n) Partido Social Democrata Cristão (PSDC); o) Partido da Mobilização Nacional (PMN); p) Partido Republicano Progressista (PRP); e q) Partido Trabalhista Nacional (PTN). O candidato a vice, João Maia, pertencia ao PR.

7 Ele já havia sido prefeito de Natal entre 2002 e 2008.

negativa (soma de “ruim” e “péssimo”) de sua gestão chegava a 20% do eleitorado. Sob o mesmo instituto, entretanto, na pesquisa cujo campo ocorreu de 8 a 11 de setembro, a avaliação positiva já saltou para 43%, enquanto sua intenção de voto atingiu 53%. Até a avaliação negativa recuou para 11%, o que sugere elevado convencimento do eleitor via horário eleitoral, que já começara a ser veiculado.

Alves foi favorecido por fraquezas embutidas em seus principais oponentes. O deputado estadual Fernando Mineiro se ressentia da crise nacional de seu partido, o PT, podendo apenas esperar chegar ao fim do pleito na condição de candidato “competitivo”. De fato, teve por volta de 10% dos votos válidos, 12% a menos do que obtivera na disputa pelo mesmo cargo em 2012. Seu colega de assembleia, Kelps Lima (do Solidariedade [SD]), subiu na reta final da campanha, destacando-se levemente dos demais aspirantes. Desprovido de uma característica clara de oposição ao prefeito, sua postulação acabou sendo apenas um estuário para quem desejava alternância na prefeitura sem aposta na alternativa petista, obtendo por volta de 13% dos votos.

A reeleição em primeiro turno, com mais de 60% dos votos válidos, tornou Carlos Alves, na prática, candidato quase obrigatório a governador, a despeito das promessas de que não concorreria ao cargo.

Na frente propriamente estadual, as contradições do governo de Robinson Faria não tardaram a surgir. O PT indicou 5 nomes para o secretariado, composto

no total por 24 titulares. O grupo da senadora Fátima Bezerra se integrava fracamente ao governo, porém, a partir da percepção de que o deputado Mineiro, seu principal adversário interno no PT, mostrava-se dominante junto ao governador.

Faria anunciou no ato da posse um “governo técnico” e, de fato, nada menos que 15 secretários (63% do total) tinham histórico técnico. Os petistas compunham a principal agremiação na cota partidária do governo, mas esta era reduzida em comparação com as indicações técnicas. O governador parece ter usado outros instrumentos para manter aliados na assembleia, como acertos para o pleito municipal de 2016, cargos de segundo escalão na administração direta, além de postos na administração indireta (cujo escopo se encontra fora do secretariado propriamente dito). Em todo caso, o político pessedista certamente contou com amplo grau de liberdade para definir a fisionomia de seu governo. Se, por um lado, isso fortalecia o governador, já que boa parte do secretariado era sua “cota pessoal”, por outro, gerava riscos, na medida em que todas as falhas de gestão seriam atribuídas diretamente ao chefe do Poder Executivo estadual.

O descompasso do grupo da senadora Fátima Bezerra com o governo chega a um ponto culminante em outubro de 2015, quando entrega os cargos que possuía na máquina estadual ao governador e ao diretório potiguar do PT. O fato da senadora ser uma espécie de candidata natural à sucessão de Robinson Faria já criava fricção, além da sensação de

fragilidade interna dentro da cota petista. Em todo caso, o restante do PT a acompanhou em abril do ano seguinte, por ocasião da crise do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. O deputado federal Fábio Faria (do PSD), filho do governante estadual, anunciou que votaria a favor da abertura de processo contra a presidente, em decisão evidentemente combinada com seu pai. Rapidamente, o Diretório Estadual do Rio Grande do Norte do PT (PT-RN) reagiu, não apenas entregando suas posições comissionadas como rompendo politicamente com o governador. O próprio deputado Mineiro, que havia sido líder do governo na Assembleia Legislativa, foi enfático no apoio ao rompimento na ocasião.

Em si, a ruptura petista não sinalizava necessariamente o declínio da gestão. Cargos foram liberados para novas composições e o cenário de 2018 ficou mais claro no planejamento do grupo político do governador. Foi no âmbito da gestão, mais do que na articulação política, que os problemas do governo de Robinson se agudizaram já a partir do primeiro ano. Duas questões merecem destaque nesse particular: a) a situação da segurança pública; e b) o quadro fiscal do estado.

O tema *segurança pública* já figurara no programa eleitoral do pessedista em 2014, embora sem tanta centralidade em meio ao “discurso da humildade”. Assolado por crescentes índices de criminalidade e pelas frequentes fugas da Penitenciária de Alcaçuz, o governador anunciou, em janeiro de 2016, que priorizaria o desafio da segurança pública e trocou

o comando da Polícia Militar. O anúncio fez diversos observadores da cena política potiguar, inclusive o autor deste capítulo, concluírem que o governo afinal começara.

A persistência dos problemas na área traía, no entanto, o discurso de Faria e erodia sua posição junto à opinião pública. Não havia melhora real, nos indicadores objetivos ou na sensação de segurança do eleitor. É Alcaçuz, inclusive, que pode ser identificada como a inflexão final nessa área, com a grande rebelião que irrompeu nesse presídio em janeiro de 2017. A partir dali, o governo estadual ficou à mercê de recursos e tropas federais, além de trocas pontuais na equipe de segurança pública. A estabilização da gestão penitenciária, em 2018, chegou tarde para amenizar a imagem negativa do governo estadual nessa questão.

Na arena fiscal, o governo também se viu sitiado pela deplorável condição das contas estaduais, especialmente complicadas pelo gasto previdenciário e pela folha salarial como um todo. Por estar fora do escopo deste capítulo, ou de minha área de competência, o exame da política macroeconômica nacional e das particularidades fiscais e orçamentárias do Rio Grande do Norte, resumo os problemas de Robinson Faria em duas chaves de leitura: a) o adiamento dos remédios amargos; e b) a espera malsucedida por Michel Temer. A primeira chave se expressa na relutância de propor reformas administrativas e previdenciárias de maior alcance mesmo em 2015, quando o governo certamente era bem avaliado pelo eleitorado e razoavelmente

articulado na Assembleia Legislativa. A recessão de 2015-16 completou o quadro, conduzindo a atrasos de pagamento na folha, comuns no segundo biênio da gestão.

A observação da postura do grupo político do governador em 2016-17 levou a crer que havia uma expectativa de melhora com a presidência de Temer em relação ao repasse de recursos federais e ao apoio em geral. O deputado federal Fábio Faria não só votou pelo *impeachment* de Dilma Rousseff como aderiu inicialmente à base de apoio de Michel Temer na Câmara dos Deputados. O PSD foi agraciado com cargos nos diversos escalões, do ministério a postos federais nos estados. Os recursos, no entanto, não vieram na escala esperada, nem de longe, e os comentários críticos do deputado ao governo federal se intensificaram ao longo de 2017. A ideia de que Michel Temer quebrara algum tipo de acordo com os Faria se disseminou nos bastidores políticos locais.

Como resultado do insucesso da gestão, os indicadores de popularidade decresceram em níveis tétricos. Em setembro de 2017, uma pesquisa do Instituto Seta identificou 62% de avaliação negativa (soma de “ruim” e “péssimo”) e 16% de avaliação positiva (soma de “ótimo” e “bom”) no eleitorado. Já em dezembro, a sondagem do Consult detectou números ainda piores no indicador binário de aprovação e desaprovação: 8% de aprovação ao governador, enquanto a desaprovação atingiu 85%. Robinson Faria não mais se recuperaria nesses indicadores, com meras variações e oscilações

entre pesquisas que sugeriam, quando tomadas em conjunto, uma improvável reeleição.

3. O contexto estratégico da disputa de 2018: a ambiência de junho e a formação das chapas

No alvorecer de 2018, a impopularidade do governador estava bem estabelecida. Então, já era juízo do autor deste capítulo de que ele seria derrotado caso tentasse ser reeleito. A dúvida dominante em diversos círculos da opinião política potiguar era se Faria atingiria pelo menos o segundo lugar, o que o colocaria no segundo turno caso a candidatura mais votada terminasse aquém da maioria absoluta dos votos válidos. A conjectura tinha sua razão de ser. A despeito da profundidade de sua impopularidade, sempre havia a possibilidade de que obras, o uso da máquina pública e algum recurso extra para a quitação da folha salarial do estado se combinassem em favor do governador-candidato.

O raciocínio, embora pertinente, não me convenceu. Na ocasião, também firmei predição em sala de aula e outros espaços públicos de que o governador não chegaria ao segundo turno, permanecendo na terceira colocação. A questão desta seção é identificar os fatores que sustentavam uma predição probabilística que se revelou ao fim acertada. No contexto teórico que expus na segunda seção, a hipótese é que a lógica da adição de aliados tem impacto na incerta busca da coalizão de vitória mínima no eleitorado.

A cada pleito podemos identificar mecanismos que possam aproximar ou distanciar o formato da adição de aliados a uma coalizão no plano da elite política à persuasão de grandes grupos no plano do eleitorado.

Mais especificamente, proponho aqui um mecanismo para o exame da competição pelo governo potiguar de 2018 sob o prisma da adição de aliados: a “ambiência de junho”. Os efeitos dos protestos de junho de 2013 são de natureza multifacetada, talvez refletindo o caráter basicamente inesperado da ocorrência dessas manifestações. Tendo começado em São Paulo como reação ao aumento da tarifa de transporte público, ele logo extrapola seus temas e locais iniciais para um conjunto de insatisfações. Para meu escopo, a ideia principal é identificar possíveis efeitos eleitorais dos protestos ao longo das eleições que o sucederam. Nesse sentido, chamo de ambiência de junho os efeitos de longo prazo das manifestações, que são discerníveis a partir de certas bandeiras e atitudes enfatizadas nos protestos.

Na literatura sobre os protestos de junho, está bem estabelecida a constatação de que, entre suas várias bandeiras, conservadoras ou progressistas, havia intenso descontentamento com a política nacional e as instituições políticas brasileiras de modo geral (AVRITZER, 2016). Segundo uma especialista, nas jornadas de junho “cresceu de forma inédita o nível de hostilidade em relação à presença dos partidos e dos militantes partidários” na comparação com manifestações de massa anteriores como as Diretas Já e o movimento pelo *impeachment* do presidente

Fernando Collor de Mello (TATAGIBA, 2014). Uma política sem mediadores, que poderiam estar associados à corrupção, forneceu a tônica de boa parte das bandeiras dos manifestantes.

A tradução eleitoral dos efeitos dos protestos é complexa. Pra começar, houve nova onda de mobilizações em 2015, desta feita, no entanto, com sentido unidirecional: contra o governo de Dilma e a presença do PT no poder. Em todo caso, é difícil separar 2013 de 2015, pois a temática da corrupção continuou permeando os protestos. Aponto, portanto, uma possível tradução eleitoral das manifestações de massa desta década. Particularmente, cogito que a ambiência de junho gera desconfiança ampliada no eleitorado em relação a coalizões superdimensionadas, grupos políticos familiares e/ou tradicionais, ou presença na coligação de políticos suspeitos de corrupção. Tal desconfiança pode ser minimizada se no pleito figura um governante popular, favorito à reeleição, ou se a coalizão tempera seu perfil “tradicional” com candidatos cujo perfil se afaste dessa imagem ou componha algum tipo percebido de “nova política”.

Em relação a 2018, no Rio Grande do Norte, a condição do governador popular não existia e, no caso de Robinson Faria, podemos conjecturar que o tamanho de sua coalizão era em grande medida irrelevante no que toca ao potencial de sua intenção de voto. Se sua impopularidade era irreversível, o principal preditor de sua votação é a reduzida base eleitoral que ainda o avalia bem. A coligação em torno do detentor do cargo se torna em grande medida um

acerto entre elites locais e estaduais para distribuição dos esforços nos pleitos proporcionais de deputado. O que podemos estabelecer em função do raciocínio precedente é que “suavizações” de chapa se tornarão necessárias, em função da ambiência de junho, em outras chapas que não a do governador mal avaliado.

Admito, claro, que não é tarefa fácil identificar em todos os pleitos se haverá ou não incidência significativa da ambiência de junho. O ideal é que exista evidência clara de um pleito anterior sugerindo sua incidência em níveis significativos, que assim pode ser mobilizada para o cálculo da eleição seguinte. Como sói acontecer, no caso potiguar havia tal evidência.

Em 2014, a baixa demanda pelo produto ofertado por Henrique Alves, mais do que qualquer inapetência histórica do eleitor pelo deputado em pleito majoritário, pode ser atribuída à ambiência de junho⁸. O deputado montou uma coalizão grande demais, já era atingido por suspeitas na Operação Lava Jato, advinha de um grupo político familiar tradicional e não era um governador popular no cargo. Então, o pleito daquele ano deixou lições para a disputa seguinte. Os candidatos tomaram nota? Vejamos como foram formadas suas coalizões.

O Quadro 1 exhibe as chapas majoritárias formadas na competição sob exame. Quatro partidos optaram por não se coligar e apresentaram os nomes disponíveis

8 Faz parte do anedotário político local a afirmação de que Henrique não vence pleitos majoritários, em função de suas derrotas nas eleições para Prefeito de Natal em 1988 e 1992, para Wilma de Faria e Aldo Tinoco, respectivamente.

(governador, vice e as duas vagas para o Senado) de modo isolado: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Rede Sustentabilidade (REDE), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Não discuto essas chapas aqui, a não ser para registrar que Capitão Styvenson foi um dos vitoriosos na disputa senatorial, chegando em primeiro lugar, com mais de 25% dos votos. Os candidatos a governador das 4 chapas não foram competitivos em nenhum momento da disputa. Tal também é o caso do aspirante a governador da coligação liderada pelo SD, embora sua postulação tenha obtido algum sucesso nos municípios mais populosos do estado. À parte essas 2 observações, a apreensão da lógica geral da disputa requer que o olhar se concentre nas 3 primeiras coligações do Quadro 1.

Quadro 1

Coligações e partidos na disputa de governador do Rio Grande do Norte (2018)

Candidato a governador	Vice-governador	Senadores	Demais agremiações
Robinson Faria (PSD) ⁹	Tião Couto (PR)	Geraldo Melo (PSDB)	PROS-AVANTE-PTB-PPS-PMB-PTC-PRP-PSB-PRB

9 Legenda: PSD = Partido Social Democrático; PR = Partido da República; PSDB = Partido da Social Democracia Brasileira; PROS = Partido Republicano da Ordem Social; AVANTE = Avante; PTB = Partido Trabalhista Brasileiro; PPS = Partido Popular Socialista; PMB = Partido da Mulher Brasileira; PTC = Partido Trabalhista Cristão; PRP = Partido Republicano Progressista; PSB = Partido Socialista Brasileiro; PRB = Partido Republicano Brasileiro; PT = Partido dos Trabalhadores; PCdoB = Partido Comunista do Brasil; PHS = Partido Humanista da Solidariedade; PDT = Partido Democrático Trabalhista; PP = Progressistas; MDB = Movimento Democrático Brasileiro; PODE = Podemos; DEM = Democratas; SD = Solidariedade; DC = Democracia Cristã; PSC = Partido

Fátima Bezerra (PT)	Antenor Roberto (PCdoB)	Zenaide Maia (PHS), Alexandre Motta (PT)	PHS
Carlos Eduardo Alves (PDT)	Kadu Ciarlini (PP)	Garibaldi Alves Filho (MDB), Antonio Jácome (PODE)	DEM-MDB-PODE
Brenno Queiroga (SD)	Sergio Leocadio (SD)	Magnólia Figueiredo (SD), Dr. Jonilson (DC)	PSC-PSL-PATRI
Carlos Alberto (PSOL)	Cida Dantas (PSOL)	Telma Gurgel (PSOL), Professor Lailson (PSOL)	N/A
Freitas Jr. (REDE)	Flávio Rebouças (REDE)	Capitão Styvenson (REDE), Napoleão (REDE)	N/A
Heró Bezerra (PRTB)	Antonio Bento (PRTB)	Levi Costa (PRTB), Jurandir Marinho (PRTB)	N/A
Dário Barbosa (PSTU)	Socorro Ribeiro (PSTU)	João Morais (PSTU), Ana Célia (PSTU)	N/A

Fonte: Elaborado pelo autor.

A coligação do governador findou sendo a mais ampla, reunindo 12 agremiações. O número de partidos pode ser enganoso, porém. Vários deles podem ser organizações sem mandatários com cargos eletivos em nível estadual. É fundamental contar o número de postos de poder formalmente incluídos em cada coligação. O agrupamento pró-Robinson, ainda assim, qualifica-se com facilidade como “grande coalizão” nesse sentido, a maior das 3 na verdade. Além dele próprio, a aliança reunia o partido do vice-governador

Social Cristão; PSL = Partido Social Liberal; PATRI = Patriota; PSOL = Partido Socialismo e Liberdade; N/A = X; PRTB = Partido Renovador Trabalhista Brasileiro; PSTU = Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

de então, Fábio Dantas, um integrante do PSB¹⁰. Nos postos proporcionais, os partidos coligados englobavam 3 dos 8 deputados federais do estado (PSDB, PSD e PSB, 1 de cada), além de quase 2/3 dos deputados estaduais - 15 de um total de 24 parlamentares¹¹.

O campo da candidatura de Alves, por sua vez, agregava nada menos que 2 senadores, José Agripino Maia (do Democratas [DEM]), concorrendo a deputado federal, e Garibaldi Alves Filho, o emedebista em busca da reeleição. As agremiações coligadas incluíam metade dos deputados federais potiguares de então, sendo 1 do DEM, 1 do MDB, 1 do Podemos (PODE) (que se candidatou ao Senado) e 1 do Progressistas (PP). Por sinal, o último partido também apresentava o candidato a vice na chapa liderada pelo PDT, na figura de Kadu Ciarlini, integrante da família Rosado, politicamente dominante na cidade de Mossoró (a segunda maior do Rio Grande do Norte), e filho da própria prefeita da cidade. No campo da assembleia, entretanto, a coligação era bem menor que a do governador, reunindo apenas 4 deputados, ou 1/6 da casa.

Por fim, a coligação liderada pelo PT, foco deste estudo, reunia 1 deputada federal (do Partido Humanista da Solidariedade [PHS]) e 1 senadora (a

10 O PSB ensaiou lançar Dantas para governador, que chegou a se posicionar como pré-candidato. Pressionado pela falta de aliados e diante da necessidade de ocupar postos proporcionais de deputado, o partido desistiu da postulação e voltou a se alinhar, pelo menos eleitoralmente, ao governador.

11 A composição partidária analisada aqui é aquela após o encerramento da chamada “janela partidária”, em 7 de abril de 2018. O mecanismo, previsto na legislação, permite a migração partidária por um breve período em anos eleitorais.

própria candidata a governadora), além de 3 deputados estaduais, 1 de cada agremiação coligada, o que configura menos de 1/6 da casa. Não resta dúvida de que se trata da menor das 3 coligações majoritárias de 2018, tanto em número de partidos como em postos eletivos em poder dos integrantes dessas agremiações. Tratativas chegaram a ocorrer, em especial com o PSB, para ampliar o grupo, mas elas esbarravam nos interesses do PT, do PHS e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) nos pleitos de deputado estadual e federal.

Em meu modelo, o interesse de manter a coalizão relativamente pequena é o fator explicativo que preenche o quadro decisório da candidatura petista. Havia um interesse na manutenção de coalizão de pequena dimensão, a partir da percepção não apenas de que ganhos seriam dispersados com a adição de novos atores, mas também de que um agrupamento mais humilde seria mais bem aceito pelo eleitorado, em vista da ambiência de junho. Assim, talvez a coligação arriscasse, em função de sua fragilidade organizacional, a ocorrência de segundo turno. Não poderia, entretanto, ser acusada de consistir em um “acordão”. A forte, de modo geral, lembrança (*recall*) do nome da senadora petista, que ganhara uma disputa uninominal no pleito estadual anterior, já a posicionava na primeira colocação nas sondagens realizadas antes das convenções partidárias.

A nova candidatura de Alves, por sua vez, optou por caminho mais convencional. Sua coligação não foi tão ampla quanto a do PMDB em 2014, mas também foi

marcada pela mesma tentativa de construir um amplo leque de parceiros partidários e regionais. Carlos Eduardo (como, por razões iluminadas por este capítulo, preferia ser chamado) via a si próprio cercado pela dianteira de Fátima e pela possibilidade, a meu ver superestimada, do governador vir a ultrapassá-lo no decorrer da campanha. Diante desses riscos, escolheu soluções clássicas para sanar seus problemas. Forte em Natal, julgava importante capturar Mossoró. No acordo com a prefeita Rosalba Ciarlini, não apenas o PP foi integrado à aliança, mas também havia a expectativa de engajamento do principal núcleo da família Rosado na campanha.

As famílias Maia e Alves também entraram, como observamos, na chapa, sendo que Agripino Maia, em reconhecimento ao ambiente adverso, desistiu da reeleição para senador e tentava ser deputado federal no lugar do filho, que não concorreu. A coalizão Alves apresentava, portanto, 1 Rosado e 2 Alves na nominata majoritária, contendo 1 Maia na proporcional. Chapa pesada para uma disputa afetada pela ambiência de junho, que refletia uma dificuldade de apreender os efeitos dessa ambiência.

Por fim, na análise da coligação de Faria, é forçoso notar que sua amplitude é resultado de ter se tornado um abrigo seguro de diversas candidaturas proporcionais. Na verdade, vários quadros do PSDB, por exemplo, não tiveram engajamento real na tentativa de reeleição do governador. Defecções de prefeitos, inclusive do PSD, para outras candidaturas foram comuns. Faria obteve o maior tempo de TV

com a aliança (3,7 minutos em cada bloco diário de 10 minutos do horário, comparados a 2,75 de Carlos Alves e 1,54 de Fátima Bezerra). A troca não parecia ir além disso, porém, para boa parte dos aliados. O governador tinha poucas alternativas além de tentar atingir a coalizão de vitória mínima via cooptação de aliados, e é difícil sustentar que houve excesso de adição nesse caso. Os efeitos negativos da ambiência de junho não o afetaram, pelo simples fato de sua elevada impopularidade já estar devastando sua percepção na cogitação dos eleitores.

4. Campanha e resultado

Nesta seção, discuto a dinâmica da opinião eleitoral ao longo do pleito, tentando divisar os elementos estratégicos e conceituais abordados nas seções anteriores. Não é meu propósito discutir em profundidade o andamento da campanha ou os recursos discursivos utilizados na internet e no horário gratuito de propaganda eleitoral. Tal escopo exigiria outro trabalho. Coloco apenas em termos gerais como vejo as linhas estratégicas da disputa, enfatizando a interação competitiva entre os três candidatos mais relevantes. Vejamos, então, como se deu em linhas gerais a campanha e resultado eleitorais do primeiro e segundo turnos.

Os eixos principais da campanha do governador foram, como seria de esperar, focados em suas realizações como governador. O mandatário também se apresentava como alternativa tanto ao PT quanto

às “oligarquias”, no último caso em referência aos integrantes das famílias políticas alojados no campo do aspirante do PDT. O discurso do pessedista teve escasso papel no pleito, servindo apenas para reter em seu cesto de votos a estreita minoria do eleitorado que avaliava bem seu governo. De certa forma, a retórica serviu mais para aproximar setores do grupo pró-Faria cuja atitude era refratária aos Alves da candidatura petista no segundo turno.

Líder na disputa, a senadora Fátima repisou os diversos temas da agenda social de seu partido, também destacando a inegável concentração de seus diversos mandatos (deputada estadual, deputada federal, senadora) nos temas relacionados à educação. A aspirante petista produziu, ainda, a vinculação de seu nome com a candidatura presidencial nacional do PT, inicialmente com o uso do nome do ex-presidente Lula - em setembro, a ligação se dá com Fernando Haddad, definido, afinal, como candidato à presidência na ocasião. Tanto a imagem do ex-presidente como a da legenda petista seguia no estado padrões similares aos do restante da região Nordeste, com elevada avaliação positiva.

Tendo saído de sua própria gestão à frente da Prefeitura de Natal poucos meses antes, Carlos Eduardo se ocupou de mostrar aos eleitores do interior seu legado e suas realizações à frente da capital estadual. A preocupação com o interior já fora, como vimos, um dos motivadores centrais para a escolha de um nome de Mossoró para vice-governador. O foco nos eleitores fora da capital procurava contrabalançar a

considerável força da senadora adversária no eleitorado interiorano, já que o pedetista esperava vencer em Natal. O pedetista também se punha, obviamente, como alternativa ao subconjunto de eleitores resistentes ao PT que desaprovavam a gestão Faria.

Na Tabela 1, forneço a média aritmética dos levantamentos de opinião realizados pelos institutos Certus, Consult, IBOPE e Seta. Os 4 foram escolhidos por serem aqueles que acompanharam com mais assiduidade a competição potiguar em tela. O uso da média não tem maior pretensão de refinamento nos limites deste capítulo e é, na verdade, um convite para que estudos estatisticamente mais sofisticados possam ir além ou mesmo qualificar esta pesquisa. Ela revela, em todo caso, uma disputa razoavelmente estável, dominada pelo crescimento dos 3 candidatos. Na Tabela 1, expomos somente as sondagens realizadas após a definição final das chapas nas convenções de julho. O motivo é que os levantamentos anteriores apresentavam nomes que, por fim, não vieram a ser lançados; isso dificultaria a comparação proposta nesta seção.

Tabela 1

Média da intenção de voto (%) dos três principais candidatos

Mês	Fátima Bezerra	Carlos Eduardo Alves	Robinson Faria
Agosto	31	15	9
Setembro	35	21	11
Outubro	35	25	12

Fonte: Elaborada pelo autor.

O crescimento de Bezerra é discreto no primeiro turno, em função de sua própria dominância nos patamares de intenção de voto desde 2017. Robinson, o governador-candidato, também cresce discretamente. O postulante do PDT, por seu turno, amplia em 10% sua intenção de voto em um período de pouco mais de 2 meses. É possível interpretar (provar quantitativamente é mais difícil) o crescimento de Carlos Eduardo a partir do que denomino “interseção de rejeições”. Ele reuniria o grosso do seu eleitorado entre votantes que desaprovavam a gestão de Robinson Faria e não se inclinavam por sufragar uma candidatura do PT. A trajetória, conquanto adequada para a chegada ao segundo turno, mostrou-se insuficiente para a vitória eleitoral.

Como se observa na Tabela 2, que reúne a média aritmética das pesquisas realizadas pelos 4 institutos mencionados na tabela anterior, a rejeição aos candidatos bem-sucedidos no primeiro turno nunca foi muito distante entre os 2. O indicador tem razoável elevação no caso de Fátima Bezerra, ainda no primeiro turno, sugerindo dificuldades na segunda etapa, quando continua a subir. Entretanto, o índice, generoso com o ex-prefeito no primeiro turno, eleva-se em média 17% no segundo turno, ficando praticamente igual ao da eventual vitoriosa.

Tabela 2

Média do indicador de rejeição (%) dos três principais candidatos

Mês	Fátima Bezerra	Carlos Eduardo Alves	Robinson Faria
Agosto	11	11	41
Setembro	15	10	38
Outubro	20	12	38
Outubro (2º turno)	30	29	N/A

Fonte: Elaborada pelo autor.

A marca do governador Robinson cai muito ligeiramente, permanecendo em níveis problemáticos para a intenção de atingir a segunda colocação. Há efeito positivo do horário eleitoral, mas muito aquém do necessário para um ataque bem-sucedido à posição de Carlos Alves.

A Tabela 3 apresenta o resultado eleitoral do pleito de governador, expondo todos os candidatos exibidos no Quadro 1. Em destaque nos números, a dominância das três postulações que defini como mais relevantes na disputa. Os demais candidatos somados não atingem a marca de 10% dos votos válidos.

Tabela 3

Resultado do 1º turno no Rio Grande do Norte
(governador)

Candidatura	Votação (percentual de votos válidos)
-------------	---------------------------------------

Fátima Bezerra (PT)	46,17%
Carlos Eduardo Alves (PDT)	32,45%
Robinson Faria (PSD)	11,85%
Brenno Queiroga (SD)	6,56%
Carlos Alberto (PSOL)	1,93%
Freitas Jr. (REDE)	0,56%
Heró Bezerra (PRTB)	0,27%
Dário Barbosa (PSTU)	0,21%

Fonte: Elaborada pelo autor.

O formato tripartite da disputa inibiu o surgimento de uma “quarta via”, embora o candidato do SD tenha, sem dúvida, tentado tornar-se isso. Os 3 aspirantes competitivos oligopolizaram a competição, ao mobilizar 3 grupos mais ou menos identificáveis no eleitorado. Simplificando, são eles: petistas, antipetistas e eleitores natalenses satisfeitos com a gestão de Carlos Eduardo Alves, cidadãos diretamente beneficiados pelas políticas do governo de Farias.

No segundo turno, houve uma intensificação de certos discursos, natural em uma disputa estritamente polarizada. A mensagem contra as oligarquias, já presente em menor grau no primeiro turno, foi repetida várias vezes no programa de Fátima Bezerra e o candidato pedetista foi igualado ao restante dos Alves, Maias e Rosados que integravam seu grupo de apoio. O aspirante do PDT, por sua vez, aderiu integralmente ao discurso antipetista que vicejava na campanha presidencial de Jair Bolsonaro, a quem declarou apoio na primeira semana do segundo turno.

O efeito integrado dos dois ataques teve saldo positivo para a senadora, pois Bolsonaro ficava atrás de Haddad no estado e o casamento do voto, nesse contexto, não seria suficiente para erodir a liderança da senadora do PT. Crucialmente, a ambiência de junho, nos termos de minha análise, continuou afetando Alves, contaminando inclusive sua adesão a Bolsonaro, vista como insincera por muitos observadores.

As pesquisas pouco erraram no segundo turno em relação ao resultado final, produzido pelo eleitor. Houve apenas uma ligeira subestimação da votação da atual governadora do estado. A média que verifiquei, a partir dos quatro institutos citados, foi de 54% a 46% em votos válidos para Bezerra e Alves, respectivamente. O resultado final apurado em 28 de outubro foi de 57,6% a 42,4%.

5. Discussão e comentários conclusivos

Ao estimar para baixo a coalizão de vitória mínima no plano da elite política, Fátima Bezerra pôde atingir a coalizão de vitória mínima no nível do eleitorado (a única que interessa ao fim do processo, do ponto de vista da vitória eleitoral) com a agregação ordenada de aliados no segundo turno, sobretudo a partir da adesão do grupo do PSDB e das adjacências, associada ao presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira.

No contexto da teoria aqui mobilizada, a adição de aliados, no plano da coalizão na elite política,

deverá ser estimada subjetivamente para baixo, no que toca ao plano da coalizão de vitória mínima no eleitorado, quando há percepção disseminada no eleitorado de que grandes coalizões são algo “ruim”. A ampliação do grupo de apoiadores da então candidata Fátima Bezerra no segundo turno não incomoda mais seu eleitor típico, pois o conflito com as “oligarquias” familiares já contagiou o eleitorado e a rejeição aos Alves e a Bolsonaro o induz a tolerar tais alianças para derrotar o candidato do PDT.

A ambiência criada pelos protestos de junho de 2013 e pela Operação Lava Jato talvez não tivesse maior efeito se estivesse no cargo um governador bem avaliado. Como em outros estados nordestinos, a vitória aconteceria sob grande coligação nesse caso, pois o eleitor tem como estimar que o governo estadual seguirá produzindo algum resultado positivo, apesar de “acordões” que pudessem promover suposta corrupção (e conseqüente redução no bem-estar do eleitor). A dificuldade nesses casos se restringe ao controle da adição de aliados, uma vez que se alinhar ao governador se torna por demais atrativo para muitos membros da elite política e a cúpula política do governo estadual pode ter dificuldade para deter o ritmo de entrada.

No caso do Rio Grande do Norte, o governador era particularmente mal avaliado e a composição de uma coligação grande em torno de seu nome em nada o ajudou no que toca ao propósito de atingir o segundo turno. A candidatura Carlos Alves, por sua vez, também ampliou seu leque de apoios, mas aqui o

excesso pode ser visto mais claramente. A interseção de rejeições, de eleitores refratários ao governador e ao PT, de certa forma, já o encaminhava para o segundo turno, não sendo estritamente necessária grande coalizão. Esta o expôs a ser acusado de “representante das oligarquias”, colocando-o em direto contraste com a ambiência junho de 2013/Operação Lava Jato. O problema poderia ser contornado, no entanto, se sua chapa contivesse um elemento de suavização, com integrantes, ainda que ambíguos, de algum tipo de “nova política”. No entanto, lá estavam nomes tradicionais dos Alves, Rosados e Maias ao seu lado.

Cabe uma nota final em apoio a mais estudos de análise da política potiguar. Em particular, o exame detalhado do horário eleitoral gratuito e das ferramentas da internet nos pleitos de governador tem o potencial de revelar dinâmicas de persuasão relevantes, não necessariamente captadas neste capítulo.

REFERÊNCIAS

AMORIM NETO, O. **Formação ministerial em sistemas presidencialistas multipartidários: o caso brasileiro (1946-1964)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LACERDA, A. Derrotando o líder Stackelberg: a disputa de governador do RN em 2014. **Política Hoje**, Recife, v. 26, n. 2, p. 5-21, 2017.

LACERDA, A.; OLIVEIRA, B. Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN. *Cronos*, Natal, v. 5-6, n. 1-2, p. 273-287, 2006.

MENEZES, D. Tostão contra o milhão: sobre a vitória de Robinson Faria e Fátima Bezerra nas eleições de 2014 no RN. *In*: MENEZES, D.; TAVARES, G.; COSTA, J. (Org.). **Eleições 2014: a geografia do voto no Rio Grande do Norte**. João Pessoa: Ideia, 2016. p. 13-41.

RIKER, W. **the theory of political coalitions**. New Haven/Londres: yale University Press, 1962.

SANTOS, A. A campanha eleitoral para o Governo do Rio Grande do Norte no primeiro turno de 2014: notas informativas. *In*: MENEZES, D.; TAVARES, G.; COSTA, J. (Org.). **Eleições 2014: a geografia do voto no Rio Grande do Norte**. João Pessoa: Ideia, 2016. p. 43-60.

SANTOS, F. **O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG/IUPERJ, 2003.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.

6

Eleições presidenciais de 2018: uma análise em 4 planos

Carla Michele Andrade Quaresma¹

INTRODUÇÃO

Se o tempo e o distanciamento, algumas vezes, ajudam-nos a visualizar de modo mais claro os momentos históricos nos quais estamos inseridos, talvez não sejam o suficiente para superar o desafio de analisar os contextos eleitorais, pois, mesmo que passadas as eleições, várias vertentes podem ser adotadas na abordagem.

Dentre os muitos caminhos que eu poderia ter escolhido para esse percurso, optei por relacionar alguns dos elementos que foram apontados como os diferenciais das eleições presidenciais de 2018. Tal opção se deve ao fato de que, na interpretação de

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora na Faculdade Ari de Sá (FAS). Professora da Estácio. Professora da Faculdade CDL.

muitos especialistas, esse ano inaugura um novo modo de fazer as campanhas eleitorais.

Nos *trending topics* do debate se encontram as seguintes teses:

- a) Os partidos políticos entraram em ruína;
- b) Os recursos financeiros já não são definidores dos vencedores nas disputas eleitorais;
- c) As mídias eletrônicas (sobretudo a televisão) já não ocupam espaço central na formação da opinião; e
- d) O eleitor está muito mais atento às informações acerca do campo político.

Acredito que o leitor mais experiente já deva estar se colocando, diante dessas abordagens, como em uma espécie de *déjà-vu* de campanhas passadas.

Primeiro, porque os partidos políticos no Brasil, excetuando-se alguns que se contam em uma única mão, dificilmente são os responsáveis pela motivação do eleitor ao escolher um representante. Basta lembrar que em 1989 o candidato eleito Presidente da República, Fernando Collor de Mello, ao ser preterido pela agremiação à qual estava filiado, conseguiu sagrar-se vitorioso por meio de uma sigla inexpressiva.

Em relação ao financiamento das campanhas eleitorais, as mudanças já ocorrem gradativamente, pelas alterações legislativas que têm restringido cada vez mais a utilização exacerbada de recursos financeiros. Os mais experientes certamente lembrarão

o quanto as campanhas destinavam de recursos para os grandes showmícios, bem como para carreatas, propaganda em *outdoors*, pintura de muros, mega-comitês, distribuição de brindes...

No que se refere à influência das mídias tradicionais, talvez o eleitorado mais jovem, sobretudo os chamados “nativos digitais”, não vejam sentido em sentar em frente a uma TV para acompanhar o horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE), mas não restam dúvidas de que a TV é um espaço de visibilidade importante para o campo político, mormente no que se refere à exposição dos agentes do campo político, por meio do jornalismo.

Quanto ao nível de conhecimento acerca da política, é possível que a comunicação digital tenha tornado a informação muito mais acessível para uma significativa parcela da população. Mas não basta ter o conteúdo disponível, é necessário ter o interesse específico.

O objetivo deste capítulo é debater essas quatro teses da eleição e, à guisa de conclusão e para provocar estudos posteriores, propor uma discussão mais ampla que não diz respeito somente à realidade brasileira, ou apenas ao contexto histórico presente. Mais do que uma alteração na forma de fazer campanhas, o que o modelo representativo tem demandado é uma discussão sobre as alternativas para a construção de espaços mais plurais de participação, que compreendam os indivíduos como agentes autônomos, capazes de formar juízos acerca dos problemas cotidianos e

capazes de participar de processos decisórios fundamentais.

1. Uma breve análise do pré-contexto eleitoral

As eleições presidenciais de 2018 começaram alguns anos antes, com a repercussão das denúncias de corrupção apresentadas pela chamada Operação Lava Jato. A partir de 2013, cresceu o sentimento popular de insatisfação com um modelo que, aparentemente, iguala de modo negativo todos os partidos do espectro político. Em 2014, quando essa operação entrou em uma fase ostensiva, com o cumprimento de diversos mandados de busca e apreensão, além de prisões, as provas indicavam a existência de um amplo esquema de corrupção e lavagem de dinheiro na Petrobras e em grandes obras de infraestrutura. A despeito dos depoimentos de Sérgio Machado e Emílio Odebrecht, acerca do modo de financiamento de campanhas eleitorais no Brasil há décadas, e de como recursos da Petrobras alimentaram o enriquecimento ilícito de quadros políticos e empresariais, a pecha da corrupção pesou, sobremaneira, no Partido dos Trabalhadores (PT) e em seus principais expoentes.

Como uma espécie de coroamento da operação, após a prisão de políticos e empresários influentes, em julho de 2017, Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado em primeira instância a 9 anos de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ao recorrer, teve sua pena aumentada para 12 anos e 1 mês pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região

(TRF-4) - sua prisão foi decretada em abril de 2018. Até então, o ex-presidente era pré-candidato à Presidência da República pelo PT e liderava as pesquisas de intenção de voto. Essa candidatura foi mantida até 1o de setembro de 2018, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), utilizando-se da Lei Complementar n. 135/2010 (a chamada Lei da Ficha Limpa), vetou o pedido de voto e exigiu a substituição do candidato.

Diante de tamanho desgaste da classe, as forças políticas, longe de tentarem reverter a situação propondo uma refundação de suas bases, e alheias ao descontentamento do povo, preocuparam-se tão somente em fazer cálculos eleitorais. Disso resultou uma das marcas do pleito de 2018: a fragmentação partidária.

Outro aspecto que deve ser considerado na análise do delineamento desse cenário eleitoral, anterior às eleições, diz respeito à crise econômica que se abateu sobre o país ainda no primeiro governo de Dilma Rousseff. De modo geral, a avaliação de um Presidente da República está diretamente relacionada à condução da economia. Via de regra:

- a) A população economicamente ativa deve encontrar emprego;
- b) A renda do cidadão deve ser suficiente para garantir seu endividamento na aquisição de bens e serviços;
- c) “A roda deve estar girando”; e

d) Tanto o trabalhador como a classe empresarial devem sentir-se contemplados pelas decisões políticas de um governo.

Durante os governos de Lula, o aumento real do salário mínimo, aliado a políticas de distribuição de crédito, garantiu, em larga medida, essa satisfação social. O quadro começou a mudar rapidamente ainda no primeiro governo de Dilma, que teve de lidar com crises externas e uma dificuldade, já clara nesse momento, de estabelecer um diálogo com o parlamento que permitisse a adoção de medidas enérgicas para frear aquilo que já não podia ser chamado de “marolinha”.

Por meio da utilização de ferramentas que se tornaram mais populares entre 2009 e 2010, forças políticas encontraram mecanismos de publicização de suas ideias. O uso acentuado de redes sociais garantiu, por exemplo, que o então pretense candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, com uma fala simples, acessível aos públicos diversos, iniciasse a construir para si a imagem de “antissistema”, “anticorrupção”, incansável combatente daquilo que ficou estabelecido como a origem dos males da sociedade brasileira: o PT (e o “petismo”). Uma vez definido claramente o inimigo, começou a ser disseminado o discurso eleitoral vitorioso em 2018.

2. Uma análise em 4 planos

2.1 Fragmentação do sistema partidário

Treze partidos políticos disputaram as eleições presidenciais em 2018. Concorreram:

- a) Jair Bolsonaro (pelo Partido Social Liberal [PSL]);
- b) Fernando Haddad (pelo PT);,
- c) Álvaro Dias (pelo Podemos [PODE]);
- d) Cabo Daciolo (pelo Patriota [PATRI]);
- e) Ciro Gomes (pelo Partido Democrático Trabalhista [PDT]);
- f) José Maria Eymael (pelo Democracia Cristã [DC]);
- g) Geraldo Alckmin (pelo Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB]);
- h) Guilherme Boulos (pelo Partido Socialismo e Liberdade [PSOL]);
- i) Henrique Meirelles (pelo Movimento Democrático Brasileiro [MDB]);
- j) João Amêdo (pelo Partido Novo [NOVO]);
- k) João Goulart Filho (pelo Partido Pátria Livre [PPL]);
- l) Marina Silva (pela Rede Sustentabilidade [REDE]); e

m) Vera Lúcia (pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado [PSTU]).

Em 2014 foram 11 candidatos; em 2010, 9; em 2006, 7; em 2002, 6; em 1998, 12; em 1994, 8; e em 1989 houve 22 candidatos. Ou seja, após a redemocratização, no ano de 2018 o Brasil experimentou a segunda campanha com maior quantidade de postulantes.

Faltou aos partidos, inicialmente, democracia interna. No Brasil, o funcionamento dos partidos, com raras exceções, assemelha-se ao funcionamento de um feudo. Eles se fecham em suas estruturas, cada um possui seu “senhor”, dono de todas as coisas, inclusive dos recursos provenientes do fundo partidário e do fundo de campanhas eleitorais, e de todas as pessoas. Cabe ao “senhor” decidir quem serão os candidatos que disputarão os certames eleitorais. Como consequência de uma refeudalização política, temos o reforço de candidaturas personalistas, mas, paradoxalmente, baseadas na construção de figuras mitológicas - no caso brasileiro, a incansável busca pelo “messias” (que, de modo certo, conseguirá vencer “o mal” e libertar a sociedade da opressão).

Nesse cenário, o que restou foi uma intensa fragmentação e, ao mesmo tempo, a incapacidade de apresentar candidaturas que pudessem discutir a transição desejada pela maioria do eleitorado.

Para explicar esse declínio partidário, alguns autores estabelecem relações com a ascensão das modernas tecnologias de comunicação - um exemplo

disso está em Schwartzberg (1978). Para este autor, a política, em suas instâncias tradicionais (partidos e programas), diluiu-se em meio a um espetáculo no qual pessoas valem mais do que ideias, em uma “mídia política” ou uma política formatada para a mídia que coloca em risco a democracia. Entretanto, outros estudos já mostraram que a relação entre política e espetáculo e política e construção de imagem centrada na personalidade remontam ao período de Luís XIV, quando a arte estava a serviço da promoção da glória do monarca, em um espetáculo que reunia pintura, dança e fabricação de medalhas que exaltavam o “Rei Sol” (APOSTOLIDÈS, 1993; BURKE; BRIGGS, 2002).

A despeito das análises que compreendem a personalização como algo inerente ao campo político, em uma democracia de partidos causa estranheza o fato de que, sobretudo na disputa presidencial, não haja discussão programática que fundamente a existência das agremiações. A confusão estabelecida por um PSDB que anulou suas lideranças históricas, ao privilegiar a figura de João Dória alinhada ao presidenciável do PSL, gerou o vazio no centro, porque os demais partidos não conseguiram, minimamente, posicionar-se. Não houve clareza no espectro ideológico. Afinal, quem era centro? Onde terminava o centro e começava a esquerda? Qual esquerda polarizou a campanha? Ao apontar o dedo para o PT, Ciro Gomes ou Marina Silva eram a oposição? Quem representava a renovação?

Ao optarem pelo pragmatismo eleitoral, os partidos se esvaziaram, tornando a escolha ainda mais

difícil para o eleitor, já bombardeado pelo discurso de nivelamento que igualou todos os partidos.

2.2 O financiamento eleitoral

Talvez um dos temas mais sensíveis das atuais campanhas eleitorais seja a destinação de recursos financeiros para partidos e candidatos arcarem com as despesas decorrentes da disputa. Afinal, democracia, como qualquer outro regime político, tem seu preço.

Em estudo sobre a rede de financiamento eleitoral em 2014, ou seja, anterior à legislação que restringiu o financiamento privado, por meio de pessoas jurídicas, Junckes *et al.* (2019, p. 21) demonstraram que aqueles candidatos que não possuíssem, no mínimo, 2 financiadores empresariais estariam fora da disputa. A conclusão apresentada pelos autores é que

[...] a topologia da rede de financiamento eleitoral é reveladora de uma estrutura de poder político-econômico. Demonstramos uma estrutura elitizada, que concentra recursos vitais e alcança capacidade para influenciar na direção do processo decisório no Brasil, desafiando o funcionamento de uma democracia de qualidade no país.

A democracia funda novos pressupostos, um deles recai sobre a igualdade de oportunidades para aqueles que desejam oferecer seus nomes em uma disputa para a apreciação do eleitor. Exatamente com base nesse princípio, o Supremo Tribunal Federal (STF) se posicionou contra o financiamento empresarial de campanhas em 2015. Portanto, nas eleições municipais

de 2016, novas regras de financiamento já limitavam a destinação de recursos. Após a decisão da Suprema Corte, em 2017, o Congresso Nacional aprovou novas regras eleitorais, confirmando o fim do financiamento empresarial, mas gerando como alternativa para a ausência dos vultosos recursos empresariais um fundo para campanhas eleitorais.

Com a criação do novo fundo, o financiamento das campanhas passou a ser feito exclusivamente com dinheiro público (fundo partidário e fundo de campanhas eleitorais) e com doações de pessoas físicas, inclusive com a possibilidade de autofinanciamento.

Os recursos financeiros públicos estão previstos em um *fundo especial de assistência financeira aos partidos políticos* (fundo partidário), criado pela Lei n. 4.740/1965 (a chamada Lei Orgânica dos Partidos Políticos). Em 2018, o valor total aprovado pelo Congresso Nacional para o fundo partidário foi de R\$ 888,7 milhões, dos quais R\$ 780,35 milhões correspondem à dotação orçamentária anual e R\$ 108,3 milhões a multas eleitorais.

O fundo especial de financiamento de campanha, criado pelas Leis ns. 13.487/2017 e 13.488/2017, distribuiu em 2018 a quantia de R\$ 1.716.209.431,00 entre os partidos políticos.

Os critérios para distribuição dos recursos variam conforme o fundo. Em relação ao fundo de campanha, 2% são divididos igualmente entre todas as siglas registradas no TSE; 35% são divididos entre os partidos com ao menos 1 representante na Câmara

dos Deputados, na proporção dos votos obtidos pelos deputados na última eleição; 48% são divididos conforme o número de deputados de cada partido na Câmara dos Deputados; e 15% são divididos conforme o número de senadores de cada sigla. Ou seja, apenas 2% dos recursos do fundo de campanha são distribuídos igualmente entre os 34 partidos políticos, já que 1 deles, o NOVO, abdicou do recebimento dos recursos.

O Quadro 1 apresenta os montantes do fundo de campanha, destinados aos partidos.

Quadro 1

Distribuição dos recursos do fundo especial de financiamento de campanha

MDB = R\$ 234.232.915,58 ²	PSOL = R\$ 21.430.444,90
PT = R\$ 212.244.045,51	PROS = R\$ 21.259.914,64
PSDB = R\$ 185.868.511,77	PHS = R\$ 18.064.589,71

2 Legenda: MDB = Movimento Democrático Brasileiro; PSOL = Partido Socialismo e Liberdade; PT = Partido dos Trabalhadores; PROS = Partido Republicano da Ordem Social; PSDB = Partido da Social Democracia Brasileira; PHS = Partido Humanista da Solidariedade; PP = Progressistas; AVANTE = Avante; PSB = Partido Socialista Brasileiro; REDE = Rede Sustentabilidade; PR = Partido da República; PATRI = Patriota; PSD = Partido Social Democrático; PSL = Partido Social Liberal; DEM = Democratas; PTC = Partido Trabalhista Cristão; PRB = Partido Republicano Brasileiro; PRP = Partido Republicano Progressista; PTB = Partido Trabalhista Brasileiro; DC = Democracia Cristã; PDT = Partido Democrático Trabalhista; PMN = Partido da Mobilização Nacional; SD = Solidariedade; PRTB = Partido Renovador Trabalhista Brasileiro; PODE = Podemos; PSTU = Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado; PSC = Partido Social Cristão; PCB = Partido Comunista Brasileiro; PCdoB = Partido Comunista do Brasil; PCO = Partido da Causa Operária; PPS = Partido Popular Socialista; PPL = Partido Pátria Livre; PV = Partido Verde; PMB = Partido da Mulher Brasileira.

PP = R\$ 131.026.927,86	AVANTE = R\$ 12.438.144,67
PSB = R\$ 118.783.048,51	REDE = R\$ 10.662.556,58
PR = R\$ 113.165.144,99	PATRI = R\$ 9.936.929,10
PSD = R\$ 112.013.278,78	PSL = R\$ 9.203.060,51
DEM = R\$ 89.108.890,77	PTC = R\$ 6.334.282,12
PRB = R\$ 66.983.248,93	PRP = R\$ 5.471.690,91
PTB = R\$ 62.260.585,97	DC = R\$ 4.140.243,38
PDT = R\$ 61.475.696,42	PMN = R\$ 3.883.339,54
SD = R\$ 40.127.359,42	PRTB = R\$ 3.794.842,38
PODE = R\$ 36.112.917,34	PSTU = R\$ 980.691,10
PSC = R\$ 35.913.889,78	PCB = R\$ 980.691,10
PCdoB = R\$ 30.544.605,53	PCO = R\$ 980.691,10
PPS = R\$ 29.203.202,71	PPL = R\$ 980.691,10
PV = R\$ 24.640.976,04	PMB = R\$ 980.691,10

Fonte: UOL (2018).

Como a legislação não impede a doação de pessoas físicas, alguns candidatos receberam recursos dessa natureza, inclusive autofinanciando suas campanhas, a exemplo do presidenciável Henrique Meirelles (do MDB), que investiu R\$ 54 milhões em sua candidatura.

Embora seja inegável que houve significativos avanços em relação à contenção do abuso do poder econômico, o caminho para a igualdade de oportunidades nas disputas eleitorais, quando tratamos de acesso a recursos financeiros, é longo e tortuoso, principalmente em decorrência da vontade dos “senhores” partidários, que definem quais candidaturas receberão mais investimentos, pela possibilidade de candidatos se autofinanciarem e receberem investi-

mentos de pessoas físicas e, sobretudo, pela ausência de mecanismos mais eficazes de combate a fraudes, aos financiamentos ilícitos por empresas que, mesmo após tantas denúncias da Operação Lava Jato, insistem em interferir no jogo eleitoral, inclusive financiando a disseminação de notícias falsas, como suspeitam denúncias pós-eleitorais não apuradas pela Justiça.

Isoladamente, o montante financeiro dificilmente será responsável pelo êxito eleitoral de um candidato, mas a ausência dele dificilmente levará um candidato ao topo do pódio. Pela forma de distribuição dos recursos públicos, concluímos que àqueles partidos que já têm muito poder, com as maiores bancadas no Congresso Nacional, são os que mais se beneficiam com a possibilidade de manutenção nos assentos. Isso, em parte, explica a perpetuação de bancadas expressivas de partidos tradicionais que alimentam os herdeiros da elite política brasileira.

2.3 Mídias

O suposto declínio da influência das mídias eletrônicas é apontado nas análises políticas como uma novidade do pleito de 2018. Decerto, principalmente para as populações mais jovens, as mídias tradicionais já não ocupam uma centralidade quando tratamos da formação de opinião. As gerações que nasceram ou cresceram no mundo da internet utilizam os *smartphones* como uma extensão do próprio corpo, foram forjadas no formato das redes sociais, das plataformas interativas. O formato anacrônico apresentado pelo

HGPE não consegue alcançar essa audiência “líquida”, para utilizar uma expressão do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001).

Em uma análise superficial, podemos verificar que o candidato que dispôs de maior tempo de exposição no HGPE, em 2018, não conseguiu resultados expressivos e, talvez, podemos inferir que a mídia tradicional já não apresenta o protagonismo que exerceu nas eleições de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Nestas, os principais candidatos eram exatamente aqueles que possuíam maior tempo de propaganda de rádio e de televisão.

Em 2018, Geraldo Alckmin, candidato com o maior tempo de exposição em virtude da mais ampla coligação partidária, encerrou sua participação no primeiro turno, em quarto lugar na disputa, com 4,76% dos votos válidos. Henrique Meirelles, terceiro candidato com maior tempo, amargou a 7ª posição, com 1,20% dos votos válidos. Enquanto isso, o vencedor do pleito, Jair Bolsonaro, contava com 8 segundos de propaganda e 11 inserções durante o primeiro turno.

Quadro 2

Tempo de propaganda no rádio e na televisão (1º turno)

Candidatos	Horário gratuito de propaganda eleitoral	Inserções
Geraldo Alckmin, coligação “Para Unir o Brasil” (PRB, PP, PTB, PR, PPS, DEM, PSDB, PSD e SD) ³	5’32”	434

3 Legenda: PRB = Partido Republicano Brasileiro; PP = Progressistas;

Haddad, coligação “O Povo Feliz de Novo” (PT, PCdoB e PROS)	2’23”	189
Henrique Meirelles, coligação “Essa é a Solução” (MDB e PHS)	1’55”	151
Álvaro Dias, coligação “Mudança de Verdade” (PODE, PSC, PTC e PRP)	40”	53
Ciro Gomes, coligação “Brasil Soberano” (PDT e AVANTE)	38”	51
Marina Silva, coligação “Unidos para Transformar o Brasil” (REDE e PV)	21”	29
Guilherme Boulos, coligação “Vamos Sem Medo de Mudar o Brasil” (PSOL e PCB)	13”	17
José Maria Eymael (DC)	8”	12
Cabo Daciolo (PATRI)	8”	11
Jair Bolsonaro, coligação “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos” (PSL e PRTB)	8”	11
João Amoêdo (NOVO)	5”	8
Vera Lúcia (PSTU)	5”	7

PTB = Partido Trabalhista Brasileiro; PR = Partido da República; PPS = Partido Popular Socialista; DEM = Democratas; PSDB = Partido da Social Democracia Brasileira; PSD = Partido Social Democrático; SD = Solidariedade; PT = Partido dos Trabalhadores; PCdoB = Partido Comunista do Brasil; PROS = Partido Republicano da Ordem Social; MDB = Movimento Democrático Brasileiro; PHS = Partido Humanista da Solidariedade; PODE = Podemos; PSC = Partido Social Cristão; PTC = Partido Trabalhista Cristão; PRP = Partido Republicano Progressista; PDT = Partido Democrático Trabalhista; AVANTE = Avante; REDE = Rede Sustentabilidade; PV = Partido Verde; PSOL = Partido Socialismo e Liberdade; PCB = Partido Comunista Brasileiro; DC = Democracia Cristã; PATRI = Patriota; PSL = Partido Social Liberal; PRTB = Partido Renovador Trabalhista Brasileiro; NOVO = Partido Novo; PSTU = Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado; PPL = Partido Pátria Livre.

João Goulart Filho (PPL)	5”	7
--------------------------	----	---

Fonte: Último Segundo (2018).

Entretanto, não podemos desconsiderar que a mídia tradicional ainda é referência para uma parcela significativa do eleitorado, que nasceu e cresceu em um contexto diverso daquele das redes sociais e ainda encontra sentido tanto no HGPE como, e principalmente, na cobertura jornalística dos veículos das mídias tradicionais, como o rádio e a TV. Nesse sentido, o episódio do atentado contra o candidato do PSL, Jair Bolsonaro, retirou-o dos debates e da campanha de rua, mas o colocou definitivamente na centralidade da cobertura jornalística durante o período que antecedeu a votação. Além disso, as principais empresas de comunicação, que disponibilizam seus conteúdos em diversas plataformas, também têm seus sócios digitais, responsáveis por informar os diversos públicos, das antigas e das novas gerações. Assim, “a clonagem digital dos mais importantes meios de massa já é extremamente extensa no que diz respeito ao jornalismo impresso e é progressiva no que tange ao jornalismo de televisão e ao [radiojornalismo]” (DAHLGREN, 2001 *apud* GOMES; MAIA, 2008, p. 319). O conteúdo produzido para TV, para rádio ou para mídias impressas também acaba por alimentar *sites* de informação consumidos pelos diversos públicos.

Em relação às mídias digitais, elas ajudaram sobremaneira. Inicialmente com a disseminação de ideias que estavam adormecidas em um período mar-

cadamente incorporador de parcelas marginalizadas da sociedade brasileira. Nos últimos anos, vimos crescer a demanda por cidadania de grupos tradicionalmente marginalizados, como homossexuais, mulheres, índios, negros, entre outros. O movimento que produziu mudanças encontrou nas redes sociais a resistência para frear os avanços com a proliferação de perfis defensores da estática social. Inclua-se na lista de “influenciadores digitais” o então deputado Jair Bolsonaro, que, por meio de linguagem simples, conseguiu fazer uso da internet para amplificar o discurso de manutenção da estática social, além de construir uma retórica moralizante “nos costumes”. O então deputado elegeu a corrupção como o centro dos problemas brasileiros e atribuiu a um partido político, e aos seus principais quadros, a origem do problema. Estava assim definido o inimigo: de um lado o PT e seus filiados mais ilustres, apresentados como os larápios da nação, e do outro lado o “messias”, alguém que, herdeiro da disciplina militar, defensor da moral, dos bons costumes e de um Estado que não “atrapalha” a economia, poderia salvar o povo brasileiro.

A massificação na venda dos *smartphones*, aliada à posterior política de popularização de mensagens via planos de telefonia, que incluem o *WhatsApp*, gratuito, as mensagens rapidamente chegaram a parcelas mais significativas da sociedade, inclusive populações de baixa renda e grupos que foram denominados “nova classe média” nos governos de Lula.

De acordo com um relatório da *startup* Opinion Box e do portal Mobile Time, a ferramenta [era] usada [em março de 2016] diariamente por 89% dos usuários de *smartphones* no país. Desse total, 96% são considerados usuários ativos mensais (CANALTECH, 2016).

Os discursos conservadores, aliados a notícias produzidas, acabaram por fazer com que a insatisfação latente com os avanços nas áreas sociais e o descontentamento com os rumos da economia se tornassem manifestos na campanha de 2018. Nesse ano, 98% dos usuários brasileiros de *smartphones* usavam o *WhatsApp* diariamente (BUCHER, 2019).

2.4 Informação política

Indispensável para a participação política, sem dúvida, a informação acerca do campo político consegue municiar o eleitor para que ele, ao escolher o candidato, aproxime-se de seu ideal de sociedade. Para os muitos entusiastas da internet, hoje, os indivíduos podem contar com uma ferramenta útil para gerar informação de qualidade, plural, interativa e, além de tudo isso, que permite a visibilidade de grupos excluídos e marginalizados da cena política tradicional.

Se tudo isso for verdade, também podemos considerar que a fartura de conteúdo disponível na internet provoca dificuldades para diferenciar o que é notícia de qualidade, apurada e analisada, das notícias distorcidas, falsas, injuriosas e que objeti-

vam influenciar a formação da opinião de públicos que dispõem de fontes duvidosas de informação. Ou seja, apesar de ser crescente o número de usuários de aplicativos que disseminam informações, o baixo nível de discernimento pode provocar a assimilação de notícias de qualidade questionável. Entretanto, e na hipótese de um público mais homogêneo sob a perspectiva do capital cultural e educacional, a internet seria suficiente para gerar uma participação política mais qualificada?

Ainda assim, o limite estaria no interesse do público no campo político. De nada adianta, por exemplo, a construção de enquadramentos interpretativos plurais se há uma cultura política de negação da política.

Os últimos resultados eleitorais demonstram uma crescente apatia do eleitor em relação ao modelo representativo. Considerando indicadores os números de votos brancos, nulos e abstenções, concluímos que a representação é cada vez mais menos representativa do povo. Tal descontentamento se tornou ainda mais perceptível em 2018. A quantidade de votos brancos, nulos e abstenções só foi menor do que a de 1998, quando o país enfrentava uma grave crise econômica e a diminuição da atividade estatal, em um projeto de desregulamentação que foi denominado “neoliberalismo”.

Quadro 3

Votos brancos, nulos e abstenções no segundo turno das eleições presidenciais de 1998 a 2018

Eleição	Branco	Nulos	Abstenções
2018	2.486.593 (2,14%)	8.608.105 (7,43%)	31.371.704 (21,30%)
2014	1.921.819 (1,71%)	5.219.787 (4,63%)	30.137.479 (21,10%)
2010	2.452.597 (2,30%)	4.689.428 (4,40%)	29.197.152 (21,5%)
2006	1.351.448 (1,32%)	4.808.553 (4,71%)	23.914.714 (18,99%)
2002	1.727.760 (1,88%)	3.772.138 (4,12%)	23.589.188 (25,74%)
1998*	6.688.403 (8,03%)	8.886.895 (10,67%)	22.773.983 (21,49%)

* Em 1998, Fernando Henrique Cardoso venceu a disputa no 1º turno.
Fonte: Elaborado pela autora.

Decerto, há maior dificuldade para analisar o número de abstenções, porque estas podem ocorrer por razões diversas, como a não transferência do título eleitoral e a não obrigatoriedade do voto para alguns eleitores, além de problemas pessoais e tantos outros.

Entretanto, os votos brancos e nulos demonstram claramente a insatisfação ou a incompreensão em relação ao modelo, já que o eleitor despendeu esforços para ir até o local de votação em um domingo e não optou por nenhum dos postulantes à Presidência da República.

Esse descontentamento tem sido apontado, inclusive, como um dos elementos da crescente “onda conservadora” que tem sido observada e analisada em diversos países do mundo. A opção pelo radicalismo também pode ser entendida como forma de expressar a insatisfação com o modelo vigente.

3. Conclusão

O esforço desta rápida análise das eleições presidenciais de 2018 consistiu em elencar alguns dos principais temas debatidos durante o período.

Assim, vimos, primeiro, que esse pleito foi marcado pela fragmentação do sistema partidário, resultado de uma intensa campanha negativa contra os principais partidos e seus quadros mais significativos, mas também da incapacidade das forças políticas de apresentar uma opção democrática para a crise de confiança que se instalara.

Em segundo lugar, o embate na corrida presidencial de 2018 marcou a vigência de novas regras para o financiamento das campanhas, com a proibição das doações empresariais e a utilização do fundo especial de financiamento de campanha. A esse respeito, pode-se dizer que ainda faltam critérios para uma distribuição mais equilibrada dos recursos, permitindo a participação mais igualitária dos partidos, faltam regras transparentes para que os partidos procedam à distribuição dos recursos entre seus candidatos, assim como faltam mecanismos eficazes de controle

para evitar as fraudes do processo, como o repasse de recursos para falsas candidaturas.

E, em terceiro lugar, vimos que, embora o candidato vitorioso tenha gozado de pouco espaço no HGPE, ele ganhou centralidade na cobertura jornalística da campanha, em virtude do episódio do atentado sofrido em campanha de rua. Além disso, a utilização eficiente das redes sociais colocou Jair Bolsonaro na posição do antipetista, do antilulista, ou seja, do anticorrupção e, também, do defensor da moral e da economia liberal, principais bandeiras de sua campanha.

Embora haja uma grande quantidade de informações disponíveis na internet, muito do que circula é produzido com o objetivo de manipular e confundir o eleitor, que demonstra um crescente desinteresse pelo modelo representativo. Portanto, mesmo que as informações sempre apresentem altos níveis de confiabilidade, a cultura política de negação da política não gera motivação para checar as fontes, comparar informações e discutir conceitos e programas.

Concluimos que, a despeito do que as eleições de 2018 produziram de mudanças na forma como os indivíduos chegam aos cargos eletivos, o modelo representativo parece solapar o ideal democrático pelo desencantamento dos indivíduos em relação às instituições políticas, pela proliferação acentuada de notícias que distorcem e criam fatos, pela desigual possibilidade de participação no jogo eleitoral e, ainda, pela incapacidade dos partidos políticos

oferecerem alternativas democráticas para as crises de representatividade.

Tais crises da representatividade estão devidamente contempladas na vasta literatura sobre os desafios da democracia. Entretanto, com os recentes episódios políticos e eleitorais, seja no Brasil ou em outros países - como as eleições dos Estados Unidos da América (EUA) e a saída do Reino Unido da União Europeia (*British Exit* [Brexit]) -, urge a necessidade de pensar modelos alternativos que possibilitem enriquecer a democracia e afastar a tentação de propostas autoritárias para a resolução dos déficits democráticos.

REFERÊNCIAS

APOSTOLIDÈS, J. M. **O rei máquina**. Brasília, DF: Ed UnB, 1993.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUCHER, B. 98% dos usuários brasileiros de *smartphones* usam o *WhatsApp* diariamente. 2019. Disponível em: <https://www.messengerpeople.com/pt-br/whatsapp-no-brasil/>. Acesso em: 9 mar. 2019.

BURKE, P.; BRIGGS, A. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CANALTECH. Estudo: 89% dos brasileiros usam *WhatsApp*; telegrama cresce e SMS segue em queda. 2016. Disponível em: <https://canaltech.com.br/apps/estudo-89-dos-brasileiros-usam-whatsapp-telegram-cresce-e-sms-segue-em-queda-60365/>. Acesso em: 9 mar. 2019.

FUNDO Partidário. TSE. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario-1/fundo-partidario>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

JUNCKES, I. J. *et al.* Poder e democracia: uma análise da rede de financiamento eleitoral em 2014 no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 1-22, 2019.

SCHWARTZENBERG, R. G. **O Estado espetáculo: ensaio sobre e contra o *star system* em política**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

ÚLTIMO SEGUNDO. TSE divulga quanto tempo cada candidato à presidência deve ter na TV. 2018. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-08-23/horario-eleitoral-2018.html>. Acesso em: 6 abr. 2019.

UNIVERSO ONLINE - UOL. Veja quanto cada partido vai receber do fundo eleitoral; PT e MDB lideram. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/06/15/veja-quanto-cada-partido-vai-receber-do-fundo-eleitoral.htm>. Acesso em: 6 abr. 2019.

7

Conservadorismo e ressentimento: duas fontes do antipetismo

Jakson Alves de Aquino¹

INTRODUÇÃO

A preferência partidária no Brasil é baixa e, em parte, isso se deve ao elevado número de partidos criados sem consistência ideológica e com objetivo principal de aumentar as chances eleitorais de políticos insatisfeitos no partido em que se encontram. Sem uma ideologia clara, os partidos pouco facilitam a tarefa de escolha de candidatos por parte dos eleitores.

O Partido dos Trabalhadores (PT), possivelmente por ter uma ideologia de esquerda mais bem delineada

1 Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (1997), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2000) e doutorado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008).

e cultivada na fala de seus integrantes e, ainda, por não ser uma esquerda radical, situando-se próximo ao centro do espectro ideológico, nas últimas décadas, tem sido o partido que sustenta as maiores taxas de preferência entre os eleitores. Porém, atualmente, o PT é, também, o partido mais rejeitado pelo eleitorado. Estou considerando antipetistas aqueles eleitores que rejeitam o PT, independente de terem ou não preferência por algum outro partido.

Avaliar de modo negativo um partido é qualitativamente diferente de não ter preferência por ele (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016). Quando apenas não tem preferência por um partido, o eleitor pode, eventualmente, votar no partido, por exemplo, no segundo turno. Quando a rejeição é particularmente intensa, a tendência do eleitor é escolher qualquer partido que não seja o rejeitado.

Nas próximas seções deste capítulo, faço uma breve revisão da literatura sobre como o antagonismo entre PT e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se converteu em antipetismo, caracterizo o antipetismo em dois tipos e trago evidências dos dados do Barômetro das Américas, de 2017, para testar algumas das hipóteses apresentadas².

1. Do antagonismo entre PT e PSDB ao antipetismo

O antipetismo tem origem no antagonismo entre PT e PSDB nas disputas pela Presidência da República.

O PT foi fundado em 1980, como resultado dos movimentos sindicais dos grandes centros urbanos que lutavam contra o arrocho salarial do final da ditadura militar e dos movimentos sociais ligados à Igreja Católica que lutavam por uma sociedade mais justa, com o apoio de diversos intelectuais de esquerda (TERRON; SOARES, 2010; FREITAS, 2018). Originalmente um partido de massas que se apresentava como oposição aos partidos representantes da burguesia, o PT foi, progressivamente, tornando-se mais pragmático e fazendo alianças com partidos de centro e de direita (FREITAS, 2018).

O PSDB surgiu como uma dissidência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com um discurso social democrata. Na eleição presidencial de 1989, o candidato do PSDB, Mário Covas, ficou em quarto lugar no primeiro turno, com apenas 11,5% dos votos válidos. Os candidatos protagonistas nessa eleição foram Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola. Nesse período, havia uma relativa proximidade entre os parlamentares do PT e os do PSDB (FREITAS, 2018). Entretanto, o PSDB nunca esteve ideologicamente à esquerda do PMDB. Pelo contrário, logo se aliou com o Partido da Frente Liberal (PFL) e sempre defendeu políticas como a privatização de estatais e a redução do tamanho do Estado, o que leva alguns autores a interpretar que a verdadeira motivação para a criação do novo partido foi a falta de espaço sentida por alguns políticos no interior do PMDB (FREITAS, 2018).

Na campanha eleitoral de 1994, segundo Freitas (2018), o Plano Real foi o único tema sobre o qual houve claro antagonismo entre PT e PSDB. Esse teria sido o primeiro momento de antagonismo entre os dois partidos. No discurso do PSDB, o controle da inflação obtido pelo Plano Real seria duradouro e representaria uma melhora imediata das condições de vida da população mais pobre, que tinha parte de seus rendimentos corroída mensalmente pela elevada inflação. Com a inflação baixa, a previsibilidade da economia seria maior, criando um ambiente propício para o crescimento econômico, e os eleitores deveriam votar no PSDB para garantir a manutenção do Plano Real. O PT, por sua vez, tinha um discurso ambíguo. Por vezes, argumentava que o Plano Real não se sustentaria por muito tempo, sendo apenas uma estratégia eleitoreira, algo insuficiente para uma substancial melhoria das condições de vida da população brasileira. Entretanto, por vezes, o PT defendia ser necessário manter e aprimorar o Plano Real (FREITAS, 2018). Lula, inicialmente, estava à frente nas pesquisas, mas o controle efetivo da inflação obtido com o Plano Real garantiu a vitória de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994 (FREITAS, 2018).

Em 2002, Lula foi eleito com grande apoio da classe média e operária dos grandes centros urbanos, mas, em decorrência das políticas sociais, na eleição presidencial de 2006, sua votação já estava concentrada nos eleitores de baixa renda, baixa escolaridade e do interior do país (BORGES; VIDIGAL, 2018; OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018). Em 2006, os votos recebidos

por Lula como candidato à reeleição estiveram pouco correlacionados com os votos recebidos pelo PT para outros cargos. O Programa Bolsa Família melhorou a votação de Lula, mas não a dos demais candidatos do PT (TERRON; SOARES, 2010). Portanto, em 2006, ocorreu um realinhamento eleitoral e começou a se delinear o perfil do eleitor antipetista.

Nas eleições de 2010, ter sido beneficiário do Programa Bolsa Família não influenciou o voto quando essa variável era controlada por percepção de mobilidade social ascendente:

Ter votado em Lula nas eleições de 2006, identificar-se com o PT, avaliar positivamente o governo Lula e ter experimentado alguma forma de mobilidade social ascendente aumentam a probabilidade de votar em Dilma. Por outro lado, ser evangélico, partidário do PSDB e ser branco aumentam a probabilidade de votar em Serra. A renda não tem qualquer efeito, assim como a escolaridade (PEIXOTO; RENNÓ, 2011, p. 319).

Na interpretação de Peixoto e Rennó (2011), esses resultados significam que a classe social não foi relevante na definição do voto dos eleitores em 2010. Uma forma alternativa de interpretar os resultados é que a percepção de mobilidade social ascendente seria o mecanismo específico pelo qual a classe social se mostrou relevante, pois essa visão foi maior entre os membros das classes sociais mais baixas.

Utilizando dados do Estudo de Painel Eleitoral Brasileiro, que aplicou questionários a uma mesma amostra de eleitores em três momentos - abril, se-

tembro e novembro de 2010 -, Rennó e Ames (2014) concluíram que o Programa Bolsa Família e a avaliação positiva do governo Lula contribuíram para a eleição de Dilma Rousseff e que a percepção de corrupção foi um obstáculo importante para sua eleição.

Vale observar que já em 2010 se percebiam os primeiros sinais de que a estratégia de tentar enfraquecer o PT com o discurso de combate à corrupção também atingia o PSDB, pois os antipetistas eram significativamente propensos a não votar no PSDB (BORGES; VIDIGAL, 2018). O antipetismo, portanto, não estava resultando em preferência eleitoral pelo partido que na época era o principal antagonista do PT. Em 2006 e em 2014, devido à intensidade das denúncias de corrupção envolvendo os dirigentes do PT, a preferência manifestada pelos brasileiros por algum partido político foi menor do que em 2002 e em 2010: a preferência pelo PT caiu nesses anos e nenhum outro partido se beneficiou consideravelmente dessa queda (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016; OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018).

Tipicamente, o eleitor brasileiro mediano considera que o mau andamento da economia se deve ao excesso de desvio de verbas por políticos, sendo, portanto, especialmente sensível a denúncias de corrupção em períodos de baixo crescimento econômico e aumento do desemprego. Nessas circunstâncias, a insistente apresentação de casos de corrupção nos meios de comunicação de massa tem contribuído para os cidadãos verem o sistema político como “o

reino da falsificação e do prebendalismo” (TELLES, 2016, p. 113).

As atitudes de lideranças do PSDB após as eleições de 2014 também contribuíram para aumentar a desconfiança dos cidadãos em relação ao sistema político. Em entrevista, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) admitiu que seu partido cometeu erros graves após as eleições: questionou os resultados eleitorais mesmo sabendo que a urna eletrônica é segura, votou no Congresso Nacional contra princípios econômicos básicos do próprio partido para prejudicar o governo de Dilma e integrou o governo de Michel Temer³.

Telles (2016, p. 115) já alertava que a frustração dos cidadãos com os partidos políticos representava considerável risco de vitória eleitoral de uma liderança populista:

O antipartidarismo reativo e o desagrado com o funcionamento das instituições podem motivar o surgimento de políticos *outsiders*, que são candidatos com estilos e discursos antipartidários, que aspiram à presidência e que participam nas eleições sem o apoio de um importante partido nacional em que tenham desenvolvido suas carreiras políticas fora dos tradicionais canais partidários.

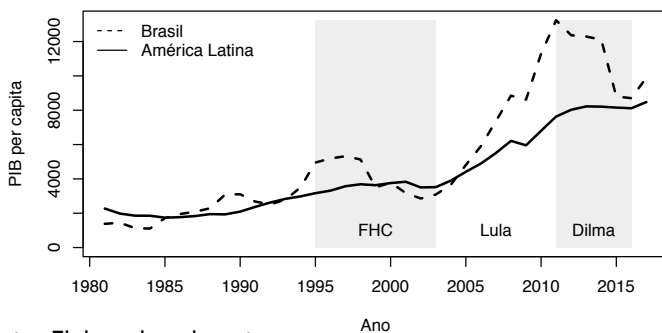
Em 2016, o sentimento antipetista criou condições favoráveis para o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e, em 2018, o antipetismo teve sua maior vitória: a derrota do PT na eleição presidencial.

2. Corrupção e crescimento econômico

Ainda hoje, simpatizantes do PSDB frequentemente argumentam que Lula se limitou a manter a política econômica de FHC e que os bons resultados que Lula obteve na economia se devem à sorte de governar em um período de aumento do preço das *commodities*.

Considerando a semelhança entre a economia brasileira e a dos demais países da América Latina, se Lula tiver sido apenas um presidente com sorte, o crescimento da economia brasileira em seu governo não deveria ser maior do que o dos demais países latino-americanos. Para verificar se foi isso o que ocorreu, utilizei dados do Fundo Monetário Internacional - *World Economic Outlook* (FMI, 2018) - para produzir um gráfico comparando o crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita* do Brasil com o do restante da América Latina⁴.

Figura 1. Comparação do PIB *per capita*: Brasil x América Latina.



Fonte: Elaborada pelo autor.

O que se percebe na Figura 1 é:

- O crescimento do PIB no segundo mandato de FHC foi menor do que o da América Latina. Pior do que isso, ao final de seu segundo mandato, o PIB *per capita* brasileiro estava abaixo da média dos demais países latino-americanos.
- O PIB *per capita* brasileiro cresceu mais do que a média do PIB per capita dos demais países latino-americanos nos mandatos de Lula.
- O crescimento do PIB *per capita* brasileiro em comparação ao da América Latina ocorrido nos mandatos de Lula foi quase totalmente revertido nos mandatos de Dilma.

Como, então, argumentar que FHC arrumou tão bem a economia do país se o Brasil cresceu menos do que a América Latina em seu segundo mandato? Como argumentar que Lula apenas deu continuidade à política econômica de FHC se somente Lula obteve continuamente crescimento econômico acima da média da América Latina durante os oito anos de seu governo? A provável resposta a esses questionamentos é que a política redistributiva implementada por Lula aumentou o poder de consumo dos trabalhadores, incrementando o mercado interno e, conseqüentemente, favorecendo o crescimento da economia.

A crença de que o PT destruiu a economia brasileira com sua corrupção não é consistente diante dos fatos narrados pelos próprios antipetistas: a economia

brasileira teve seu maior crescimento nas últimas décadas justamente quando o país era governado por Lula, acusado pelos antipetistas de comandar o maior esquema de corrupção da história brasileira. Se o ódio ao PT fosse motivado por corrupção, políticos flagrados com malas de dinheiro e com contas milionárias no exterior seriam os mais odiados do Brasil. Não é isso o que ocorre, portanto, não parece ser no discurso dos antipetistas que encontraremos algumas de suas verdadeiras motivações para odiarem o PT.

3. Conservadorismo e ressentimento

Entre os simpatizantes do PT há maior proporção de pessoas do sexo masculino e com baixa escolaridade e menor proporção de jovens (OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018). Os eleitores antipetistas são predominantemente brancos e apresentam escolaridade e renda acima da média brasileira (PAIVA; KRAUSE; LAMEIRÃO, 2016).

Por que brancos com escolaridade alta e renda acima da média tendem a ser antipetistas? E por que alguns brasileiros com baixa escolaridade, não brancos e com renda abaixo da média também são antipetistas?

Uma primeira hipótese é:

- Há pelo menos duas motivações distintas que alimentam o antipetismo: o conservadorismo nos costumes e o ressentimento pela perda de privilégios.

3.1 Conservadorismo

Apesar da grande participação da Igreja Católica na origem do PT, historicamente, esse partido tem assumido um posicionamento progressista em temas como aborto e diversidade de orientações sexuais. Assim, um tipo de eleitor antipetista é constituído por conservadores nos costumes, entre eles os evangélicos, que, desde as eleições de 2010, já apresentavam menor probabilidade de votar no PT (PEIXOTO; RENNÓ, 2011, p. 323).

Esta seria uma segunda hipótese:

- Entre os cidadãos com renda abaixo da média, que têm sido beneficiados pelas políticas sociais do PT, a principal fonte de rejeição ao partido seria o conservadorismo nos costumes.

Eis uma motivação menos problemática, porque alguns conservadores afirmam explicitamente que consideram o PT um partido contrário aos princípios do que eles consideram ser a família cristã.

3.2 O ressentimento e sua origem

Por ser o PT considerado de esquerda, originário do movimento sindical operário, espera-se que o eleitor antipetista tenha claro perfil ideológico de direita. Entretanto, não é isso o que ocorre.

Analisando dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), de 2014, Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) concluíram que petistas e antipetistas consideram

igualmente que a democracia é a melhor forma de governo (em qualquer circunstância). Ou seja, não há diferença significativa entre petistas e antipetistas quando perguntados de modo abstrato sobre democracia. Apesar do antipetismo ter sido gestado no antagonismo entre PT e PSDB, em 2014, boa parte dos antipetistas era neutra em relação ao PSDB (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016, p. 630) e também não havia diferença significativa entre petistas e antipetistas quanto a vários temas importantes:

Quando verificamos os correlatos atitudinais dos sentimentos partidários em relação a esses partidos, observa-se que o cenário de indiferenciação atitudinal, que vinha se afirmando desde 2002, continua crescendo em 2014 em relação às variáveis em análise (igualitarismo, estatismo, adesão à democracia e preferência pela democracia). Vale dizer, não há diferenças significativas entre as atitudes dos eleitores antipetistas (seja qual for sua avaliação referente ao PSDB) e as atitudes dos demais eleitores.

Samuels e Zucco (2018, p. 63), analisando dados do Estudo de Painel Eleitoral Brasileiro (EPEB), de 2014, perceberam que petistas e antipetistas manifestam a mesma opinião quando lhes são feitas perguntas abstratas sobre desigualdade e Borges e Vidigal (2018, p. 70) também encontraram pouca diferença ideológica entre petistas e antipetistas:

Curiosamente, em todos os anos, as médias dos antipetistas independentes são mais baixas do que as médias atribuídas aos tucanos. Isso quer dizer que o primeiro grupo adota posições mais à esquerda do que os eleitores simpatizantes do PSDB.

A divergência de opinião entre os dois grupos é, entretanto, significativa para várias políticas redistributivas implementadas pelos governos do PT, principalmente em relação ao Programa Bolsa Família e às políticas afirmativas (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016; TELLES, 2016; BORGES; VIDIGAL, 2018; SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Esta seria uma terceira hipótese:

- Entre os cidadãos brancos e com renda e escolaridade acima da média, a principal fonte de antipetismo seria a rejeição às políticas distributivas do PT.

Séculos de escravidão fomentaram na mentalidade do brasileiro típico a noção de que os brancos, descendentes de europeus, são superiores aos negros, descendentes de africanos. As vidas dos brancos são vistas como mais valiosas do que as dos negros, o que justificaria, em diversas circunstâncias, que os negros vivessem em função do bem-estar dos brancos. Um exemplo disso seria a existência de empregadas domésticas que, para garantirem o ócio da família branca, viviam praticamente sem direito a privacidade e proibidas de constituírem sua própria família. Entre os serviços prestados pelas empregadas domésticas, o mais importante pode ter sido, com seu servilismo e deferência, massagear de modo permanente o ego dos membros das famílias que serviam. A brutal desigualdade social no Brasil fazia com que os mais miseráveis, aqueles sem acesso ao mercado de trabalho

formal, não tivessem, na prática, qualquer poder de barganha e aceitassem trabalhar em troca do mínimo necessário à sobrevivência. Outro privilégio, de fato, da classe média branca era o acesso ao Ensino Superior, especialmente nas universidades públicas, que sempre foram as mais bem conceituadas. Esse contexto de privilégios levaria parte da população brasileira a se sentir superior:

Não se trata de intencionalidade. Nenhum brasileiro europeizado de classe média confessaria, em sua consciência, que considera seus compatriotas das classes baixas não europeizadas “subgente”. Grande parte dessas pessoas votam em partidos de esquerda e participam de campanhas contra a fome e coisas do gênero. A dimensão aqui é objetiva, subliminar, implícita e não transparente (SOUZA, 2004, p. 92).

Essa percepção que a elite tem da própria situação privilegiada como um direito natural à distinção já havia sido percebida por Reis (2000) ao analisar dados de um *survey* sobre cultura política da elite brasileira realizado em 1993-94 com 320 políticos, burocratas, líderes empresariais e líderes sindicais. Os entrevistados consideravam a baixa escolaridade dos brasileiros, a pobreza e a desigualdade social como problemas importantes a serem resolvidos. Eles eram favoráveis a investimentos em educação, mas eram contrários a políticas de redistribuição de renda e não pareciam se sentir responsáveis pela situação. Sua preocupação com a desigualdade social parecia ser mais reflexo de sensação de insegurança do que de empatia com os mais pobres:

Como explicar, então, que essas elites demonstrem grande sensibilidade aos problemas da pobreza e da desigualdade? Por que acreditaríamos que eles constituem problemas nacionais e ameaças à democracia? Outras respostas do survey sugerem com alguma clareza que a ameaça da desigualdade pesa sobretudo como uma ameaça à manutenção da ordem e da segurança pessoal (REIS, 2000, p. 149).

Scalon (2007, p. 132) aplicou um questionário a uma amostra de 2 mil brasileiros e, considerando elite os 10% dos entrevistados com renda mais elevada, percebeu que a “elite tendeu a conferir valores mais elevados para os salários das ocupações de maior prestígio, em comparação aos valores atribuídos a essas mesmas ocupações pelo povo”, o que é mais um indício da aceitação da desigualdade pela elite brasileira, apesar dos discursos em contrário.

O PT foi um dos responsáveis pela aprovação da lei que garantiu direitos trabalhistas às empregadas domésticas, pelo Programa Bolsa Família e pela instituição de uma política de cotas para garantir o ingresso de estudantes negros e provenientes de escolas públicas na universidade pública, além de várias outras políticas sociais implementadas entre 2003 e 2016. Tais políticas deram maior poder de barganha aos brasileiros mais pobres, incentivaram a permanência na escola dos filhos dessas pessoas e possibilitaram o ingresso de centenas de milhares de negros e pobres nas melhores universidades do país. O fato é que uma sociedade que há 5 séculos era organizada em função do bem-estar de sua elite

branca começava a dar passos tímidos em direção a uma configuração na qual todos os cidadãos seriam considerados igualmente valiosos. A situação da classe média branca brasileira piorou muito nos anos de governo do PT, não porque sua renda tenha caído (o que não ocorreu) ou porque o ingresso na universidade tenha se tornado mais difícil (o número de vagas nas universidades federais duplicou, o que compensa a política de cotas), mas porque uma enorme parcela da população brasileira começa a não se sentir inferior.

Portanto, uma quarta hipótese é:

- Eventos biográficos específicos são sentidos como perda de privilégios e levam o indivíduo a ter atitudes contrárias às políticas públicas que causaram esses eventos.

Em outras palavras, essa motivação do antipe-tismo seria *visceral* e não *racional*.

4. Dados e resultados

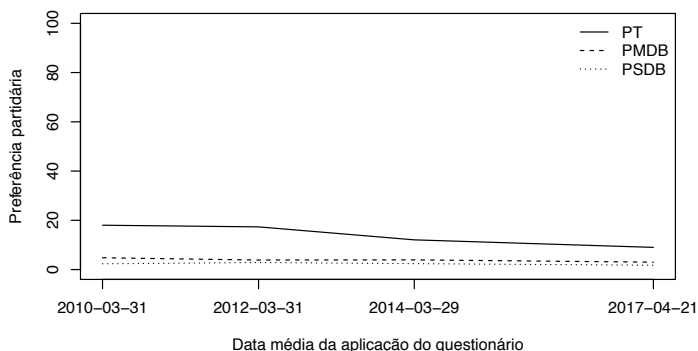
4.1 Preferência partidária de 2010 a 2017

Utilizo neste capítulo dados do Barômetro das Américas⁵ para testar as hipóteses apresentadas. Antes, porém, vejamos a evolução da preferência partidária manifestada pelos cidadãos brasileiros.

A preferência partidária sempre foi baixa no Brasil e caiu ainda mais no período de 2010 a 2017. A Figura 2 mostra o percentual de respondentes do Barômetro das Américas que à pergunta “com qual

partido o(a) sr(a). simpatiza?” responderam espontaneamente “PT”, “PMDB” ou “PSDB”. Nesse período, a preferência pelo PT passou de 18% para 9%; pelo PMDB, de 5% para 3%; e pelo PSDB permaneceu em 2%.

Figura 2. Preferência partidária no Brasil (2010-2017).



Fonte: Elaborada pelo autor.

Antipetista

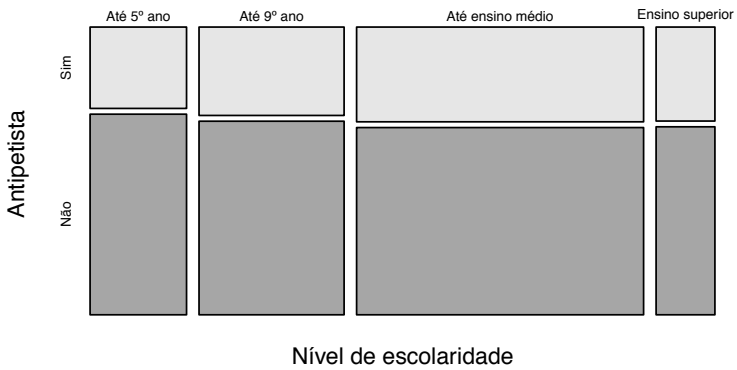
Para testar as hipóteses apresentadas se mostra necessária, em primeiro lugar, uma variável indicadora de atitude antipetista, e uma das perguntas do questionário do Barômetro das Américas, aplicado no Brasil em abril de 2017, pedia que o entrevistado atribuisse um valor de 1 a 10 a alguns grupos de pessoas, equivalendo 1 a “desgosto muito” e 10 a “gosto muito”. Um desses grupos era constituído por “petistas ou simpatizantes do PT” e, nesta pesquisa, considero “antipetistas” os 32% dos 1.532 respondentes que atribuíram valor 1 a esse grupo.

Em seguida, vemos o efeito de diversas variáveis sobre o antipetismo em um processo de busca de testes adequados para as hipóteses apresentadas.

4.3 Escolaridade

A escolaridade dos respondentes não se mostrou correlacionada com o antipetismo. Embora, como observamos na Figura 3, a proporção de antipetistas entre as pessoas com escolaridade alta seja levemente superior àquela entre as pessoas com escolaridade baixa, a diferença não é estatisticamente significativa ($p = 0,177$). Esse valor p resulta de uma análise de regressão logística, tendo o antipetismo como variável dependente e o nível de escolaridade (convertida em variável numérica) como variável independente. As estatísticas p relativas às figuras seguintes foram calculadas de modo semelhante. Por convenção, consideram-se estatisticamente significativas as correlações entre variáveis com $p < 0,05$. A Figura 3 é um gráfico mosaico, no qual a área dos retângulos é proporcional ao número de respondentes que têm as características indicadas nos rótulos dos eixos X e Y. A cores não têm qualquer significado e são usadas apenas para facilitar a visualização. Quando não há nenhuma correlação entre as variáveis, os espaços horizontais entre os retângulos são perfeitamente alinhados. O desalinhamento indica a existência de correlação.

Figura 3. Proporção de antipetistas segundo a escolaridade.

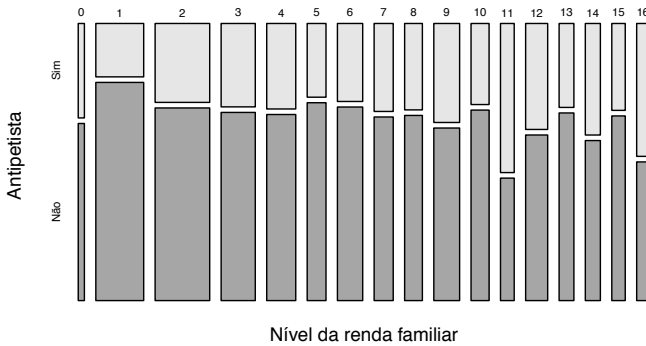


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.4 Renda

Os entrevistados foram perguntados sobre sua renda familiar e as respostas foram classificadas em 16 níveis de renda, sendo o primeiro nível “sem renda” e o último “acima de R\$ 6.700,00”. Como observamos na Figura 4, a renda se mostrou fortemente correlacionada com o antipetismo ($p = 0,000$).

Figura 4. Proporção de antipetistas segundo a renda familiar.

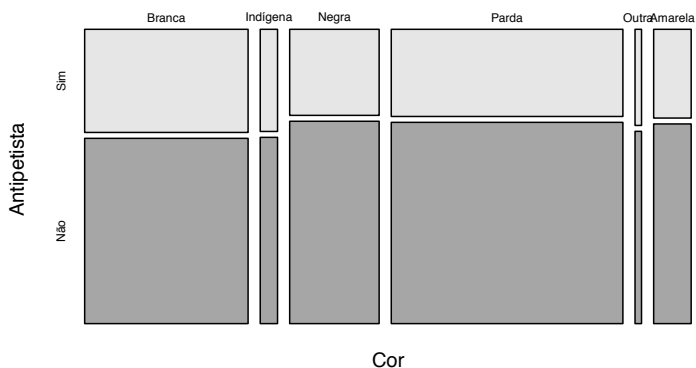


Fonte: Elaborada pelo autor.

Cor

A cor dos respondentes se mostrou fracamente correlacionada com o antipetismo. Apenas ser da cor parda, no limite, tem efeito estatisticamente significativo - $p = 0,054$ (Figura 5). Recodificando a variável cor em apenas 2 categorias, “branca” e “não branca”, a significância estatística se torna um pouco mais alta ($p = 0,048$).

Figura 5. Proporção de antipetistas segundo a cor.

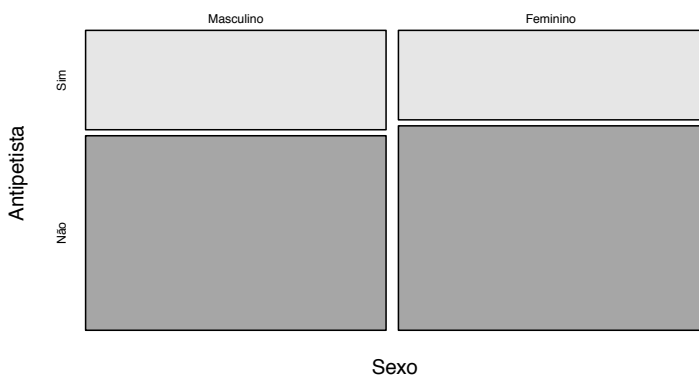


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.6 Sexo

O sexo dos respondentes não se mostrou estatisticamente significativo - $p = 0,157$ (Figura 6).

Figura 6. Proporção de antipetistas segundo o sexo.

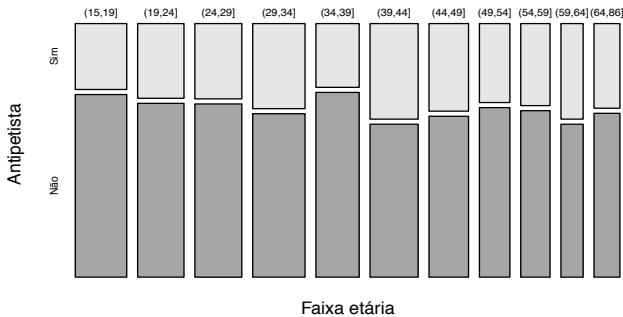


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.7 Idade

A idade do respondente tem correlação positiva com o antipetismo - $p = 0,040$ (Figura 7).

Figura 7. Proporção de antipetistas segundo a faixa etária.

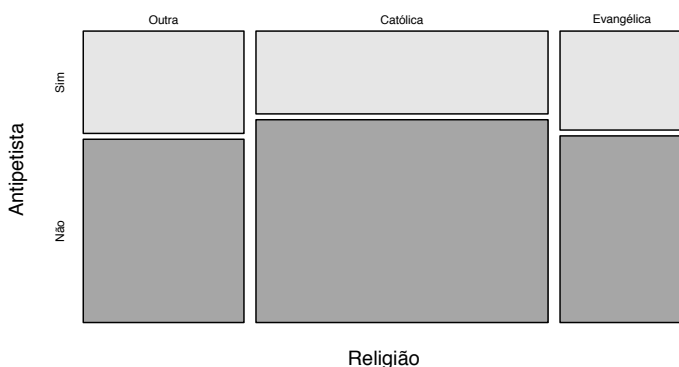


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.8 Religião e religiosidade

A religião do entrevistado tem efeito significativo sobre o antipetismo. Mais especificamente, ser católico diminui a probabilidade do entrevistado ser antipetista - $p = 0,015$ (Figura 8).

Figura 8. Proporção de antipetistas segundo a religião.

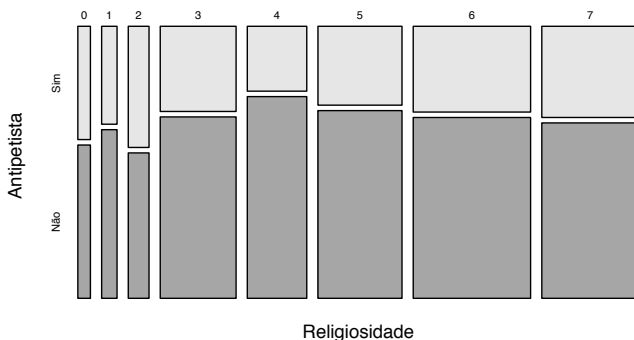


Fonte: Elaborada pelo autor.

Duas perguntas do Barômetro das Américas possibilitam calcular um “índice de religiosidade”: a) “com que frequência o(a) sr(a). vai a missa ou culto religioso?”; e b) “[você] poderia me dizer quão importante é a religião na sua vida?”.

A primeira pergunta tinha 5 opções de resposta, de “quase nunca” a “mais de uma vez por semana”; a segunda pergunta tinha 4 opções, de “nenhuma importância” a “muito importante”. O índice de religiosidade foi calculado atribuindo valores numéricos inteiros às respostas e somando-os. Como observamos na Figura 9, a relação entre o índice e o antipetismo não é linear. A partir do nível 3 de religiosidade há uma brusca alteração na proporção de antipetistas. Ou seja, o mais relevante é se o entrevistado é religioso ou não, sendo pouco relevante se tal religiosidade é intensa ou branda.

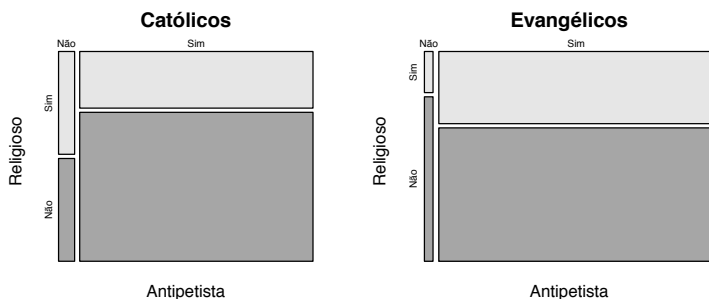
Figura 9. Proporção de antipetistas segundo o índice de religiosidade.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Porém, o mais interessante é observar o efeito da religiosidade quando em interação com a religião. Usando agora um indicador binário de religiosidade, considerando “não religiosos” os indivíduos com índice de religiosidade inferior a 3 e “religiosos” aqueles com índice igual ou maior do que 3, a Figura 10 mostra que, entre os católicos, aqueles que frequentam a Igreja e consideram Deus importante são menos antipetistas ($p = 0,001$), enquanto, entre os evangélicos os mais religiosos são mais antipetistas ($p = 0,334$). A correlação não é estatisticamente significativa para os evangélicos, talvez devido ao número muito pequeno de não religiosos entre eles.

Figura 10. Proporção de antipetistas segundo a religiosidade.



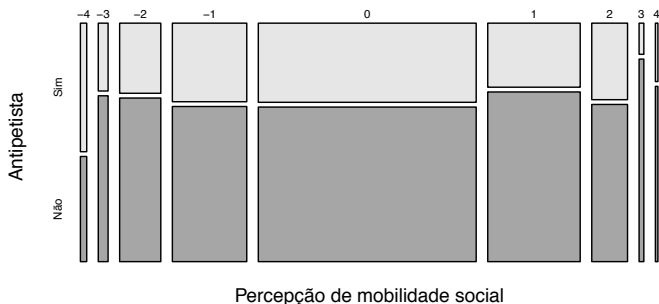
Fonte: Elaborada pelo autor.

4.9 Percepção de mobilidade social ascendente

Dois perguntas possibilitam avaliar a percepção do entrevistado da própria mobilidade social: a) “qual era a sua classe social há 8 anos?”; e b) “e, hoje, o(a) sr(a). se descreveria como pertencendo à classe...?”.

Tratando as duas variáveis como numéricas e subtraindo a primeira da segunda, obtém-se um valor numérico para a percepção da mobilidade social. Os valores positivos indicam percepção de mobilidade social ascendente e os negativos, descendente. Como observamos na Figura 11, o efeito da percepção da mobilidade social é ambíguo. Embora nos valores extremos o efeito seja o esperado, nos valores intermediários ele é o contrário do esperado, resultando em não significância estatística ($p = 0,127$).

Figura 11. Proporção de antipetistas segundo a percepção da mobilidade social.

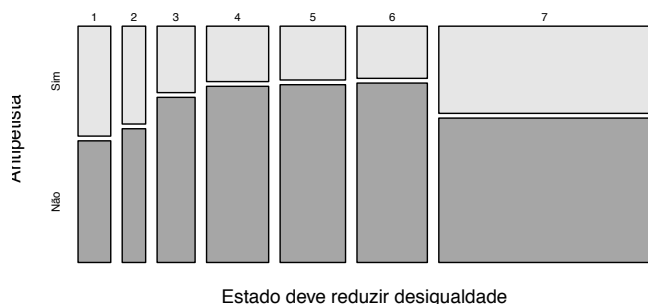


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.10 Apoio a políticas de redução da desigualdade social

Para avaliar o apoio a políticas de redução da desigualdade, utilizo as respostas à pergunta sobre até que ponto o entrevistado concordava com ou discordava da afirmação “o Estado brasileiro deve implementar políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres”. O entrevistado tinha de escolher um valor entre 1 (“discorda muito”) e 7 (“concorda muito”). Como observamos na Figura 12, o efeito do apoio a políticas de redução da desigualdade não é claro ($p = 0,848$). A proporção de antipetistas se reduz à medida que os respondentes são mais favoráveis a essas políticas, mas no nível máximo de apoio a proporção de antipetistas é uma das maiores.

Figura 12. Proporção de antipetistas segundo o nível de apoio a políticas igualitárias.

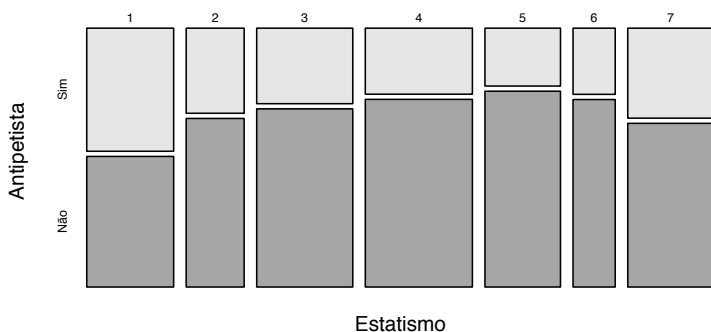


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.11 Estatismo

Aos entrevistados também foi solicitado que expressassem sua concordância com a frase “o Estado brasileiro, no lugar do setor privado, deveria ser dono das empresas e indústrias mais importantes do país”. O resultado foi semelhante ao obtido com a pergunta sobre o apoio a políticas de combate à desigualdade. A Figura 13 mostra que a proporção de antipetistas se reduz à medida que o estatismo aumenta, mas a proporção de antipetistas volta a crescer no nível máximo de antipetismo. Apesar disso, a correlação entre essas 2 variáveis é significativa ($p = 0,000$).

Figura 13. Proporção de antipetistas segundo o nível de estatismo.

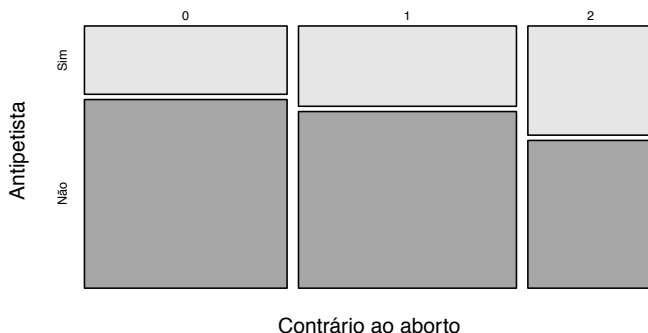


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.12 Aborto

O questionário do Barômetro das Américas aplicado no Brasil teve 2 questões sobre aborto: a) “o(a) sr(a). acredita que se justifica a interrupção da gravidez, ou seja, um aborto, quando a saúde da mãe está em perigo?”; e b) “em uma escala de 1 a 10, em que 1 equivale a ‘desgosta muito’ e 10 a ‘gosta muito’, que valor [você] atribui a pessoas que defendem a legalização do aborto?”. Usando essas duas variáveis e atribuindo 1 a quem tem atitude contrária à interrupção da gravidez em caso de risco à saúde da mãe e também a quem desgosta muito de quem defende a legalização do aborto, temos um “índice de oposição ao aborto” que varia de 0 a 2. A Figura 14 deixa claro que antipetistas são claramente mais contrários ao aborto do que não antipetistas ($p = 0,000$).

Figura 14. Proporção de antipetistas segundo o nível de oposição ao aborto.

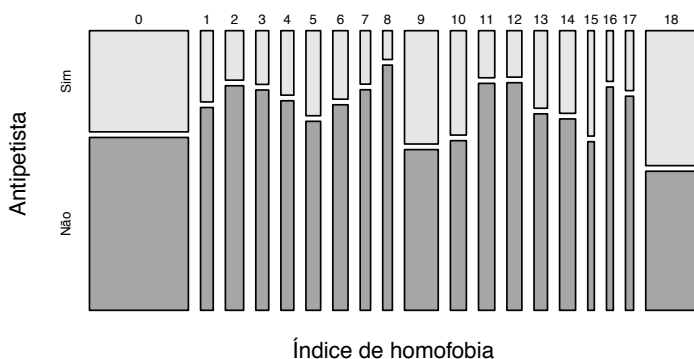


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.13 Homofobia

Dois questões sobre direitos de homossexuais possibilitam construir um “índice de homofobia”. Pediu-se aos entrevistados para escolherem valores de 1 (“desaprova fortemente”) a 10 (“aprova fortemente”) para 2 situações: a) “que os homossexuais possam se candidatar a cargos públicos”; e b) “que os homossexuais tenham o direito de se casar”. O “índice de homofobia” foi obtido pela soma dos valores invertidos e a Figura 15 mostra a relação entre esse índice e o antipetismo. O resultado não é claro: a correlação entre as 2 variáveis é positiva, mas fracamente significativa ($p = 0,048$) e os valores desse índice com maior proporção de antipetistas são os extremos e o intermediário. Isso pode estar relacionado com o fato de pessoas de baixa escolaridade terem dificuldade com escalas numéricas⁶.

Figura 15. Proporção de antipetistas segundo o índice de homofobia.

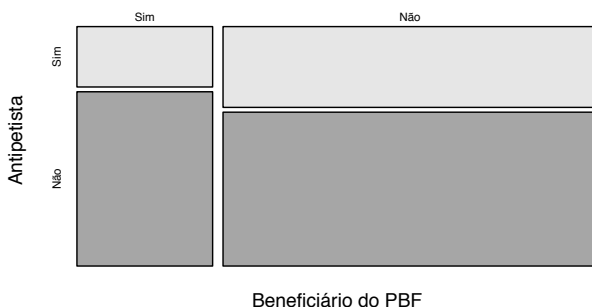


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.14 Programa Bolsa Família

O questionário continha duas perguntas sobre o Programa Bolsa Família: a) “o(a) sr(a). ou alguém em sua casa é beneficiário desse programa?”; e b) “o(a) sr(a). pensa que o governo deve ampliar a quantidade de famílias que recebem o Bolsa Família, manter como está, diminuir, ou acabar com [esse programa]?”. Dos respondentes, 27% afirmaram ser beneficiários desse programa. A Figura 16 mostra que a relação entre não receber o benefício e ser antipetista é significativa ($p = 0,001$).

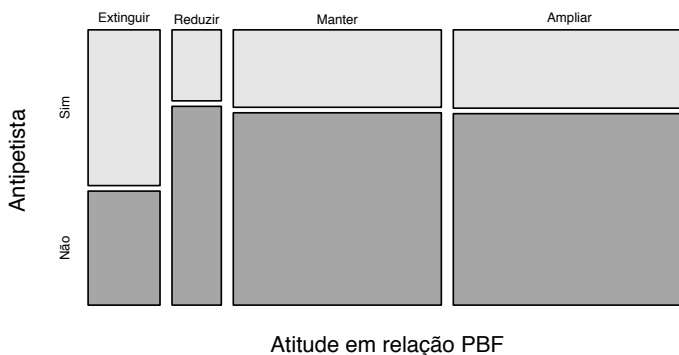
Figura 16. Proporção de antipetistas entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família.



Fonte: Elaborada pelo autor.

A Figura 17 mostra a associação existente entre atitude em relação ao Programa Bolsa Família e o antipetismo ($p = 0,000$). Claramente, essa relação não é linear. As atitudes de antipetistas e não antipetistas diverge claramente apenas em relação à necessidade de extinção desse programa.

Figura 17. Proporção de antipetistas segundo a atitude em relação ao Programa Bolsa Família.

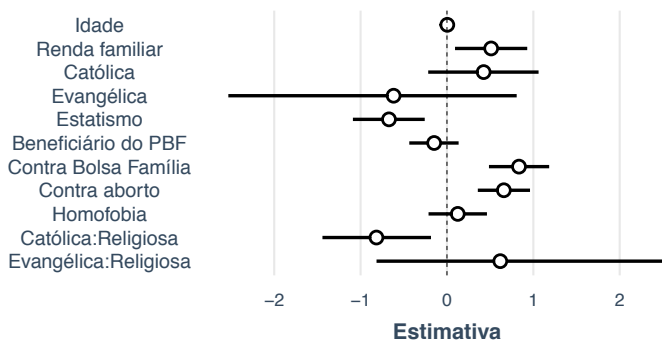


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.15 Regressões

Até aqui, verificamos a relação de diversas variáveis com o antipetismo, mas sempre isoladamente, sem uso de controles, o que se mostra insuficiente para avaliar o efeito de uma variável sobre outra em uma realidade complexa como a social. Para fazer estimativas dos efeitos das variáveis quando controladas umas pelas outras, vejamos os resultados de análises de regressão múltipla. A Figura 18 mostra o resultado de uma análise de regressão logística que tem o indicador do respondente ser antipetista como variável dependente. As variáveis independentes incluídas no modelo são as que se mostraram significativas nas análises anteriores. A religião foi adicionada em interação com a variável indicadora do respondente ser religioso ou não. Cada círculo indica o valor da estimativa do efeito de uma variável e a linha horizontal que corta o círculo representa o intervalo de confiança da estimativa, ou seja, o efeito de uma variável sobre o antipetismo é positivo se o círculo estiver à direita do eixo vertical e negativo se estiver à esquerda; o efeito é considerado estatisticamente significativo se a linha horizontal não cortar o eixo vertical.

Figura 18. Análise de regressão logística: antipetismo como variável dependente.



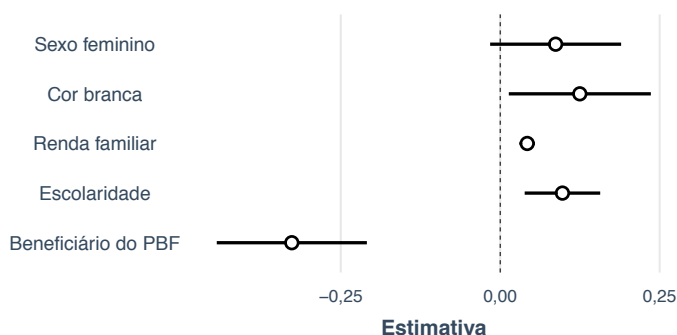
Fonte: Elaborada pelo autor.

A idade, a religião, a homofobia e até o fato de ser beneficiário(a) do Programa Bolsa Família não são variáveis com efeitos estatisticamente significativos quando controladas por outras variáveis. Ser contrário ao Programa Bolsa Família e ser contrário ao aborto foram as duas variáveis com efeito positivo sobre o antipetismo mais forte. A renda também teve efeito positivo e significativo, enquanto ser católico e religioso e ser favorável a um Estado maior tiveram efeitos negativos.

Entretanto, quais características sociodemográficas levam um entrevistado a ser contrário ao Programa Bolsa Família e ser contrário ao aborto? Como fica claro na Figura 19, os beneficiários do programa são fortemente favoráveis a ele, o que se evidencia pelo efeito negativo da variável sobre a atitude contrária ao Programa Bolsa Família. Além disso, a variável mais

inequivocamente correlacionada com uma atitude contrária ao Programa Bolsa Família, agora de modo positivo, é a renda (o erro padrão da estimativa é tão pequeno que sua linha ficou completamente sob o círculo), seguida da cor e da escolaridade. Pessoas de renda elevada, de cor branca e que cursaram o Ensino Superior são as mais contrárias ao programa.

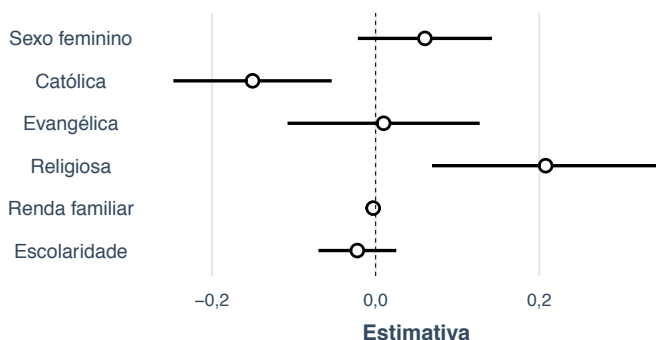
Figura 19. Análise de regressão logística: ser contrário ao Programa Bolsa Família como variável dependente.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Quanto à opinião contrária ao aborto, a única variável estatisticamente significativa foi a indicadora do entrevistado ser uma pessoa religiosa. As pessoas que mais frequentam a Igreja e aquelas que consideram Deus muito importante são as mais contrárias ao aborto (Figura 20).

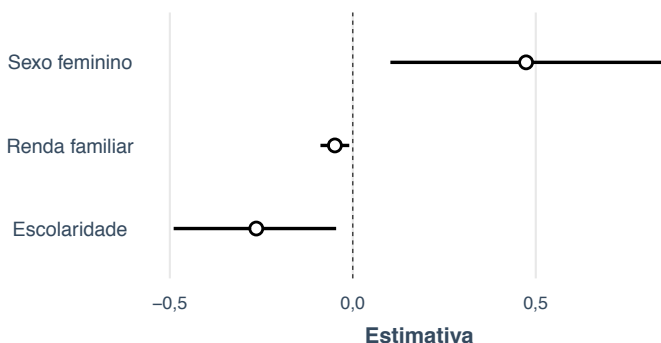
Figura 20. Análise de regressão logística: ser contrário ao aborto como variável dependente.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Por fim, para concluir nossa análise de dados, a Figura 21 mostra quais variáveis sociodemográficas explicam a religiosidade. Entre os entrevistados, as pessoas mais religiosas são as mulheres, as pessoas de escolaridade baixa e as pessoas de renda baixa.

Figura 21. Análise de regressão logística: ser religioso como variável dependente.



Fonte: Elaborada pelo autor.

4.16 Discussão dos resultados

A opinião contrária à manutenção do Programa Bolsa Família se mostrou a variável com efeito mais significativo sobre o antipetismo. Paralelamente, a opinião de que o Estado deve atuar para reduzir a desigualdade não se mostrou estatisticamente significativa por não ter relação suficientemente linear com o antipetismo. Ou seja, assim como na literatura revisada, os dados do Barômetro das Américas, de 2017, indicam que antipetistas e não antipetistas não são fundamentalmente diferentes quanto a atitudes abstratas sobre o valor da igualdade social, mas divergem profundamente quanto à manutenção de uma das principais políticas de redução das desigualdades implementadas pelos governos do PT. Minha hipótese explicativa para os antipetistas serem a favor da igualdade em termos abstratos e contrários a ela na prática é a de que tal inconsistência se origina em um ressentimento por perda de privilégios. O questionário do Barômetro das Américas não tem questões que possibilitariam avaliar diretamente a perda de privilégios (como deixar de ter empregada doméstica em casa ou ter perdido vaga na universidade pública devido à política de cotas). Mas as principais variáveis sociodemográficas explicativas da opinião contrária ao Programa Bolsa Família são a renda, a cor da pele e a escolaridade elevada. Ou seja, justamente as pessoas que em maior proporção perderam os privilégios mencionados são as mais contrárias ao Programa Bolsa Família. Em síntese, os resultados são consistentes

com a hipótese do ressentimento, embora o questionário não possibilite um teste robusto dessa hipótese.

O fato da segunda variável com efeito mais forte sobre o antipetismo ter sido a opinião contrária ao aborto serve como evidência direta de que o conservadorismo nos costumes é uma das fontes do antipetismo. Os resultados mostram, também, que esse conservadorismo está fortemente associado à religiosidade: os católicos e evangélicos que mais frequentam a Igreja e que mais consideram Deus importante em suas vidas são os mais conservadores.

Por fim, as pessoas mais religiosas são do sexo feminino e têm renda e escolaridade baixa, o que, além de ser consistente com a hipótese de que o conservadorismo é mais comum entre os mais pobres, talvez explique porque, como apontado na literatura, a preferência pelo PT é menor entre as mulheres.

Segue uma lista das hipóteses e dos resultados que as corroboram:

- Há pelo menos duas motivações distintas que alimentam o antipetismo: o ressentimento pela perda de privilégios e o conservadorismo nos costumes.
- Ser contrário ao Programa Bolsa Família e ser contrário ao aborto foram as duas variáveis com efeito mais significativo sobre o antipetismo.
- Entre os cidadãos com renda abaixo da média, que têm sido beneficiados pelas políticas sociais

do PT, a principal fonte de rejeição ao partido seria o conservadorismo nos costumes.

- As pessoas de baixa escolaridade e baixa renda são as mais religiosas e estas são as mais contrárias ao aborto.

- Entre os cidadãos brancos e com renda e escolaridade acima da média, a principal fonte de antipetismo seria a rejeição das políticas distributivas do PT.

- As pessoas brancas de renda alta e escolaridade altas são as mais contrárias ao Programa Bolsa Família.

- Eventos biográficos específicos são sentidos como perda de privilégios e levam o indivíduo a ter atitudes contrárias às políticas públicas que causaram esses eventos.

- Não foi possível testar essa hipótese diretamente, mas as pessoas brancas de renda alta são as que têm a maior probabilidade de ter tido e não ter mais empregada doméstica e de ter alguém na família que deixou de ingressar na universidade pública devido à política de cotas.

5. Conclusão

As evidências encontradas nesta pesquisa demonstram que entre as fontes do antipetismo estão o conservadorismo, medido pelo grau de oposição ao aborto, e uma oposição às políticas sociais im-

plementadas pelo PT, particularmente ao Programa Bolsa Família. As pessoas com maior conservadorismo são as mais religiosas, que, por sua vez, apresentam renda e escolaridade mais baixas. Portanto, o conservadorismo seria uma motivação importante para o antipetismo entre essas pessoas.

A literatura sobre antipetismo tem apontado o fato de que petistas e antipetistas não são significativamente diferentes quanto às opiniões que manifestam sobre democracia e mesmo sobre um ideal abstrato de igualdade. Entretanto, quando se trata de políticas redistributivas implementadas pelo PT no Governo Federal, as divergências são claras: petistas são favoráveis e antipetistas são contrários. A variável mais fortemente associada ao antipetismo é a atitude contrária ao Programa Bolsa Família por brancos de escolaridade e renda acima da média. Há vários indícios de que essa oposição ao Programa Bolsa Família se deve a um ressentimento por perda de privilégios decorrente de alguma(s) das políticas sociais implementadas pelos governos petistas. Conscientemente, essas pessoas proferem discursos favoráveis à redução da desigualdade social e a uma maior democratização do processo decisório no Brasil, mas, inconscientemente, prevalece o ódio ao partido que consideram culpado por sua perda de privilégios.

Para testar adequadamente a quarta hipótese, a de que o antipetismo da classe média branca é visceral e não racional, seria necessário correlacionar dados sobre eventos biográficos com o grau de antipetismo dos entrevistados. Minha hipótese é a de

que manifestarão sentimento significativamente mais antipetistas os indivíduos que perceberam redução de *status* com as políticas sociais do PT. Mais especificamente, espero encontrar valor mais elevado de antipetismo entre os respondentes que tiveram, mas já não têm mais, empregada doméstica em casa e aqueles que obtiveram ou conhecem alguém da família que obteve nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) superior à nota de corte para cotistas, mas abaixo da nota de corte dos não cotistas, e, conseqüentemente, falharam em sua tentativa de ingressar na universidade. Entretanto, desconheço pesquisa que tenha coletado os dois tipos de dados e, portanto, esse teste fica para um futuro estudo.

A classificação dos antipetistas apresentada neste capítulo não é completa. Não investiguei, por exemplo, o fato de alguns antipetistas manifestarem preferência por algum partido que não seja o PT (antipetistas ideológicos) ou, pelo contrário, rejeitarem todos os partidos (antipetistas antissistêmicos).

A análise dos dados também poderia ser mais completa e sofisticada. Por exemplo, poderiam ter sido usados termos de interação nas regressões, para tentar identificar as fontes de não linearidade nas relações de algumas variáveis com o antipetismo, e poderia ter sido desenvolvido um modelo de equações estruturais combinando todas as análises de regressão apresentadas.

REFERÊNCIAS

BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 53-89, 2018.

FMI - Fundo Monetário Internacional. World Economic Outlook database, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/download.aspx>. Acesso em: 25/09/2018.

FREITAS, F. C. O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 547-595, 2018.

LAPOP - Latin American Public Opinion Project. The AmericasBarometer. Banco de dados, 2007-2017. Disponível em www.LapopSurveys.org. Acesso em: 08/04/2019.

OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. A.; LAZARE, D. C. M. Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 267-295, 2018.

PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674, 2016.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 304-332, 2011.

REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 143-152, 2000.

RENNÓ, L.; AMES, B. PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 1-25, 2014.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 603-637, 2016.

SAMUELS, D. J.; ZUCCO, C. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans: voting behavior in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SCALON, C. Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 126-149, 2007.

SOUZA, J. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 79-96, 2004.

TELLES, H. A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 19, p. 97-125, 2016.

TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 310-337, 2010.

8

Interfaces entre antipetismo e bolsonarismo: uma análise da narrativa eleitoral no segundo turno da eleição presidencial de 2018

Monalisa Soares Lopes¹
Paulo Rodrigo Soares Lopes²

INTRODUÇÃO

A eleição presidencial de 2018 foi marcada por alta competitividade. Com 13 candidatos, esse pleito se pautou pelos desdobramentos da disputa política que se estruturou após o *impeachment* de Dilma Rousseff e o desenrolar da Operação Lava Jato. Entre os elementos mais expressivos que marcaram os discursos dos candidatos esteve a crítica ao Partido dos Trabalhadores (PT), que operou em muitos casos

1 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente do Departamento de Ciências Sociais da UFC. . Membro do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM).

2 Aluno de Doutorado em Sociologia na UFC. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

para a rejeição absoluta a esse partido, consolidando o sentimento de antipetismo. Por outro lado, considerando o êxito político na primeira década e meia deste século XXI e mobilizado pela narrativa de que o *impeachment* foi “um golpe para retirar os direitos do povo”, o PT demonstrou força política ao se tornar competitivo novamente na disputa eleitoral. No segundo turno das eleições, o candidato do PT, Fernando Haddad, foi derrotado por Jair Bolsonaro (do Partido Social Liberal [PSL]), que assumiu o papel de liderança representativa do sentimento antipetista na disputa de 2018. Considerando tal cenário, este capítulo tem por objetivo compreender como a campanha de Bolsonaro produziu uma narrativa antipetista para os programas veiculados no horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) do segundo turno.

Compreendemos as narrativas políticas na condição de sínteses expositivas de formas simbólicas que instituem representações sociais definidoras dos atores políticos e de seus projetos. O processo de produção de narrativas políticas é fortemente impactado pela midiaticização da esfera pública, caracterizada pelo fato do acesso às informações e opiniões sobre os acontecimentos políticos ocorrer, sobretudo, via meios de comunicação. Mais recentemente, além dos meios de comunicação tradicionais, também tem ocorrido o avanço das redes sociais como espaço de produção e veiculação de narrativas. Considerando os pressupostos teóricos indicados, para compreender as narrativas políticas, propomos uma metodologia que

se centra na análise da produção de *enquadramentos interpretativos* pelos agentes políticos.

Segundo Porto (2002, p. 15):

Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc. Estas interpretações são promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais etc.

O capítulo tem a seguinte estrutura, além desta introdução: a) apresentação da conjuntura política pós-*impeachment*, centrada na disputa de narrativas *impeachment* x golpe; b) delineamento dos principais aspectos do embate eleitoral de 2018; c) apresentação da narrativa antipetista no HGPE de Bolsonaro; e d) considerações finais.

1. *Impeachment* x golpe: a disputa política no interregno de 2016 a 2018

Nesta década, a história política brasileira tem sido marcada por capítulos emblemáticos. A começar pelas Jornadas de Junho de 2013, passando pelas eleições competitivas e polarizadas de 2014 até chegar ao mergulho em uma crise político-econômica com sinais claros em 2015. O primeiro semestre de 2016 apresentava a crônica de uma morte anunciada, com o desenrolar do processo de *impeachment* da presidente

Dilma Rousseff (do PT), acolhido pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (do Movimento Democrático Brasileiro [MDB])³.

Em meio a esse processo institucional, grupos da sociedade saíram às ruas bradando palavras de ordem. De um lado, manifestantes insatisfeitos com a gestão petista no Poder Executivo federal e elaboradores de um discurso mais alinhado ao léxico econômico liberal (racionalização da máquina pública, equilíbrio dos gastos etc.); do outro, segmentos societários apoiadores das experiências petistas no poder, com falas que buscavam reconhecer as conquistas sociais das últimas gestões presidenciais (políticas de cotas, Programa Universidade para Todos [PROUNI], Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior [FIES], ampliação das universidades públicas, Proposta de Emenda à Constituição [PEC] das Domésticas etc.). A clivagem entre os dois grupos, opositores e apoiadores do governo petista, delineou-se fortemente nos discursos políticos: direita x esquerda, ricos x pobres, conservadores x progressistas etc.

O processo de impedimento de Dilma Rousseff e as manifestações nas ruas contra o governo que, paulatinamente, levantavam a bandeira do *impeachment*, foram duas das faces do revés pelo qual passava a presidente e seu partido. Além dessas, outras

3 Em 2 de dezembro de 2015, o deputado e, à época, Presidente da Câmara Eduardo Cunha apreciou o requerimento formulado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior que solicitava a abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. A aprovação desse pedido de *impeachment* foi autorizado no mesmo dia em que a bancada do PT na Câmara dos Deputados sinalizou voto a favor da continuidade do processo de cassação de Cunha no Conselho de Ética da casa.

ofensivas foram sendo direcionadas à gestão petista na Presidência da República, como a Operação Lava Jato. Em um clima de vazamentos de conversas⁴, essa operação, sob a liderança do juiz federal Sérgio Moro, avançava com investigações implicando quadros relevantes do PT, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁵.

O cerco se fechou em torno de Dilma Rousseff e, em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados acolheu o prosseguimento do processo de *impeachment*. Em maio, a presidente foi afastada temporariamente do cargo, sendo definitivamente removida em agosto daquele ano.

Portanto, os desdobramentos do processo de impedimento de Dilma Rousseff definiram uma conjuntura propícia para a emergência de novas narrativas políticas em disputa. Delimitado como “ciclo político inclusivo cujas realizações deveriam ser aprimoradas e ampliadas pelos opositores, como em 2010, o lulismo passou a ser caracterizado como um projeto político corrupto, irresponsável e populista, em 2015” (LOPES, 2016. p. 296). A crise que se abateu sobre a hegemonia da narrativa lulista abriu flanco para a emergência de uma disputa simbólica, cuja mira estava voltada à eleição de 2018.

4 Em março de 2016, o juiz Sérgio Moro derrubou o sigilo e divulgou um grampo de ligações com conversas entre Lula e Dilma.

5 As conversas do ex-presidente Lula, entre elas a ligação com a então presidente Dilma, foram grampos documentados na 24ª fase da Operação Lava Jato. Além desse fato, ganhou destaque na mídia a condução coercitiva do ex-presidente Lula pela Política Federal (PF). Para mais informações ver Folha de S. Paulo (2016).

Podemos analisar a disputa política estruturada a partir de 2016 como um embate entre narrativas *impeachment* x golpe. Uma expressiva parte dela se deu pela reorganização dos grupos políticos no tabuleiro: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) compondo a direção do governo e o PT recolocado na condição de oposição. Tomando as discursividades produzidas por esses grupos, podemos identificar a tônica das narrativas. Expomos a seguir os aspectos centrais de cada uma delas.

O PSDB foi o elaborador mais expressivo da narrativa que buscava produzir a legitimidade do processo de impedimento. A narrativa do *impeachment* buscou demarcar sua legalidade e, sobretudo, produzir o sentido de que era necessário “virar aquela página [PT]” para que o Brasil voltasse a crescer, revivendo os tempos de bonança. O futuro só poderia ser melhor sem o PT no Poder Executivo federal.

Tomando materiais visuais produzidos pelo PSDB, em especial um jogo da memória chamado *Legado do PT* (Figura 1), observamos como a narrativa do *impeachment* buscava construir o entendimento de que a responsabilidade do país se encontrar nas condições em que estava em 2016 era fruto exclusivamente de dois elementos: a) a incompetência de Dilma Rousseff; e b) a corrupção do PT na Petrobras. A abertura desse jogo no *site* do PSDB afirmava que o governo petista foi marcado por escândalos de corrupção e incompetência - e o objetivo central era justamente atacar o “legado” que constitui o cerne da narrativa

lulista: que os governos de Lula (e Dilma) tinham inaugurado um novo momento no Brasil, um novo tempo marcado pela execução de um projeto político que promoveu a inclusão social como “nunca antes na história do país”.

Figura 1. Abertura do jogo da memória *Legado do PT*.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

A estratégia política do PSDB era clara: retomar seu lugar hegemônico e recompor um cenário político sem o PT, afinal, essa força teria evidenciado sua incapacidade de gestão e, ainda, teria mergulhado o país em uma crise econômica e ético-política sem precedentes.

Da parte do PT, a disputa pela narrativa do processo de deposição de Dilma surgiu logo em seu início. As lideranças petistas tinham clareza de que os desdobramentos daquela batalha simbólica, não somente política, eram cruciais para o futuro da sigla.

A narrativa do golpe insistia em denunciar a ilegalidade do *impeachment* e afirmar que, sendo um golpe, tal manobra se contrapunha à democracia brasileira, ia contra as conquistas sociais dos anos lulistas, comprometia o futuro, em resumo, prejudicava o povo. Depor Dilma e o PT era o meio para atingir uma finalidade danosa. A narrativa era explícita: nada de bom viria daquele processo:

O que está em jogo no processo de *impeachment* não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média, a proteção às crianças, os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas, a valorização do salário mínimo, os médicos atendendo a população, a realização do sonho da casa própria, com o [programa] Minha Casa Minha Vida. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. O que está em jogo é o futuro do país, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais. Diante da decisão do Senado, eu quero, mais uma vez, esclarecer os fatos e denunciar os riscos para o país de um *impeachment* fraudulento, um verdadeiro golpe agora (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

A narrativa do golpe foi se consolidando ao longo do período e as propagandas partidárias do PT foram amadurecendo essa ideia. Ao passo que o governo de Michel Temer ia se mostrando insuficiente na resposta aos problemas do país e o grupo que conduziu o *impeachment* foi sendo atingido pelos casos de corrupção (*vide* escândalos da JBS S.A. que envolveram Temer e Aécio Neves), o PT foi delineando sua crítica ao projeto.

No programa partidário de abril de 2017 emergiu a nova nuance da narrativa do golpe, qual seja, a denúncia antecipada de que o golpe teria outra fase, enunciada do seguinte modo:

O que eles querem, com acusações falsas, mentiras e perseguição, é impedir que o Lula volte a ser presidente. O Brasil precisa de um governo eleito pelo povo pra retomar o caminho da democracia, do crescimento e da justiça social. (PROPAGANDA PARTIDÁRIA, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 11/04/2017).

Lula, nesse mesmo programa, critica as decisões do governo que emergiu com o *impeachment* e reafirma o compromisso do projeto político petista com o povo:

Estão tratando o nosso povo como se ele fosse o responsável pelos problemas do Brasil. Aprovaram uma terceirização que tira os direitos históricos dos trabalhadores. Querem dificultar a aposentadoria, congelar as verbas para educação e saúde, e ameaçam os programas sociais. Isso é uma grande injustiça. O povo não é o problema. O povo sempre foi a solução (PROPAGANDA PARTIDÁRIA, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 11/04/2017).

O programa do segundo semestre, veiculado em outubro de 2017, traz a síntese petista da narrativa do golpe:

Em 2015, os efeitos de uma nova crise internacional atingiram o Brasil. Os derrotados na eleição aproveitaram para espalhar pessimismo e ódio contra Lula e o PT. Sabotaram o governo Dilma com chantagens e pautas-bomba e tiraram do poder uma presidenta honesta eleita pelo voto popular. Hoje todos sabem, quem mais perdeu com o golpe, não foi o PT, foram os brasileiros. Em pouco tempo

já vivemos um enorme retrocesso. O desemprego atinge mais de 13 milhões de trabalhadores e o Brasil voltou ao mapa da fome. O governo Temer congelou por 20 anos os gastos com educação e saúde. Está acabando com o Mais Médicos, as Farmácias Populares e o Ciência sem Fronteiras. Cortou verbas da cultura, das universidades e ameaça a aposentadoria, os direitos do trabalhador e a soberania nacional. Não vamos aceitar esse retrocesso (PROPAGANDA PARTIDÁRIA, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 12/10//2017).

O arremate da retirada de direitos é feito por Gleisi Hoffman, presidente do PT, em sua fala:

Agora eles querem tirar o seu direito de escolher um presidente, mas o povo não esquece que melhorou de vida justamente durante os governos do PT. (PROPAGANDA PARTIDÁRIA, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 12/10//2017).

Também nesse programa emergiu a linha narrativa sobre a perseguição a Lula, na peça final da propaganda partidária são apresentadas falas de repórteres da Rede Globo mencionando sucessivamente o nome de Lula. Quando se encerram as falas, algumas pessoas apresentam suas impressões dizendo:

Está claro que é perseguição. Já viraram a vida do Lula de cabeça pra baixo e não acharam nada. Vocês já viram alguma prova contra o Lula? Não. Eutambém não vi. N ã o t e m p r o v a . A tentativa desesperada de julgar Lula sem prova é para impedir sua candidatura em 2018. O Lula é perseguido porque pobre não pode ter vez nesse país. [O locutor Off pergunta] Por que tanto ódio por quem tanto fez pelo povo brasileiro? (PROPAGANDA PARTIDÁRIA, PARTIDO DOS TRABALHADORES, 12/10//2017).

A análise das narrativas produzidas por PT e PSDB evidenciam os movimentos desses grupos políticos mirando a disputa eleitoral de 2018. O período pós-*impeachment* constitui, assim, um interregno no qual as forças que polarizaram a disputa passam a produzir as narrativas simbólicas que serão a tônica de seus discursos eleitorais na disputa presidencial.

Desse modo, observando retrospectivamente, podemos entender que a polarização *impeachment* x golpe pavimentou o caminho da disputa narrativa da eleição presidencial de 2018.

É interessante observar como os espólios eleitorais dessa disputa foram apropriados pelas candidaturas no embate presidencial. Os ganhos oriundos da denúncia do *impeachment* como golpe foram majoritariamente apropriados pelo PT, o agente promotor dessa narrativa. A condenação e posterior prisão de Lula contribuíram para o reforço da narrativa. O discurso (de despedida) do ex-presidente no dia em que se entregou para cumprir pena em Curitiba apresentaram os aspectos centrais do discurso eleitoral que a narrativa do golpe vinha construindo até ali: Lula estava sendo perseguido, condenado sem provas para impedi-lo de disputar a eleição presidencial de 2018. As recorrentes pesquisas de opinião, que colocavam Lula em primeiro lugar na preferência do eleitorado, eram mobilizadas para corroborar a narrativa do golpe como a tentativa de impedir a retomada do Poder Executivo federal pelo PT e a execução do projeto político capitaneado pelo partido.

A narrativa do *impeachment*, por sua vez, atuou para produzir a ideia de que o PT era o responsável exclusivo pelo estado de crise econômica e ético-política pela qual passava o país. Nesse sentido, endossou uma interpretação de que a deposição do PT resolveria os problemas. A gestão de Michel Temer à frente do Poder Executivo federal não produziu resultados que correspondessem às expectativas produzidas no processo de *impeachment*. Após os altíssimos índices de apoio à deposição de Dilma Rousseff, quando também se ampliou a rejeição ao petismo, a população viu o cenário econômico continuar se deteriorando no governo de Temer.

O quadro de vida da população se manteve negativo com as medidas tomadas pelo governo, com destaque para a PEC do Teto dos Gastos e a Reforma Trabalhista. Tais medidas tiveram impacto decisivo no recuo das políticas públicas sociais, no aumento do desemprego e na precarização dos postos de trabalhos ainda existentes. Os efeitos foram deletérios e contribuíram para uma percepção de que o grupo que liderou o *impeachment* havia cometido um estelionato diante da população. É relevante destacar tal efeito simbólico da narrativa, considerando que ele serve de esteio para um sentimento antissistema que se expressará no eleitorado.

O fracasso da gestão de Temer foi evidenciado na inviabilidade de qualquer candidato se vincular e defender o governo. Outra evidência foi o fato de que as candidaturas, que defendiam claramente o legado do projeto que se sucedeu pós-*impeachment*,

enfrentaram significativas resistências para crescimento na disputa. Tanto Geraldo Alckmin, que, como bem indicou Temer, seria o candidato desse grupo que chegou ao poder pós-*impeachment* (FOLHA DE S. PAULO, 2018a), quanto Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda do governo Temer, enfrentaram severas resistências por parte da população.

Esses movimentos mostraram como a narrativa do *impeachment* produziu efeitos negativos para o grupo político que dirigiu sua elaboração. Por outro lado, produziu efeitos simbólicos positivos à medida que contribuiu para o aprofundamento de um sentimento de reprovação do sistema político, com ênfase na rejeição ao PT como principal expoente dele. Tais aspectos delinearam uma tônica eleitoral favorável a discursos de *outsider*, antissistema e antipetista - que encontraram ressonância na candidatura de Jair Bolsonaro (do PSL).

2. tramas de uma eleição: cenários, temas e personagens da disputa eleitoral de 2018

O ano de 2018 culminou em um momento decisivo da história política brasileira. A conjuntura na qual se desdobrou o processo de impedimento de Dilma Rousseff, com o desenrolar da crise econômica, o avanço da Operação Lava Jato sobre lideranças petistas, como Lula, entre outros fatores, constituiu terreno propício para uma disputa simbólica em que a narrativa política do petismo se tornou o próprio objeto da querela.

A disputa eleitoral de 2018 foi marcada pela tônica da renovação e da mudança. A deposição de Dilma Rousseff (do PT), o fracasso do governo de Temer (do MDB) ao responder às promessas do *impeachment* e o aprofundamento da Operação Lava Jato, comprometendo políticos de vários partidos do campo político, foram elementos que intensificaram um sentimento de desconfiança da população em relação ao sistema político e seus atores, que já vinha sendo delineado desde as manifestações de 2013.

Tal conjuntura abriu espaço para o retorno da competitividade mais ampla na disputa nacional brasileira, o que pôde ser observado nas eleições de 2018, em que figuraram 13 candidaturas. Um aspecto relevante em meio à diversidade de candidaturas foi a mobilização da narrativa antipetista.

Promovido por candidaturas que disputavam o espólio do lulismo, como Ciro Gomes (do Partido Democrático Trabalhista [PDT]) e Marina Silva (da Rede Sustentabilidade [REDE]), o antipetismo constituiu objeto de querela especialmente no espectro político da direita. As candidaturas de Jair Bolsonaro (do PSL) e de Geraldo Alckmin (do PSDB) disputaram durante expressiva parte do primeiro turno o lugar de representante legítimo do antipetismo.

Bolsonaro configurou o maior espectro das eleições presidenciais de 2018 tanto para os segmentos progressistas - que temiam a possibilidade de ver chegar ao Poder Executivo federal uma candidatura cujo discurso era marcado pelo desprezo (e mesmo

combate) às pautas de direitos humanos e também pela defesa de uma perspectiva ultraliberal na economia - quanto para a candidatura do maior partido da centro-direita: a de Alckmin (do PSDB).

Jair Bolsonaro chegou bem posicionado à disputa pelo lugar de representante genuíno do antipetismo. Desde o processo de *impeachment*, o então deputado passou a se alinhar cada vez mais aos elementos de insatisfação emitidos pelo segmento do eleitorado que nutria rejeição ao PT. Entre os elementos de destaque dessa discursividade antipetista se destacavam: a) crítica à corrupção; b) identificação do PT com as estratégias da política tradicional, com vistas à reprodução do partido no poder; e c) denúncia da ação política, com vistas a desvirtuar os valores conservadores da família e da religião⁶. Do ponto de vista institucional, Bolsonaro não conseguiu reunir apoios expressivos para a garantia de tempo de TV e recursos do fundo partidário para sua campanha. No entanto, o candidato tinha a seu favor o fato de ter vindo se alinhando com os anseios do eleitorado antipetista ao longo do interregno 2016-18 e de estar bem situado nas redes sociais, campo que se mostrou estratégico para a disputa simbólica no pleito de 2018.

Seu concorrente direto por votos, Alckmin, fez todos os esforços para garantir o maior número de apoios no âmbito institucional, a fim de destacar a viabilidade de sua candidatura, que foi questionada

6 Tais aspectos serão mais bem delineados em seção específica deste capítulo, dedicada a analisar o HGPE da campanha de Bolsonaro no segundo turno da disputa presidencial.

durante muito tempo no percurso pré-eleitoral em virtude dos poucos números nas pesquisas de intenção de voto, como representante do antipetismo. O candidato do PSDB apostou no modelo tradicional de campanha, dispôs do maior tempo de TV entre todos os candidatos, segundo cálculos, quase 40 vezes mais do que Bolsonaro, fechou aliança em muitos estados e seu partido dispôs de recursos para investir na campanha. Para avançar no eleitorado antipetista mais à direita, Alckmin escolheu para vice a senadora Ana Amélia, como forma de enfrentar o crescimento e minar o máximo possível as preferências eleitorais por Bolsonaro.

Os movimentos de Alckmin, no entanto, foram inócuos. O desenrolar dos acontecimentos, com destaque para o atentado contra Jair Bolsonaro (FOLHA DE S. PAULO, 2018b), em evento de campanha, e o crescimento do candidato Fernando Haddad (do PT), contribuíram para antecipar ainda no primeiro turno a polarização prevista para ocorrer no segundo turno do pleito.

A eleição para a Presidência da República esboçava, por meio de suas duas candidaturas mais competitivas, um *apartheid* social. Se nos embates políticos dos anos anteriores as tônicas eleitorais para Presidência da República se configuravam entre projetos liberais ou intervencionistas na economia, em 2018 a disputa entre a extrema-direita, encarnada na candidatura do parlamentar Bolsonaro (do PSL), e o campo progressista de centro-esquerda que,

dentre a profusão de candidaturas⁷, teve Haddad⁸ (do PT) como seu representante eleitoralmente mais expressivo, colocou em cena um debate com pautas mais ligadas à moral e aos valores.

De um lado, um candidato que pregava a ordem e rememorava a soberania nacional, com forte acepção militar, expressa em seu *slogan* de campanha: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Do outro, um candidato que era herdeiro político de um líder com forte apelo popular, Lula, e com uma campanha sustentada na concepção de uma continuidade do legado petista, que, segundo seu material de campanha, era o crescimento econômico, o combate à desigualdade e à pobreza e, conseqüentemente, a ascensão social dos mais pobres.

O desenho daquela eleição indicava um momento decisivo da história de nossa democracia recente. O caráter atípico do pleito eleitoral começou com a candidatura de Lula, preso em abril de 2018 e líder das pesquisas de intenção de voto, passou pela cas-

7 Outras candidaturas demonstraram, ao longo do processo, relativa envergadura eleitoral. Eis o caso da chapa encabeçada por Ciro Ferreira Gomes (do PDT), que, como apresentaram as pesquisas do instituto Datafolha à época, chegou ao índice de 13% de intenção de voto. Tal resultado, o colocava numericamente empatado com Fernando Haddad (do PT) na segunda posição (ver FOLHA DE S. PAULO, 2018c).

8 Fernando Haddad foi alçado a cabeça de chapa após o impedimento da candidatura de Lula pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Lula foi enquadrado na Lei Complementar n. 135/2010 (a Lei da Ficha Limpa), sob a justificativa de que o ex-presidente estaria inelegível, uma vez que fora condenado por decisão de órgão colegiado, no caso o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Com o nome mantido nas pesquisas até a decisão supracitada, Lula liderou grande parte das pesquisas, chegando a ter uma possível vitória em primeiro turno dentro da margem de erro aventada pelos institutos de pesquisa. Na última pesquisa do instituto Datafolha com o nome de Lula, o ex-presidente chegou a 39% das intenções de votos (ver FOLHA DE S. PAULO, 2018d).

sação de sua candidatura e pela entrada já tardia de Fernando Haddad como cabeça da chapa PT/Partido Comunista do Brasil (PCdoB)/Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e chegou à facada desferida contra Jair Bolsonaro, enquanto era carregado nos ombros por simpatizantes em um evento de campanha realizado em Juiz de Fora-MG.

Catapultado à condição de líder político em um contexto de completo desarranjo institucional pós-*impeachment*, Bolsonaro viu crescer seu apoio nas redes sociais e na intenção de voto durante as pesquisas pré-eleitorais. Seus discursos pouco democráticos e violentos, que chocavam políticos, militantes e intelectuais, foram consolidando-se como marca e tornaram-se reconhecidos como evidência de autenticidade por parte de seus eleitores.

Em um caldeirão marcado pela percepção social de descrença nos políticos, vistos como mentirosos e que não se importam com as questões cotidianas da vida da maioria da população (como a segurança pública, por exemplo)⁹, a imagem agressiva e propostas como armamento da população ganharam terreno junto ao eleitorado. As redes sociais também contribuíram consideravelmente para a disseminação de informações referentes ao candidato. O agendamento de Bolsonaro ocorreu em virtude de postagens à direita e à esquerda, consolidando parte de sua visibilidade.

9 Telles (2016, p. 113) afirma que o foco permanente nos escândalos de corrupção “alarg[ou] os sentimentos dos cidadãos de que o sistema político é o reino da falsificação e do prebendalismo”.

No entanto, chegado o período decisivo das convenções partidárias e do registro das candidaturas, Bolsonaro passou a enfrentar dificuldades no âmbito institucional. Primeiro, mesmo com uma candidatura que se mostrava competitiva pelo percentual de intenção de voto, ele não conseguiu convencer nenhum agente expressivo para compor a chapa na condição de vice. Segundo, também não conseguiu reunir nenhuma aliança significativa que pudesse ampliar o ínfimo tempo de TV e recursos de que dispunha seu partido (o PSL).

Tais movimentos evidenciaram um aspecto interessante sobre a constituição do jogo político-eleitoral brasileiro: os elogios e aplausos do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os milhões de seguidores nas redes sociais e os mais de 15% de intenção de voto de Bolsonaro não dobraram os agentes institucionais do espectro da centro-direita, os quais se movimentaram para produzir um isolamento desse candidato em favor do candidato de Geraldo Alckmin (do PSDB). Tal isolamento institucional fez Bolsonaro recuar à esfera que havia permitido que chegasse até ali: a midiática. O candidato teve de voltar atrás da decisão de não participar de sabatinas e debates. Sem tempo no horário eleitoral, como sustentaria a visibilidade de sua candidatura para a ampla maioria da população se também abrisse mão de estar na TV quando convidado? O candidato teve de perceber que para se manter na disputa seria necessário expor-se mais. Bolsonaro, no entanto, participou de apenas dois debates. O atentado con-

tra o candidato, em Juiz de Fora, inviabilizou sua participação nos demais embates no primeiro turno.

A princípio, o atentado contra Bolsonaro, segundo pesquisas, não se converteu imediatamente em crescimento e favoritismo na corrida eleitoral. As pesquisas na sequência do atentado indicavam o crescimento paulatino de Jair Bolsonaro dentro da margem de 2%. Dessa forma, o candidato saiu de 22% para 28% de intenção de votos, no período de 10 a 28 de setembro. Enquanto isso, o candidato Fernando Haddad crescia de modo vertiginoso, saindo de 9% para 22% no mesmo período (FOLHA DE S. PAULO, 2018e).

O que parecia indicar um crescimento de Fernando Haddad, a ponto de chegar ao segundo turno na liderança, sofreu um revés na última semana do primeiro turno. Nesse momento, Bolsonaro cresceu 4%, rompendo a barreira dos 30% de intenção de voto, e Fernando Haddad viu seu crescimento se estagnar, ficando no patamar de 22% de intenção de voto. Aquela semana foi decisiva para o redesenho do pleito eleitoral no primeiro turno. Um clima de otimismo por parte de agentes do mercado financeiro, que viam na eleição de Bolsonaro uma oportunidade de continuar a agenda econômica do governo Temer, da bancada política conservadora (evangélicos, latifundiários etc.) e de eleitores mais convictos do candidato ajudou Bolsonaro a continuar subindo nas pesquisas diárias que se seguiram. A campanha também passou a atuar intensivamente nas redes sociais, para criar a percepção de que havia uma onda que poderia dar a vitória a Bolsonaro ainda no primeiro turno.

Quando as urnas foram abertas, o candidato do PSL não só atendeu às expectativas de seus apoiadores como surpreendeu ao atingir o índice de 46,02% dos votos válidos. O segundo colocado, Fernando Haddad (do PT), atingiu 29,2% dos votos válidos.

Além disso, Bolsonaro não só apresentou sua viabilidade como candidato competitivo ao cargo de Presidente da República, mas também alavancou a expressividade de seu partido no Congresso Nacional: o PSL saiu de 8 deputados para uma bancada com 52 deputados - a segunda maior bancada, perdendo apenas para a do PT, com 56 deputados. Concomitante a esse movimento, a onda Bolsonaro impactou o processo eleitoral contribuindo para que uma série de candidatos alinhados à sua perspectiva política conservadora chegassem ao segundo turno: a) Romeu Zema (do Partido Novo [NOVO]) em Minas Gerais; b) Ibaneis Rocha (do MDB) no Distrito Federal; e c) Wilson Witzel (do Partido Social Cristão [PSC]) no Rio de Janeiro. Além disso, a onda Bolsonaro ajudou a derrotar lideranças petistas que as pesquisas indicavam como favoritas na disputa pelo Senado Federal, como a ex-presidente Dilma Rousseff (por Minas Gerais) e o ex-senador Eduardo Suplicy (por São Paulo) (COLETTA; BENITES, 2018).

O resultado eleitoral do primeiro turno evidenciava os desafios que o PT enfrentaria no segundo turno: a resistência e a rejeição de uma parcela do eleitorado ao partido havia se consolidado. É relevante destacar que o antipetismo já havia sido mobilizado

no contexto eleitoral de 2014. Analisando o fenômeno naquele contexto, Couto (2014, p. 23) afirmou que:

O antipetismo é o caldo de cultura circunstancial dessa direita intolerante. Em parte, ele pode ser explicado por um ressentimento estamental e de classe: a perda da distinção social propiciada pelas políticas de equalização social e econômica implantadas pelos governos do PT. Em parte ela decorre da insatisfação de segmentos dos setores médios com a corrupção e o desempenho econômico medíocre dos últimos anos. Esses diferentes elementos não são distribuídos uniformemente nos setores médios, mas encontram nele o ambiente mais favorável à sua difusão ou mesmo mescla. Em algumas situações não é difícil notar o discurso sobre a corrupção como um subterfúgio honroso para o ressentimento estamental e de classe.

Desse modo, pode-se compreender o antipetismo como uma mescla de argumentos relacionados à perda de privilégios, tendo em vista certa redução das distâncias sociais e de crítica à corrupção. A legitimidade do discurso antipetista, como afirmado por Couto (2014), reside na crítica à corrupção. É a narrativa de que a corrupção no governo petista atingiu níveis insustentáveis que possibilita, no limite, o discurso de ódio que defende o “extermínio político” dos petistas. Brugnago e Chaia (2014-2015, p. 115-116), ao analisarem a expressão do antipetismo nas redes sociais, evidenciam como se costurou o emergente “ódio ao PT” naquele momento:

O inimigo comum, o PT, então engloba em si a geração e defesa de tudo o que é a alterideologia. A base eleitoral do PT é formada por todas as figuras da alterideologia, seja existencial ou histórica: militantes marxistas, minorias como homossexuais, índios, negros,

quilombolas e os pobres nordestinos dependentes da Bolsa Família. Esses últimos, os nordestinos, representam o produto criado pelo PT para dominar a sociedade. Eles foram o principal alvo do ódio da direita depois da perda das eleições. Eles roubam os impostos dessa população orgânica conservadora que se julga trabalhadora. Estão em uma situação cômoda por não precisar trabalhar e vivem só de fazer filhos para se beneficiar, da maneira mais ampla possível, do Bolsa Família. Eles são a grande massa de propagação da alterideologia imaginada para o PT. [...] A forma de explicar o insucesso da sociedade é atribuída à corrupção do PT. Toda a corrupção que acontece no país passa a ser responsabilidade única do PT. Citam-se os casos do mensalão e mais recentemente das propinas pagas por empreiteiras no caso de corrupção da Petrobras. O PT é colocado como um ladrão, e ladrão não se perdoa.

Considerando os elementos apontados até aqui, analisamos na próxima seção como a campanha de Jair Bolsonaro traduziu para o HGPE a narrativa antipetista no contexto do segundo turno da eleição presidencial.

3. O bolsonarismo como vocalizador do antipetismo no segundo turno

Em uma sexta-feira, 12 de outubro de 2018, o HGPE foi retomado pelos candidatos à Presidência da República, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. Com o tempo equalizado¹⁰, as expectativas se voltavam

¹⁰ Cada candidato contava com 10 minutos diários de programa eleitoral em rede (rádio e TV), dividido em 2 blocos de 5 minutos, para fins de divulgação das propostas e de seus planos de governo. Em horários previamente estipulados pela Justiça Eleitoral, as inserções nos canais de comunicação foram anunciadas nos períodos das 7:00 às 7:10 e das 12:00 às 12:10, no rádio;

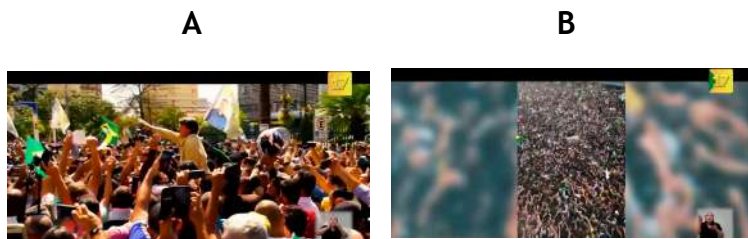
para as campanhas, sobretudo a do candidato do PSL, que obteve um tempo reduzido no primeiro turno (8 segundos), fator limitador para uma expressão ampla de sua agenda no rádio e na televisão. A questão que se colocava era como seria transposto o tom da campanha que dominou as redes sociais para a TV/o rádio, em outras palavras, como seriam conjugadas essas gramáticas (TV/rádio e redes sociais) para a promoção do discurso que contribuiu para o sucesso do candidato até então?

O tom da campanha bolsonarista seguiu a construção que já vinha sendo feita nas redes sociais (*Facebook, Twitter e Instagram*). Frases proferidas pelo locutor Off, como “gradidão a Deus, em primeiro lugar” e “gradidão pela votação em primeiro turno”, apresentam uma síntese exemplar do rumo semântico expresso no *slogan* “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

O presidenciável foi alçado à figura mítica de candidato do povo, um representante político que ia de encontro aos interesses das hostes inimigas, representadas pelos integrantes da “política tradicional”. Com tomadas aéreas, captadas por dispositivos celulares, a imagem de Bolsonaro nos braços de uma multidão de apoiadores sugeria a emergência de uma força popular apoiada pelos descontentes com as formas de prática política vigente.

e das 13:00 às 13:10 e das 20:30 às 20:40, na TV. O HGPE foi veiculado de segunda a sexta no período de 12 de outubro (sexta-feira) até 26 de outubro de 2018 (sexta-feira).

Figura 2. Jair Bolsonaro nos braços de uma multidão de apoiadores durante a campanha eleitoral.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Cabe destacar, ainda, que o uso de tomadas de vídeo de dispositivos com baixa qualidade de imagem endossa a gramática utilizada pelo marketing eleitoral do candidato do PSL ao denunciar a candidatura petista como realizadora de uma campanha milionária às custas do dinheiro da população. O discurso de uma campanha com pouco dinheiro é consonante à crítica à “política tradicional” que abusa dos recursos nas campanhas eleitorais. A fala da apresentadora, no programa número 2 do segundo turno, evidencia esse esforço da candidatura bolsonarista de apresentar-se como uma campanha simples e econômica:

Você vai perceber que o nosso programa de TV é muito simples comparado à campanha do PT. Eles têm muito dinheiro, a gente sabe. Estão gastando milhões e milhões de reais com essa campanha. Dinheiro sabe de quem, né? Sim. Dinheiro meu, seu e de todos que trabalhamos e pagamos os nossos impostos em dia. Bolsonaro votou contra o uso de bilhões de dinheiro público para financiar campanhas. E, por ter votado contra, se recusa

a usar essa fonte de recursos. O que seria até um direito dele¹¹ ! (HGPE, BOLSONARO, 13/10/2018)

Em ofensiva aos anos petistas no Poder Executivo federal, Bolsonaro atribuiu aos governos de Lula e de Dilma Rousseff o aumento do desemprego, a redução da vaga de trabalhos formais e o aumento da inflação. Os quatro mandatos petistas, segundo as peças de campanha do PSL, foram responsáveis por uma excessiva burocratização dos processos no Estado, o que fez com que o país entrasse na “maior crise da história brasileira”. Argumento recuperado da narrativa *pró-impeachment* que havia sido promovida pelo PSDB e pelo MDB, como apontado anteriormente.

Figura 3. Quadros que associam o PT à crise econômica brasileira a partir de informações da imprensa.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

11 Ao final da eleição, Bolsonaro afirmou que, do valor arrecadado por sua campanha via doações havia sobras que ele doaria à Santa Casa de Juiz de Fora, hospital que o atendeu imediatamente após o atentado. A informação é relevante porque o então presidente eleito, por meio de uma postagem no *Twitter*, afirmava que sua campanha havia custado apenas R\$ 1,5 milhão, ainda que ao TSE tenha sido informado o custo de R\$ 2,5 milhões, um contraste expressivo com a campanha de Fernando Haddad (do PT), que custou R\$ 37,5 milhões (ver GULLINO, 2018).

Com o intuito de proporcionar força a esse argumento, a campanha de Bolsonaro lançou mão de depoimentos de brasileiros desempregados. As falas dos populares se entrecortam, buscando evidenciar a condição de desemprego em que vive a população brasileira:

Gilcimar Ribeiro: Estou desempregado há um ano e seis meses, basicamente.
Jéssica Jardim: Estou desempregada há uns dois anos.
Gilcimar Ribeiro: Procurei, mandei diversos currículos, mas até agora só consegui uma entrevista.
Jéssica Jardim: No momento, estou trabalhando por conta própria, porque não tem emprego (HGPE, BOLSONARO, 18/10/2018).

A campanha de Bolsonaro argumentou, ainda, que o petismo havia deixado um legado negativo para o Brasil: o desvirtuamento dos valores morais na sociedade brasileira. Foi nas gestões no Poder Executivo federal do partido que uma série de discursos e tomadas de decisão do Estado ameaçaram a estabilidade desses valores morais. Em vídeos enviados por apoiadores, há trechos que dizem “deixem nossas crianças em paz” (depoimento de Wellington Borges no HGPE de 13/10/2018) e “pela mudança, pela família, pela paz” (depoimento de Daniela Menezes no HGPE de 13/10/2018).

Nesse sentido, a crise provocada pelo PT, segundo os vídeos de campanha de Bolsonaro, tinha 3 frentes: a) econômica, evidenciada no aumento do desemprego, aumento da inflação etc.; b) ética, responsável pela perpetuação das práticas políticas

de balcão, o “toma lá, dá cá”; e c) moral, realizada por meio da promoção de uma série de políticas, orientadas pela “ideologia de esquerda”, que iriam de encontro aos valores cristãos, basilares, segundo a campanha, da nação brasileira.

A ordem social brasileira também correria risco com o avanço do comunismo. Segundo as peças de campanha, a suposta participação de Lula e de outros quadros na “formação do Foro de São Paulo” fazia parte de um amplo projeto na América Latina de “tomada de poder da ideologia de esquerda”.

A sucessão de fotografias, nas quais Lula discursa no Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e Caribe, em julho de 1990, e em solenidade, já como presidente brasileiro, com Fidel Castro, à época presidente cubano, Evo Morales, presidente boliviano, e Hugo Chávez, ex-presidente venezuelano, funciona como um dossiê de investigação a fim de provar o avanço desse projeto de poder da esquerda no Brasil.

Figura 4. Imagens que buscavam evidenciar a existência do Foro de São Paulo.

A



B



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

O quadro *O PT está sempre do lado errado da história* reforça esse ponto de vista, denunciando os riscos da dominação de uma ideologia de esquerda. Com tom de investigação policial, uma sucessão de imagens de Lula e Dilma com presidentes latino-americanos é apresentada ao espectador com vistas a endossar a ideia de que o PT objetivaria consolidar um projeto de poder. O partido seria, nesse sentido, pouco preocupado com um projeto de nação que se orientasse pelos reais problemas da sociedade brasileira.

Figura 5. (A) Lula e Evo Morales, presidente da Bolívia; (B) Dilma Rousseff e Hugo Chávez, ex-presidente da Venezuela; (C) Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, e Lula.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Na denúncia do suposto projeto de poder petista, a campanha de Bolsonaro encampou uma verdadeira disputa semântica a respeito do uso de determinadas palavras que se tornaram “da hora” durante a corrida presidencial. Sofrendo ataques da campanha de Fernando Haddad (do PT), que questionavam seu compromisso com a democracia, *vide* falas em entrevistas anteriores em apoio à ditadura militar brasileira, Jair Bolsonaro buscou enquadrar o PT e suas lideranças a um espectro autoritário, que não apenas apoiava experiências ditatoriais de esquerda em outros países, como também buscava “tomar o poder” por vias não democráticas no Brasil. Tais apontamentos se basearam, principalmente, nas falas proferidas por José Dirceu em entrevista¹² :

[Locutor Off] Este é Zé Dirceu, um dos fundadores do PT. Dirceu é ex-ministro do governo Lula e foi condenado por corrupção, tanto no Mensalão, como na Lava Jato. Mesmo com tornozeleiras eletrônicas, Zé Dirceu continua dando as cartas no partido. E, para ele é questão de tempo para o PT tomar o poder. Isso mesmo, tomar o poder. O autoritarismo do PT fica ainda mais evidente quando Zé Dirceu quer tomar o poder do Ministério Público e enfraquecer a Lava Jato, a maior operação anticorrupção da história do mundo moderno (HGPE, BOLSONARO, 18/10/2018).

À medida que narram a descrição de José Dirceu e sua fala, sucedem-se na tela imagens do ex-ministro com a estrela, marca do PT, ao fundo, assim como destaques do comentário do ministro sobre a tomada de poder.

12 A campanha de Jair Bolsonaro se refere à entrevista dada pelo ex-ministro ao veículo *El País Brasil* (ROSSI, 2018).

Figura 6. (A) José Dirceu; (B) Destaque da entrevista dada pelo ex-ministro e repercutida pelo jornal *O Globo*.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Cabe destacar que, à época do pleito eleitoral, a crise da Venezuela ganhava destaque nos meios de comunicação do mundo inteiro e, especificamente no Brasil, acendia o debate sobre o processo migratório de venezuelanos pelo norte do país. A situação da Venezuela é apresentada como o cenário em que uma ditadura atua contra sua própria população deteriorando a economia, produzindo superinflação, fome e pobreza que têm pressionado o êxodo dos venezuelanos pelas fronteiras do país. A relação histórica do PT (FOLHA DE S. PAULO, 2018f) com os governos de Chávez e Maduro é usada para produzir a inferência de que a eleição de Fernando Haddad (do PT) levaria à instalação no Brasil de um regime similar ao da Venezuela¹³.

¹³ Telles (2016, p. 108), em artigo que analisa os participantes da manifestação pró-*impeachment* em Belo Horizonte, afirma que esse segmento da população tinha “uma imprecisão em relação à democracia produzida pelo anticomunismo, que remonta à Guerra Fria, e que já foi distinção dos grupos ideologicamente de direita, no período que precedeu à articulação do Golpe Militar no Brasil: os manifestantes acreditam que o país está a caminho de uma

Figura 7. Peça associando o apoio do PT a Maduro e Chávez, com a possibilidade de Haddad instalar no Brasil o mesmo regime da Venezuela.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Outro aspecto relevante da narrativa da campanha bolsonarista é o reforço de uma associação direta entre o PT e os escândalos de corrupção, uma das marcas mais expressivas do discurso antipetista.

Figura 8. Destaques da associação entre PT e corrupção repercutidas pela imprensa brasileira.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

venezuelização e cada vez mais parecido com o regime cubano”.

Cabe destacar que tal associação já havia sido delineada na disputa eleitoral de 2014, quando a campanha do PSDB articulou ao tema da corrupção e antipetismo, sintetizado na fala do candidato Aécio Neves: “existe uma maneira de acabar com a corrupção: vamos tirar o PT do governo”!

De acordo com Telles (2016, p. 110):

Para se distinguir do PT, caracterizado como elemento exógeno e perturbador da ordem e dos interesses nacionais, optou-se pelo uso de uma linguagem nacionalista na qual transbordavam imagens e declarações que asseguravam que a missão da nova Presidência a ser eleita seria a de “devolver o Brasil aos brasileiros”. O candidato Aécio tentou ser o personagem simbólico do combate à “corrupção promovida pelo PT”, e garantia que ele seria capaz de “livrar o país dos políticos corruptos”. Ele pretendia associar o PT à corrupção e, ao ativar o antipetismo, colocar-se como o personagem simbólico representante da ética. Por isso, as suas atividades de campanhas convocavam os cidadãos a se mobilizarem em defesa da “libertação do Brasil”.

A associação do PT como sinônimo de corrupção ganha novos contornos a partir do aprofundamento da Operação Lava Jato. A prisão de José Dirceu, de Antônio Pallochi e, especialmente, do ex-presidente Lula, maior liderança política petista, foi articulada pela campanha de Jair Bolsonaro com a finalidade de estabelecer um jogo de analogia entre o partido e uma organização criminosa. Frases como “mesmo com tornoeleiras eletrônicas, Zé Dirceu continua dando as cartas no partido”, expressas pelo locutor Off ao falar

de Zé Dirceu, adquiriram variâncias e tonalidades no decorrer da campanha em segundo turno:

Georgina Alves: Eu acho um absurdo, um presidiário...
Se ele tá preso, ele é tão bandido quanto qualquer outro.
Leonardo Perfeito: a maioria dos chefes do tráfico comanda o morro de dentro da prisão.
Jusarra Rios: Chega de bandidos mandando em nosso país.
(HGPE, BOLSONARO, 12/10/2018).

As visitas que o candidato Fernando Haddad fazia a Lula, preso em Curitiba, foram utilizadas pela campanha bolsonarista com vistas a acusar o candidato petista de “testa de ferro” do ex-presidente. Nas falas de populares, o ponto de vista apresentado pela candidatura de Jair Bolsonaro ganha contornos mais evidentes: “Haddad vai ser só um bonequinho, que você compra em uma feirinha, e o Lula vai ser o cabeça de tudo” (depoimento de Leonardo Perfeito no HGPE de 12/10/2018). No HGPE, o argumento é explícito: “Haddad recebe ordens de um presidiário. O Brasil não pode ser comandado de dentro da cadeia” (HGPE, BOLSONARO, 12/10/2018)

Figura 9. Associação entre Lula e Haddad, buscando construir a inferência de que este seria mero subordinado daquele.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Evidenciado o insistente projeto de tomada do poder pelo PT, caberia à campanha bolsonarista representar os brasileiros no enfrentamento contra corrupção promovida pela “organização criminosa petista” e na restituição da nação brasileira como o mais importante: “votamos em Bolsonaro porque, pela primeira vez, a causa do Brasil é maior do que a causa de um partido” (depoimento de apoiador no HGPE de 13/10/2018).

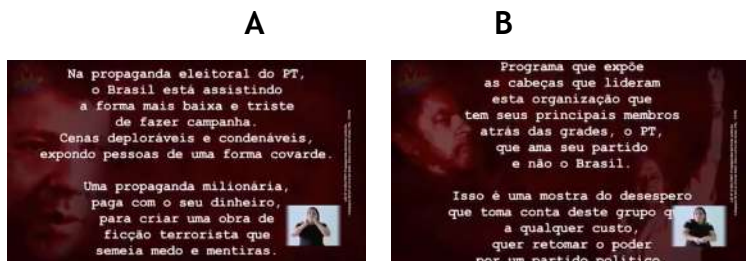
Figura 11. Imagens que evidenciam a discursividade de que o Brasil é maior e mais importante do que o PT.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

A associação do PT às “ditaduras de esquerda”, com referência aos regimes políticos de Cuba e da Venezuela, o uso das cores partidárias pelos petistas ao invés das cores da bandeira brasileira, entre outros elementos, buscavam recuperar um sentimento negativo que havia sido difundido ainda no período da Guerra Fria em referência à ameaça comunista. Tais formulações contribuíram para a composição da linguagem visual da campanha de Jair Bolsonaro. Os recursos que buscavam enquadrar o legado negativo petista eram acompanhados por uma trilha sonora de suspense, além de cartelas com filtros vermelhos e fotografias dos líderes petistas ao fundo.

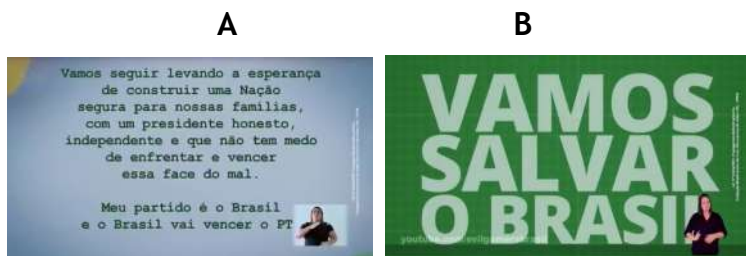
Figura 12. Denúncia da campanha de Bolsonaro das estratégias petistas na disputa de 2018.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

A transição para uma “nova era”, representada pela eleição de Bolsonaro, buscaria restaurar a “ordem” no Brasil. Todos os elementos trabalhados em prol da candidatura do capitão reformado, “vamos salvar o Brasil”, por exemplo, eram identificados com as cores verde, amarela, azul e branca - como sinalizado pelo *jingle* da campanha: “azul, branco, amarelo e verde é nossa bandeira”.

Figura 13. Associação da campanha de Bolsonaro ao lema “Brasil acima de tudo”.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Finalizamos nossa análise apontando um aspecto relevante, que se refere à eficácia simbólica da narrativa antipetista na campanha bolsonarista. O imperativo discursivo da disputa eleitoral em 2018 foi a tônica da mudança. Em uma discursividade que associava o PT ao representante genuíno das piores práticas da política tradicional, a candidatura de Bolsonaro repercutiu o discurso antissistema como outra face da moeda antipetista.

Os quadros do HGPE além de apresentarem o PT como um partido preocupado exclusivamente com o poder, algo típico da “política tradicional”, percebida como dissociada dos interesses da população, tributavam ao partido a emergência da pior gestão do período democrático recente, de acordo com as pesquisas de avaliação (RAMALHOSO, 2018) - o governo Temer.

Figura 14. Associação do PT à política tradicional e ao governo Temer.



C



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Em contraponto ao petismo, a campanha de Bolsonaro o identificou como representante do desejo de mudança: “um fenômeno que representa a força da vontade de mudança”. Uma marca discursiva, típica de candidaturas desafiantes em cenários de mudança política, foi apropriada e amplamente desenvolvida pela campanha (Figura 15).

Figura 15. Chamada “Muda Brasil, muda de verdade”, apresentada com imagens de Bolsonaro nos braços de apoiadores ao fundo.

A



B



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

4. Considerações Finais

As eleições de 2018 demarcaram um momento emblemático na história política brasileira, pois reconfigurou, em parte, as forças que polarizavam a disputa eleitoral entre candidatos com espectro mais à esquerda e à direita na corrida à Presidência da República. Além disso, esse pleito favoreceu um sentimento de renovação e de rechaço à “política tradicional”, que foi encarnado pela candidatura de Jair Bolsonaro. Os três anos de afastamento do PT do Poder Executivo federal e sua paulatina disputa em torno dos sentidos e significados atribuídos à sua saída não lograram força eleitoral suficiente para garantir sua quinta vitória consecutiva¹⁴. Os reveses, como vimos ao longo deste capítulo, foram contínuos: a) a deposição de Dilma Rousseff; b) a implicação de lideranças nas investigações da Operação Lava Jato; c) a prisão de Lula (candidato favorito nas pesquisas); e d) a disputa em torno de sua prisão. Esses são alguns exemplos dos percalços pelos quais passou o PT.

Nobre (2018) argumenta que, desde 2013, o sistema político brasileiro tem vivido críticas, questionamentos e reivindicações para seu aprimoramento no que se refere às demandas da sociedade. A Operação Lava Jato, iniciada em 2014, aprofundou as avaliações negativas da população ao evidenciar esquemas de corrupção envolvendo atores políticos, empresários e

14 Lopes (2016) evidenciou que o ciclo político petista enfrenta, desde a eleição de 2014, desafios relativos ao esgotamento e à incapacidade de elaborar novos rumos para seu projeto político. Tal argumento persiste quando observamos a narrativa construída para a campanha de Fernando Haddad na disputa de 2018.

funcionários públicos. Esses elementos contribuíram para um sentimento de desconfiança e descrença nos atores políticos mais identificados com a lógica do sistema, tal qual vinha funcionando até então.

O PT, como partido que, recentemente, liderou esse sistema por mais tempo, também colhe para si as insatisfações e os desgastes. O antipetismo configura, portanto, uma bandeira para os diversos insatisfeitos: a) aqueles que atribuem a essa sigla as mazelas da corrupção; b) os que consideram que a democracia deve ter alternância de poder; c) os críticos da política econômica petista; e d) quem considera que o PT promoveu o desvio dos valores cristãos típicos da sociedade brasileira, entre outros. A campanha de Bolsonaro, vocalizadora mais expressiva dessa rejeição ao PT, mobilizou tais símbolos na narrativa que levou à TV no segundo turno da campanha eleitoral.

Considerando o exposto, é relevante destacarmos que, mesmo dando relevância à sua mobilização na disputa simbólica das eleições, o antipetismo não pode ser considerado o elemento definidor por si da vitória de Jair Bolsonaro. Telles (2016) argumentou, em estudos anteriores, que a percepção da corrupção, tomada como valência para compreender o processo político, somada à deterioração do cenário econômico, contribui para o estabelecimento de um antipartidarismo reativo. De acordo com a autora, esse fenômeno sedimenta o caminho para o surgimento de políticos *outsiders* e de lideranças populistas em contextos como o brasileiro:

Os *outsiders* podem assumir um subtipo de populismo, denominado “populismo eleitoral”, que organiza suas clientelas fora dos partidos e das associações, a partir de seus atributos pessoais e de promessas de benefícios coletivos ou individuais. Além de antipolítica, a mensagem neopopulista é polarizadora, antiplural e intolerante e nela prevalece a lógica do “nós contra eles”. No neopopulismo latino-americano, nota-se a presença de um discurso polarizador que objetiva “destruir” o opositor com sua lógica antiplural e intolerante, uma vez que este transforma a competição, natural da política, em uma luta entre combatentes fora da arena eleitoral (TELLES, 2016, p. 116).

Desse modo, a ascensão e vitória de Jair Bolsonaro, ainda que simbolicamente calcada em um sentimento de rejeição ao PT, não pode ser compreendida fora dessa conjuntura de descrença no sistema político. Não é de espantar, portanto, que em meio ao rechaço ao sistema partidário e político, o ator que mais sofra desgaste seja justamente aquele que historicamente teve maior preferência partidária, liderando o sistema político por mais tempo, no recente período democrático: o PT.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Confira a íntegra do discurso de Dilma em julgamento do *impeachment* no Senado. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/confira-integra-do-discurso-de-dilma-em-julgamento-do-impeachment-no-senado>. Acesso em: 29 out. 2019.

BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo

contemporâneo do Facebook. *Aurora*, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2014-2015.

COLETTA, R. D.; BENITES, A. Onda conservadora cria bancada bolsonarista no Congresso. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/07/politica/1538947790_768660.html. Acesso em: 30 out. 2019.

COUTO, C. G. 2014: novas eleições críticas? *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 6, n. 6, p. 17-24, 2014.

FOLHA DE S. PAULO. Polícia Federal faz operação na casa do ex-presidente Lula, na Grande SP. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746231-policia-federal-faz-operacao-na-casa-do-ex-presidente-lula-na-grande-sp.shtml>. Acesso em: 8 abr. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. Quem o governo apoia? Parece que é o Alckmin, né? diz Temer. 2018a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/quem-o-governo-apoia-parece-que-e-o-alckmin-ne-diz-temer.shtml>. Acesso em: 8 abr. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. 2018b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/bolsonaro-leva-facada-durante-ato-de-campanha-em-juiz-de-fora.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2018.

FOLHA DE S. PAULO. Datafolha: Relatório Intenção de Voto Presidente da República - 13 e 14/09. 2018c. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/09/17/2cdd170bc245cbf4a66557fc80ab034aiv.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

FOLHA DE S. PAULO. Datafolha: Relatório Intenção de Voto Presidente da República - agosto 2018. 2018d. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/08/22/dca656b8f2c41be5d125ec4e51b9e513.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

FOLHA DE S. PAULO. Bolsonaro mantém liderança e Haddad se isola na segunda colocação. 2018e. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/10/1982785-bolsonaro-mantem-lideranca-e-haddad-se-isola-na-segunda-colocacao.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. PT mantém apoio à Venezuela apesar de guinada ditatorial. 2018f. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/pt-mantem-apoio-a-venezuela-apesar-de-guinada-ditatorial.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GULLINO, D. Bolsonaro gastou 4 centavos por voto; Haddad, R\$ 0,70. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-gastou-4-centavos-por-voto-haddad-070-23198888>. Acesso em: 20 abr. 2019.

LOPES, M. S. **Narrativas simbólicas do lulismo: uma análise das campanhas eleitorais de Dilma Rousseff (2010 e 2014)**. Orientadora: Rejane Maria Vasconcelos Accioly Carvalho. 2016. 306 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

NOBRE, Marcos. A revolta conservadora. Questões da República. Revista Piauí. EDIÇÃO 147 | DEZEMBRO_2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-revolta-conservadora/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 26., 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 2002.

RAMALHOSO, W. Temer, o impopular: o que mudou no país em dois anos e meio de governo. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/30/temer-o-impopular-o-que-mudou-no-pais-em-dois-anos-de-governo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 30 out. 2019.

ROSSI, M. José Dirceu: “O problema do Bolsonaro é do PSDB e DEM. Sem Lula, temos Ciro e Haddad”. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/24/politica/1537815456_213002.html. Acesso em: 20 abr. 2019.

TELLES, H. A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 19, p. 97-125, 2016.

9

“*Deus acima de tudo*”: a performatividade religiosa como estratégia de legitimação de Bolsonaro, o “presidente cristão”

Emanuel Freitas da Silva¹

INTRODUÇÃO

A campanha presidencial de 2018, na qual se saiu vitorioso, pode ser considerada (sobretudo para o autor deste capítulo), o momento de consagração de Jair Bolsonaro como o candidato por excelência do chamado “povo cristão” - ou, melhor, daquilo que emergiu no Brasil, sobretudo nos anos 1990 e 2010, como o discurso aglutinador daquilo que lideranças religiosas com considerável capital religioso (utilizado como capital político), afirmaram ser o “povo cristão”.

¹ Doutor em Sociologia (UFC). Professor de Teoria Política (UECE) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas (UECE).

Tentarei mostrar, sucintamente, no que consistiu a legitimação de Bolsonaro diante da fatia do eleitorado brasileiro, o autodenominado “cristão”, operando o recorte de 2 segmentos que penso serem os melhores representantes desse empreendimento religioso-político: a) os evangélicos pentecostais; e b) os católicos carismáticos.

Sem dúvida, o uso da religião para fins políticos, com vistas a se legitimar como candidato diante da “maioria” da nação brasileira, também denominada “maioria cristã”, constituiu um importante mecanismo utilizado por Jair Bolsonaro, fazendo da “defesa dos valores cristãos” uma de suas divisas de defesa. Outra, igualmente importante, é a do ataque aos “direitos humanos”, acusados como “direitos de bandidos”, que foi extensamente analisada em outro lugar (SILVA, 2019). Assim, passemos ao que é o objetivo desse capítulo.

“Para ser uma grande nação, o Brasil precisa de um presidente honesto, cristão e patriota”.

Estas foram as palavras ditas pelo deputado Jair Messias Bolsonaro quando, em 2017, votou-se na Câmara dos Deputados o pedido de abertura de investigação contra o então presidente Michel Temer (do Movimento Democrático Brasileiro [MDB]).

No ano anterior, quando a votação dizia respeito à abertura do processo de *impeachment* Dilma Rousseff, no mesmo plenário, depois de homenagear o ex-deputado Eduardo Cunha (do MDB), o Messias pronunciou-se, dentre outras palavras, nos seguintes

termos: “Pela família, pela pureza das crianças em sala de aula [...] por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, meu voto é sim”; [pela cassação da presidente Dilma Rousseff].

Dias depois, o então deputado, acompanhado de seus filhos, deixava-se banhar nas águas do Rio Jordão, o mesmo em que, segundo os Evangelhos, Jesus, outro messias, havia sido batizado por seu primo, João Batista. O autor do batismo era o Pastor Everaldo, que havia sido candidato à Presidência da República pelo Partido Social Cristão (PSC), ao qual Bolsonaro pertencia quando do batismo. Sendo católico, deixava-se batizar por um pastor protestante, sinalizando submissão a um dos pontos essenciais para os evangélicos: deixar-se batizar nas águas.

No vídeo publicado em suas redes², agradecendo ao povo que se unira:

- E aí, Bolsonaro, você acredita que Jesus é o filho de Deus?
- Acredito.
- Você crê que Ele morreu na cruz?
- Sim.
- Que Ele ressuscitou?
- Sim.
- Está vivo para todo o sempre?
- Sim
- É o salvador da humanidade?

² Que pode ser acessado pelo endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=n6NKl46fTsl>.

- Sim.

- Mediante a sua confissão pública, eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Concluindo aquilo que me parece, hoje, ser um “todo”, Bolsonaro aparece em outro vídeo³, agradecendo ao povo que se unira:

“Contra Dilma Rousseff, que não representa o povo maravilhoso que somos nós, o povo brasileiro”.

E finaliza desejando a Temer que

“Deus o conduza com sabedoria até o final de 2018”.

Faço essas referências para introduzir, aqui, minha rápida análise daquilo que, na esteira de muitos outros analistas, considero um dos importantes pilares do bolsonarismo: a busca de legitimação dos discursos de Jair Bolsonaro a partir da semântica de identificação com os “valores cristãos”, o que considero, neste capítulo, uma “performatividade” e que, por sua vez, encontra-se com a disposição de um considerável número de religiosos (sobretudo do evangelismo pentecostal; mas não somente, chegando a contemplar inúmeros segmentos do catolicismo, sobretudo o de viés carismático) de legitimá-lo como

3

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7wVVaBlAzKU>.

um “enviado”, o homem certo na hora certa, o presidente cristão... o Messias.

Meu objetivo, aqui, é localizar o excelente desempenho de Bolsonaro entre religiosos, nas eleições de 2018, como o desdobramento inevitável:

a) *Da movimentação de atores do campo religioso, sobretudo de suas lideranças, intensificada na década de 2010, já iniciada desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1987;*

b) *Das próprias ações de Bolsonaro nos momentos prévios da eleição de 2018, bem como durante esta, iniciadas, como afirmei no início, no processo de impeachment de Dilma, entendidas aqui, tais ações, como performatividade religiosa;*

c) *E da sempre mais crescente presença de uma agenda política alicerçada em uma moralidade cristã que vem dando a tônica do debate político no Brasil desta década.*

Esses três elementos, dentre outros que poderiam ser acionados, parecem-me explicar minimamente o êxito de Bolsonaro em demonstrar que o Brasil precisava de um presidente “cristão” e que seria ele mesmo tal presidente. Ao final, mostro uma presença subalternizada do catolicismo como elemento estratégico do chamado bolsonarismo.

Aqui, tomo a liberdade de entender como “performatividade”, na esteira daquilo que inúmeros pesquisadores (de John Austin a Pierre Bourdieu, de Marcel Ducrot a Judith Butler, passando por Louis Althusser e chegando a Victor Turner) entendem como o poder de alguns agentes fazerem coisas com palavras, encenando, performatizando, enunciar, anunciando, representando. Ao que me parece, pois, Bolsonaro se mostrou digno de fé, para uma considerável parte do eleitorado religioso (sobretudo o evangélico), por ter performatizado melhor a incorporação da agenda cristã na política, desde seu combate aos direitos humanos, à famigerada ideologia de gênero, ao comunismo, à defesa da família etc, contrapondo-se àquela que, até então, havia sido a postura de candidatos à presidência: a) ele não mais precisaria mostrar, durante a campanha, que apoiava essa política, que não mudaria tal legislação (basta lembrar a Marina Silva e Dilma Rousseff na eleição de 2010); b) ele era a certeza de que nada mudaria, tudo ficaria como está e c) mais do que isso, “a minoria” não cristã haveria de entender, de uma vez por todas que nosso povo, nossa maioria, é cristã.

Penso que só Bolsonaro poderia dizer isso, performatizar a partir disso, saído das águas do Rio Jordão, tendo votado contra o petismo, denunciando aquilo que era denunciado nas pregações das igrejas etc.

Em 2018, 3 dos 11 candidatos estavam implicados diretamente com o segmento evangélico: Cabo Daciolo (“glória a Deus”), Marina Silva e Jair Bolsonaro. Respectivamente: a) um performático que demoniza

o secular e apregoa a submissão da política ao Deus bíblico (um fundamentalista, portanto, embora tenha ganho a simpatia do público, ficando em 6º lugar, com mais de 1 milhão de votos); b) uma evangélica aparentemente moderada e que, exatamente por isso, não se legitimou diante dos mais aguerridos “soldados de Cristo” (minguando dos 20% das 2 últimas eleições para 1% em 2018); e, por último c) o nosso Messias, que, mesmo sendo católico, agradou o segmento pelo fato de ter assumido para si as lutas em torno das questões dos costumes.

Jair Bolsonaro performatizara, já bem antes da eleição, uma representação do defensor de valores cristãos, e nisso me parece estar parte da explicação de seu êxito eleitoral e da perenidade do apoio que continua a ter perante esse segmento. Assim, longe de ser mero apoiador das pautas morais, Bolsonaro emergira como um político cristão, uma vez que, mesmo sendo e permanecendo (ao menos em tese) católico, deixou-se batizar nas águas, encampou a agenda moral e fez, de um versículo bíblico, o *slogan* de sua campanha:

“Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8:32).

1. Religião e política em nossa década

A análise dos últimos pleitos presidenciais nos permite elaborar um recorte preciso, dentre muitos

que são possíveis, e perceber um dado significativo, ao menos para os propósitos deste capítulo: a presença marcante de uma semântica religiosa, seja para interpretar a disputa em curso, seja para legitimar a agenda política de lideranças religiosas diante dos candidatos mais competitivos (e, assim, legitimar as próprias lideranças religiosas frente no campo político), ou mesmo para inscrever a pauta moral dos grupos religiosos na agenda dos candidatos competitivos.

Estudos observavam a presença e a escolha política de lideranças religiosas em ascensão já durante a campanha presidencial de 1989, com o voto declarado de algumas lideranças pentecostais em Fernando Collor de Mello (então no Partido da Reconstrução Nacional, o PRN), com uma interpretação da eleição a partir do imaginário da religião - “guerra santa”, “batalha espiritual” (MARIANO, 1992). As eleições seguintes seriam acompanhadas por um crescimento político de lideranças religiosas, protestantes sobretudo, nos espaços de representação política como um possível resultado do crescimento demográfico desse segmento no Brasil. Assim, muitos são os estudos que analisam como “os atores religiosos movimentam-se e trazem a público sua linguagem, seu *éthos*, suas demandas, nas mais diversas direções” (BURITY, 2008, p. 84).

Vale salientar que, se haviam sido recorrentes empreitadas políticas de lideranças religiosas cristãs do segmento evangélico⁴ ou mesmo da ala mais progressista da Igreja Católica - como é o caso das

4 Com atuação política, inclusive parlamentar, desde a Assembleia Nacional Constituinte, de 1987.

Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)⁵ -, não se observavam tomadas de posição mais claras no jogo político por parte de lideranças da Renovação Carismática Católica (RCC), como se pôde observar a partir das eleições de 2010⁶ (quando apoiou a candidatura de José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB), e ainda mais nas eleições de 2014 (quando apoiou o candidato Aécio Neves, também do PSDB⁷), no que tange ao voto presidencial, sendo a RCC o segmento católico com maior crescimento de engajamento das disputas eleitorais dos anos 2010. Isso porque, desde 2010, vimos “uma reposição dos temas na agenda política da maioria dos grupos religiosos favorecendo as questões de cunho moral e privado” (MACHADO, 2012b, p. 34)⁸ .

No que tange à participação de atores do campo religioso nas disputas eleitorais no Brasil contemporâneo, algumas considerações são necessárias. Cecília Mariz (2006) compreende as inserções da Renovação Carismática Católica na política pensando as relações que o movimento estabelece com os dilemas dentro do catolicismo com as “cosmologias modernas” da

5 Sobre isso, ver MAINWARING (1989).

6 Particularmente naquela contra a legalização do “aborto”, o que pôs importantes lideranças do movimento em aberta oposição à candidatura de Dilma Rousseff (do PT), mesmo depois que a candidata havia publicado uma “carta” em que se comprometida a não modificar a legislação então vigente sobre o tema. Sobre isso, ver Machado (2012b).

7 Apoio observado, sobretudo, pela participação de cantores da RCC, como Celina Borges e a banda Anjos de Resgate, no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) do candidato.

8 Embora estudos como os de MIRANDA (1999) e MACHADO (2006) tenham observado tal empreitada da RCC já nos anos 1990, sustento aqui que a mudança, nos anos 2010, se deu em relação a uma militância mais perceptível no que tange à disputa presidencial, e não nas disputas legislativas, como os estudos apontavam.

vida social, pondo-se em diálogo, por vezes conflitivo, com as estruturas e os grupos do mundo secular, exercitando uma “barganha cognitiva” engendrada por uma reflexividade a partir do embate com os valores “do mundo”, cada vez menos capturados ou formatados pela teologia cristã⁹. Assim, o movimento tem apresentado declarada oposição à agendas políticas “modernas” (no sentido de opostas à “tradição”), sustentadas por partidos progressistas, como o Partido dos Trabalhadores, levando o movimento a uma forte oposição ao partido durante os pleitos observados (2010, 2014 e 2018).

Por sua vez, Joanildo Burity (2015), ao tratar das dimensões da religião na cena pública, elenca como uma chave de compreensão para as atuais modalidades de tal “encenação” as noções de “agência” e “antagonismo”. Para o autor, a atual mobilização política de grupos religiosos em torno de agendas públicas que, de uma forma ou de outra, dizem-lhe respeito, pode ser compreendida como uma “agenda reativa” às inúmeras mudanças em temáticas que lhes são caras (comportamentos, direitos de minorias, cotas etc), “rápidas” por demais e que, por isso mesmo, ameaçam “profundamente valores e práticas tradicionais, provocando assim uma tentativa de reinserção de vozes

9 Em seu estudo sobre a ética das grandes religiões mundiais, Weber (2012) destacou o confronto instaurado pelas “religiões de salvação”, no que tange ao tensionamento de seus fiéis com a realidade material, que se destitui de qualquer valor ou significado diante da realidade espiritual apregoada por estas, uma vez que toda a existência material é explicada a partir dos valores éticos assumidos por tais religiões.

religiosas” em um mundo cada vez mais tendente à secularização, tendo, pois uma “conotação conservadora”, pois busca interromper ou reverter mudanças que tragam prejuízos à pregação religiosa; ou como uma “agenda construtiva”, por meio da qual os grupos religiosos buscariam refazer suas posições para responder aos desafios contemporâneos que lhes são impostos pela sociedade. Concordando com o autor, observo a mobilização contra a “ideologia de gênero” como a faceta “reativa” dos grupos religiosos, assim como o “Escola Sem Partido” e o “Estatuto da Família”, temáticas que contam com considerável apoio entre os membros do movimento, como sua faceta “construtiva” no atual cenário de engajamento dos atores religiosos no campo político.

Completando o quadro de análise, Maria das Dores Machado (2015, p. 48) destaca que, apesar de já se verificarem interesses nos processos eleitorais da década de 1990, os últimos anos têm apresentado um importante aumento desse segmento nas casas legislativas, engendrando, junto com políticos advindos das igrejas pentecostais, “uma posição de ativismo político com o propósito de restaurar ou criar uma nova cultura política no país”, postando-se, tais políticos, como “farol ético da sociedade brasileira”. Isso porque tais lideranças se veem como arautos de um “dever moral de participar da política e de mudá-la”, em especial com o avanço de pautas identificadas com os Direitos Humanos ou com pautas de minorias, representadas por tais segmentos como “trevas” a

serem combatidas pela participação política, encarada nos termos de uma “batalha espiritual”:

[...] atentos aos movimentos culturais que questionam a ordem de gênero e a moralidade sexual cristã e percebendo a importância crescente da normatividade legal e do ideário dos direitos humanos na sociedade contemporânea, pentecostais e carismáticos se esforçam para readequar seus discursos e suas formas de atuação na sociedade mais ampla [...] associação da evangelização a uma forma de batalha, na qual os que não seguem o cristianismo devem ser combatidos. Ou seja, o discurso predominante tanto entre carismáticos como entre pentecostais parece advir da teologia da guerra ao mal que, em diferentes momentos da história ocidental, gerou perseguições às minorias culturais (MACHADO, 2015, p. 65-66)

Se a mobilização contra qualquer que fosse a mudança a ser efetuada na legislação acerca do aborto havia sido o mote primordial a aglutinar setores dos mais diversos segmentos religiosos, evangélicos pentecostais e católicos carismáticos, sobretudo em torno da candidatura de José Serra contra Dilma Rousseff, em 2014 essa “aliança” estaria mais explícita ainda em torno da candidatura de Aécio Neves, também contra Dilma. À problemática do aborto se juntava, agora, o “pânico moral” engendrado em torno das questões de gênero, alcunhada “ideologia de gênero”¹⁰, e contava com o auxílio, no enfrentamento político do debate, da candidatura do Pastor Everaldo do (PSC), para o efetivo trabalho discursivo de legitimação da agenda religiosa no debate eleitoral, como salientado

10 Sobre a mobilização católica contra a questão de gênero, ver Silva (2017).

pelo primoroso estudo de Magali Cunha (2017) sobre a candidatura do pastor.

Estaríamos, pois, diante de um “neoconservadorismo evangélico-católico”, cuja bandeira maior, com uma considerável atuação nas mídias digitais, seria a “salvação da família”, em especial contra o que consideram ser uma “ditadura gayzista” que busca “impor seu estilo de vida” ao conjunto da população; assim, essa bandeira se torna uma “única” a congregar católicos e evangélicos na luta “contra a ideologia de gênero” e a favor de um “político cristão”.

Tal congregação de interesses é ilustrada pela autora por meio da similitude de argumentos postos em circulação tanto pelo Pastor Silas Malafaia, da Igreja Assembleia de Deus, quanto pelo Padre Paulo Ricardo, importante pregador da Renovação Carismática Católica, ambos liderando “cruzadas” pela retirada do termo “gênero” e seus semelhantes dos planos de educação, e que se postam como os maiores líderes de cada um dos seguimentos a influenciar a tomada de decisão eleitoral de seu público.

Assim, a atuação deliberada de atores do campo religioso na política eleitoral possibilita a compreensão do ativismo religioso conservador que, caucionado em uma visão negativa da política brasileira, da qual precisariam “libertar” o país, vai mobilizando-se na perspectiva de construção de uma nova cultura política no país, crente no “dever moral” de interferir nos rumos das disputas.

2. Algumas notas sobre a presença da religião na campanha presidencial

Conhecido como deputado do “baixo clero”, sobretudo por conta de sua inexpressividade durante os quase 30 anos de mandato parlamentar, com 3 filhos igualmente iniciados na vida política, Jair Bolsonaro, legitimou-se, a partir de 2011, como um deputado “polêmico” por suas posições anticivilizatórias de oposição a conquistas de direitos, em especial de minorias, em diversas entrevistas e em pronunciamentos no plenário da Câmara dos Deputados¹¹.

Em 2017, durante visita ao Estado do Pará, quando já ensaiava os primeiros passos de sua plataforma de campanha, o então deputado fez um inflamado discurso que encerrou nos seguintes termos:

“Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias”.

Em junho de 2018, o então inexpressivo Partido Social Liberal (PSL) realizaria sua convenção nacional na qual escolheria o nome do deputado como seu candidato à Presidência da República, tendo o general Hamilton Mourão (do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, o PRTB) como seu candidato a vice, depois das recusas de Janaína Pascoal (do PSL) e do então

11 Sobre isso, ver Silva (2019a).

senador Magno Malta (do Partido da República, o PR). A partir daí se veria uma campanha alicerçada nos seguintes elementos: a) defesa de valores caros aos grupos religiosos cristãos (família tradicional, oposição ao aborto, legitimidade do cristianismo como religião da “maioria” etc); b) oposição aos direitos humanos; c) defesa da liberação do porte e da posse de armas; d) oposição à “militância”; d) defesa de legislação mais branda em relação ao meio ambiente; e) agenda de aproximação máxima com os Estados Unidos da América e de distanciamento do Mercosul, dentre outros elementos.

Destaque-se, acima de tudo, a ênfase na legitimidade de apresentar-se como a candidatura “antipetista” por excelência e, nesse sentido, a que melhor correspondia aos interesses do campo religioso que vinha caminhando em oposição ao partido nas duas últimas eleições, o que concederia ao candidato o apoio explícito por parte do segmento, sobretudo dos pentecostais protestantes e católicos, antes e durante a campanha. Isso o obrigaria a *semantizar religiosamente a disputa*, sobretudo por meio de *fake news* direcionadas a esse segmento, o que parece ter feito de modo exitoso¹² .

Durante a campanha, várias foram as pesquisas de intenção de voto que mostravam o então candidato à frente em todos os segmentos religiosos, com destaque para os dois citados¹³ .

12 Sobre isso ver Silva (2019b).

13 Sobre as relações entre religião e o candidato ver Almeida (2018).

Um dos momentos mais marcantes durante a campanha, no que tange à semântica religiosa, deu-se em 18 de agosto, por ocasião do debate promovido pela Rede TV! com os candidatos à presidência. No enfrentamento com a candidata Marina Silva (da Rede Sustentabilidade, a REDE), evangélica, Jair Bolsonaro se dirigiu à sua oponente nos seguintes termos:

“Senhora Marina Silva, armamento. Eu sou favorável que o cidadão de bem tenha posse de arma de fogo. A senhora concorda com isso ou não?”.

A resposta de Marina foi “*não*”, e Bolsonaro, durante a réplica, tratou de desqualificá-la diante do eleitorado evangélico:

“Temos aqui uma candidata evangélica que defende o plebiscito para a maconha, e quer agora defender a mulher. Você não sabe o que é ser uma mulher, Marina, e ter um filho jogado no mundo das drogas. Você não sabe o que é isso para você defender um plebiscito nesse sentido. Eu defendo a mulher, inclusive eu defendo a castração química para estupra-dores. No tocante à arma de fogo eu defendo, sim, que a mulher de bem, a mulher preparada tenha a posse de uma arma de fogo para se defender se assim ela o desejar”.

A tréplica de Marina, para quem o candidato propunha toda resolução “no grito”, foi que, sendo mãe, queria, como todas as outras, “de bem”, cada filho fosse educado para ser cidadão:

“Você um dia desses pegou uma mãozinha de uma criança e ensinou como atirar”.

Ela finalizou seu argumento com uma questão:

Você sabe o que a Bíblia diz sobre ensinar uma criança? Ensina uma criança no caminho que deve andar e até quando for grande não se desviará do caminho. Esse é o ensinamento que você quer dar? Numa democracia o Estado é laico.

Contraargumentando, o candidato sugeriu que Marina lesse “o livro de Paulo”, numa implícita sugestão de silenciamento da mulher em uma igreja.

No início do segundo turno, em 18 de outubro, Jair Bolsonaro visitou o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta, em mais uma demonstração de aceno ao eleitorado religioso. Na ocasião, agradeceu o apoio do Arcebispo e se comprometeu com a:

“Defesa da família, em defesa da inocência da criança na sala de aula, em defesa da liberdade das religiões, contrário ao aborto, contrário a legalização das drogas, ou seja, um compromisso que está no coração de todo brasileiro de bem”.

Usando uma pulseira vermelha, em que se lia “ungido pelo sangue de Deus”, o candidato afirmou:

“Não queremos mais flertar com o desconhecido, nem com aquilo que não deu certo em lugar nenhum do mundo. Então esse compromisso, mesmo não estando em papel, já estava em nossos corações”.

2.1- Algumas cenas evangélicas

Ana Paula Valadão, líder do ministério de louvor *Diante do Trono* (e da Igreja da Lagoinha, em Belo Horizonte), divulgou vídeo em suas redes sociais, definindo-se como “pessoa de bem” e como opositora da “corrupção”. Ana afirma a seus súditos que

“Não importa se você concorda ou não com Bolsonaro em tudo o que ele fala ... contra a permanência do PT... se você votar nele a gente tira o PT de vez” (VALADÃO, 2018).

A mensagem parecia clara: mesmo havendo faltas do candidato que não poderiam ser defensáveis em uma linguagem cristã, elas pouco significariam diante do objetivo maior, tirar o PT do poder.

Ao que parece, pois, a cantora parecia cônica da falta de propostas do candidato, tratando-se, antes de tudo, de uma antiescolha que se mostrava necessária: não votar no PT. Em outro vídeo, ela conclama seus seguidores à responsabilidade de posicionar-se “a favor dos princípios bíblicos e não deixar a trincheira, a linha de frente da batalha”, em relação ao momento político, escolhendo, desse modo, “fazer parte da história de livramento da nação brasileira” e indaga se seu interlocutor está usando o voto para “perpetuar a degradação moral” ou contra a “enxurrada de malignidades”. Como ela conclui, seria preciso, segundo ela:

“Votar em quem vai derrubar a esquerda dessa nação” [...] “votar no Bolsonaro”. [...] “Eu preciso tirar essa esquerda podre do país”.

A direita seria aquela que teria “os representantes dos valores cristãos”, pois a esquerda “corrompe valores morais”.

O Bispo Edir Macedo, chefe maior da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e da Rede Record, posicionou-se em sua conta no *Facebook*, na semana final do primeiro turno, a favor de Jair Bolsonaro.

Como se sabe, depois de “*ser convencido pelo Espírito Santo*”, na eleição de 1989, Macedo declarou voto em Collor e levou a cabo uma intensa campanha contra Lula, usando, durante um dos cultos, uma camisa em que se via a imagem de Collor, chamou Lula de diabo. Contudo, ele foi de vital importância para as vitórias de Lula e Dilma e sua legitimação em parte considerável do meio evangélico, mas entrou como soldado na fileira da campanha bolsonarista.

No dia 30 de setembro, um vídeo do candidato foi exibido durante culto na Assembleia de Deus Ministério Belém, em São Paulo, sob a chefia do pastor José Wellington Bezerra. Intensamente aplaudido quando no início da exibição, Bolsonaro saúda a “defesa da família, contra o aborto, contra as drogas”, levada a cabo pelo casal que lidera a igreja. “Juntos resgataremos essa nação”, diz ele, despedindo-se com seu slogan “O Brasil acima de todos, Deus acima de tudo”. Ao final o pastor, falando dos “30 dias de oração pelo Brasil”, pediu iluminação divina para reconduzir os parlamentares de São Paulo, “que já estão lá” (referindo-se à reeleição). José Wellington diz que “17 é preciso estar lá”, em uma referência explícita ao número do candidato. E qual era sua orientação aos fiéis? “Não votar à esquerda”.

Em outras palavras, dar um voto antiPT. Dirigindo-se ao capitão, ele arremata:

“O senhor fala aquilo que os evangélicos gostariam de ouvir, com o apoio dos evangélicos

o senhor cumprirá os seus compromissos junto conosco”.

Um presidente para evangélicos, pois, parece ser o desejo dessas lideranças, como se o país consistisse apenas de tal contingente.

2.2- Algumas cenas católicas

O apoio de lideranças, sobretudo sacerdotes, da RCC ao candidato Bolsonaro, e a forte oposição, alicerçada sobretudo em informações falsas, a Fernando Haddad (do PT) durante a campanha de 2018 foi intensamente acompanhada pelo autor deste capítulo. A participação no grupo da RCC me permitiu observar que o apoio de lideranças católicas à candidatura de Jair Bolsonaro, já desde o primeiro turno, legitimou-se recorrendo à retórica do “inimigo vermelho” a ser derrotado em nome dos “valores cristãos”, principalmente a partir da “ameaça comunista”, que consistiria na perseguição aos cultos religiosos, no vilipêndio aos símbolos sagrados e, em especial, no famigerado “kit gay”.

O Padre Paulo, ligado à Comunidade Católica Canção Nova (sediada em Cachoeira Paulista, SP), por exemplo, sugeriu que o episódio da facada no candidato Bolsonaro, ocorrida em 6 de setembro de 2018, teria sido planejado “para calar a verdade” a ser dita aos brasileiros por ele, comparando-o a um “mártir dos tempos modernos”, vítima de “mentiras” (o vídeo por ser visto aqui: <https://www.youtube>.

[com/watch?v=qvNe82soUEE](https://www.youtube.com/watch?v=qvNe82soUEE)). O sacerdote dizia essas coisas a uma plateia de jovens carismáticos que participava de um encontro de oração. Esta respondeu com gritos de “Mito! Mito! Mito!”, adjetivação com a qual os seguidores de referiam-se ao candidato. O que o sacerdote denominava como *mentiras* eram apenas as análises e os desdobramentos, por parte dos outros candidatos, das posições de Bolsonaro.

Outro importante sacerdote da RCC, ex-membro da Comunidade Canção Nova, a se pronunciar a favor do candidato foi Cleidimar Moreira, por não votar “em nenhum candidato da esquerda” nem ser “julgado pelo pecado da iniquidade” (a eleição, portanto, vista em termos espirituais - votar na esquerda seria cometer iniquidade, o que não o faria “herdar o reino dos céus”). Só assim um católico seria “contra a ideologia de gênero” -, o padre cantor declarava que o Brasil só seria renovado “com Bolsonaro presidente”.

O Padre Antônio Furtado, membro da Comunidade Católica Shalom (sediada em Fortaleza), durante a “festa dos arcanjos”, que reuniu cerca de 20 mil pessoas, realizada no dia 29 de setembro de 2018, iniciou sua homilia lendo o capítulo 12 do livro bíblico do “Apocalipse”, e fez seus fiéis repetirem, inúmeras vezes, a expressão “dragão vermelho”, para se referir ao demônio. Vermelho, a cor da esquerda; mais precisamente, a cor do PT. Ele relembrou as mensagens das supostas aparições da Virgem Maria em Fátima (Portugal), no ano de 1917, destacando a necessidade do “anticomunismo russo”.

Disse ele:

“Esse dragão, esse bicho vermelho, está mais presente do que você imagina. Ele tem cabeças pensantes no mundo para impedir a ação da igreja”.

Com suas “televisões, cantores, políticos, empresários”, o dragão, sempre nomeado como “vermelho” com cabeça em “estrelas” (mais uma referência ao PT), estaria em plena ação, sobretudo no momento das eleições.

Os governos, disse ele, seriam constituídos por “sujeitos conduzidos pelo dragão”. Para não deixar dúvidas acerca de sua associação entre o dragão-demoníaco e o PT (portanto, naquele contexto, o candidato Fernando Haddad), o padre concluiu dizendo:

“Até a cor do dragão você sabe, a Bíblia diz, até a cor você sabe qual é, cuidado com esse dragão”. [...] “Não deixe que o Brasil seja entregue aos abortistas, aos mentirosos, aos destruidores da família”.

Mostra-se interessante informar ao leitor que, durante o pleito de 2010 outro padre, José Augusto (da Canção Nova), também se referiu ao PT como um “perigo tenebroso”, e dar um voto à candidata Dilma Rousseff significaria “ir ao inferno”. O PT ganhou

direito de resposta e a TV Canção Nova emitiu nota se dizendo independente das declarações dadas¹⁴ .

Quanto à questão sobre a legitimidade do catolicismo, ou de suas lidranças, diante de Bolsonaro, penso que se trata de uma dimensão diminuta, se comparada àquela dos evangélicos. Se durante a campanha várias foram as visitas a e as aparições com líderes evangélicos, ou em igrejas, apenas uma, no segundo turno, foi observada envolvendo o catolicismo: a visita, também feita por Fernando Haddad, ao Arcebispo do Rio de Janeiro, cardeal Dom Orani Tempesta. Deputados da RCC (Eros Biondini e Ironi Spuldorado à frente) foram, também no segundo turno, à residência do candidato, orando e lendo uma passagem que remetia à “busca da verdade”, relacionando-a ao *slogan* da campanha. A vitória de Bolsonaro foi ali profetizada:

[Como uma] “ação sobrenatural sobre toda a nação”. [...] “Que teus anjos sejam os seguranças de cada urna, de cada seção, porque

14 Apesar disso, uma análise distinta das posições da referida comunidade pode ser encontrada em Procópio (2019). Nesse texto, o autor analisa o discurso de votação de 4 parlamentares com relações com a RCC no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) e, quando se chega ao caso do deputado mineiro Eros Biondini (do Partido Republicano da Reconstrução Social, o PROS), que votara elencando o nome da comunidade Canção Nova, pondera-se que muitos comentários, no *site* da Comunidade, opuseram-se ao voto do deputado, que não expressaria a comunidade. O que se pôde ver, durante a campanha aqui em questão, foi uma tomada de posição da Comunidade, e da RCC em geral, em apoio a Jair Bolsonaro, o que ficou bastante nítido quando da ida do candidato, já eleito, à sua sede, em Cachoeira Paulista, tendo sido recebido pelo fundador, Padre Jonas Abib, pela co-fundadora, Luiza Santiago, e por vários outros de seus membros. Assim, a análise aqui produzida contrapõe-se à de Procópio (2012).

sabemos que a urna é o grande instrumento de libertação”.

A mesma disposição para “orar por” não foi vista em relação a Haddad, o que mostra, pois, a escolha do movimento carismático, em suas autoridades, a favor do candidato do PSL. Logo após o segundo turno, no início de novembro, o presidente eleito visitou a sede da Canção Nova e ali recebeu orações de Padre Jonas Abib, Luzia Santiago e Padre Eduardo Doughert.

Esses episódios servem como ilustração daquilo que argumento nesse artigo: a escolha deliberada, em termos religiosos, do voto em Jair Bolsonaro, por parte de lideranças da RCC, durante a eleição de 2018.

Isso porque, ao que parece, o candidato reunia em si dois elementos que alçavam a condição de maior importância à razão de ser do voto carismático: a defesa da agenda cristã acompanhada do antipetismo.

Conhecido como deputado do “baixo clero”, sobretudo por conta de sua inexpressividade durante os seus quase 30 anos de mandato parlamentar, com 3 filhos igualmente iniciados na vida política, Jair Bolsonaro, se legitimou-se, em especial a partir de 2011, como um deputado “polêmico” por suas posições anticivilizatórias de oposição a conquistas de direitos, principalmente de minorias, em diversas

entrevistas e pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados¹⁵ .

3. Considerações Finais

Haveria muitos outros fatos a narra/analisar aqui no que tange a essa linha de força do bolsonarismo, ou seja, a utilização performática da religião como sua legitimadora. Em cadeia nacional, ao vivo, depois de anunciado oficialmente o resultado das eleições de 2018, vimos Magno Malta tomar a frente da cena, na casa de Bolsonaro, e dizer que aquela jornada - a campanha - havia sido iniciada “orando”, e que ninguém conseguiria explicar como conseguiram arrancar o país “dos tentáculos da esquerda”, a não ser “com a mão de Deus”.

Mostra-se interessante notar a miscelânea explícita entre campanha e religião nas palavras do irmão:

Foram anos de luta, falando com o povo, pedindo a tua proteção, falando sobre família, falando sobre o país, cuidando das nossas crianças. Deus na nossa vida, Deus na vida do nosso país [...] é um momento de gratidão pelo que fez: levantou Jair Bolsonaro, duas vezes, porque o Senhor não permitiu que a morte o tragasse no momento de expectativa do povo brasileiro [...] compreensão do povo brasileiro para que ele possa ter tempo de reparar o que precisa ser reparado [...] a partir dessa data ele passa a ser presidente de todos nós, um cristão verdadeiro, um patriota, cheio de fé, de coragem e de esperança [...] evangélicos, espíritas, católicos, confissões de fé de um país majoritariamente cristão. [...] O Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

15 Sobre isso, ver Silva (2019).

Neste plano, haveria muito mais a ser dito sobre a performatividade religiosa durante a campanha. Fica para outro escrito. Talvez baste, por ora, mencionar a oração feita por um pastor antes da cerimônia de diplomação, no Tribunal Superior Eleitoral. Em todos os momentos, a preocupação de ele, Jair, inscrever-se na memória do “povo evangélico” como um dos seus; um cristão, ao certo, mas sobretudo evangélico, que frequenta templos os mais diversos, da Igreja Universal do Reino de Deus à Assembleia de Deus, de sinagogas aos Batistas, menos, obviamente, templos católicos. Um presidente que escolhe ministros evangélicos (Onyx Lorenzoni, Damare Alves, Marcelo Antonio, André Luiz Mendonça e Luiz Eduardo Ramos), que vai à Marcha pra Jesus, que pretende nomear para o Supremo Tribunal Federal um ministro “terrivelmente cristão”, que entrega a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) a evangélicos, que nomeia um procurador que não se oporá aos valores cristãos etc. Aliás, a própria criação de um “Ministério da Família” aponta um *recall* a esse segmento, mantendo a performatividade iniciada durante a campanha.

Se, pois, na pré-campanha, passando pela campanha e chegando ao governo, vemos um Jair tergi-versar em 1 dos pilares que lhe deram sustentação (o liberalismo/não-intervenção na economia), com 2 deles guarda uma estreita fidelidade: a) o antipetismo e b) a aceno aos cristãos, evangélicos antes de tudo. É à pauta dos evangélicos, que passa pelo antipetismo, que ele deve sua maior fidelidade, pretendendo aí constituir um povo para chamar de “seu”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. “Deus acima de todos” In: Companhia das Letras (Org.). **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (p. 35-51).

BURITY, J. Religião, política e cultura. **Tempo Social**, v.20, n.2, 2008, p. 88-113.

_____. A cena da Religião Pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional”. **Novos Estudos**, São Paulo, n.102, 2015, p.93-109.

CUNHA, M. “É preciso salvar a família”: gênero, religião e política no contexto do neoconservadorismo evangélico nas mídias no Brasil In: CUNHA, M.; LOPES, P.; LUI, J. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heirinc Böll/ Instituto de Estudos da Religião, 2017.

MACHADO, M. D. **Política e Religião**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, São Paulo, n.7, p. 25-37, 2012b.

_____. Religião, Cultura e Política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n.32, vol. 2, p. 29-56, 2012a.

_____. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n.35, vol. 2, p. 45-72, 2015.

MAINWARING, S. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

MARIANO, R. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos**, São Paulo, n.34, p. 92-106, 1992.

MIRANDA, J. Católicos carismáticos e as eleições municipais de 2012. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol. 51, n. 2, p. 201-211, mai/ago 2015

_____. **Carisma, sociedade e política: novas linguagens o religioso no político**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

PROCÓPIO, C. P. O catolicismo carismático no impeachment de Dilma Rousseff. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, vol.9, n.1, jan-jun., p. 275-299, 2019.

_____. Carismatismo Católico e Eleições no Brasil. **Ciencias Sociales y religión**. Porto Alegre, v.14, p. 79-99, 2012.

SILVA, E. F. S. Os direitos humanos no “bolsonarismo”: “descriminalização de bandidos” e “punição de policiais”. **Conhecer**. Debate entre o público e o privado, Fortaleza, vol. 9, n. 2, p. 133-153, 2019a.

_____. Compartilhareis as *fakes* e as *fakes* me elegerão: uma análise das fakes mews anti-Haddad nas redes sociais de católicos carismáticos. **Agenda Política**, São Carlos, vol. 7. n. 2, p. 56-79, 2019b

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. 4.ed. Brasília: Ed. UnB, 2012.

10

Reação conservadora, novas mídias sociais e a eleição de Jair Bolsonaro

Vanderlei Souza Carvalho¹

Desde as manifestações de junho de 2013, havia na sociedade brasileira uma insatisfação dispersa. O Movimento Passe Livre (MPL) e outros movimentos em defesa do transporte público convocaram manifestações contra o aumento do preço das passagens e por melhorias da mobilidade urbana. Outros grupos insatisfeitos com muitas coisas começaram a participar. A violência policial contra manifestantes e jornalistas acabou chamando a atenção de outros segmentos, ampliou enormemente e inflamou as manifestações denominadas Jornadas de Junho de 2013.

Havia algo no ar, insatisfações diversas, atores antagonísticos no espectro político e ideológico, pautas

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf).

muito diversas e contraditórias no mesmo espaço de rua. Havia militantes de esquerda, de direita, adeptos de uma reação conservadora que se formava, jovens vestidos de preto, os chamados *black blocs* e até grupos identificados como práticas “neofacistas”. Pautas tradicionais de direita, como Estado mínimo, começaram a aparecer, bem como pedidos de intervenção militar, “fora todos”, “chega de marxismo e doutrinação nas escolas”, “fora Paulo Freire”, dentre outras reivindicações.

Aqui, o objetivo não é realizar uma análise das Jornadas de Junho de 2013, almeja-se apenas identificar o início de uma reação conservadora. Outro conjunto de manifestações voltou a sacudir o país. No ano de 2014, realizaram-se manifestações nas grandes cidades sob o *slogan* “não vai ter Copa”, contra a realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA no Brasil. Organizadas por uma gama bastante variada de movimentos, mas com expressiva participação de movimentos da esquerda mais radical, anarquistas e com forte presença dos *black blocs*. Sabendo que dificilmente barrariam a realização desse evento esportivo mundial, os manifestantes estavam tornando públicas suas insatisfações com os gastos na construção e na reforma de estádios “padrão FIFA” e com a promessa de obras de mobilidade urbana, que não apareciam como prioridade. Logo, as manifestações passaram a ter uma participação mais diversificada e começaram a se tornar, de fato, manifestações contra a presidente Dilma Rousseff. A presidente foi hostilizada na abertura da Copa do Mundo FIFA 2014,

no estádio do Sport Club Corinthians Paulista, em São Paulo.

Pouco tempo depois, outra onda de manifestações começou a tomar conta das cidades brasileiras, as manifestações “Fora Dilma” e “Fora PT”, reivindicando o *impeachment* da presidente. Aos protestos contra a presidente se somaram rapidamente manifestações contra a corrupção e em apoio à Operação Lava Jato - organizada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal para investigar a corrupção na Petrobras. A convergência entre uma crise econômica, uma crise de credibilidade dos representantes eleitos, a derrota na Copa do Mundo, porque não dizer, e a crescente insatisfação com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), ofereceram os motivos para grandes manifestações às quais a mídia tradicional passou a dar ampla cobertura, praticamente anunciando tais manifestações. A principal empresa de mídia do país, o Grupo Globo (TV aberta e sistema Globosat, rádios, revistas e jornal impresso), assumiu papel fundamental no processo. A TV Globo (TV aberta) e a Globo News (TV por assinatura) interromperam suas programações para dar maior visibilidade às manifestações. O resultado de tudo isso é que se criaram as condições de apoio popular ao golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016, apresentado nos meios jurídicos e midiáticos como processo de *impeachment*.

Esta introdução apresenta o quadro geral no qual se formou a onda conservadora e as bases sociais da nova direita. É característica marcante na

análise da mídia tradicional sua atuação na formação da opinião pública, favorável ou contrariamente aos projetos políticos em disputa na sociedade, os interesses econômicos que podem estar associados a este ou àquele projeto político. Assim, mostra-se necessário analisar o papel da mídia tradicional na formação da reação conservadora brasileira, assim como o “Procuradorismo” (a atuação dos procuradores do Ministério Público) por meio dos vazamentos seletivos de delações premiadas e a espetacularização das operações da Polícia Federal, formando uma aliança entre a mídia tradicional e as burocracias de Estado (Ministério Público, Polícia Federal e Poder Judiciário).

Beneficiários da mídia tradicional, os grupos e movimentos que originaram a reação conservadora passaram a se comunicar com a sociedade brasileira por meio das novas mídias sociais em busca de apoio e difusão de mensagens falsas, preconceituosas, moralistas, religiosas, misóginas e contrárias às conquistas sociais de importantes segmentos da sociedade brasileira. Através de mensagens pessoais e em grupos do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, de *microblogs* como ferramentas que possibilitam tratar de determinados assuntos em textos curtos, compartilhamento de conteúdos na rede social *Facebook*, no *You-Tube* e em *blogs*, em geral nos subterrâneos da internet; tecnologias de comunicação e de mensagens rápidas e redes sociais de acesso fácil à grande maioria das pessoas passaram a funcionar a todo vapor na difusão

de mensagens que se espalharam como rastilhos de pólvora, atingindo rapidamente milhões de pessoas.

Este capítulo busca discutir o contexto e os eventos acima apresentados. Uma primeira parte apresenta de modo mais detalhado a reação conservadora, suas bases e as principais ideias envolvidas, explorando as características dessa nova direita, como o antipetismo e o elitismo excludente. Em seguida, há uma análise do papel desempenhado pela mídia tradicional de forma mais sistemática e fundada em estudos sobre o papel desempenhado pela mídia em momentos importantes da política brasileira, especialmente nas eleições. A terceira parte traz uma breve discussão, ainda introdutória, da importância das novas mídias sociais no contexto da reação conservadora e no processo eleitoral brasileiro e, principalmente, sua influência na eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018.

O texto tem caráter ensaístico em grande parte, com poucas citações e referências a pesquisas e teorias, em especial na parte relativa às novas mídias sociais, abordadas apenas relativamente a sua contribuição para a difusão das informações necessárias à consolidação da reação conservadora e à eleição de 2018. Trata-se de uma primeira reflexão sobre acontecimentos recentes e, por assim dizer, ainda no calor dos acontecimentos, sem o distanciamento necessário para uma abordagem sistemática e baseada em pesquisas mais rigorosas. A reflexão sobre acontecimentos recentes, cujos desdobramentos ainda estão por se revelar, implica o risco de sim-

plificações e conclusões apressadas. Entretanto, um ensaio a partir da observação e de leituras no calor dos acontecimentos configura um registro e fonte para estudos posteriores mais sistemáticos, isso já justifica a importância das reflexões aqui empreendidas. Espera-se, assim, fornecer elementos para a compreensão da conjuntura brasileira em que ocorreram as eleições de 2018 e os impactos produzidos pelo resultado desse processo eleitoral.

1. A reação conservadora: o surgimento de uma nova direita no Brasil

Uma onda conservadora varreu o país nas eleições de 2018. O que essa reação conservadora tem de característica mais visível é o antipetismo, por identificar no PT e em seus governos de conciliação de classes uma tentativa de implantação do socialismo ou comunismo, segundo uma leitura política muito particular, não compartilhada nos meios acadêmicos e políticos do Brasil e do mundo, defendida apenas por ideólogos neoconservadores e moralistas.

Tal reação conservadora cunhou as bases de uma nova direita, que, em sua expressão mais popular, caracteriza-se por difundir narrativas marcadas por um anti-intelectualismo militante, que acabou por produzir o empoderamento ou, no mínimo, o encorajamento da ignorância e da estupidez torpe. Narrativas fantasiosas, preconceituosas e obscurantistas foram mobilizadas contra uma maior sofisticação dos posicionamentos de segmentos formalmente mais

“cultos” da sociedade, acusados de “politicamente corretos”.

Em sua expressão institucional, a nova direita que venceu as eleições é bem mais ideológica do que a tradicional direita fisiológica, com a qual o Brasil vinha convivendo. Há mais de três décadas, a direita tradicional atuava dentro dos governos de centro (José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso [FHC]) e de centro-esquerda (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), oferecendo certa estabilidade ao pacto da Nova República, cuja expressão mais emblemática era o papel desempenhado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB - atual Movimento Democrático Brasileiro [MDB]), até o golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016, formalmente apresentado nos meios jurídicos e midiáticos como processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Diferente da direita tradicional, a nova direita está enraizada na própria população, forjada nos preconceitos e no autoritarismo societário de cidadãos médios, comuns, deste país de cultura política autoritária. São quadros da nova direita pastoras e pastores evangélicos, sacerdotes católicos (em menor número), militares, donos de terras e a classe média urbana, além de um ideólogo polemista autodidata, que se apresenta como alguém versado em Filosofia, e seus discípulos. Esse arranjo policlassista encontra amplo apoio nas camadas populares analfabetas e semialfabetizadas, sob forte influência das doutrinas e apreensões religiosas e moralistas sobre pautas

comportamentais, atuando contra a diversidade e os direitos de gênero, os direitos reprodutivos e as lutas dos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTT). Todos esses segmentos sociais se articulam e se informam por meio de mensagens em grupos do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, pelos *microblogs*, com compartilhamento de conteúdos na rede social *Facebook*, no *YouTube* e em *blogs*, em geral nos subterrâneos da internet.

O complexo conjunto de atores e segmentos sociais que forma a nova direita não pode ser descrito apenas como reação de pessoas ignorantes e estúpidas contra o comunismo, o politicamente correto, a degradação moral de jovens e a desestruturação da família. Essa é sua vertente mais popular e um tanto caricatural na comunicação via redes sociais e aplicativos de mensagens de alcance amplo. Em sua vertente mais ajustada às apreensões e visões de mundo das classes média e alta, figuram como reivindicações frequentes o combate à corrupção e à hegemonia da esquerda no poder desde 2002 com o PT, mas já com o PSDB para muitos segmentos da nova direita, o país caminhava na trilha do esquerdismo. Nas manifestações de rua eram comuns os pedidos de “intervenção militar constitucional”, mas não faltaram referências ao “marxismo cultural”, que estaria presente na educação via adoção de autores vinculados à tradição marxista, especialmente Antonio Gramsci e Paulo Freire. É certo, entretanto, que associado ao moralismo e ao antimarxismo da nova

direita, encontram-se também interesses políticos e econômicos das classes dominantes, da elite política nacional que após anos de conciliação de classes, tão logo o cenário começa a se tornar favorável, movimenta-se para a direita em uma ofensiva neoliberal restauradora (BOITO JR., 2016).

A nova direita começou a se formar nas Jornadas de Junho de 2013, nos movimentos “Não Vai Ter Copa”, nos protestos contra a presidente Dilma Rousseff e nas manifestações favoráveis à Operação Lava Jato e à “guerra à corrupção”. Fortemente beneficiada pela mídia tradicional em sua aliança imediata com as burocracias de Estado, notadamente o Ministério Público, a Polícia Federal e o Sistema Judiciário de modo geral - referido nos meios acadêmicos como “Procuradorismo” ou “Partido dos Procuradores”. A vinculação ao combate à corrupção, uma vez estabelecida a caçada a petistas e aliados, bem como a empresários que tinham negócios com o Governo Federal nas administrações petistas, fizeram com que essa nova direita fosse, desde o início, identificada como expressão do antipetismo.

Em uma narrativa orientada pela defesa das realizações dos governos do PT, a identificação da nova direita com o antipetismo é apresentada como produto da reação das elites conservadoras e da classe média aos avanços produzidos pelos governos petistas. As elites e classes médias não teriam suportado ver pobres viajarem de avião e os filhos dos pobres ingressarem nas universidades públicas ou privadas

por meio de programas de acesso ao Ensino Superior dos governos petistas².

Uma tese sociológica de enorme repercussão atualmente no Brasil, que requer uma reflexão por ser inspirada e bem desenvolvida, encontra-se nas publicações do sociólogo Jessé Souza. Segundo esse autor, no processo de desenvolvimento brasileiro ocorreu a formação de um contingente de “subcidadãos”, inadaptados à vida produtiva e social, uma “ralé” estrutural. A sociedade brasileira é marcada por elevada desigualdade social de caráter estrutural, que permitiu a produção de tal “ralé”, fruto do abandono social e político consentido por toda a sociedade, que constituiu uma classe de indivíduos precarizados que se reproduz há gerações, só percebida como um conjunto de indivíduos carentes ou perigosos. A naturalização da desigualdade e a produção de “subcidadãos” é o resultado de um processo de modernização que se implantou gradativamente no Brasil a partir do século XIX (SOUZA, 2009, 2012).

Assim:

[...] o aspecto mais central e mais importante, por isso mesmo o mais reprimido e obscurecido pela visão superficial e enganosa dominante, é a invisibilidade social, analítica e política do que chamamos provocativamente de ralé estrutural brasileira. Essa é a classe, que compõe cerca de 1/3 da população brasileira, que está abaixo dos princípios de dignidade e expressivismo, condenada a ser, portanto, apenas corpo mal pago e explorado, e por conta

2 É muito comum encontrar no *Facebook* imagens ou cenas do filme *Que Horas Ela Volta?*, em que a filha da empregada doméstica é aprovada no exame vestibular e o filho dos patrões não obtém essa aprovação, com breve reflexão de que ali começava a escalada de ódio ao petismo (QUE HORAS, 2015).

disso é objetivamente desprezada e não reconhecida por todas as outras classes que compõem a nossa sociedade (SOUZA, 2009, p. 122).

A legitimação do mundo moderno se fundamenta na noção de meritocracia, na crença de que as barreiras de sangue e nascimento poderão ser superadas por meio do mérito, do desempenho dos indivíduos. No Brasil, isso soa falso, pois não se discute suficientemente a existência de pré-condições sociais para o sucesso individual, como o acesso à educação formal, aos direitos de cidadania, a uma cultura de autonomia dos sujeitos, e a oportunidade de acesso e desenvolvimento via trabalho. Mal refletidas as pré-condições, o fracasso dos indivíduos das classes menos abastadas é visto como culpa individual e o sucesso dos indivíduos das classes privilegiadas, que desfrutam de muito mais oportunidades, é visto como dons e méritos individuais. A ralé estrutural nem pode beneficiar-se das oportunidades de desenvolvimento por meio do trabalho, como qualificação, ganhos econômicos, formação de consciência social e política com a participação em organizações de trabalhadores; pois normalmente está afastada do trabalho formal, só encontra ocupação precarizada e informal.

Independente de qual seja a narrativa sobre as origens do antipetismo da nova direita em suas manifestações no período que antecede à eleição de Jair Bolsonaro, é preciso identificar na ação consciente de setores das elites e das classes média e média alta uma reação aos avanços ocorridos no

país desde a Constituição Federal de 1988, o Plano Real e, especialmente, os governos de Lula e Dilma. Registram-se avanços como a formalização do trabalho e dos direitos trabalhistas para trabalhadores domésticos e a melhoria das condições de vida e de trabalho dos membros de famílias pobres e abaixo da linha de pobreza, que passaram a escolher melhor seus ganhos e suas ocupações a partir do acesso a benefícios das políticas sociais identificadas com os governos petistas, como o Benefício da Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). Pela tese acima descrita e em vista dessas considerações, a ascensão de segmentos historicamente excluídos poderia mesmo provocar uma reação conservadora de segmentos saudosos dos tempos em que diplomas de cursos universitários eram instrumentos de distinção social e que certos tipos de trabalho, especialmente o doméstico, em geral precarizado, era desempenhado na mais completa informalidade.

É preciso acrescentar, ainda, que a nova direita representa uma reação conservadora eivada de racismo, misoginia, homofobia e até reação ao politicamente correto, visto como patrulhamento esquerdista dos comportamentos, em geral preconceituosos, observados nas relações cotidianas. Uma reflexão nesse sentido é trazida por Idelber Avelar: uma massa de cidadãos com baixos índices de educação formal, sentimento antissistêmico, forte tendência punitivista e um discurso anticorrupção encontra no candidato Jair Bolsonaro, hoje Presidente da República, “uma espécie de significante” (FACHIN, 2018),

ou sua própria imagem refletida no espelho, por meio do qual pode expressar-se. Vale lembrar que, em seu discurso de posse, o atual presidente afirmou, sob aplausos, que acabou o tempo do “socialismo” e do “politicamente correto”.

2. Mídia tradicional e política no Brasil

Os meios de comunicação (jornais, rádios e TVs) podem ser definidos em sentido gramsciano como aparelhos privados de hegemonia, pertencentes ao plano da sociedade civil, que funcionam como um braço do Estado. Aparelhos de hegemonia atuam na formação do consenso, mas podem ser conquistados por projetos contra-hegemônicos de oposição ao grupo no poder de Estado. São sempre vistos como responsáveis por elaborar e difundir ideologias em sociedades com algum grau de democracia (CARVALHO, 2004, 2012).

Um estudioso de Antonio Gramsci caracteriza a sociedade civil e, dentro dela, os meios de comunicação:

[...] a sociedade civil [é] formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc. (COUTINHO, 1989, p. 76-77).

Em Antonio Gramsci, os meios de comunicação, aqui referidos como mídia tradicional em oposição às novas mídias, tratadas a seguir, constituem instrumentos na luta política pela conquista da hegemonia, atuando no modo como as classes dominantes e dirigentes asseguram seu poder, logrando o consentimento ativo das classes subalternas. Uma direção cultural, moral e política de uma classe ou aliança de classes sobre toda a sociedade, normalmente é entendida como uma operação ideológica na qual os grupos e as classes dominadas são convencidas a expressarem concepções de mundo que não são as suas, não por pura e simples subordinação ideológica, mas como produto de uma hegemonia, conquistada com o uso da mídia tradicional (GRAMSCI, 2000).

A mídia ocupa uma posição de grande destaque nas sociedades contemporâneas. Como organização política formadora de opinião, é capaz de conduzir a opinião pública para a aceitação ou a recusa de determinados projetos políticos, desse modo, colabora efetivamente com a formação da opinião e é incorreto dizer que só reforça a opinião dominante; em alguns sentidos e em casos específicos, a mídia exerce ação verdadeiramente condutora. Ademais, a mídia tradicional é um produto da sociedade industrial, forjada na ascensão de um ideário liberal democrático, razão pela qual, além dos compromissos de classe com os setores dominantes e de sua captura por projetos hegemônicos em determinada realidade histórica, a mídia pode rivalizar com elites políticas em determinadas conjunturas, seja por divergência de projetos

econômicos e políticos, seja por divergência quanto a valores do liberalismo político, como os direitos humanos e as liberdades individuais.

Na medida em que os meios de comunicação são vistos como órgãos que participam de um conflito de interesses, torna-se impossível falar em neutralidade ou objetividade. Os fatos, que são a matéria-prima com a qual opera a mídia, têm um nexo qualquer com interesses políticos e econômicos e práticas sociais que, em uma sociedade de classes, relacionam-se com os interesses de grupos ou classes. Uma abordagem neutra - se fosse possível - suporia a mídia como órgão neutro na sociedade, distante dos conflitos de interesses e de concepções de mundo.

O Estado é o grande organizador da hegemonia em sentido gramsciano e, por meio das licenças para emissoras de rádio e TV e dos recursos publicitários, influencia e até controla os meios de comunicação de massa, com a tendência de obstaculizar a opinião pública com capacidade de opor-se a ele. A mídia, por sua vez, entendida, entre outras formas, como *aparelho ideológico do Estado* ou *aparelho privado de hegemonia*³, deve ser analisada em sua relação com o poder político, em geral, e com projetos políticos, em realidades históricas particulares. Em seu desenvolvimento histórico, a mídia tradicional sempre esteve articulada com interesses políticos e econô-

3 Para Louis Althusser (1985), a imprensa é um *aparelho ideológico de Estado*, que, operando predominantemente via ideologia, assegura as condições políticas da reprodução das relações sociais de produção. Antonio Gramsci define os organismos de opinião na sociedade civil - dentre eles os meios de comunicação - como aparelhos privados de hegemonia (CARVALHO, 2004, 2012).

nicos, seja nas formas primitivas, como panfletos ou periódicos artesanais, seja nas modernas formas de jornais, revistas e mídias eletrônicas (rádio e TV).

A pesquisa dos meios de comunicação, enquanto agentes político-ideológicos, sempre teve grande importância na Ciência Política brasileira. Um estudo clássico (CAPELATO; PRADO, 1980) sobre a relação de forte oposição do jornal *O Estado de S. Paulo* ao ditador Getúlio Vargas na década de 1930, teve um sentido inaugural para esses estudos, que tratam os meios de comunicação como instrumentos de intervenção na vida social e política, negando as perspectivas que os tomam como meros veículos de informações.

Outro estudo que aborda a imprensa na transição democrática brasileira dos anos 1980, com o objetivo de analisar as matrizes intelectuais na formulação de imagens, na adoção de conceitos e na articulação de ideias sobre os temas da liberdade e da distribuição dos recursos econômicos; considera os meios de comunicação aparelhos voltados à inculcação de valores ideológicos, atuando como instrumento de manipulação de interesses sociais e políticos específicos (FONSECA, 1994).

Uma modalidade da mídia tradicional brasileira, a revista de informação e opinião, tratando especificamente aqui da revista *Veja*, tem sido objeto de estudos recentes sob diferentes enfoques. Uma abordagem na área da Semiótica se debruçou sobre essa revista analisando a criação de uma identidade midiática entre ela e seus leitores, construída sob a

forma de um “simulacro”, entendido como figuras e recursos com o auxílio dos quais o enunciador (jornalista) impõe ao enunciatário (leitor) um ponto de vista sobre os acontecimentos políticos. Por meio da análise de conteúdos veiculados pelos textos de apresentação na revista, a autora concluiu que *Veja* constrói um simulacro de si como veículo de informação e de opinião comprometido com seus leitores, revelando-lhes a verdade, sistematizando os fatos e atribuindo-lhes uma dimensão adequada, mostrando o que realmente são para além de sua aparência (FANTIN, 1999).

Como órgão da sociedade civil, em sentido gramsciano, a mídia atua para promover o consenso em torno do projeto político que representa os interesses das classes dirigentes e dominantes. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, o projeto político dessas classes está, via de regra, personificado no grupo que detém o poder. No caso do grupo no poder não representar os interesses da classe dominante, a mídia opera como organização ligada aos detentores dos meios de produção e tende a atuar em defesa da reprodução das relações sociais capitalistas, opondo-se ao grupo no poder.

Duas conjunturas políticas específicas se apresentam como objeto de análise do papel político e ideológico desempenhado pela mídia brasileira no período da chamada Nova República. Na conjuntura dos anos 1990, especialmente no primeiro governo FHC, a política neoliberal representava o modo como o capitalismo buscava assegurar sua hegemonia, no

Brasil e em outras partes do mundo, e o grupo no poder era a expressão desse movimento político-ideológico. A mídia tradicional brasileira, de modo geral, especialmente a revista *Veja*, objeto de pesquisa anterior, posicionou-se claramente em defesa das reformas orientadas ao mercado.

A linguagem, a seleção dos fatos e a abordagem empreendida por *Veja* evidenciaram clara adesão a um projeto político para o país, projeto este completamente identificado com a ideologia neoliberal, mas nuançado pelas orientações dessa revista, que apresentava tal ideologia como uma visão “moderna” e adequada de administração da economia e da política. *Veja* se esforçou para apresentar os postulados da ideologia neoliberal como adequados para a recuperação econômica do país e, com um discurso de matriz privatista, destinado a exercer um papel educativo de seus leitores, combatia com veemência qualquer expectativa de capacidade do Estado gerir a economia nacional.

Meio de comunicação em uma sociedade capitalista, *Veja* foi analisada a partir de uma dupla caracterização: empresa de comunicação e meio de informação. Como empresa de comunicação, essa revista operou como reflexo dos interesses e apreensões do meio social ao qual está vinculada, ou seja, representou os interesses dos proprietários dos meios de produção, sem desconsiderar os interesses e a visão de mundo de seus leitores. Como meio de informação, participou da formulação do consenso em torno do projeto político em pauta, o que vale dizer

que tomou partido nas disputas políticas em curso durante a implementação das reformas neoliberais dos anos de 1990 no Brasil (CARVALHO, 2004, 2012).

São recorrentes os debates em torno do papel assumido pela mídia tradicional nos períodos eleitorais, embora muito se fale da atuação da mídia nas eleições, o efeito é buscado pelas pesquisas, mas não há exata medida da influência. É claro que a mídia atua na formação da opinião, os projetos políticos estão nas telas, nas páginas ou nas ondas das mídias. Entretanto, é muito difícil estimar com precisão a intensidade do efeito produzido pela atuação da mídia tradicional e os resultados políticos.

O modo como a mídia tradicional atuou na disputa eleitoral de 1989, entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, é sempre lembrado como demonstração de que a mídia brasileira, com a rede Globo à frente, atuou para desqualificar o líder sindical esquerdista, ainda muito radical naquele momento, e deu ampla divulgação aos arroubos do “Caçador de Marajás”, como Fernando Collor se apresentava à época. O caso emblemático é a edição do debate eleitoral entre Collor e Lula, em que se apresentava um candidato altivo e confiável - Collor- contra um candidato nervoso e cabisbaixo, pouco convincente - Lula. Essa situação foi admitida pelo executivo da Rede Globo de Televisão, José Bonifácio Sobrinho (o Boni), em entrevista ao jornalista Geneton Moraes Neto, transmitida pela Globo News.

A revista *Veja*, novamente, é um exemplo emblemático de atuação favorável ao candidato Collor em detrimento de Lula. O editor de *Veja* e presidente do Grupo Abril, Victor Civita, afirmou, a propósito dos processos políticos envolvendo o *impeachment* de Collor e os anos de 1990: “atravessamos outra turbulência traumática, desta vez uma que nós mesmos contribuímos para criar: a ascensão e queda de um jovem presidente que parecia estar inaugurando uma nova era” (CIVITA, 1998, p. 146). Trata-se de uma afirmação contundente - Civita afirma ter ajudado a eleger e derrubar um presidente (CIVITA, 1998 *apud* CARVALHO, 2004, p. 13).

Mais recentemente, a situação brasileira apresentou a oportunidade de observar o papel jogado pela mídia tradicional em contexto político no qual o grupo no poder de Estado não representava - pelo menos de modo declarado e programático - os interesses da classe dominante e que a mídia tradicional se opunha ao grupo no poder e atuou na formação de consenso social e político contra o grupo no poder. Tratam-se dos governos de Lula e Dilma.

A atuação sempre crítica aos governos Lula e Dilma levou articulistas e militantes a cunharem o termo Partido da Imprensa Golpista (PIG), para se referir à mídia tradicional em relação aos governos petistas. Com menor intensidade crítica durante o governo Lula, mesmo que tenha investido muito tempo na divulgação do chamado “Mensalão”, nada lembra a atuação no enfraquecido governo Dilma, especialmente no segundo mandato e no processo do

golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016. Parece líquido e certo que a mídia brasileira teve papel importante no sucesso da campanha para remover Dilma Rousseff da Presidência da República. A mídia tradicional se empenhou em uma campanha negativa e na divulgação das manifestações contrárias ao governo, de intensidade nunca antes vista na Nova República.

Como se pode notar, a mídia tradicional desempenha destacado papel no debate político brasileiro. Eventos como eleições gerais, processos de *impeachment* de dois presidentes, denúncias de corrupção nos governos, bem como as recorrentes reformas políticas oferecem oportunidades de apreciar o importante papel assumido pelos meios de comunicação - a mídia tradicional. Durante as eleições, é notório que a mídia se esforça para produzir efeitos eleitorais, quase sem exceção contra candidatos de esquerda e a favor dos candidatos de direita ou centro-direita.

No período recente, a mídia tradicional e as burocracias do Estado investiram pesadamente no discurso anticorrupção, o que teve como consequência a satanização da política, abrindo espaço para o discurso de limpeza ideológica antipolítica, antiesquerda, de conteúdo moral. Durante a grande polarização do PT contra o PSDB, a mídia operava basicamente por meio da exploração de escândalos contra o PT e dedicando pouco espaço à cobertura das denúncias de casos de corrupção dos tucanos. Ao longo espetáculo de denúncias promovido pelas investigações no processo do Mensalão, já se podia

notar uma verdadeira criminalização da política, mas essa situação foi intensificada exponencialmente na cobertura da Operação Lava Jato. A mídia tradicional, ao longo desse processo, foi progressivamente se descolando da direita política, passando a destacar as investigações e os vazamentos seletivos na “guerra à corrupção”, claramente se aliando às burocracias de Estado - Polícia Federal, Poder Judiciário e Ministério Público.

O golpismo tradicional de partidos da direita brasileira, como União Democrática Nacional (UDN), parece ter sido herdado pelos tucanos e seus aliados. Os tucanos apostaram em uma aliança com a mídia tradicional e as burocracias de Estado para derrubar o petismo por vias extraeleitorais. Entretanto, o resultado parece ter sido perverso - em que pese o sucesso da estratégia golpista que removeu o petismo do poder - pois ocorreu uma criminalização da política e de todos os partidos tradicionais. Abriu-se espaço para a aventura moralista antipolítica, contra os partidos mais tradicionais, contra a “velha política”. Nesse processo, a própria mídia tradicional foi atingida em sua capacidade de formar a opinião em favor deste ou daquele projeto político. O resultado foi o sucesso da reação conservadora se expressando por meio de novas mídias sociais, apoiada em discursos religiosos e moralistas destilando preconceitos, obscurantismo e misoginia, convergindo para um discurso do ódio.

3. As novas mídias sociais e a proliferação da desinformação como arma política

A mídia tradicional se apoia em simulacros - produzidos a partir de domínio científico - para capturar a confiança de seus leitores e expectadores nas notícias apresentadas como “a verdade” apoiada em fatos. As novas mídias sociais se apoiam no pertencimento a comunidades ou grupos familiares, religiosos e ideológicos para estabelecer confiança nos conteúdos compartilhados, tomados como verdadeiros. Quando as pessoas compartilham vídeos ou notícias em suas redes sociais, como mensagens pessoais e em grupos, o poder de convencimento é muito grande devido ao pertencimento a uma mesma comunidade de ideias e valores.

A internet, como meio de comunicação, trouxe a possibilidade de que qualquer indivíduo conectado possa produzir e publicar conteúdo na rede (LÉVY, 1999). Assim, a mídia tradicional passa a dividir espaço com conteúdos produzidos e difundidos por usuários, em espaços de participação como *blogs*, *microblogs*, *sites* de compartilhamento de vídeos, redes sociais e aplicativos de mensagens.

O *Facebook* é a mais importante rede social, plataforma de informação e de difusão de conteúdos falsos. Seu alcance ficou claro em eventos como o plebiscito que aprovou a saída do Reino Unido da União Europeia (o chamado Brexit) e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA), por exemplo. Nessas duas situações, o escândalo ficou

por conta da contratação da empresa de marketing político Cambridge Analytica, a companhia conhecida por métodos questionáveis para ganhar eleições, que teria usado indevidamente os dados de 87 milhões de usuários do *Facebook*.

As redes sociais não ensinam a dialogar porque é muito fácil evitar a controvérsia e são utilizadas, muitas vezes, por indivíduos que se fecham em comunidades e grupos específicos, pregando para convertidos, onde o único som que escutam é o eco de suas próprias vozes e as ideias que consomem e difundem são os reflexos de suas próprias ideias. As redes sociais são muito úteis, mas constituem uma armadilha, sendo, muitas vezes, utilizadas para a proliferação da desinformação (BAUMAN *apud* QUEROL, 2016).

O compartilhamento de conteúdos em mensagens privadas ou em grupos públicos via aplicativos, faz com que eles desempenhem o papel de novas redes sociais e plataformas de consumo de notícias. No Brasil, a disseminação de *fake news* ocorre, principalmente, por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Estima-se que mais de 120 milhões de brasileiros usem diariamente esse aplicativo e, nele, os boatos e os vídeos falsos que circulam são em grande parte os mesmos vistos em outras redes sociais, mas eles são introduzidos em conversas privadas ou circulam dentro de “bolhas”, de grupos com alguma identidade específica, ganhando imediatamente status de verdade e escapando de qualquer controle (CRUZ, 2018).

O *WhatsApp* se converteu em uma poderosa mídia social, passando a conectar uma rede de grupos familiares, religiosos e ideológicos. Em um cenário de obscurantismo no qual notícias falsas proliferam nos subterrâneos da internet, esse aplicativo assegura uma difusão ampliada da desinformação apresentada como verdade incontestável para pessoas humildes. Não é demais afirmar que, em situações de crise e insatisfação social, não faltam pessoas que atribuem os males do mundo aos agentes políticos, às liberdades excessivas, aos direitos e privilégios de alguns. No Brexit, usou-se o *slogan* publicitário “você no comando”, para encorajar estúpidos e preconceituosos insatisfeitos com muitas coisas em suas vidas; no Brasil foi o “contra tudo isso daí” que ocupou esse lugar de articular um enorme contingente de preconceituosos, ignorantes empoderados, neoconservadores, elite antipopular, religiosos e moralistas, formando uma grande onda conservadora conectada por aplicativos de mensagens, compartilhando desinformação e preconceitos que favoreceram o candidato que representa todo esse “combo” de rancores.

Uma pesquisa recente, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicada em dezembro de 2018, mostrou que 69,8% dos brasileiros, quase 2/3 da população, têm conexão com a internet. O principal meio de acesso à internet no país, com 97% dos usuários, consiste nos celulares. Trata-se de uma relação intensa dos brasileiros com o celular e a internet, atestada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, que mostrou em julho de 2018 que

o brasileiro passa, em média, 9 horas e 14 minutos *on-line* todos os dias (CRUZ, 2018).

Marca da inclusão digital no país, o *WhatsApp* é a porta de entrada da população mais humilde e com recente acesso a uma condição de vida mais confortável, capaz de adquirir um aparelho de *smartphone* em prestações. Muitos planos permitem que o *WhatsApp* seja usado gratuitamente, mediante contratação de um pacote limitado de dados. Acesso limitado e falta de hábito de leitura, entretanto, fazem com que muitos brasileiros só leiam o título, não clicando no *link* para ler a notícia completa. Assim, grande parte da população se informa pela metade, podendo “comprar” discursos de figuras polêmicas e validar comportamentos radicais, movidos a discursos superficiais, odiosos ou falsos. Essa situação acaba favorecendo a proliferação de desinformação por acesso limitado aos dados em vez da leitura de notícias, pois as pessoas compartilham, sem qualquer checagem de procedência e veracidade, mensagens de grupos familiares e religiosos, com base em relações de confiança (CRUZ, 2018).

Levantamento realizado pelo Universo On Line (UOL), compilando dados de pesquisas realizadas por outras organizações, apresenta informações inquietantes. A partir dos dados verificados por pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que acompanharam 273.468 mensagens de quase 7.000 usuários em 81 grupos públicos (49 deles com temas políticos) por cerca de um mês,

constatou-se nas conversas de *WhatsApp* que só 10% das pessoas falam e 90% “escutam” (leem ou participam muito pouco). Já o levantamento do instituto Datafolha apontou que 61% dos eleitores que votariam em Jair Bolsonaro se informavam sobre política pelo *WhatsApp* durante o primeiro turno. Dentre os eleitores de Fernando Haddad, esse percentual era de 38%. Seguramente, tal quadro é representativo dos resultados da eleição de 2018 para a Presidência da República (CRUZ, 2018).

Causaram muitas e diferentes impressões certos acontecimentos relacionados aos eventos políticos durante o processo eleitoral de 2018. A título de exemplo, centenas de milhares de pessoas, em sua maioria mulheres, ocuparam as ruas das grandes cidades brasileiras no dia 29 de setembro de 2018, em manifestações contra o candidato Jair Bolsonaro, identificadas com a campanha divulgada por artistas com a *hashtag* “EleNão”. Os resultados das pesquisas de intenção de voto com coleta realizada naquele final de semana apresentaram crescimento do candidato Bolsonaro. Observando o cenário e realizando levantamentos, descobriu-se que ocorrera uma verdadeira avalanche de vídeos nos subterrâneos da internet, no YouTube, em *blogs* e em páginas do *Facebook* com mulheres nuas e seminuas, urinando em espaços públicos e dançando *funk* em poses sensuais. Embora não se saiba ao certo os locais, momentos e contextos em que as imagens foram captadas, tais vídeos foram amplamente compartilhados em grupos

no *WhatsApp* como cenas ocorridas nas manifestações contra o candidato Jair Bolsonaro.

A análise da atuação da mídia tradicional em períodos eleitorais destaca o papel desempenhado pelas empresas de comunicação, que agem como reproduzoras das relações sociais de produção no capitalismo e defendem os candidatos com maior possibilidade de representarem seus interesses econômicos e políticos. No universo das novas mídias sociais, empresários e lideranças políticas de orientação econômica liberal entram em cena como impulsionadores de mensagens em favor de candidatos que representam seus interesses e, claro, na proliferação de conteúdos falsos contra os candidatos adversários. Conteúdos relacionados ao chamado “kit gay” nas escolas e mamadeiras com bico em formato de pênis nas creches, cuja falsidade foi confirmada em seguida, foram amplamente impulsionados nos dias que antecederam ao primeiro e ao segundo turno das eleições de 2018. Há empresas especializadas operando como agentes de mercado, que oferecem robôs e serviços de impulsionamento de mensagens. Em 2018, muitas denúncias nesse sentido circularam e processos investigatórios foram abertos para aferir a responsabilidade dos candidatos, ainda sem conclusões.

4. Considerações Finais

A partir das Jornadas de Junho de 2013 e nos anos seguintes, o Brasil passou por uma série de protestos e manifestações, inicialmente por melhoria da

mobilidade urbana e contra o preço das passagens de ônibus, depois contra os gastos com os estádios para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014; posteriormente, contra o governo da petista Dilma Rousseff, em favor do processo de *impeachment* e, ao final, em apoio à Operação Lava Jato, que investigava a corrupção na Petrobras. Uma onda de insatisfações que produziu convulsão na sociedade brasileira ao longo de 3 anos.

A “guerra contra a corrupção” empreendida pela Operação Lava Jato contou com imediato apoio da mídia tradicional, que deu ampla divulgação à onda de denúncias, aos acordos de delação premiada, aos vazamentos seletivos e aos espetáculos das prisões realizadas pela Polícia Federal. Todo esse processo deixou a sociedade com a impressão de que a política e os políticos estavam, em sua maioria, implicados em atos de corrupção e pagamento de propinas na realização de obras públicas - os próprios procuradores do Ministério Público falavam de uma “propinocracia”, sugerindo que havia um governo fundado em propinas, uma velha política a ser vencida. Logo sugeriram atores políticos que começaram a captar esse sentimento pregando uma saída “contra tudo isso daí”. Começou, assim, a se formar uma nova direita, ideológica, moralista, preconceituosa, que encontra eco nas apreensões dos cidadãos comuns insatisfeitos com a situação política e econômica do país.

A nova direita se apoia em uma reação conservadora caracterizada pelo anti-intelectualismo e pelo encorajamento à ignorância, à estupidez torpe com

narrativas fantasiosas, preconceituosas e obscurantistas, que se espalharam por meio das novas redes sociais, via aplicativos de mensagens, de compartilhamento de conteúdos e tecnologias de comunicação. Essa onda se apresentou como reação de lideranças religiosas, ideológicas e conservadoras contra o comunismo, o politicamente correto, a degradação moral de jovens e a desestruturação da família; e rapidamente recebeu apoio das massas populares ignorantes e facilmente manipuláveis.

Uma vertente mais popular da nova direita expressa uma reação da ignorância empoderada contra o dito comunismo, a degradação de jovens e a desestruturação da família etc. Por outro lado, há uma vertente mais ajustada à visão de mundo e aos interesses das classes média alta e da elite brasileira, que se beneficiaram enormemente da “guerra contra a corrupção” e a luta contra a ampliação de direitos das camadas populares por meio das políticas sociais que encareceram a mão de obra de setores menos qualificados, especialmente os trabalhadores domésticos. Esse setor mais ideológico e racional viu na remoção do PT do governo, mesmo por meio extraeleitoral, a oportunidade para atacar as conquistas advindas de políticas redistributivas previstas na Constituição Federal de 1988. Não se trata, para esse setor, de uma luta contra o comunismo, na qual ele sequer demonstra acreditar, mas de combater as políticas sociais, os direitos e os gastos sociais, reduzindo os custos de mão de obra, bem como de reverter políticas que protegiam a economia nacional, como a

lei de partilha do petróleo e a política de conteúdo nacional na exploração do pré-sal, para estimular o investimento estrangeiro. Uma clara aposta numa ofensiva neoliberal restauradora.

A nova direita, que venceu as eleições para presidente, elegeu muitos governadores, senadores e deputados, denunciando a velha política, a ideologização da educação e da cultura sob o petismo, pregando contra o comunismo e o politicamente correto, é bem mais ideológica do que a tradicional direita fisiológica brasileira. No processo eleitoral, a mídia tradicional que ocupava historicamente um destacado papel nas eleições, favorecendo, via de regra, os candidatos mais à direita, acabou tendo pouca responsabilidade direta no sucesso da nova direita. Capitalizando um discurso “contra tudo isso daí”, a nova direita rivalizou com a mídia tradicional, criticando-a de maneira geral, mas privilegiando alguns órgãos, como as redes de TV SBT e Record, contra o hegemônico Grupo Globo e o jornal *Folha de S. Paulo*.

Anteriormente, afirmou-se que a mídia tradicional procura conduzir a opinião pública para a aceitação ou a recusa de determinados projetos políticos, exercendo uma ação condutora em favor dos interesses da reprodução de relações sociais de produção capitalista, portanto, atuando em favor das classes dominantes. Entretanto, cabe ressaltar que a mídia é um produto da sociedade industrial, forjada na ascensão de um ideário liberal democrático, razão pela qual, além dos compromissos de classe com os

setores dominantes e de sua captura por projetos hegemônicos em determinada realidade histórica, a mídia pode rivalizar com elites políticas em determinadas conjunturas, seja por divergência de projetos econômicos e políticos ou por divergência quanto aos valores do liberalismo político, como os Direitos Humanos e as liberdades individuais. Valores de uma tradição liberal burguesa que representam o ideário de uma vida civilizada e estão na base dos primórdios da formação da mídia tradicional.

No contexto brasileiro recente, a nova direita se ressentida de um apoio incondicional da mídia tradicional, apegando-se a setores menos comprometidos com os valores liberais civilizatórios da mídia tradicional e às novas mídias. Ressalte-se que vários órgãos de comunicação da mídia tradicional não se furtaram a denunciar os arroubos autoritários e a falta de projeto para o país por parte dos partidos e dos candidatos que se elegeram em 2018 com divagações preconceituosas e contrárias à velha política. E ainda há ruídos na comunicação entre atores políticos favoráveis ao presidente Jair Bolsonaro e a mídia tradicional. Recentemente, um empresário entusiasta do governo Bolsonaro - Luciano Hang, proprietário da rede de lojas Havan - afirmou de modo categórico, em entrevista ao apresentador Carlos Massa (o Ratinho), no SBT, que o país está de cabeça para baixo, que “as universidades federais destruíram o país juntamente com a imprensa marrom, esquerdista”. Aqui, não se objetiva discutir a visão de alguns setores do governo e seus apoiadores no meio empresarial sobre a uni-

versidade pública, esse seria o tema de outro estudo. A citação cumpre meramente a função de registrar o estranhamento entre defensores do presidente Bolsonaro e a mídia tradicional, em um contexto no qual parte da mídia é expurgada dos salões da elite política no poder do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BOITO JÚNIOR, Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. *Crítica Marxista*, Campinas, nº 42, p.155-162, 2016.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARVALHO, V. S. **Imprensa e neoliberalismo no Brasil - 1995-1998: o posicionamento da revista *Veja* no primeiro governo FHC**. Orientador: Armando Boito Júnior. 2004. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. O papel político e ideológico da mídia impressa: *Veja* e as reformas neoliberais no Brasil. In: DUQUE, G. (Org.). **Teoria e pesquisa em Ciências Sociais: múltiplos olhares sobre fenômenos sociais contemporâneos**. Curitiba: CRV, 2012. p.105-137.

CIVITA, R. A dura tarefa de transformar o importante em interessante. *Veja*, São Paulo, ano 31, n. 42 (edição especial), p. 146, 1998.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CRUZ, B. S. Fugiu do controle: o WhatsApp é o grande vilão desta eleição? 2018. Disponível em: <https://www.uol/tecnologia/>

especiais/whatsapp-e-o-vilao-da-eleicao.htm#fugiu-do-controle. Acesso em: 25 out. 2019.

FACHIN, P. “A nova direita é mais ideológica que a fisiológica dos Jucás e Eunícios”: entrevista especial com Idelber Avelar. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/583670-eleicoes-2018-a-nova-direita-e-mais-ideologica-que-a-fisiologica-dos-jucas-e-eunicios-entrevista-especial-com-idelber-avelar>. Acesso em: 25 out. 2019.

FANTIN, M. A. *Veja*: criação de uma identidade mediática. Orientadora: Ana Cláudia Mei Alves. 1999. 175 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Universidade de Caxias do Sul, São Paulo/Caxias do Sul, 1999.

FONSECA, F. C. **Imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento** (jornal O Estado de S. Paulo e revista Visão). Orientador: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. 1994. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

QUE HORAS ela volta? Direção: Anna Muylaert. São Paulo: Pandora, 2015. 1 filme (114 min), son., color., 35 mm.

QUEROL, R. Zygmunt Bauman: “As redes sociais são uma armadilha”. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html. Acesso em: 20 abr. 2019.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

_____. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2012.

11

Um governo teocrático mercantilizado: os desafios de parte da sociedade civil pós-governos petistas

Francisco Uribam Xavier de Holanda¹

INTRODUÇÃO

No Brasil, a sobreposição de formas desenvolvidas do regime representativo diante de uma estrutura econômica e social inadequada à distribuição de renda, bem como a troca de proveitos entre o poder público e a influência privatista das lideranças políticas - como relatado por Victor Nunes Leal (1997) - levaram ao alijamento da população, deixando-a ao largo do poder político, e isso naturalizou a prática de apropriação privada do orçamento público por parte da elite econômica, gerando uma cultura

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de Sociologia e Política na UFC. Autor de *O PT e a lenda do Boto Cor de Rosa* (Expressão Gráfica e Editora, 2013), entre outras obras.

patrimonialista que é defendida como “interesse da nação”. Esse processo se deu: a) pelo controle da posse de terras e do sistema escravocrata; b) com a criação do aparato industrial, segundo o modelo de substituição de importações; e segue, agora, c) por meio do agronegócio (extrativistas), das empreiteiras e do setor financeiro, dos rentistas e especuladores, que se unem em defesa de uma economia neoliberal.

Operações como Mensalão, Zelotes, Acrônimo, Abismo, Lava Jato, Boca Livre, Turbulência e Recomeço, entre outras, podem ser o fio para o entendimento de como se comporta parte do mercado no processo de privatização da política e de apropriação indevida do orçamento público. Em agosto de 2015, o executivo da empresa Toyo Setal, Augusto de Mendonça, na condição de delator na Operação Lava Jato, afirmou que um cartel de empreiteiras (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correia, Mendes Junior, OAS, UTC, Engevix e UTC, entre outras) formou uma espécie de “clube” para fraudar licitações na Petrobras, prática que, segundo o delator, tornou-se intensa entre os anos de 2006 e 2014 (nos governos Lula e Dilma). Já em abril de 2017, Marcelo Odebrecht, em delação premiada no âmbito da Operação Lava Jato, afirmou que sua empresa mantinha, em sua estrutura organizacional, um “Departamento de Propina”, cuja missão era administrar dinheiro desviado de obras públicas e pagar políticos para defender os interesses da empresa. Segundo Marcelo Odebrecht, cabia aos políticos, sendo eles de quase todos os partidos, garantir que a Odebrecht ganhasse obras superfatu-

radas e tivesse a seu favor leis e medidas provisórias (atributo este da Presidência da República) para que ela fosse beneficiada com redução de impostos ou obtivesse perdão de dívidas, como as trabalhistas, e empréstimos em bancos públicos - o que a ajudaria na concretização de negócios milionários no Brasil e no exterior. O pagamento de propina aos políticos e partidos por meio do chamado Departamento de Propina (setor de operações estruturais) ocorria sob a forma de doações legais, registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio do chamado “caixa dois” (doações não registradas), bem como de dinheiro vivo, a ser entregue em malas aos seus destinatários.

A criação de múltiplos poderes privados dentro do Estado, em uma lógica patrimonial, como o cartel das empreiteiras, em associação com partidos políticos que funcionam como organizações criminosas, reflete, em parte, uma herança da forma como se implantou nossa República, ou seja, sem a participação popular, garantindo apenas interesses econômicos das elites nacionais e promovendo a exploração de nossos recursos naturais sem considerar que isso levaria ao empobrecimento mais intenso da maioria da população. Assim, ao longo do tempo, o Brasil se tornou um dos países com maior concentração de riqueza e renda do mundo. Dados da organização não governamental (ONG) Oxfam, publicados pelo jornal *El País*, em sua edição de 25 de setembro de 2017, demonstraram que os 6 homens² mais ricos do

2 Os 6 homens mais ricos do país são: a) Jorge Paulo Lemann (Ambev); b) Joseph Safra (Banco Safra); c) Marcel Herrmann Telles (Ambev); d) Carlos

país têm riqueza equivalente à dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. Já os 5% mais ricos do país detêm a mesma fatia de riqueza que os outros 95% da população brasileira.

A corrupção de setores do mercado e dos partidos políticos, o ódio aos pobres externado por determinados setores da sociedade, a cultura autoritária presente em todos os matizes políticos (extrema-direita, centro, direita e esquerda), o abuso do Poder Judiciário e de seus aparatos coercitivos, cujo desleixo mais visível para com a sociedade se encontra na forma como membros do Judiciário justificam seus privilégios e suas prerrogativas confiando que não podem ser alcançados pela lei ou por se sentirem diferenciados, ou seja, como um grupo distinto em relação aos demais membros da sociedade, são fatores que enfraquecem e inviabilizam nossa incipiente democracia, pois vivemos em um país no qual dados oficiais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³ confirmam que 50% dos trabalhadores, ou seja, 44 milhões de pessoas, recebem por mês, em média, apenas 85% do salário mínimo e onde, em 2017, a renda *per capita* domiciliar dos 40% mais pobres foi, em média, de apenas R\$ 376,00. Além disso, informa-se que, em 2017, durante o governo de Michel Temer (do Partido do Movimento Democrático Brasileiro [PMDB]), o número de brasileiros em situação de pobreza aumentou em quase 2 milhões.

Alberto Sicupira (Ambev); e) Eduardo Saverin (Facebook); e f) Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votoratim).

3 Esses dados do IBGE foram divulgados por O Portal de Notícias da Globo (G1), em 03/12/2018, em matéria assinada pelo jornalista Daniel da Silveira.

Ao longo de nossa história, excluídos, oprimidos e partes esclarecidas da classe média foram construindo mecanismos de resistência, uma cultura de indignação (Balaiada, Sabinada, Cabanada, Confederação do Equador, Inconfidência Mineira, Ligas Camponesas, Canudos, Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Sem Teto), que, ao se manifestar, foi reprimida de modo exemplar. Hoje, tal violência contra os excluídos se reflete fortemente na quantidade de negros, mulheres e pobres encarcerados, no crescente número de moradores de rua e na violência do Estado contra organizações e movimentos de protesto social contrários ao sistema.

O Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu no início dos anos 1980, com uma nova proposta de fazer política: um partido feito por trabalhadores de mão grossa, do campo e da cidade, que, com a eleição de seus primeiros parlamentares e a conquista dos primeiros governos locais, foi desenvolvendo o chamado “modo petista de governar” até chegar ao orçamento participativo na gestão da Prefeitura de Porto Alegre, que introduziu a participação popular em algumas instâncias das instituições públicas e no controle de parte do orçamento municipal, alimentando a ideia de que se poderia construir algo novo com a participação direta e deliberativa da sociedade. No entanto, essas conquistas foram abandonadas e substituídas por uma política de aliança com os setores mais abjetos da política no país. O abandono do modo petista de governar foi anunciado por Luiz Inácio Lula da Silva em uma carta de compromisso

privilegiando os interesses do setor financeiro, intitulada cinicamente “Carta ao Povo Brasileiro”, que era, na realidade, uma aliança programática com as políticas de interesse do capital.

Foi da aliança com o capital financeiro e seus aliados que adveio o golpe judiciário-parlamentar de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff. Todavia, não precisamos, ao nos colocarmos contra o golpe, esconder que havia corrupção nos governos petistas, que desaparecera a governabilidade no primeiro ano do segundo mandato de Dilma, que havia altas taxas de desemprego, que os índices de pobreza já davam sinais de aumento, que a popularidade de Dilma era baixa, que faltava articulação política, que o país estava quebrado e que o governo de Dilma iniciou sua gestão adotando a agenda neoliberal ao nomear agentes do mercado para comandar a economia, tendo ela realizado, ainda, a segunda reforma da Previdência dos governos petistas.

Se o povo assistiu bestializado à Proclamação da República em 1889, como narrou à época Aristides Lobo, em carta publicada no *Diário Popular*, também foi bestializado e dividido que assistiu: a) às reformas neoliberais de Michel Temer; b) ao abuso do Poder Judiciário; c) às malas de dinheiro correndo de mãos em mãos; e d) às imagens do apartamento do ex-ministro Geddel Vieira Lima (do PMDB) cheio de malas com dinheiro - totalizando R\$ 51 milhões - obtido via propinas oriundas de licitações fraudulentas quando ele ocupava cargos nos governos de Lula e Dilma.

Lula promoveu uma política que resgatou o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, combinada à subordinação ao capital por meio de uma estratégia denominada ganha-ganha, pela qual se garantia o processo de acumulação de riqueza por setores especuladores tradicionais, ao mesmo tempo que os pobres eram incorporados ao mercado de consumo e tinham acesso a um conjunto de políticas sociais compensatórias, mas sem criar direitos ou fazer reformas que implicassem ruptura com a estrutura secular de exploração pelo poder financeiro. Nessa estratégia, típica de uma sociedade do espetáculo, sob a forma como foi teorizada por Guy Debord, na qual a política se transforma em um simulacro, Lula aparecia como o homem do povo, uma espécie de “Getúlio Vargas retrô”, ambivalente. Com o fim das condições conjunturais que permitiam a presença dos governos petistas em uma condição confortável, passamos a ver quão frágeis eram os tais ganhos para os pobres, pois, já no governo de Dilma, crescia o desemprego e os pobres se transformaram em “classe média”, revelando-se, assim, as falácias do lulismo, com a volta da fome e o visível aumento do número de moradores de rua.

Sobre a crise econômica que eclodiu durante o governo de Dilma, Laura Carvalho (2018) inicia a introdução de seu livro com uma pergunta:

Como a economia de um país continental evoluiu, em apenas sete anos, da euforia de um cenário de crescimento bem acima da média das últimas décadas, com vigorosa geração de empregos formais e alguma

redução das desigualdades, para uma das maiores crises de sua história?

Para a autora, existem, pelo menos, 3 explicações:

1. “A economia brasileira só cresceu de forma mais acelerada porque foi favorecida, entre 2003 e 2011, pela alta dos preços das *commodities* que exportamos: petróleo, minerais de ferro e soja” (Carvalho, 2018, p. 9). Portanto, tudo não passou de uma ilusão;
2. “O crescimento econômico teria sido uma consequência das condições macroeconômicas criadas no fim da década de 1990, após a estabilização dos preços e a adoção do famoso tripé macroeconômico composto pelo regime de metas de inflação, pelas metas de superávit primário e pela taxa de câmbio flutuante” (Carvalho, 2018, p. 9). Portanto, o que houve durante o governo de Lula foi uma sucessão de erros; e
3. “A crise econômica seria essencialmente política, causada pela propaganda negativa da imprensa, pela má-fé do Congresso ou até mesmo por um boicote do empresariado financista” (Carvalho, 2018, p. 9). Portanto, não seriam os erros, mas os acertos de Lula e Dilma que teriam provocado incômodo nas elites econômicas e financeiras do país.

O cientista político André Singer (2012) defende a tese de que o primeiro mandato de Lula foi uma continuidade e um complemento das reformas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), tendo como resultado a consolidação de uma mudança da base social de apoio ao PT, possibilitando nova polarização da disputa no país entre ricos e pobres, com implicações de longo prazo. Para o autor, a classe média, naquele momento, afastou-se do PT e um contingente de pobres ocupou seu lugar.

A tese de Singer (2012) pode ser reflexivamente colocada em xeque com a seguinte pergunta:

- Se o primeiro governo Lula foi de continuidade e consolidação das políticas neoliberais do FHC, faz sentido dizer que a classe média recusou o neoliberalismo se afastando do PT e os pobres se voltaram para o partido porque ele se tornou neoliberal?

O lulismo, como combinação híbrida de política neoliberal com desenvolvimentismo, apresenta-se como uma política antitética ou um “ornitorrinco”, como a denominou Chico de Oliveira, viabilizada por uma aliança conservadora, sendo, de fato, a única via possível entre 2002 e 2010 para o combate à pobreza? Não seria o lulismo o reflexo de um partido cujos dirigentes nacionais passaram a querer se perpetuar no poder pelo poder, ou seja, dirigentes capturados pela ideologia do “fim da história”?

A segunda tese de Singer (2012) é que, a partir da reeleição de Lula, em 2006, consolidou-se no país

um realinhamento eleitoral, ou seja, uma mudança de direção do voto popular, proporcionando o surgimento do fenômeno denominado lulismo. Tal realinhamento só foi possível pela emergência da chamada “nova classe média” (miseráveis e pobres listados no mapa da fome que, a partir da continuidade das medidas neoliberais de FHC no governo Lula, em seu primeiro mandato, haviam se transformado em classe média) e dos programas sociais petistas. Para Singer, o realinhamento eleitoral definia um novo tipo de política e um novo conjunto de clivagens que durariam várias décadas, mesmo com a saída do PT do comando do governo, uma vez que a agenda social do lulismo teria força no imaginário social para se impor como agenda dos partidos e dos governos seguintes.

Essas teses de Singer (2012) influenciaram boa parte dos militantes petistas e seus simpatizantes, mas acabaram como o antiácido Sonrisal® dentro de um copo d’água: dissolveram-se - como na metáfora de Zigmunt Bauman, entraram em liquidez.

O lulismo foi, na minha percepção, a forma de concentração de renda mais criativa que o mercado poderia assumir em um momento no qual a conjuntura mundial, em simultaneidade com aquela do país, permitia a implantação de reformas estruturais por parte de um governo popular, principalmente por causa do fracasso de ajustes estruturais que foram implantados na América Latina a partir dos anos 1990. Lula perdeu seu faro e patrocinou a “hegemonia às avessas”, como diz Chico de Oliveira (cf. OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK,

2010), ao promover políticas assistenciais que garantem a dominação da burguesa neoliberal.

A hegemonia às avessas, para Chico Oliveira, é um fenômeno típico da era da globalização. A eleição de Lula parecia ter barrado para sempre o preconceito de classe e destruído as barreiras da desigualdade. Todavia, já em seu primeiro mandato, Lula havia sequestrado os movimentos sociais, esvaziado as organizações da sociedade civil e inaugurado uma nova dominação: os despossuídos realizavam a revolução moral (eleição de Lula e implantação do Programa Bolsa Família), que se transforma e se deforma em capitulação diante da exploração desenfreada por parte do sistema financeiro.

Diz Oliveira (2010, p. 27):

Não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes - os capitalistas e o capital, explicita-se - que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a direção moral não questione a forma de exploração capitalista.

Portanto, com o governo de Lula tivemos a desmobilização dos movimentos sociais, o que tornou a política partidária inoperante para a transformação social. Tal desmobilização, combinada com o fenômeno de corrupção nos governos petistas, abriu caminho para o cenário conservador ao qual chegamos nas eleições de 2018.

Barack Obama captou bem: Lula era “o cara”.

A hegemonia neoliberal, que se manteve escondida por meio do lulismo, daí a “hegemonia às avessas”, tornou-se vitrine e “saiu do armário” com Michel Temer para fazer a reforma da Previdência, aprovar a reforma trabalhista, aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 241/55, que congelou os gastos governamentais com políticas públicas por 2 décadas, além de derrubar a participação obrigatória da Petrobras na exploração do Pré-Sal, privatizando o setor energético etc. Singer (2012) errou em sua corajosa e ousada hipótese de que houve um realinhamento eleitoral com a reeleição de Lula em 2006, o qual, durante longo tempo, mesmo que o PT saísse do poder, apontaria o norte da sociedade para satisfação do anseio histórico de reduzir a pobreza e a desigualdade no Brasil. O lulismo, para Singer (2012), era a realização do sonho rooseveltiano brasileiro.

Após a crise do capital de 2008, que só se refletiu no país em 2011, marcando a impossibilidade de dar continuidade à política ganha-ganha, o capital, de modo agressivo, passou a defender mais neoliberalismo para combater a crise do neoliberalismo. Ao tentar voltar com o mesmo projeto (Lula é “O Brasil Feliz de Novo”), o PT demonstrava o esgotamento de sua capacidade de criar e pensar politicamente. Conseguiu, sim, mobilizar parte da militância que estava moralmente abatida, a qual passou a se comportar em torno da candidatura de Lula como se ele fosse o salvador da pátria. Todavia, Lula já estava preso e a direção nacional dizia não ter um plano B. O PT, na realidade, estava sem projeto e vacilava diante

da oportunidade de explorar a narrativa do golpe de forma mais fecunda, de fazer uma “lavagem de roupa suja” adequada, de promover uma “limpeza moral” no partido e de explorar o que de mais positivo realizou em termos de políticas de inclusão social. Na realidade, ninguém foi capaz de apresentar uma análise profunda de como o sentimento de ódio ao PT e ao Lula, expresso no movimento protofascista e no conservadorismo econômico e teocrático neopentecostal, seria o definidor das eleições de 2018.

Os setores do capital, diante do esgotamento do lulismo, voltaram-se à destruição do homem e do partido que não tinham mais nada a lhes oferecer e ampliaram o ódio ao PT, que era irradiado de parte da classe média e das igrejas neopentecostais, por meio de vários mecanismos. Usando o Poder Judiciário, os donos do capital puniram, de modo diferenciado, parte da corrupção praticada durante os governos petistas. Por meio da Operação Lava Jato, eles criaram uma política seletiva para pegar o Lula que, por não ser inocente, tornou-se uma presa fácil, o bode expiatório de uma política discriminatória que servia, também, para o erguimento de uma narrativa de combate à corrupção, ao alimentar polos antagônicos da sociedade por meio de afetos moralistas e ao projetar, de modo positivo, a imagem do juiz Sérgio Moro, que veio a ser Ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro. Combater Lula e o PT foi uma estratégia de continuidade do processo de desarticulação daquela parte da sociedade civil identificada com a esquerda e

que foi cooptada pelos governos petistas para manter o pacto conservador.

Ao fazermos críticas aos governos petistas - principalmente em relação à sua política de alianças com os conservadores, ao acovardamento por não promover rupturas ou reformas estruturais, ao fazer concessões ao capital abdicando da ampliação de novos direitos e ao não chamar a sociedade para promover o controle democrático das instituições públicas -, não estamos negando, ignorando ou descartando como irrelevantes aquelas políticas sociais compensatórias que visavam ao esforço de combater a fome e a pobreza por meio da chamada ao consumo e pela ampliação e reestruturação de um conjunto de serviços como o Programa Luz para Todos, o Programa Bolsa Família e os programas de casas populares, escolas técnicas e universidades.

Nossa crítica diz respeito: a) à perda de oportunidade, em uma conjuntura favorável, que foi proporcionada ao PT para iniciar reformas estruturais de ruptura sistêmica que alijassem do quadro virtuoso os até então “donos do poder”; criticamos, ainda, b) a perda da oportunidade de provar que é possível assumir uma nova direção política e moral na gerência da “coisa pública” que fortaleça a participação da sociedade no controle do orçamento e das instituições governamentais (radicalização da democracia); e, finalmente, c) criticamos o não fortalecimento das organizações sociais e a cooptação delas, o que levou à debilidade política e moral que, de fato, verificou-se.

Enfim, aqui, o ato crítico consiste em uma tentativa, com caráter político, de fazer uma avaliação qualificadora do debate a partir da constatação do desperdício de oportunidades por parte do PT e de seus dirigentes, que passaram a gastar toda sua energia na realização de uma “pequena política”⁴, visando a se perpetuarem no poder por meio de uma governabilidade parlamentar cimentada em práticas de corrupção e na oferta de cargos em troca de apoio político. O impacto das políticas sociais na incorporação de setores pobres como consumidores e a popularidade obtida pelo governo fizeram com que a direção política do PT acreditasse que, além da causa ser nobre, os fins justificariam os meios: os petistas poderiam manter-se no poder pelo alto, sem fortalecer a sociedade civil, eles iriam continuar a combater a pobreza e, com sorte, reverter a desigualdade, em uma fórmula mágica que também garantia o acúmulo de riqueza para os mais ricos, evitando, assim, a inauguração de um projeto de luta contra a pobreza por meio de reformas estruturais que, fatalmente, desencadeariam conflitos com vários setores do capital.

A campanha contra o governo de Dilma, em 2016, além de evidenciar a desmobilização da sociedade civil identificada com o pensamento de esquerda, acabou

4 Antonio Gramsci faz uma distinção entre a “*pequena política*” e a “*grande política*”. A pequena política é aquela dos conchavos no parlamento, a política voltada a uma boa gestão administrativa das instituições capitalistas, tratam-se dos esforços dos partidos e das lideranças em torno da disputa eleitoral, da conquista e manutenção do poder, da criação de políticas de governo que mantêm blindada a economia. A *grande política* corresponde aos esforços e às medidas para a transformação estrutural, tratam-se de políticas voltadas à ruptura com as relações econômicas e as relações sociais orgânicas do capital.

com a falácia da “cordialidade” e da “democracia racial” - que se esfacelaram. O que ocultavam ou não admitiam explodiu nos comportamentos racistas, homofóbicos e conservadores, além da exposição do nacionalismo profascista, articulado pelo Movimento Brasil Livre (MBL), com líderes como Kim Kataguirí e Fernando Holiday. Revelava-se, assim, uma cultura autoritária sedimentada ao longo de nossa história nas estruturas de nossas instituições e no imaginário de indivíduos pertencentes a todas as camadas sociais, que agora era explorada por Jair Bolsonaro, militar da reserva, que passou a liderar as pesquisas de intenção de voto para as eleições presidenciais de 2018, mesmo tendo a rejeição do mercado até próximo ao final do primeiro turno.

Com o governo golpista de Temer, acelerou-se a perversidade capitalista contra os pobres, evidenciada pela aprovação de reformas voltadas ao mercado visando a garantir o processo de continuidade da concentração de riqueza e renda. Temer não foi um golpista qualquer, mas um importante aliado de Lula e articulador do apoio ao governo por conservadores. Foi o homem forte durante todo o governo de Dilma. No ano de 2010, já eleito vice de Dilma, Michel Temer foi indicado como coordenador da transição política do governo de Lula para Dilma. Em 2015, durante o início do segundo mandato de Dilma, quando Eliseu Padilha (do PMDB), Ministro da Aviação Civil, recusou-se a assumir a Secretaria de Relações Institucionais, Dilma integrou a pasta da vice-presidência, além de indicar Michel Temer para ser seu articulador polí-

tico. Todavia, o que Temer articulou - com Eduardo Cunha, José Serra e o Poder Judiciário - foi um golpe parlamentar.

O mercado já havia colocado o governo petista a reboque da agenda neoliberal nas eleições de 2014, passando a adotar uma postura mais ousada quando a presidente Dilma, eleita para o período 2015-2018, com uma agenda desenvolvimentista, antes mesmo de tomar posse, capitulou, sem nenhuma explicação, diante do “Projeto Ponte para o Futuro”, e nomeou Joaquim Levy, seu Ministro da Fazenda, para aplicá-lo. O “Projeto Ponte para o Futuro” orientaria a política econômica e teria continuidade com Henrique Meirelles, no governo golpista de Temer.

O “Projeto Ponte para o Futuro”, apresentado pela Fundação Ulysses Guimarães, ligada ao PMDB (hoje Movimento Democrático Brasileiro [MDB]), em 29 de outubro de 2015, diz o seguinte:

Este projeto destina-se a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos.

O projeto do mercado foi executado por Temer por meio:

- a) do congelamento constitucional dos gastos públicos, em termos reais, por 20 anos;
- b) da prioridade absoluta para o pagamento da dívida pública;

- c) do não aumento de impostos;
- d) da privatização de todas as empresas do Estado;
- e) da abertura de todos os setores da economia a empresas estrangeiras, inclusive estatais;
- f) da reforma da legislação trabalhista, com a eliminação de direitos, para reduzir o custo do trabalho;
- g) da política anti-inflacionária combinada com o real valorizado e juros elevados, o que promove a desindustrialização;
- h) da redução de impostos para empresas e ricos;
- i) da desregulamentação geral e do “Estado mínimo”; e
- j) do alinhamento político e militar com os Estados Unidos da América (EUA).

A execução do “Projeto Ponte para o Futuro” seria capaz, segundo seus defensores e executores, de recuperar não só o grau de investimento conferido ao Brasil pelas agências internacionais de classificação de risco (*rating*), mas, igualmente, a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros, o que seria suficiente para trazer os investimentos necessários à retomada do crescimento, o que geraria empregos e melhoria da qualidade de vida para o povo brasileiro. Todavia, o resultado de tais políticas foi: a) o aumento do desemprego, que chegou a atingir 13 milhões de pessoas (no final do governo Dilma esse número já

era de 12 milhões de pessoas); b) a estagnação da economia; c) a precarização dos sistemas de saúde, educação, segurança e transporte, já denunciada nas manifestações de 2013, quando os manifestantes exigiam nas ruas políticas públicas “padrão FIFA”; d) a desconfiança dos investidores, atraídos apenas pelos baixos preços dos ativos e pelas altíssimas taxas de juros praticadas no país, intensificou-se.

Eis o cenário no qual se deram as eleições presidenciais de 2018.

1. As eleições presidenciais de 2018

Nas eleições presidenciais de 2018, a tradicional polarização que vinha ocorrendo nos últimos 24 anos, entre o PT e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi interrompida, ou seja, a polarização entre centro-esquerda e centro-direita deu lugar a uma polarização entre extrema-direita e centro-esquerda. Além da polarização, as eleições de 2018 foram marcadas pela cisão da sociedade entre 2 lados antagônicos, alimentados pelos afetos do medo: a) medo da volta do PT ou do lulismo ao poder, representado pela rejeição à candidatura de Fernando Haddad (do PT); e b) medo de uma sociedade conservadora profascista, representada pela candidatura de Jair Bolsonaro (do Partido Social Liberal [PSL]).

Foi uma eleição em que as paixões se impuseram sobre a razão.

A campanha, em seus dois turnos, foi pautada por Bolsonaro. Líder absoluto nas pesquisas durante toda a campanha, sua pauta se esquivou do debate sobre a crise estrutural do capitalismo brasileiro e sobre as soluções para crise econômica e política. Assim, o governo de Michael Temer, suas reformas e sua elevada taxa de rejeição não foi alvo de avaliação durante a campanha. Pela primeira vez, o governo com a maior taxa de rejeição desde a implantação da República, em 1889, saiu da campanha eleitoral sem ser o alvo predileto dos ataques.

O modelo econômico não estava em disputa na eleição presidencial de 2018 e o mercado fez crer que o vencedor da eleição enfrentaria os problemas do neoliberalismo corrente com mais neoliberalismo. Para o mercado, como bem constata Laura Carvalho (2018, p. 9):

A utilização exagerada do Estado como promotor da distribuição de renda e do crescimento econômico é que teria levado ao colapso. A solução para crise estaria, portanto, na volta e no aprofundamento do modelo adotado nos anos de 1990.

A economia não estava em disputa, mas somente a forma de gestão política da crise brasileira. Assim, por sua própria incompetência, Geraldo Alckmin (do PSDB), Henrique Meirelles (do MDB), João Amoêdo (do Partido Novo [NOVO]) e Ciro Gomes (do Partido Democrático Trabalhista [PDT]), na impossibilidade de quebrarem a polarização entre o PSL e o PT e, desse modo, de algum deles se credenciar como o

candidato do mercado, os três primeiros, claramente, e Ciro, veladamente, passaram a apoiar Bolsonaro no segundo turno, junto com a indústria engajada dos meios de comunicação.

A candidatura de Bolsonaro e a vitória da extrema-direita no país foram sustentadas pelo discurso antipetista, pela imagem de Bolsonaro como antisistema, pela crença de que Bolsonaro iria resolver o problema da corrupção e garantir a segurança pública, pela ideia de que é preciso experimentar o novo e pela afirmação de que suas declarações racistas, homofóbicas, misóginas e de incentivo à eliminação dos adversários não deveriam ser levadas a sério. Um discurso no qual o medo do fascismo e os argumentos contra ele não foram capazes de constituir um contraponto eficiente.

2. Um candidato autoritário

Quando Bolsonaro fez campanha política declarando que estávamos em guerra e, portanto, que seu governo iria “metralhar” ou eliminar fisicamente seus adversários, ele não estava blefando - estava sendo ele mesmo e encontrando eco para suas ideias em amplos setores da sociedade. O silêncio de nossas instituições e a naturalização com que a sociedade vem aceitando tais declarações, e até as reproduzindo em suas redes sociais, podem ser um indicativo de certo grau de autoritarismo sedimentado no imaginário e na cultura de nosso país.

A cultura autoritária de Bolsonaro é de natureza sacerdotal e militar, tendo origem em seu ligamento orgânico com a cultura bélica do Exército e com a visão de mundo das igrejas neopentecostais. Sua cultura sacerdotal se fundamenta na crença de que existe uma “verdade” única e absoluta, da qual os neopentecostais são portadores e guardiões. Assim, a diferença e a visão de mundo dos outros só podem ser “mentiras” e, como mentiras, são danosas e não podem existir, cabendo aos neopentecostais, como justiceiros, eliminar os mentirosos e promover uma “limpeza” racial e cultural em nome da nação e de Deus, que, em última instância, representam eles mesmos e seus interesses. Tal doutrina totalitária os cega a ponto de não perceberem que se eles e outros existem e que se suas existências são marcadas por diferenças, eles são “os outros dos outros”. Logo, vale perguntar, por que os outros, ao olharem para eles, pelo princípio da igualdade, não teriam o direito de eliminá-los, já que eles serão percebidos, também, como diferentes? Por que o totalitarismo nega a possibilidade de ser tratado como igual pelo diferente? O dono de uma mente totalitária não suporta que alguém que ele considere inferior ou diferente - como o negro, o índio, o pobre, a mulher, o judeu, o homossexual, a lésbica e o deficiente físico, entre outros - possa lhe dizer: “Sou igual a você, sou diferente”. Como acha que o outro é um subordinado, ele não pensa que pode ser tratado da mesma forma que trata o outro, ou seja, com violência, o que levaria o país

a uma guerra de todos contra todos (ou seja, a uma guerra civil).

3. Um governo teocrático

3.1 A primeira fala como presidente

A visão teocrática de Jair Bolsonaro foi estampada em seu mote de campanha: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

Em sua primeira fala como presidente, ele anunciou:

Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isto é uma promessa, não de um partido, não é uma palavra vã de um homem, é um juramento a Deus.

Portanto, aqui, Bolsonaro não faz juramento algum ao seu eleitorado ou ao chamado “povo brasileiro”, ele diz que seu eleitorado é testemunha do juramento que ele faz a Deus. Quando foi chamado a falar sobre como iria administrar o país, ele disse: “não sou o mais capacitado, mas Deus capacita os escolhidos”. Ou seja, ele afirma que não foi escolhido por seus eleitores, mas eleito por Deus e que este o capacitará. Se ele foi escolhido pelo eleitor e Deus o capacitará, então, todos os presidentes anteriores, eleitos por seus eleitores, também foram capacitados por Deus. Todavia, se só Bolsonaro foi eleito pela graça de Deus, só ele será o capacitado por Deus. Bem, para além do delírio, o perigo é ele achar que

pode ser Deus e querer ter poder de vida e morte sobre as pessoas por se achar portador da “verdade” divina, como quando defende que qualquer policial, no exercício de seu ofício, deve ter o poder de matar sem ser penalizado posteriormente.

Bolsonaro, como fascista, é ativista e disseminador da teocracia e da autocracia. Sua formação é sacerdotal (religiosa) e militar, ou seja, ele foi formado por culturas hierárquicas, autocráticas e avessas à democracia; não existe Exército democrático nem religião democrática, tanto um como a outra são autocráticos. Nas forças armadas, a síntese do domínio é: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”; a obediência e a violência são instrumentos para manter a ordem e a disciplina. Na religião, o domínio decorre da crença de que o saber é uma revelação para poucos e o poder pertence aos escolhidos. Na política, uma lógica teocrática e autocrática, como a de Bolsonaro, significa a implantação de um governo que legitima a banalidade do mal: o estabelecimento de um comportamento de guerra. Na guerra, elimina-se o opositor e suprimem-se as diferenças, pois se trata de um jogo de soma zero, no qual ou se ganha tudo ou se perde tudo. É a licença autoritária para que se possa pedir a alunos, por eles cooptados, que denunciem, em um gesto tirânico, professores que preguem ideias diferentes da doutrina do movimento Escola sem Partido, segundo o qual, nas palavras de George Orwell, “guerra é paz, liberdade é escravidão, ignorância é força”. A violência é usada como forma de eliminar a corrupção - atribuída apenas

aos outros, àqueles que estavam no poder e aos que querem chegar ou voltar a ele.

3.2 O discurso de posse

O discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro foi vazio de proposta para o bem-estar e o futuro do país, mas esclarecedor de sua ideologia política e de sua doutrina religiosa. Bolsonaro inaugurou um modelo de governo ideológico fundamentado por uma doutrina de combate ao modelo de sociedade que equaliza uma distribuição de renda e riqueza que, só na cabeça dele e de seus ideólogos, seria algo comunista. O discurso do presidente é simplista, mas tem sido eficiente para manipular um conjunto de eleitores que não pensa a vida a partir da política, mas sim a partir de suas necessidades e seus receios; são pessoas que foram manipuladas para reproduzir um pensamento segundo o qual: a) a crise econômica vivida pelo país é fruto exclusivo da corrupção praticada pelo PT; b) a violência na sociedade é fruto da incompetência dos governos de esquerda e de suas políticas de direitos humanos, que significam defender bandidos; e c) que a crise moral é alimentada por grupos feministas e homossexuais, que não valorizam a família cristã, por sem-teto e sem-terra, que não respeitam a propriedade privada, e por índios e quilombolas, que são preguiçosos e ocupam grandes extensões de terras, mantendo-as improdutivas.

A ideologia que domina Bolsonaro, que já vinha mostrando suas contradições, mesmo antes de ele

assumir a Presidência da República, como resultado da fragilidade e do desmantelamento do simulacro em que se apoia, ainda assim tenta moldar o governo, alimentando o medo de uma suposta volta dos petistas ao poder, explorando a ideia conservadora e fascista de combate à ideologia de gênero e a perseguição a qualquer pensar diferente, tal como propõe o movimento Escola sem Partido, que visa a instrumentalizar instituições de ensino as obrigando a adotar um pensamento único, totalitário.

Com a ideia fixa de impor seu projeto teocrático e totalitário, mas não tendo conhecimento de economia nem do processo de desenvolvimento, Bolsonaro se submeteu à vontade de setores específicos: a) do mercado financeiro; b) do agronegócio; e c) dos meios de comunicação. Dos meios de comunicação ele se beneficia com o silêncio sobre atos suspeitos envolvendo seus familiares e assessores, bem como acerca de suas práticas fascistas. É explícito o apoio e a conivência de diversos comentaristas políticos das redes de TV e rádio e dos jornais impressos ao projeto econômico neoliberal de Paulo Guedes. Na TV Globo News, por exemplo, sempre que divulgam algo negativo praticado pela família de Bolsonaro ou de seus indicados para ocupar cargos públicos, os comentaristas relativizam os fatos ou dizem que o PT fez o mesmo quando esteve no poder e defendem a tese segundo a qual o mercado precisa das reformas neoliberais, como a reforma da Previdência, mesmo que elas sejam impopulares, porque tais mudanças são vitais para o país (mercado) sobreviver. O contra-

-argumento, no entanto, nunca é apresentado, assim como nunca o é a presença da oposição destacada de modo positivo.

Declarações assustadoras, que colocam em risco a vida democrática do país, foram proferidas por Bolsonaro e os meios de comunicação sequer se deram ao trabalho de divulgá-las. Na transmissão de cargo do Ministro da Defesa, dirigindo-se ao Comandante do Exército, ele disse: “vou levar para o túmulo o que acordamos e acertamos em nossas conversas. Se eu estou aqui hoje é devido ao senhor”.

Isso não é grave? Não demanda explicação aos eleitores e às instituições públicas, como o Congresso Nacional? O Supremo Tribunal Federal (STF) não deveria ter solicitado explicações? Em seu discurso, Bolsonaro começou agradecendo de modo especial o comandante do exército, General Eduardo Villas Bôas: “[eu] não precisava falar, mas hierarquia, disciplina e respeito é que fará (*sic*) do Brasil uma grande nação. Meu muito obrigado, comandante Villas Bôas”.

Sempre apelando ao nome de Deus, Bolsonaro esconde que seu “deus” é o mercado. Assim, parte da sociedade brasileira, por sua formação profundamente religiosa, deixa-se enganar pelo discurso totalitário travestido de doutrina religiosa. Todavia, quando ocorrer um confronto entre o verdadeiro “deus” da sociedade capitalista, o chamado “mercado”, e o governo Bolsonaro, o início do fim de seu poder ideológico e doutrinário será inevitável. Com ou sem o governo Bolsonaro, a conta pesada vai ser

debitada na caderneta onde se registra a pilhagem dos miseráveis, dos pobres e de boa parte da classe média. É o preço a ser pago pela ingenuidade, pelo pecado social daqueles que votaram em Bolsonaro, pelo vacilo e pela incompetência do campo denominado centro-esquerda.

Além de defender a cultura bélica, a ditadura militar e a ação de torturadores, Bolsonaro é um ativista neopentecostal. No Brasil, as igrejas neopentecostais promovem o ativismo político-partidário, como se verifica na fala do intelectual orgânico neopentecostal Julio Severo (2013, p. 18), quando a onda conservadora, como fruto da ação das igrejas pentecostais, quase derrubou Dilma Rousseff na eleição presidencial de 2010: “pela primeira vez na história do Brasil, a questão do aborto e do homossexualismo influenciou diretamente uma eleição presidencial”.

Assim, para o autor:

- “No socialismo, o Estado é Deus. O neopentecostalismo veio para provocar uma desmistificação poderosa e sem paralelo dessa visão socialista, educando o povo a ver Deus como suprema fonte de provisão para todas as necessidades humanas” (Severo 2013, p. 5).
- “[...] as igrejas neopentecostais apontam, sim, para Jesus Cristo como Deus acima de tudo e de todos” (Severo 2013, p. 17).
- “O PT e outros partidos socialistas estão determinados a impor o aborto e o homossexu-

alismo no Brasil. O único impedimento que eles veem é o testemunho ousado dos telepastores neopentecostais” (Severo 2013, p. 18).

É na Teologia da Prosperidade, praticada pelos neopentecostais, que Bolsonaro vai tentar fundamentar e legitimar seu projeto de governo.

Para a Teologia da Prosperidade, o dinheiro é sinal e bênção de Deus, ao passo que a pobreza é sinal de desagrado por parte dele: “ame Jesus e enriqueça”, diz um dos lemas dessa teologia. Como sócios de Deus ou financiadores da obra divina, os cristãos estão destinados a ser prósperos, saudáveis, felizes e vitoriosos em todos os seus empreendimentos, não existe salvação no céu, as bem-aventuranças ocorrem na terra, no tempo presente e significam adquirir muitas riquezas e obter o melhor de todas as coisas.

Como esclarece Ricardo Mariano (1996, p. 43):

No neopentecostalismo, o crente não procura a riqueza para comprovar o seu estado de graça. Não se trata disso. Como todos os demais, crentes e incrédulos, ele quer enriquecer para usufruir de suas posses neste mundo. Sua motivação consumista, notadamente mundana, foge totalmente ao espírito do protestantismo ascético, sobretudo da vertente calvinista.

Um dos traços característicos do neopentecostalismo é sua mentalidade monocrática, que se opõe à pluralidade de ideias e ao pensamento crítico, daí sua militância e ativismo contra Paulo Freire, contra o marxismo e sua defesa da doutrina do movimento Escola sem Partido. A postura monocrática alimenta

o fechamento à diversidade, às diferenças e às negociações, o que resulta em um ativismo homofóbico, misógino, racista, fascista, patriarcal e homoafetivo.

Os neopentecostais, como todos os seguidores do cristianismo, partem da crença de serem os possuidores do “Deus único e verdadeiro”, que normatiza todas as dimensões da vida por meio da oferta de seus valores e por estender seu domínio sobre os povos. O Deus neopentecostal exige lealdade exclusiva e obediência estrita, daí a postura autoritária de Bolsonaro e seu discurso de governar sem acordos políticos (vota lá e pega cá) com os partidos no Congresso Nacional, além de recusar-se a entrar em entendimento com as oposições.

4. Projeto “o caminho da prosperidade”

O projeto “O Caminho da Prosperidade - Proposta de Governo Constitucional, Eficiente e Fraternal”, posto em execução pelo governo Bolsonaro, diz:

Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem “toma lá, dá cá”, sem acordos espúrios, formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros, que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos. Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros.

Bolsonaro foi eleito como candidato provisório de um mercado que não foi capaz de construir um candidato mais palatável, sendo ele, no entanto, quem acolheu a agenda do mercado sem ressalvas, confessando publicamente não entender nada de economia e comprometendo-se, ao mesmo tempo, a delegar toda sua pauta econômica a Paulo Guedes, seu atual “Superministro” da Fazenda, que incorporou as pastas do Planejamento, da Indústria e do Comércio. Paulo Guedes, cofundador do Banco Pactual e presidente da Bozano Investimentos, é um economista vinculado à Escola de Chicago (dos EUA) - que tem Milton Friedman como um de seus líderes.

Paulo Guedes indicou para a Presidência do Banco Central Roberto Campos Neto, que já trabalhou no Banco Bozano Simonsen e no Banco Santander Brasil. Ao Banco Central cabe, entre outras atribuições, conduzir a política monetária, cambial, de crédito e de relações financeiras com o exterior, cuidar da regulação e da supervisão do sistema financeiro nacional, da administração do sistema de pagamentos brasileiros e dos serviços do meio circulante. Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Guedes indicou Joaquim Levy, economista ligado ao Banco Bradesco.

Portanto, o governo que teve início no Brasil em janeiro de 2019 se caracteriza por tentar firmar-se em um jogo político de constantes conflitos, declarações polêmicas, com o propósito de consolidar a hegemonia conservadora no país. Trata-se de uma administração teocrática, mercantilizada e militarizada que,

legitimada pelas urnas, completará e aprofundará as reformas iniciadas por Michel Temer.

Além de ser o continuador do “Projeto Ponte para o Futuro”, comandado pelo economista Paulo Guedes e por sua equipe⁵, o projeto “O Caminho da Prosperidade” incorpora o projeto social conservador teocrático de cunho neopentecostal, cuja execução teve como pano de fundo a sedimentação das seguintes ideias no imaginário de parte da sociedade:

- Nos últimos 30 anos, o marxismo cultural e suas derivações, como o gramscismo, uniram-se às oligarquias corruptas para minar os valores da nação e da família brasileira e deles precisamos nos libertar;
- No Brasil, a sociedade é intrinsecamente corrupta, todos os partidos e os políticos são corruptos e os governos se sustentam por meio da corrupção e da compra de votos, por isso, é necessário eleger quem se declara como não político e se coloca contra o sistema;

5 Além da condução das políticas de ajustes estruturais por Paulo Guedes, as questões agrárias e do meio ambiente caberão a gente ligada ao pensamento conservador. Para o Ministério da Agricultura foi indicada, pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), Tereza Cristina, deputada federal do Democratas (DEM) e pecuarista, defensora da liberação do uso indiscriminado de agrotóxicos - essa ministra já liberou mais de 50 tipos proibidos ao redor do mundo, além de ser inimiga declarada dos povos indígenas. Para o Ministério do Meio Ambiente foi indicado Ricardo Salles, fundador do Movimento Endireita Brasil (MEB), de ultradireita. Salles é defensor de todas as formas predatórias de exploração do meio ambiente e é contra a aplicação de multas àqueles que praticam tais ações. Isso sem falar no processo de militarização do Estado, com a indicação de mais de 50 militares para ocupar cargos de ministro e vários postos importantes na administração pública federal.

- A grande maioria da população brasileira, devido a crenças econômicas e culturais, está sujeita a ser manipulada por indivíduos populistas, socialistas e comunistas, que fazem promessas irrealizáveis e que levam o país ao atraso;
- O uso abusivo e até a deturpação dos direitos constitucionais e legais pelo Poder Judiciário (conduções coercitivas, prisões provisórias por longos períodos sem julgamento, vazamentos seletivos de informações sem provas com objetivos políticos) são aceitos e justificados como necessários para combater a corrupção;
- As investigações da Operação Lava Jato teriam revelado que o partido que promoveu a corrupção no sistema político brasileiro foi o PT. Assim, mostrou-se necessário impedir a candidatura de Lula, evitando que ele iludisse o povo ingênuo e voltasse com seus esquemas de corrupção, tornando esse um objetivo político e moral de todo “homem de bem”; e
- O abandono de valores tradicionais da família, da moral, da religiosidade e do comportamento é uma das causas da corrupção na sociedade, na economia e na política brasileira, daí a importância de projeto político que coloque “o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”.

O projeto conservador e teocrático de Bolsonaro se materializa nas seguintes propostas a ser implantadas por seu governo:

- a) Projeto “Escola sem Partido”;
- b) Ensino a distância;
- c) Não obrigatoriedade do ensino de Filosofia, História e Sociologia;
- d) Retorno da disciplina Educação Moral e Cívica;
- e) Fim da liberdade de cátedra;
- f) Criminalização do aborto (em quaisquer circunstâncias);
- g) Defesa do uso da violência policial extrema para combater a criminalidade, com premiação ao policial que matar “bandido”;
- h) Armamento geral da população civil;
- i) Redução da idade mínima de responsabilidade penal (para 16 ou até 14 anos);
- j) Restauração do controle masculino sobre a família; e
- k) Leniência na penalização da violência contra mulher.

Para executar seu projeto teocrático, fundamentado nos princípios da Teologia da Prosperidade neopentecostal, Bolsonaro indicou os seguintes ministros:

- a) A pastora Damares Alves (Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos);
- b) O teólogo Ricardo Vélez Rodríguez (Ministério da Educação), indicado pela “bancada

evangélica” para implantar o projeto Escola Sem Partido;

c) Ernesto Araújo (Ministério da Relações Exteriores), ultraconservador e seguidor de uma doutrina que defende a tese de que a Terra é plana; e

d) O ex-juiz federal Sérgio Moro (Ministério da Justiça e Segurança Pública).

Com a eleição de Bolsonaro, o Brasil se tornou um país com forte presença de militares em cargos importantes da estrutura administrativa federal e nos ministérios, onde eles se encontram em número maior do que o dos civis.

Apresento, aqui, uma lista que ilustra tal aparelhamento:

a) Vice-Presidência da República - General Hamilton Mourão;

b) Secretaria-Geral da Presidência - General Floriano Peixoto;

c) Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - General Maynard Marques de Santa Rosa;

d) Secretaria-Executiva Adjunta da Secretaria-Geral da Presidência - General de Divisão Lauro Luis Pires da Silva;

e) Assessoria Especial da Secretaria-Geral da Presidência - Coronel Walter Félix Cardoso Junior;

- f) Gabinete de Segurança Institucional (GSI - antiga Casa Militar) - General Augusto Heleno;
- g) Secretaria-Executiva do GSI - General de Divisão Valério Stumpf Trindade;
- h) Secretaria de Coordenação de Sistemas do GSI - Contra-Almirante Antonio Capistrano de Freitas Filho;
- i) Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional do GSI - Major Brigadeiro do Ar Dilton José Schuck;
- j) Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do GSI - General de Brigada Luiz Fernando Estorilho Baganha;
- k) Secretaria-Executiva Adjunta do GSI - Brigadeiro do Ar Osmar Lootens Machado;
- l) Ministério da Defesa - General Fernando Azevedo e Silva;
- m) Secretaria-Geral da Defesa - Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos;
- n) Secretaria de Produtos de Defesa - General de Divisão Decílio de Medeiros Sales;
- o) Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto - Tenente Brigadeiro do Ar Ricardo Machado Vieira;
- p) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) - Tenente-Coronel da Força Aérea Brasileira Marcos Pontes;

- q) Chefia de Gabinete do MCTIC - Brigadeiro do Ar Celestino Todesco;
- r) Secretaria de Políticas Digitais - Tenente-Brigadeiro do Ar Antonio Franciscangelis Neto;
- s) Secretaria de Radiodifusão - Coronel Elifas Chaves Gurgel do Amaral;
- t) Secretaria-Executiva Adjunta - Coronel-Intendente Carlos Alberto Flora Baptistucci;
- u) Ministério de Minas e Energia - Almirante Bento Costa;
- v) Chefia de Gabinete de Minas e Energia - Contra-Almirante José Roberto Bueno Junior;
- w) Ministério da Infraestrutura - Capitão Tarcísio Gomes;
- x) Secretaria de Transportes Terrestre e Aquaviário - General Jamil Megid Júnior;
- y) Ministério da Secretaria de Governo - General Carlos Alberto dos Santos Cruz;
- z) Secretaria Nacional de Segurança Pública - General Guilherme Theophilo;
- a2) Secretaria de Esportes - General Marco Aurélio Vieira;
- b2) Ministério da Controladoria-Geral da União (CGU) - Capitão Wagner Rosário;
- c2) Presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai) - General Franklimberg de Freitas;

d2) Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) - General Jesus Corrêa;

e2) Presidência do Conselho de Administração da Petrobras - Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Ferreira;

f2) Presidência da Itaipu Binacional - General Joaquim Silva e Luna; e

g2) Porta-Voz do Governo - General Otávio Santana do Rêgo Barros.

5. Os desafios da sociedade civil

A democracia não elimina conflitos.

Somente uma cultura autoritária (hierárquica, autocrática, teocrática, militar) almeja anulá-los. Quando matamos os conflitos, matamos a política e implantamos o totalitarismo. Com a democracia, não resolvemos tudo nem eliminamos antagonismos. Em uma democracia, negociam-se diferenças e antagonismos. Todavia, permitir conflitos não é o mesmo que estabelecer um comportamento de guerra. Na guerra se elimina o outro e a diferença, porque a lógica da guerra impõe um jogo de soma zero: ou se ganha tudo ou se perde tudo; ou se vive ou se morre.

Portanto, não é democrático querer estabelecer a ordem eliminando nossos adversários, pois estaremos provocando a negação da política, estaremos apostando na guerra de todos contra todos, já que não

podemos eliminar os conflitos nem os antagonismos inerentes à convivência social. No Brasil, nossa cultura política (de direita, de extrema-direita, de centro e de esquerda) é autoritária, embora o autoritarismo seja efetivado em graus diferentes e fundamentado em matrizes ideológicas diferentes de um mesmo padrão civilizador: o projeto burguês de modernidade.

A hegemonia da sociedade civil é diferente da hegemonia da sociedade política.

A sociedade civil brasileira, situada no campo popular do país, tem por desafio elaborar e praticar outra estética política que rompa com a prática conservadora e conciliadora predominante, que permite a reprodução do capitalismo por meio da obediência e da ordem. Uma nova estética política significa uma desobediência civil da ordem, dos valores e do sistema de conhecimento, ou seja, a adoção de uma desobediência política, ética e epistemológica. Trata-se, pois, de um novo fazer político como atividade criativa, alegre e eficiente, visando à desestruturação de práticas e mecanismos institucionais de suporte a essas medidas de concentração de renda que levam à reprodução do racismo, da homofobia, do machismo, da misoginia e da violação dos direitos humanos, com direcionamento de ódio contra pobres, negros, índios, moradores de rua, imigrantes, prostitutas, quilombolas, empregadas domésticas etc.

Nos ciclos de fluxo e refluxo de ações por iniciativa de extratos da sociedade civil em torno de ampliação de direitos e estabelecimento do processo

democrático, aprendemos que não se deve fazer oposição ao capitalismo apenas ocupando as ruas, por meio de manifestações de protesto e reivindicações, ou votando, na esperança de que possamos eleger pessoas de partidos comprometidos com inclusão social, justa distribuição de renda e implantação de mecanismos de participação popular nas instituições governamentais, visando ao controle do orçamento e das políticas públicas.

Opor-se ao capitalismo significa enfrentar a hegemonia do modelo econômico de mercado (neoliberalismo), estabelecendo a luta contra o sistema mundo moderno/colonial (padrão mundial de poder), o que implica o ensaio de um novo padrão civilizatório como alternativa ao projeto de modernidade. Para isso, é necessário manter um comportamento de tensão e desobediência ao Estado hegemônico pelo capital, mesmo quando ele, o Estado, é administrado por forças alternativas que se opõem à ditadura de natureza financeira (mercado rentista/extrativista).

Uma ideia por meio da qual podemos enfrentar a hegemonia do modelo rentista/extrativista do capital é a de que não queremos viver em um mundo mercantilizado e mercantilizador, mas, sim, em um mundo no qual a vida é mais importante do que as coisas; queremos viver em um mundo no qual a economia é um saber técnico para produzir bens que garantam a qualidade de vida das pessoas e a preservação do planeta e não a produção de riqueza para ser acumulada na mão de poucas pessoas ou de pequenos grupos superpoderosos.

É preciso denunciar e demonstrar que não temos um *Estado de direito*, mas um *Estado financista de direito*. É preciso afirmar que queremos um Estado limitado e renovado em seu poder coercitivo, menos militarizado e menos burocratizado, o que não queremos é o “Estado mínimo”. Não queremos um Estado teocrático, comandado por indivíduos que se dizem seguidores de Deus, mas que se mostram corruptos, violentos, racistas, misóginos, homofóbicos, mentirosos, perversos com os pobres e que acham que os fins justificam os meios. Queremos, sim, um Estado que garanta direitos e liberdade, com ampla participação em suas decisões da diversidade dos cidadãos que compõem nosso país. Queremos um país laico, que garanta a todos o direito de professar qualquer credo religioso que desejar, mas que também coíba a violência de qualquer igreja ou do seguidor de uma religião que desrespeita as demais.

A militância política, principalmente aquela que se articula a partir dos excluídos e dos subalternos e que visa à democratização da sociedade, não pode ser criminosamente tratada pela agenda dos governos. É o governo que tem de ser absorvido pela agenda plural da sociedade civil e cabe à sociedade civil pressionar para que o governo democratize sua agenda, tornando-a extensiva a todos. Para isso, o governo precisa se fortalecer em um processo de disputa de hegemonia cuja base material é sua agenda e seu projeto político.

A dominação econômica e política no Brasil, operada por meio do controle do Estado, é perversa

e não tem possibilitado, até o momento, mudanças estruturais. A política no país tem sido sempre conservadora ou, no máximo, conciliadora, como nos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek (JK) e Lula. Na conjuntura na qual poderíamos ter uma política com algum nível de ruptura com o conservadorismo e dar início a algumas reformas estruturais, como foi o caso dos governos de Lula e Dilma, a sedução pelo poder fez com que o PT ficasse preso ao modelo tradicional de fazer política, rompendo com suas origens e caindo no conto da ideologia do “fim da história”.

Para o governo Lula, não havia luta de classes no país, embora seu vice, nos dois mandatos, José de Alencar (do Partido Liberal [PL]), fosse patrão e evangélico, sendo que o *slogan* de campanha era estranhamente “Brasil, um país de todos”. Dilma teve como vice, nos dois mandatos, Michel Temer, o qual terminou o mandato e passou o cargo para Bolsonaro. E qual foi a herança deixada pelos governos petistas? Um país quebrado, o sistema financeiro rentista/extrativista mais rico, um golpe parlamentar e, ao invés de uma sociedade civil mais organizada e crítica, ele tirou das sombras uma extrema-direita que se mobilizou pelas redes sociais e saiu a se manifestar nas ruas, revelando-se um extrato social de perigoso conservadorismo e violência e terminando por eleger um profascista para fazer um governo teocrático no período de 2019 a 2022.

Construir uma nova estética política e vivê-la de acordo com essa nova configuração constitui desa-

fos que combinam, no mesmo movimento, ações de resistência utilizando um projeto de reconstrução de sentidos. Não se trata de resgatar projetos eurocêntricos derrotados, como o socialismo, mas de construir o sentido comum, porque para além do estatal e do privado há o comum, que pode ser gerido e instituído de forma comum, gestado por interesses comuns.

Assim, poderíamos contrapor ao direito privado o direito de uso comum, poderíamos instituir serviços públicos como direitos comuns que poderiam ser, ao mesmo tempo, locais, nacionais e internacionais, permitindo que as pessoas pudessem fazer uso deles em qualquer parte do mundo, sem serem tratadas como indesejadas imigrantes ou refugiadas, desprovidas de direitos.

Construir uma nova estética política implica abandonar terminologias eurocêntricas que fundamentam a velha política como *centro*, *direita*, *extrema-direita*, *esquerda* conceitos criados pelo projeto burguês iluminista para estruturar a política do capitalismo. Trata-se de fazer ensaios de mandatos coletivos, criar partidos-movimentos, de ampliação da participação política para além de eleições, por meio de ações setoriais permanentes, de ativismo político em torno de causas de interesse coletivo. Em suma, trata-se de alimentar novos horizontes políticos, culturais, econômicos e epistemológicos em torno de novos padrões de organização social.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARIANO, R. Neopentecostalismo: dinheiro e magia. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 44, p. 24-44, 1996.

OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SEVERO, J. Teologia da Libertação versus Teologia da Prosperidade: a destronação da Teologia da Missão Integral e a demonização do neopentecostalismo. 2013. Disponível em: https://files.comunidades.net/cclogos/livroebookteologiadalibertacaoversusteologiadaprosperdade._Julio_Severo.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.